

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

O Processo de Mercado na Escola Austríaca Moderna

Fabio Barbieri

Orientador: Prof. Dr. Jorge. E. C. Soromenho

SÃO PAULO
2001

Reitor da Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Jacques Marcovitch

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Prof. Dr. Eliseu Martins

Chefe do Departamento de Economia
Prof. Dr. Carlos Roberto Azzoni

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

O Processo de Mercado na Escola Austríaca Moderna

Fabio Barbieri

Orientador: Prof. Dr. Jorge. E. C. Soromenho

Dissertação apresentada ao Departamento de
Economia da Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade da Universidade de
São Paulo, como requisito parcial para a obtenção
do Título de Mestre em Economia.

São Paulo
2001

FICHA CATALOGRÁFICA

Barbieri, Fabio
O processo de mercado na Escola Austríaca Moderna /
Fabio Barbieri. __ São Paulo : FEA/USP, 2001.
188 p.

Dissertação - Mestrado
Bibliografia

1. Escola austríaca de economistas 2. Economia política -
História 3. Mercado I. Faculdade de Economia, Administra-
ção e Contabilidade da USP

CDD – 330.157

Gostaria de agradecer primeiramente ao meu orientador Prof. Dr. Jorge E. C. Soromenho pela inestimável ajuda e pelas sempre valiosas sugestões e críticas.

Agradeço também aos meus professores e colegas do curso de Mestrado em Economia do IPE, que contribuíram para minha formação e aos membros da comissão julgadora do meu exame de qualificação: Prof. Dr. Milton Campanário, Prof. Dr. José R. Chiappin e Prof. Dr. Eduardo Giannetti da Fonseca, pelos comentários a este trabalho.

Agradeço ao CNPq pelo financiamento de meus estudos e a Fondation of Economic Education, New York University e ao Ludwig von Mises Institute, por financiarem minha ida a seminários sobre economia austríaca, oferecendo a oportunidade de conhecer pessoalmente vários economistas citados nesta dissertação, em especial o professor Israel Kirzner.

Por fim agradeço a Laís de Almeida Cardoso pela ajuda na revisão do texto.

Resumo

O objetivo desta dissertação é investigar as contribuições à teoria de processo de mercado feitas pelos principais economistas da Escola Austríaca desde o seu ressurgimento na década de setenta do século XX. Inicialmente situam-se os problemas tratados pela teoria de processo, apresentando-se as contribuições anteriores realizadas por Hayek nas décadas de trinta e quarenta, em especial o que ficou conhecido como o “problema do conhecimento” deste autor. A partir disso, estudam-se as contribuições das duas figuras principais do ressurgimento da escola, Ludwig Lachmann e Israel Kirzner. A investigação privilegia o estudo das implicações do subjetivismo para a teoria do processo de mercado do primeiro e a teoria da atividade empresarial do segundo. Segue-se com o debate ocorrido na década de oitenta que confronta as idéias desses dois autores a respeito da existência de uma tendência ao equilíbrio de mercado. Conclui-se com alguns desenvolvimentos mais recentes da teoria. A obra dos autores, o debate entre eles e as contribuições posteriores são analisadas sob o ponto de vista da epistemologia evolucionária de Popper.

Abstract

The purpose of this dissertation is to investigate the contributions to the theory of market process made by the most important economists of the Austrian School since its revival in the seventies. We initially pose the problems the theory of market process deal with, showing the early contributions to that theory made by Hayek in the 30's and 40's, specially what was known latter as his "knowledge problem" After this, we study the contributions of the two leading figures of the revival, Ludwig Lachmann and Israel Kirzner. The investigation focus on the former's study of the implications of subjectivism to market process theory and the latter's theory of entrepreneurship. After that, we deal with the debate that happened in the 80's, confronting the views of the two authors concerning the existence of a tendency toward market equilibrium. We conclude with some more recent developments of the theory. The work of the authors, the debate among them and the latter contributions are discussed under the view of Popper's evolutionary epistemology.

There is no need to prove that each individual is the only competent judge of the most advantageous use of his lands and of his labor. He alone has the particular knowledge without which the most enlightened man could only argue blindly. He learns by repeated trials, by his successes, by his losses, and he acquires a feeling for it which is much more ingenious than the theoretical knowledge of the indifferent observer because it is stimulated by want.

Turgot, 1759.

...economic theory sometimes appears at the outset to bar its way to a true appreciation of the character of the process of competition, because it starts from the assumption of a 'given' supply of scarce goods. But which goods are scarce goods, or which things are goods, and how scarce or valuable they are – these are precisely the things which competition has to discover.

Hayek, 1978:256.

Rational decision-making does not require true knowledge. It only requires the explicit assumption on the part of the decision-maker that his knowledge is true. Actions based on knowledge that is actually (but unknowingly) false will yield errors of other unintended consequences. These consequences are not evidence of the actor's "irrationality"; rather, they are evidence that some of the actor's knowledge is false.

Boland, 1978:260.

The market process can be conceived as an evolutionary, self-organizing process involving the growth of knowledge, which bears important similarities to the progress of scientific knowledge. To the extent that the market system is a Popperian falsificationist learning process, knowledge in the market evolves by means of Darwinian selection rather than Lamarckian instruction. The neoclassical conception of the market, on the other hand, is Lamarckian rather than Darwinian. The growth of market knowledge in a Lamarckian learning process is repetitive and cumulative.

Harper, 1996:282.

In summary, the market process is a spontaneous order sustained by an institutional framework in which private property and free exchange predominate, and which emerges from the largely independent purposes of individual actors who plan in the face of partial ignorance and unanticipated change.

Ikeda, 1994.

Sumário

1. O Processo de Mercado e o Problema do Conhecimento	10
1.1. Introdução	10
1.2. O Programa de Pesquisa Austríaco	13
1.3. Hayek e o Problema do Conhecimento	17
1.4. Popper e o Problema do Conhecimento	30
1.5. O ressurgimento da Escola Austríaca na década de setenta	34
2. Lachmann	37
2.1. Introdução	37
2.2. A Estrutura da Produção	39
2.3. Subjetivismo, Expectativas e Processo de Mercado	49
2.3.1 Subjetivismo	49
2.3.2. Conhecimento e Tempo: o papel das expectativas	54
2.3.3. Forças Equilibradoras e Desequilibradoras	61
2.4. Hermenêutica, Teoria das Instituições e Processo de Mercado	64
2.4.1. O Método e a Teoria das Instituições	64
2.4.2. O Processo de Mercado	71
2.5. Uma Leitura Hermenêutica de Lachmann	78
3. Kirzner	81
3.1. Introdução	81
3.2. Origem da Teoria de Kirzner	83
3.2.1. O <i>Homo agens</i>	83
3.2.2. O Processo de Mercado	86
3.3. Competição e Atividade Empresarial	89
3.4. Atividade Empresarial e o Problema do Conhecimento	100
3.5. Kirzner e Schumpeter	109
3.6 Interpretações e Críticas	112
4. Os Debates da Segunda Década do Ressurgimento	118
4.1. Introdução	118
4.2. O Debate sobre Tendências Equilibradoras e Desequilibradoras	120
4.2.1. As Realidades Subjacentes e a Velocidade das Mudanças	120
4.2.2. A Negação do Problema do Conhecimento	128
4.3. A Economia do Tempo e da Ignorância	134
4.4. Conclusão	146
5. Desenvolvimentos: Processo, Evolução e Subjetivismo	148
5.1. Introdução	148
5.2. Teoria de Processo e Evolução	150
5.3. Evolução e Subjetivismo	157
5.3.1. Popper e a Solução do Problema de Hayek	157
5.3.2. Atividade Empresarial e Epistemologia Evolucionária	164
5.4. Conclusão	179
6. Bibliografia	183

1. O Processo de Mercado e o Problema do Conhecimento

Any approach, ..., which in effect starts from the assumption that people's knowledge correspond with the objective facts of the situation, systematically leaves out what is our main task to explain. Hayek, [1945]1980:91.

1.1. Introdução

O objetivo desta dissertação é apresentar a história das origens e desenvolvimento de uma divisão no interior da moderna Escola Austríaca de Economia (EA). Essa clivagem se formou em torno de diferentes concepções sobre a teoria austríaca do processo de mercado e tem suas raízes nas diversas posturas metodológicas mantidas pelos autores envolvidos. O trabalho enfoca as contribuições teóricas feitas pelos economistas “austríacos” das gerações posteriores a Hayek, em especial Ludwig Lachmann e Israel Kirzner, que, ao lado de Murray Rothbard, foram as figuras principais no ressurgimento da escola austríaca a partir da década de setenta¹. Os desenvolvimentos da teoria a partir deste ressurgimento constituem o que chamamos de Escola Austríaca Moderna.

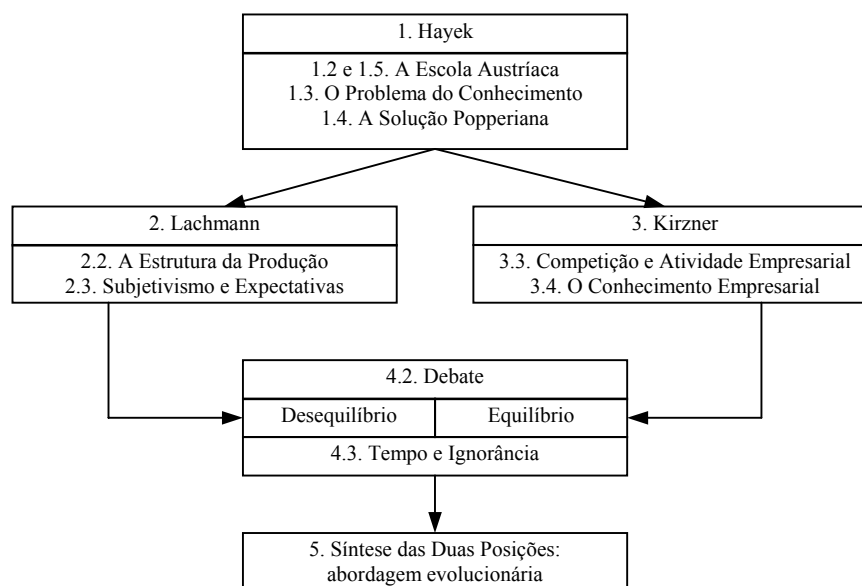
Destes desenvolvimentos, levaremos em conta apenas os aspectos relacionados com a teoria de processo de mercado. Serão postas de lado, desta forma, contribuições à teoria monetária, ciclo econômico, sistemas econômicos comparados, história da economia e do pensamento econômico que não forem diretamente relevantes para o entendimento da teoria de processo, bem como grande parte das discussões metodológicas e de teoria do capital que surgiram na tradição austríaca moderna.

Mas o que é a teoria de processo de mercado? Que problemas essa teoria trata e em que aspectos ela se diferencia da teoria microeconômica tradicional? Geralmente esta última está preocupada com o estado de equilíbrio. Estuda-se, por exemplo, as quantidades e preços de equilíbrio e a optimalidade desse estado. A teoria de processo, por outro lado, está preocupada com a sequência de eventos que ocorrem no mercado, que pode levar ou não a um estado de equilíbrio. Investiga-se sob que condições podemos esperar a existência de uma tendência ao equilíbrio, num processo no qual a ignorância dos agentes sobre a realidade que os cerca e os erros advindos dessa ignorância exercem

papel predominante da análise. Como veremos, fora do equilíbrio, os “dados” do problema de alocação, como preferências e preços, não são de fato dados, mas sua descoberta é fruto do próprio processo competitivo. Nessa teoria, o empresário cumpre a função fundamental de descobrir esses dados. Dessa maneira, a teoria está preocupada com o *processo de aprendizado* dos agentes econômicos. Nesse sentido, como veremos em breve, Hayek salienta o papel que o estudo do conhecimento dos agentes deveria desempenhar na análise econômica. Para tal, a AE utiliza teorias metodológicas não somente para entender o funcionamento da ciência, mas também como elemento analítico pertencente às próprias teorias econômicas: estuda-se a *evolução do conhecimento* dos agentes e como esse conhecimento se relaciona com a realidade existente nos mercados. Sob que condições esse conhecimento se torna compatível com essa realidade, possibilitando que haja coordenação entre as atividades dos agentes, é o problema tratado pela EA, que chamaremos de *Problema do Conhecimento* de Hayek.

O trabalho está estruturado conforme a figura abaixo. O restante deste capítulo irá expor o problema do conhecimento tratado pela teoria do processo de mercado na EA moderna. Para tal, iremos situar o problema historicamente, através de uma caracterização do que vem a ser o programa de pesquisa austríaco (1.2), seguida do estudo da origem do problema básico, encontrada em artigos de Hayek escritos nas décadas de trinta e quarenta sobre o papel do conhecimento no processo de mercado (1.3) e de um breve relato da história do ressurgimento da EA a partir dos anos setenta (1.5), quando as contribuições de Lachmann e Kirzner oferecerão maneiras contrastantes de lidar com o problema. Ainda no primeiro capítulo (1.4), iremos esboçar algumas idéias de Popper sobre metodologia que serão usadas na resolução do problema do conhecimento de Hayek no último capítulo e na avaliação das contribuições de Lachmann e Kirzner.

¹ A EA, após seu apogeu na década de trinta, viveu uma fase de esquecimento e perda de influência até os anos setenta, que marca o ressurgimento da escola. Ver mais adiante, seção 1.5.



O restante do trabalho divide-se em quatro capítulos. Os dois seguintes tratam da obra de dois economistas principais do ressurgimento, Lachmann e Kirzner. O segundo capítulo, dedicado à obra de Lachmann, principia pelo estudo de sua teoria da estrutura do capital (2.2) e das forças equilibradoras que mantêm integrada esta estrutura. Em seguida (2.3), veremos como, a partir dessa teoria, o autor altera sua versão sobre a teoria do processo de mercado, passando a enfatizar o subjetivismo radical, a incerteza e a criatividade da ação humana. Esta ênfase levará o autor a privilegiar as forças desequilibradoras no mercado. Analisaremos a transformação do autor e os trabalhos metodológicos que a fundamentaram (2.4). O terceiro capítulo traça as origens do pensamento de Kirzner em Mises (3.2), apresenta a sua teoria da atividade empresarial, baseada neste último autor (3.3) e segue com desenvolvimentos posteriores da sua teoria relacionados ao problema do crescimento do conhecimento dos agentes estudados por Hayek (3.4).

O quarto capítulo trata dos debates que surgiram no interior da EA a partir da década de 80, em especial o debate sobre a preponderância das forças equilibradoras ou desequilibradoras no processo de mercado (4.2). Nesse debate chocam-se as idéias de Lachmann e Kirzner sobre como funcionaria o processo de mercado. O primeiro enfatizará os aspectos de incerteza e criatividade do conhecimento dos agentes, enquanto o segundo enfatizará as limitações à liberdade de ação humana impostas pela existência das realidades subjacentes ao processo de mercado. O capítulo segue (4.3) com uma tentativa de conciliação das duas posições, encontrada em um livro que marcou a EA na década de oitenta.

Por fim, o quinto capítulo defende a idéia de que a teoria austríaca de processo deve, no futuro, tomar a forma de uma teoria evolucionária. O capítulo aponta alguns desenvolvimentos que já ocorreram nessa direção e, com base nesse referencial, oferece uma interpretação do debate tratado no capítulo anterior, utilizando a epistemologia evolucionária de Popper para analisar até que ponto as teorias de Lachmann e Kirzner lidam satisfatoriamente com o problema do conhecimento de Hayek. Com base na abordagem popperiana sobre a natureza do conhecimento, concluiremos que as contribuições dos dois autores são complementares, os pontos fortes de cada um deles vêm em auxílio na resolução dos pontos fracos do outro.

1.2. O Programa de Pesquisa Austríaco

A EA, embora compartilhe sua origem com a tradição neoclássica e apresente vários pontos de acordo com esta última, como por exemplo a teoria básica do valor, constitui um programa de pesquisa próprio. O desafio de um texto que trata da mais recente geração de economistas pertencentes a esta tradição consiste em expor suas idéias e conceitos de forma que não sejam interpretadas de maneira distorcida sob a ótica de outras abordagens, sem ao mesmo tempo iniciar a análise do princípio, recuando até as origens das idéias austríacas em Menger, o que tornaria o trabalho excessivamente extenso.

Na tentativa de reduzir esse problema, oferecemos uma breve exposição do programa de pesquisa austríaco, fazendo uso da caracterização da ciência segundo Lakatos (1970)². Sem entrar nos méritos da abordagem lakatosiana, ela nos oferece um referencial útil para a identificação das proposições centrais e secundárias de uma escola de pensamento, que é o nosso próximo objetivo. A apresentação do núcleo, das heurísticas positiva e negativa da tradição austríaca ajudará também a entender o contexto dos problemas enfrentados por Lachmann e Kirzner.

² Um programa de pesquisa consiste num conjunto de teorias que se alteram ao longo do tempo, conforme regras de decisão metodológicas. No núcleo (*hard core*) estão as proposições fundamentais, consideradas irrefutáveis pelos cientistas pertencentes ao programa e que, portanto, permanecem ao longo do desenvolvimento do programa. Em torno deste núcleo situam-se as proposições menos fundamentais, que se alteram ao longo do tempo, constituindo o cinto protetor. A heurística positiva consiste na estratégia de desenvolvimento do programa, em termos de regras sobre o que deve ser feito. A heurística negativa

A fim de diferenciar o programa de pesquisa austríaco do programa neoclássico, exporemos o núcleo da EA a partir de elementos metodológicos³, não enfatizando as teorias propriamente ditas que são compartilhadas pelos dois programas.

Núcleo: podemos identificar o núcleo do programa austríaco pelas seguintes características:

- **Individualismo metodológico:** este preceito, compartilhado pela teoria neoclássica, busca a explicação dos fenômenos econômicos na ação dos indivíduos, e não em entidades coletivas, como por exemplo faz o historicismo. Rejeita-se da mesma forma conceitos e agregados macroeconômicos que não sejam fundamentados na ação individual. A ação humana individual é o ponto de partida para a EA.
- **Subjetivismo metodológico:** o subjetivismo da EA não se limita às preferências do consumidor⁴, mas parte da noção de ação humana baseada em planos individuais, que incorpora também as expectativas e o conhecimento em geral dos agentes econômicos, como conjecturas empresariais. Os meios e fins dos planos individuais têm sua origem na mente dos agentes, são imaginados e definidos pelas pessoas. É um subjetivismo “epistêmico”: as expectativas, o conhecimento das preferências, dos bens e as conjecturas empresariais são conhecimento falível e conjectural, imaginados pelos agentes, não sendo “dados” de antemão ao economista. A relação entre o conhecimento individual e as realidades objetivas do mercado faz parte dos problemas estudados pela EA.
- **Análise de processo:** os austríacos não centram sua análise nas propriedades de um estado de equilíbrio, mas sim no processo de trocas que levaria ou não a tal estado. Estuda a ação humana fora do equilíbrio. A análise de processo parte das conjecturas empresariais, cuja implementação leva a erros que surgem das ações baseadas em conhecimento imperfeito e prossegue estudando os mecanismos de correção de erros. A EA estuda a *ordem espontânea*⁵ do mercado, que surge da

consiste em regras sobre o que não fazer, de forma a proteger o núcleo de críticas. Ver Lakatos e Musgrave (ed)., 1970.

³ Parte do que se segue é baseado em Boettke, 1994. Ver também Dolan, 1976.

⁴ Em contraste, para Pareto (*Curso de Economia Política*), basta que se dê uma fotografia das preferências do consumidor e este pode sair de cena na análise econômica.

⁵ Para Hayek, ordem é vista como: “a state of affairs in which a multiplicity of elements of various kinds are so related to each other that we may learn from our acquaintance with some spatial or temporal part of the whole to form correct expectations concerning the rest, or at least expectations which have a good chance of proving correct”. Hayek, 1982. Ver Ikeda, 1994, citado nas epígrafes deste texto.

interação de indivíduos que agem conforme seus planos independentes, baseados em conhecimento imperfeito e sujeitos a mudanças inesperadas.

- **Complexidade:** A EA identifica na diversidade micro a causa fundamental de vários fenômenos econômicos. Suas teorias evitam utilizar agregados homogêneos, apontando em vez disso para as relações estruturais entre os elementos diferenciados de tais agregados: enfatiza-se a estrutura do capital em detrimento da sua quantidade total, os movimentos relativos nos preços são mais importantes do que o estudo do “nível de preços”, o conhecimento e expectativas variam conforme o agente e o sistema de preços é visto como um sistema complexo⁶ de adaptação a mudanças freqüentes e desconhecidas pelos agentes, formando uma ordem espontânea auto-organizável.

Heurística Positiva: orientada por estes preceitos básicos, a EA desenvolve teorias nas seguintes direções:

- tornar os fenômenos econômicos inteligíveis em termos de ação humana proposital, em especial o estudo dos planos individuais;
- traçar as conseqüências não intencionais da ação humana;
- lidar com as conseqüências da passagem do tempo e da imperfeição do conhecimento, como o estudo da inconsistência de planos;
- desenvolver teorias sobre a aquisição de conhecimento por parte dos agentes;
- estabelecer as condições para se admitir a existência de uma tendência ao equilíbrio;
- estabelecer as condições em que ocorrem desequilíbrio, como na teoria de ciclos;
- construir teorias com relações estruturais entre seus elementos, que dêem conta da diversidade e complexidade do fenômeno estudado.

Heurística Negativa: paralelamente a este programa positivo, os austríacos seguem regras negativas, como:

- não construir teorias que estabeleçam relações causais entre agregados e médias, sem fazer referência a ações humanas individuais;

⁶ Ver mais adiante, pág.26, como Hayek define fenômenos complexos. O grau de complexidade no mercado, para Harper (1996), se refere ao número de problemas que os agentes têm que resolver, sua diversidade e inter-relações. Da mesma forma, tendo em mente fenômenos biológicos, Dawkins (1996:6) considera que uma condição necessária para um objeto ser considerado complexo é possuir uma estrutura heterogênea.

- não construir teorias nas quais as ações humanas são completamente determinadas por situações externas, negando-se alguma autonomia à mente humana;
- não utilizar teorias que admitem conhecimento perfeito ou optimamente imperfeito;
- não desconsiderar diversidade individual dos agentes e o realismo das hipóteses (rejeita-se o instrumentalismo metodológico).

Essa caracterização procura reunir um número mínimo de elementos comuns ao pensamento dos economistas austríacos e nos será útil ao longo do trabalho na tarefa de identificar os desenvolvimentos e controvérsias ocorridos na EA moderna.

Diante dos elementos comuns aos austríacos, contudo, deve-se ter em mente a grande diversidade de posições que existe entre os seus autores, ou mesmo ao longo da obra de um economista em particular. Essa diversidade será retratada, no que concerne aos autores das gerações mais recentes, no estudo das controvérsias que ocorreram no interior da escola na década de oitenta. Devido a essas controvérsias, excluimos do núcleo do programa um elemento fundamental, que surge do pressuposto nuclear do subjetivismo. Trata-se do estudo do papel do *conhecimento* do agente econômico no processo de mercado, colocado por Hayek. Devido à grande diversidade de posturas epistemológicas e metodológicas encontradas na EA (ver, por exemplo, Feijó, 1999), parte dos economistas dessa tradição rejeita o estudo do papel do conhecimento⁷. Embora fora do núcleo, esse elemento será fundamental para a nossa análise: as diferentes posturas sobre essa questão explicarão em grande parte as diferenças entre as visões dos diferentes autores austríacos e os debates que surgiram entre eles. Fora do núcleo da EA, podemos colocar esse ponto alternativamente no núcleo do programa hayekiano de pesquisa ou no cinturão protetor da EA mais ampla. A próxima seção é dedicada à apresentação deste elemento.

⁷ Rothbard é um dos economistas que negam o problema estudado por Hayek. Como vamos nos concentrar neste problema, não estudaremos as contribuições daquele autor.

1.3. Hayek e o Problema do Conhecimento

Tendo colocado as características gerais do programa de pesquisa austríaco, vejamos agora como, a partir dos escritos de Hayek das décadas de trinta e quarenta, a teoria austríaca do processo de mercado é caracterizada pelo estudo do papel que o conhecimento dos agentes desempenha nesse processo, estudo este que informará os desenvolvimentos realizados pelas gerações seguintes de economistas austríacos. De fato, boa parte das obras de Lachmann e Kirzner, bem como os trabalhos da geração posterior a estes dois autores, podem ser vistos como tentativas (explícitas ou não) de lidar com o problema do conhecimento colocado por Hayek. Como ficará evidente ao longo do trabalho, podemos enxergar a obra dos autores sob a ótica deste problema fundamental. Passaremos agora a estudar suas origens.

Desde o seu início, a EA desenvolveu teorias de processo de mercado, como por exemplo a teoria de Menger sobre o surgimento e evolução da moeda. No princípio da revolução marginalista, porém, os economistas austríacos não se consideravam uma escola à parte, com um programa de pesquisa diferenciado, mas sim como membros da tradição neoclássica⁸. Com o debate iniciado em 1920 por Ludwig von Mises sobre a impossibilidade do cálculo econômico socialista, contudo, começou-se a criar uma consciência de que a escola austríaca interpretava a teoria da competição de forma diferente, tratando de questões diversas das colocadas pelos demais economistas. Para Mises, o socialismo seria impraticável porque, sem um sistema de preços para bens de capital, seria impossível determinar uma alocação racional baseada na escassez relativa dos bens. Essa mesma teoria usada por Mises para criticar o socialismo foi utilizada posteriormente como base das propostas que tentariam viabilizar esse mesmo socialismo: um sistema de equações que descrevem um equilíbrio geral poderia ser utilizado para planejar uma economia real. Lange propôs uma solução do problema do cálculo baseada na instrução para as firmas minimizarem seus custos médios e operarem de forma a igualar preços oficiais a custos marginais. Tais preços eram corrigidos conforme o planejador observasse excesso de demanda ou oferta. A teoria econômica, interpretada puramente sob a ótica de equilíbrio, não teria como distinguir uma economia planificada de uma descentralizada. Com isso, os austríacos começaram a

⁸ Mises afirma que as idéias austríacas foram incorporadas no *mainstream* e que a diferença entre as duas abordagens se referia mais a diferenças de estilo. Em obras posteriores podemos encontrar uma postura mais crítica do autor ao *mainstream*, conforme o núcleo do programa austríaco se tornava mais claro.

perceber que possuíam uma compreensão diferente sobre o significado dos termos e resultados da teoria microeconômica. Ao fazer frente às tentativas de solução do problema do cálculo, conhecidas como “socialismo de mercado”, a teoria austríaca de processo de mercado foi se delineando e divergindo de vários aspectos da teoria tradicional⁹, como a ênfase no processo, não em estados finais de equilíbrio, ou o significado do subjetivismo, entre outros tópicos. Em particular, a contribuição de Hayek ao debate critica os aspectos da teoria da competição relacionados ao pressuposto de conhecimento perfeito dos agentes¹⁰. Em que sentido poderia-se dizer que os “dados” de preferências, tecnologia, disponibilidade de recursos são de fato “dados”? Surge assim o elemento que é peça fundamental do programa de pesquisa do autor – o estudo do papel do conhecimento dos agentes no processo de mercado, do qual nos ocuparemos agora.

Em seu conhecido artigo de 1937 – “Economics and Knowledge” – Hayek distingue a teoria formal de equilíbrio e a “análise teórica sobre causalidade no mundo real”. A primeira consiste em que Hayek chama de Lógica Pura da Escolha. Dados os meios e os fins dos agentes, deriva-se logicamente as ações e escolhas dos mesmos: a solução está implícita na definição dos dados do problema. Essas deduções são exercícios de lógica – seus resultados são tautologias derivadas dos dados básicos da situação inicial dos agentes. Admite-se simplesmente que tais dados são conhecidos pelos agentes. Mais ainda, para um indivíduo, sua percepção de meios e fins definem subjetivamente tais dados. No entanto, se a teoria econômica pretender dizer algo sobre casualidade e processos do mundo real, aquelas pressuposições formais da teoria de equilíbrio devem ser acompanhadas de teorias sobre como os agentes aprendem e comunicam conhecimento. Com isso, a economia deixaria de ser um ramo da lógica para se tornar algo conjectural, passível, pelo menos em princípio, a teste empírico.

Hayek parte da noção de equilíbrio individual para depois estudar o equilíbrio no mercado. No primeiro caso, diz-se que as ações de um indivíduo estão em equilíbrio em relação uma a outra se elas fizerem parte de um mesmo plano. Ao fazer parte de um plano, tais ações são compatíveis entre si. Como os “dados” do problema são definidos

⁹ Para uma versão detalhada deste desenvolvimento a partir do debate do cálculo, ver Kirzner, 1992 e Lavoie, 1985. Mises aprimora suas idéias sobre o mercado como um processo, já informado pelas respostas dos teóricos neoclássicos socialistas, em seu *Human Action* e Hayek em *Individualism and Economic Order*.

¹⁰ Os artigos de Hayek que estudaremos foram inspirados pelo debate, sendo, contudo, mais gerais. Deixaremos de lado os artigos especialmente voltados para a controvérsia do cálculo.

subjetivamente pelo agente, o equilíbrio é conhecido, dedutível a partir desses dados. Não se coloca a questão de verificar se os dados subjetivos correspondem à realidade exterior. Um equilíbrio permanece enquanto o agente não alterar o seu conhecimento sobre essa correspondência, caso este em que os dados subjetivos se alteram. Se isso ocorrer, ações tornam-se incompatíveis entre si e revisões de planos devem ocorrer.

Como o equilíbrio é uma relação entre ações e estas se sucedem no tempo, o conceito de equilíbrio só teria significado num contexto temporal. Nota-se que o autor pensa não em termos de equilíbrio estático, mas em termos de um processo de mercado que evolui no tempo e envolve alterações do conhecimento dos agentes. Nesse sentido, Boland (1978:240) define o que ele chama de “problema de Hayek”: como podemos explicar o processo de mudança em economia e permanecermos consistentes com os princípios da decisão individual racional? Ou, em outros termos, o problema de Hayek investiga teorias do crescimento do conhecimento dos agentes.

Quando passamos do caso isolado para um grupo de pessoas, Hayek define o equilíbrio em termos de compatibilidade de planos individuais. Neste caso, surge o problema de que os dados não são mais subjetivos: cada plano deve levar em conta a ação dos demais indivíduos. O que é “dado subjetivo” para um agente passa a ser um dado externo para os demais. Segundo Hayek, para haver compatibilidade de planos, os agentes devem formar expectativas iguais sobre a mesma realidade exterior e expectativas corretas sobre as ações dos outros indivíduos. Isto soma mais uma dificuldade a questão da compatibilidade dos dados subjetivos à realidade externa que apontamos no caso no indivíduo isolado, pois agora deve-se considerar não apenas a relação homem/natureza, mas também a relação homem/homem. Na teoria de equilíbrio de mercado, essas dificuldades são evitadas com o pressuposto de que os mesmos “dados” de preferências, disponibilidade de recursos, preços e tecnologias são conhecidos por todos os agentes. Na transição do indivíduo para a sociedade, o termo “dado” apresenta uma mudança de significado que viciaria a análise, pois não seria mais legítimo pensar em dados em termos puramente subjetivos.

Em primeiro lugar, para Hayek, deve-se perguntar para quem os “dados” são dados. Por um lado, não se deve confundir o conhecimento dos agentes com o conhecimento do economista. Trataremos desta questão mais adiante. Por outro lado, como vimos, coloca-se a questão de saber se os “dados” são subjetivos ou objetivos. Uma das

principais tarefas da economia deveria ser justamente investigar a relação entre conhecimento e realidade, tendo em vista as questões do mercado:

[the] question why the data in the subjective sense of the term should ever come to correspond to objective data is one of the main problems we have to answer (Hayek, [1937] 1980:39).

Numa situação de equilíbrio, os agentes estão corretos sobre as ações dos demais indivíduos e sobre as demais realidades exteriores. Deve-se notar que esse conceito de equilíbrio não se limita a uma economia estática: o equilíbrio mantém-se desde que os agentes possam prever as mudanças que ocorrem na economia: se eu conheço o que vai mudar, eu não altero meus planos, que já incorporam esse conhecimento da mudança. O importante, contudo, é notar a dependência do estado de equilíbrio de questões sobre o conhecimento dos agentes e da relação entre este conhecimento e a realidade subjacente. A conclusão principal disso refere-se à questão de que a afirmação da existência de uma tendência para o equilíbrio depende de como os agentes adquirem conhecimento, não sendo mais a economia um exercício de lógica pura. O resultado do processo de mercado varia conforme alteramos a forma que pensamos que os agentes aprendam. Entre as novas questões colocadas, deve-se estudar “(a) sob que condições essa tendência ao equilíbrio existe e (b) a natureza do processo pelo qual o conhecimento individual é mudado” (Hayek, 1980:45).

Hayek não oferece uma solução acabada para o problema do crescimento do conhecimento individual no mercado, oferecendo em seu lugar algumas observações e questões importantes, que podem ser utilizadas como elementos de uma solução. Em primeiro lugar, para que haja um aprendizado – convergência dos dados subjetivos à realidade subjacente – é necessária alguma regularidade do ambiente. Em segundo lugar, deve-se perguntar em que circunstâncias os agentes alteram seus planos. Temos duas possibilidades: ou ocorrem mudanças de gostos (o que não interessa ao economista), ou os agentes aprendem novos fatos. Estes podem ser apreendidos por acidente: a descoberta não foi parte da busca proposital contida em seus planos, ou ocorre que os dados subjetivos dos agentes se revelam diferentes da realidade, frustrando suas expectativas. Vislumbramos aqui um processo de aprendizado por tentativas e erros que ocupará papel central no resto de nosso trabalho. Em terceiro lugar, Hayek sugere que o estudo de instituições transmissoras de conhecimento, como imprensa e publicidade, deveria receber mais atenção do economista. Além disso, Hayek observa que o conhecimento relevante não é relativo apenas a preços, presentes

ou futuros, mas no sentido mais amplo da correspondência dos dados subjetivos às realidades objetivas, como, por exemplo, conhecimento de como e em que circunstâncias os bens podem ser adquiridos e usados. Finalmente, temos o problema da *divisão do conhecimento*: como, pergunta o autor, a interação de pessoas diversas, cada uma delas possuindo apenas uma pequena fração do conhecimento total, resulta numa *ordem espontânea*, que apresenta regularidades, como a convergência de custos e preços, sem direção central que possua todo o estoque conhecimento da sociedade necessário para utilizar em seus cálculos? Isso é usualmente conhecido como “problema do conhecimento” de Hayek¹¹.

O problema do uso do conhecimento disperso é o tema do seu artigo de 1945, “The Uses of Knowledge in Society”. Para tratar desse problema, Hayek desenvolve a sua distinção que mencionamos acima entre conhecimento científico do economista e conhecimento localizado do agente econômico. O primeiro é um conhecimento genérico, aplicável a qualquer circunstância e possivelmente compartilhado pela comunidade científica, enquanto último se refere ao conhecimento das “circunstâncias particulares de tempo e lugar”, com as quais os indivíduos se defrontam, sendo este um conhecimento específico a cada agente. Qual seria a natureza desse conhecimento prático? Hayek dá como exemplos tanto o conhecimento particular dos arbitradores sobre oportunidades específicas de lucro ou o conhecimento sobre particularidades de um cargo específico que um funcionário de uma firma assuma, quanto as habilidades desenvolvidas pelas pessoas ao longo da vida. Como Hayek não é mais explícito sobre essa questão, surgem duas interpretações na literatura. Alguns autores como Gray (1998), Lavoie (1985a, 1985b) e Caldwell (1997) enfatizam a natureza tácita, não articulável¹² do conhecimento, de forma semelhante ao estudado nos trabalhos de Michael Polanyi e Gilbert Ryle, embora Hayek não utilize em momento algum a noção de conhecimento tácito no seu artigo de 1945¹³. Por outro lado, autores como Boland (1978) enfatizarão a aplicabilidade limitada, particular e dispersa, do conhecimento

¹¹ Neste trabalho chamaremos isso de problema do *uso* do conhecimento, reservando para a outra expressão o problema mais geral da correspondência entre os dados subjetivos e a realidade objetiva do mercado.

¹² As pessoas sabem como andar de bicicleta; no entanto, desconhecem os processos físicos e musculares necessários para tal. Elas sabem “como”, mas não sabem “por que”. Esse tipo de conhecimento se denomina tácito.

¹³ Em trabalhos posteriores de Hayek (1982), contudo, pode-se encontrar referências ao conhecimento tácito. Ainda assim, enfatiza-se o segmento de regras morais e legais que são úteis para o indivíduo sem que este saiba que segue tais regras ou saiba de sua utilidade, e não o conhecimento tácito de particularidades do mercado.

individual, podendo este ser articulável. No último capítulo deste trabalho contrastaremos ambas as interpretações, especulando sobre quais circunstâncias cada tipo de conhecimento é o mais relevante, conforme o tipo de problema que for abordado.

Mas qual é o uso e a importância deste conhecimento das circunstâncias particulares de tempo e local em contraste com o conhecimento científico? Quanto mais importantes forem as mudanças no processo de mercado, mais importante será o conhecimento localizado. Se não houvesse mudança, o problema do planejador central seria resolvido com facilidade: só seriam necessários um plano e um conjunto de decisões iniciais, seguidos da mera execução e repetição do plano. Mas a complexidade do mundo real impõe a necessidade de mudanças constantes de planos, conforme ocorram mudanças diárias na economia. Quão fácil, aponta Hayek, é para um administrador dissipar os diferenciais sobre os quais os lucros se baseiam e quão difícil é manter no dia-a-dia os custos em um nível estável. As pequenas alterações do mundo real são específicas a cada caso e não são passíveis de detecção em estatísticas. Essas observações, triviais para um administrador, parece não ser notada pelo economista, devido à confusão do conhecimento prático com o teórico. Para Hayek, ao contrário, o conhecimento localizado é fundamental para o funcionamento de uma economia:

...the economic problem of society is mainly one of rapid adaptation to changes in the particular circumstances of time and place (Hayek, [1945] 1980:83).

Uma vez estabelecido o tipo de conhecimento relevante para sua análise, Hayek indaga sobre qual é o conhecimento específico que os agentes necessitam possuir para realizar seus planos individuais, de tal forma que suas atividades sejam coordenadas no mercado. O sistema de preços, aponta o autor, tem um papel economizador de conhecimento que possibilita tal coordenação. Hayek exemplifica com seu famoso exemplo do estanho. Se um novo uso para o estanho foi encontrado ou uma fonte de oferta do metal se esgotou, os demais agentes economizam estanho sem ter qualquer conhecimento – e sem precisar ter este conhecimento – sobre qual dessa duas hipóteses de fato ocorreu. A elevação do preço do estanho desencadeia uma série enorme de ajustes, envolvendo milhares de pessoas que desconhecem o que ocorre no processo como um todo. O sistema de preços funciona como um sistema de telecomunicações que coordena as atividades individuais, resultando em adaptações a mudanças constantes de situações particulares. O resultado da interação social sob o sistema de

preços é um exemplo de formação de uma *ordem espontânea*, cujo estudo ocupará boa parte de sua obra posterior¹⁴.

Hayek aplica estas considerações sobre o papel do conhecimento na economia ao estudo da competição no mercado. Em “The Meaning of Competition” [1946], Hayek critica a teoria da competição perfeita derivada da análise de equilíbrio e a contrasta com a noção de competição pertinente a um processo de mercado, que se aproxima do uso da palavra “competição” na linguagem comum. A teoria da competição perfeita, nota Hayek, exclui todas as atividades consideradas competitivas pelo senso comum, como variação de produtos, promoções ou disputa por credibilidade.

Ao se avaliar a competição no mundo real conforme os padrões da teoria da competição perfeita, realizar-se-ia uma extensão ilegítima da análise tautológica de equilíbrio para processos sociais que ocorrem no tempo. O primeiro método ignora o problema que indaga como os “dados” dos diferentes agentes se ajustam ao longo do tempo aos fatos objetivos da realidade. Ignora o problema do crescimento do conhecimento no mercado. Com isso, a teoria da competição perfeita assume como existente um estado de coisas que apenas o processo competitivo tende a revelar. Ao tomar esse estado de coisas como certo, como dado, os elementos fundamentais da competição são desconsiderados na análise:

Competition is by its nature a dynamic process whose essential characteristics are assumed away by the assumptions underlying static analysis. (Hayek, [1946]1980:101)

O pressuposto de conhecimento perfeito, em especial, considera “dado” aquilo que seria o fruto mesmo do processo competitivo, escondendo a verdadeira natureza desse processo. Por exemplo, assume-se que um produtor sabe de antemão qual é o menor custo para produzir um produto, quais são as necessidades dos consumidores e quais produtos que de fato atenderão tais necessidades. O consumidor, por outro lado, sabe quais são as alternativas disponíveis para seu consumo. Todo esse conhecimento, afirma Hayek, na verdade surge no processo competitivo, através da publicidade e de outras atividades competitivas que ocorrem no mercado.

¹⁴ Autores como Grossman e Stiglitz (por exemplo, 1976) costumam realizar uma interpretação distorcida do significado dessas idéias de Hayek, interpretando-as sob uma ótica estritamente neoclássica. Segundo esses autores, Hayek estaria dizendo que preços de equilíbrio comunicam informação e só esses preços assim o fazem. Na verdade, para Hayek, numa ótica de processo, é precisamente fora do equilíbrio que os preços são necessários para transmitir informação (imperfeita e interpretável), através de um sistema de feedback que corrige erros, não se obtendo nada parecido com um estado ótimo de Pareto. Para uma crítica a interpretação de Stiglitz e a literatura de economia de informação em geral, sob o ponto de vista da teoria de processo de mercado, ver Thomsen, 1992.

Mas qual seria o elemento fundamental da atividade competitiva? A competição é a atividade na qual os agentes rivalizam na descoberta de quais são aqueles gostos, custos e tecnologias mencionados; é uma atividade de solução de problemas (1980:96) através de um processo de tentativas e erros no mercado (1980:100), que gera um aprendizado sobre como atender melhor as necessidades das pessoas:

The real problem in all this is not whether we will get *given* commodities or services at *given* marginal costs but mainly by what commodities and services the needs of the people can be most cheaply satisfied. The solution of the economic problem of society is in this respect always a voyage of exploration into the unknown, an attempt to discover new ways of doing things better than they have been done before (Hayek, [1946]1980:101).

Se o conhecimento não é perfeito, o processo competitivo deve descobrir, entre outras coisas, o que produzir. A hipótese de homogeneidade do produto, se for defendida normativamente – e adotada –, pode bloquear o processo de descoberta ao impedir tentativas de descoberta do desconhecido. Para Hayek, quanto mais “imperfeitas” (na verdade, complexas) forem as condições objetivas de um mercado, mais o processo competitivo é necessário e mais a competição se afasta do modelo competitivo tradicional. No mercado de um produto padronizado, ao contrário, no qual o conhecimento é mais difundido e certo do que em mercados mais complexos, existiria menor necessidade de um processo competitivo de descoberta.

A competição como um processo de descoberta é justamente o título de um artigo posterior ([1968]1978) de Hayek. Nesse artigo, veremos que o conhecimento não só é disperso, como também falível: a competição no mercado leva a um processo de correção de erros.

Se a competição é um processo de descoberta, parte-se de uma situação inicial de ignorância dos dados. A competição, para Hayek, deve ser justificada precisamente porque não sabemos de antemão os fatos que determinam as ações dos competidores. Se os dados fossem previamente conhecidos, a competição seria inútil e desinteressante. A mesma coisa ocorre com testes ou esportes: não tem sentido realizá-los se se conhece o resultado de antemão. Dessa observação Hayek deriva duas conclusões fundamentais: (a) a competição tem valor somente porque seus resultados são desconhecidos e diferentes daqueles que se poderia imaginar antes do processo competitivo e (b) deve haver desapontamento de algumas expectativas para que os efeitos benéficos da competição ocorram. Vejamos mais de perto essas conclusões.

Da primeira afirmativa, Hayek deriva importantes conclusões metodológicas. Pode-se concluir que, nos casos interessantes, é impossível testar empiricamente a validade da teoria da competição. No caso interessante – no qual não sabemos o que será descoberto – é impossível avaliar quão eficaz seria a competição no processo de descoberta, pois não podemos avaliar hoje algo que não conhecemos e será descoberto amanhã. Por outro lado, numa situação artificial, em que já conhecemos o que foi descoberto, o teste da teoria subestima a realização da descoberta por considerá-la como dada. Se não sabemos o que será descoberto, a teoria da competição não pode gerar previsões acuradas do que ocorrerá. O mesmo ocorre com discussões metodológicas: não se pode rejeitar a metodologia argumentando que ela é incapaz de prever que teorias serão criadas. Em ambos os casos, pode-se no máximo realizar *previsões de padrões (pattern predictions)*, que estabelecem características gerais dos processos competitivos – no mercado e na ciência – sem realizar previsões precisas. Mais adiante estudaremos em mais detalhes o que Hayek quer dizer com previsão de padrões como o método para estudar processos de mercado.

Com esta comparação entre ciência e mercado, Hayek desenvolve a idéia que ocupará grande parte do nosso quinto capítulo. Para Hayek, a competição no mercado e o processo do crescimento do conhecimento na ciência são métodos semelhantes de descoberta de fatos, diferindo na natureza dos fatos: fatos genéricos, neste último caso, ou fatos sobre situações particulares de tempo e lugar, no primeiro. Esse paralelismo surge naturalmente se tivermos em mente o problema do conhecimento de Hayek, que trata da relação entre “dados” subjetivos e realidades subjacentes do mercado. Em ambos os casos existem pessoas (cientistas, empresários) procurando entender o mundo.

A competição no mercado seria então um processo de descoberta de fatos concernentes a situações particulares de tempo e lugar. Para estudar a natureza desse processo competitivo, Hayek utiliza a distinção entre catalaxia e economia. A economia seria “uma organização ou arranjo no qual alguém deliberadamente aloca recursos a uma ordem única de fins”, enquanto a catalaxia se refere a uma ordem espontânea na qual ocorre a interação entre indivíduos com suas escalas de prioridades diversas. Para Hayek, não se pode avaliar uma catalaxia segundo os critérios com que se avalia uma economia, pois em uma catalaxia não se alocam recursos conforme uma escala de valores única. Enquanto numa economia o conhecimento do organizador é o relevante e os demais membros seguem o plano do primeiro, numa catalaxia utiliza-se o

conhecimento disperso de todos os agentes, segundo seus propósitos diversos. A competição numa catalaxia, desta forma, não pode ser avaliada conforme critérios de optimalidade: não se pode dizer que a catalaxia tenha um propósito. Em seu lugar, Hayek propõe como critério de avaliação a eficácia com que os membros da catalaxia realizam seus objetivos. Nas palavras de Hayek, “as chances para qualquer indivíduo escolhido aleatoriamente atinjam seus fins tão efetivamente quanto possível (Hayek, 1978:258)”¹⁵. Ou ainda, a competição na catalaxia aumenta a coordenação entre as atividades dos seus membros.

Chegamos agora à conclusão (b) – referente a frustração das expectativas. Para Hayek, a competição não leva a um estado de equilíbrio, no qual tudo já foi descoberto e a competição cessa. O processo competitivo, ao contrário, leva a uma ordem espontânea de mercado, no qual existe um mecanismo de correção de erros e de ajustes, como no exemplo do estanho. O mercado, como já tinha identificado Adam Smith com sua mão invisível, é um sistema auto-organizável que leva à coordenação das atividades individuais. A frustração de algumas expectativas no processo competitivo e a correção destes erros constituem um mecanismo de retroalimentação negativa que leva a uma posterior convergência da expectativas. Essa convergência surge do processo de correção de erros. O processo se inicia, contudo, do conhecimento divergente e provavelmente errôneo dos agentes.

Até o momento vimos como o conhecimento local, incompleto, tácito, disperso e falível deveria alterar, segundo Hayek, a análise econômica usualmente preocupada com o equilíbrio. Agora resta analisar mais um elemento da visão hayekiana, aplicável tanto ao conhecimento do agente quanto ao conhecimento do economista: a relação entre o conhecimento e a complexidade do assunto estudado, que prescreverá o método de “previsão de padrões” como adequado para a teoria de processo. Isso será de grande importância para avaliarmos posteriormente as contribuições de Lachmann e Kirzner.

Em “The Theory of Complex Phenomena” ([1964] 1967c), Hayek classifica as ciências conforme o grau de complexidade de seus objetos de estudo. A complexidade de um fenômeno ou padrão é definida como “o número mínimo de elementos que um exemplo do padrão deve consistir de forma a exibir todos os atributos característicos da classe de padrões em questão” (Hayek, 1967c:25). Uma teoria física geralmente contém poucas

¹⁵ Esta proposta é a base da crítica da teoria de bem estar realizada por Kirzner, conforme veremos no capítulo 3.

variáveis, sendo capazes de explicar e prever com bastante precisão um fenômeno. Conforme entramos no campo da biologia, da psicologia e das ciências sociais, geralmente não é possível construir uma teoria com um número pequeno de variáveis que gere previsões precisas sobre um evento¹⁶. Nesses campos é difícil a obtenção de sistemas isolados, com poucos pontos de contato com outros sistemas. Devido a isso e à multiplicidade de elementos necessários para explicar um fenômeno complexo, é impossível serem obtidos todos os dados necessários para se realizar previsões precisas. Além disso, a estatística seria impotente no tratamento de padrões complexos, pois ela evita o problema da complexidade desconsiderando as relações entre elementos de uma estrutura¹⁷, que é fundamental na explicação de fenômenos complexos. Aqui entra em cena o quarto elemento do que indicamos como pertencente ao núcleo da tradição austríaca.

Com isso Hayek efetua a dissociação entre explicação e previsão, presente na literatura moderna de metodologia da ciência, que se preocupa com fenômenos complexos nas ciências naturais¹⁸. No modelo de Hempel, dada uma lei e as condições iniciais, pode-se prever o futuro de um sistema. A explicação seria simétrica a previsão, basta inverter a direção do tempo. Contudo, uma teoria que lida com fenômenos complexos, para os quais é impossível conhecer a situação inicial com a precisão requerida (pequenos detalhes são importantes no resultado final), não precisa ser totalmente desprovida de conteúdo empírico. Hayek modifica a metodologia popperiana, adaptando-a a teorias sobre fenômenos complexos. Tais teorias ainda podem realizar *previsões de padrões*. Embora não saibamos a configuração realizada (que de fato ocorreu) de um padrão em toda a sua riqueza de detalhes, podemos reconhecer e prever elementos típicos do padrão. Hayek dá o exemplo de seu tapete: se disser que existe em seu escritório um tapete com padrões de diamantes e linhas, seremos capaz de reconhecê-lo sem sabermos de antemão a disposição precisa desses elementos. Com este reconhecimento de padrões, poderemos refutar previsões que são baseadas em tais elementos do padrão.

¹⁶ Naturalmente, em Física, com uma composição de fenômenos simples podemos obter o grau de complexidade que desejarmos, observa Hayek. Isto é de fato o que ocorre com parte das ciências naturais modernas. Para a opinião contrária, ou seja, que o mundo natural é mais complexo que o humano, ver *A Miséria do Historicismo* de Popper.

¹⁷ Como ilustração, considere o seguinte: quando uma pessoa tem um pensamento, impulsos elétricos passaram por caminhos específicos entre os neurônios de seu cérebro. A estrutura da rede é fundamental: medir, estatisticamente, uma corrente elétrica média do cérebro, uma resistência elétrica média e aplicar um ddp correspondente em suas têmporas não fará com que a pessoa tenha o mesmo pensamento!

¹⁸ Ver, por exemplo, Prigogine, I e Stenger, I (1984).

Embora um número enorme de eventos particulares possa se encaixar na previsão de padrão, um número maior ainda de eventos ou configurações é proibido pelas teorias¹⁹. Seguindo Popper, Hayek identifica o conteúdo empírico de teorias pelo conjunto de eventos que a teoria proíbe, adaptando essa idéia ao estudo dos fenômenos complexos. Hayek ilustra com exemplos da teoria da evolução das espécies de Darwin e da teoria econômica. No primeiro caso, a teoria da evolução não diz quais são as particulares formas de vida – entre a infinidade de formas possíveis – que sobreviverão à seleção natural e evoluirão. A teoria descreve apenas o mecanismo de seleção. É o que se pode chamar de “teoria algébrica”, que estabelece padrões sem especificar seu conteúdo específico. Contudo, a teoria realiza certas previsões de padrão testáveis: se cortarmos a pata traseira de sucessivas gerações de cachorros, não esperamos que as novas gerações comecem a nascer sem essa pata. Em economia, já vimos como no estudo da competição como um processo de descoberta o analista não deveria procurar estabelecer os dados – o que será descoberto – mas sim as características gerais do processo competitivo. Da mesma forma, seria absurdo, segundo Hayek, determinar exatamente todos os parâmetros necessários para resolver na prática um sistema de equações de um equilíbrio geral, sendo o propósito da teoria mostrar as inter-relações que existem no sistema econômico. O tipo de previsão gerada pela teoria depende de fatos gerais, como: as pessoas realizam trocas para obter renda, as pessoas preferem rendas maiores a menores, existe entrada livre, entre outros fatos, mas não os fatos particulares de tempo e local necessários para realizar uma previsão detalhada do resultado de um processo de mercado específico. Por exemplo, pode-se prever os efeitos de um controle de preços em termos de um excesso de demanda ou oferta; no entanto, uma previsão mais acurada da magnitude dos efeitos dependeria de um volume assustador de dados referentes às circunstâncias particulares de tempo e lugar.

Ao tratar de fenômenos complexos, abdicando-se de um estrito determinismo, o teórico enfrenta um *trade-off*: perde-se conteúdo empírico, mas evita-se oferecer uma visão errônea ou excessivamente distorcida do fenômeno estudado:

The advance of science will thus have to proceed in two different directions: while it is certainly desirable to make our theories as falsifiable as possible, we must also push forward into fields where, as we advance, the degree of falsifiability necessarily decreases. *This is the price we have to pay for an advance into the field of complex phenomena.* (Hayek, 1967c:29, grifo nosso)

¹⁹ Como coloca Dawkins (*The Blind Watchmaker*), embora existam infinitas formas de se estar vivo, existe uma infinidade maior ainda de formas de se estar morto

Com isso Hayek se afasta de dois extremos metodológicos. De um lado, evita o apriorismo de Mises, que afirma que a teoria econômica é verdadeira por ser constituída de derivações lógicas a partir da noção auto-evidente e irrefutável de ação humana proposital. Por outro lado, evita o empiricismo positivista que caracteriza grande parte da economia moderna²⁰.

“Economics and Knowledge”, ao admitir que os resultados da teoria econômicas não decorrem com certeza de axiomas irrefutáveis, marca a distinção entre as metodologias de Hayek e Mises. Para Hayek, os teoremas da economia não são válidos *a priori*. Conforme postulamos diferentes teorias de aprendizado dos agentes, podemos ter resultados teóricos diversos. Em outros termos, a teoria econômica é falível e conjectural e não válida *a priori*. As conjecturas teóricas sobre o processo de aprendizado deveriam ter suas relevâncias checadas tendo em vista a realidade. Checar empiricamente fenômenos complexos, no entanto, é tarefa muito difícil. Tendo em vista a metodologia desenvolvida no seu artigo sobre fenômenos complexos, podemos imaginar que esse caráter “empírico” não se refere a observações históricas de como cada agente adquire conhecimento no mercado ou a teste das configurações específicas que o conhecimento localizado assume, mas sim testes de padrões referentes ao funcionamento de mecanismos de crescimento do conhecimento, sem fazer referência a processos específicos de aprendizado. Por exemplo, pode-se estudar que condições institucionais favorecem o crescimento do conhecimento, através da sujeição desse conhecimento a críticas. Não se trata de realizar estudo histórico de como determinados agentes adquiriram um conhecimento específico. De fato, no artigo de 1937, Hayek afirma que observações empíricas sobre o crescimento do conhecimento provavelmente não contribuiriam em nada com o estudo teórico do problema. Ao interpretar a metodologia de Hayek no sentido empiricista, ou seja, como se fosse uma questão de investigar como agentes particulares aprenderam no mercado, veremos no capítulo 4 que um conjunto de economistas austríacos ligados ao nome de Rothbard rejeita o problema do conhecimento, afastando-se do programa de pesquisa austríaco informado por esse problema, desenvolvendo o apriorismo de Mises. As diferentes interpretações sobre o problema do conhecimento nortearão o que cada autor considera como apropriado para o desenvolvimento da teoria de processo de mercado.

²⁰ Ver Caldwell, B. Beyond Positivism. Londres: Allen & Unwin, 1982.

Agora podemos explicitar como os desenvolvimentos da EA moderna refletem o problema do conhecimento. Nos próximos capítulos, veremos que Kirzner oferece uma teoria que procura lidar com o problema de Hayek por meio de uma teoria da atividade empresarial. A ação do empresário leva à identidade progressiva entre o seu conhecimento e as realidades subjacentes do mercado. Tal teoria, porém, não trata adequadamente o caráter criador e conjectural da ação empresarial. A ação empresarial, na verdade, baseia-se em hipóteses conjecturais imaginadas pelos empresários. Tal aspecto será enfatizado por Lachmann em sua versão da teoria de processo. Esse autor, por sua vez, desconsidera o papel das realidades subjacentes, tendendo a um niilismo teórico. Aprofundaremos esses aspectos nos próximos capítulos e analisaremos o debate entre os dois autores no capítulo 4. Finalmente, no último capítulo, tentaremos a conciliação dos dois autores, voltando-nos para solução do problema do conhecimento de Hayek que entendemos mais próxima da visão original do próprio Hayek sobre o processo de mercado, utilizando a metodologia de Popper modificada por Hayek no sentido de incluir as implicações do estudo de fenômenos complexos. Dedicaremos a próxima seção à apresentação dessa metodologia.

1.4. Popper e o Problema do Conhecimento

A seção anterior nos mostrou como Hayek coloca o estudo do conhecimento dos agentes no centro da análise econômica: a economia, para abordar os problemas colocados por Hayek, deve ter como um de seus objetos de estudo a análise do crescimento do conhecimento. Da mesma forma que a filosofia da ciência estuda o conhecimento científico, a economia deve estudar o conhecimento dos agentes econômicos. Por conseguinte, não podemos nos esquivar dos temas da filosofia da ciência ao estudarmos o problema do conhecimento de Hayek. Neste trabalho faremos uso das idéias de Popper (e Hayek) sobre metodologia, não só para analisar as teorias de Lachmann e Kirzner, mas principalmente as utilizaremos no último capítulo como solução mesma do problema econômico do conhecimento colocado por Hayek.

Acreditamos que as idéias de Popper são adequadas para analisar os problemas do crescimento do conhecimento no mercado tratados por Hayek e pela geração seguinte de economistas austríacos. As críticas às obras de Lachmann e Kirzner que faremos ao longo do trabalho se basearão na concepção popperiana sobre o conhecimento. Além

disso, como vimos na seção anterior, Hayek adota uma postura metodológica próxima de Popper²¹, modificando o critério falsificacionista quando o analista se vê diante de fenômenos complexos. Vários outros elementos da metodologia de Hayek se identificam com as posições popperianas. Como esses elementos farão parte da análise futura, é necessária uma pausa para apresentar uma breve descrição de alguns elementos da filosofia de Popper que serão utilizados daqui em diante.

Não se trata, contudo, do Popper popularizado em livros-texto, que se concentra no critério de demarcação entre ciência e não-ciência, mas do Popper que enfatiza o racionalismo crítico, encontrado em obras como *Objective Knowledge*. Boland (s/d. a) identifica essas duas visões de Popper: a primeira ele chama de "Popper popular" e a segunda, de "Popper socrático". A primeira distorce o pensamento do autor e esconde as contribuições mais fundamentais da segunda. Esse fato, fonte de inúmeros mal entendidos, torna necessária a pausa no nosso assunto principal para escrever esta seção.

Para Popper, a racionalidade da ciência não repousa na possibilidade de obtenção de conhecimento justificado (ou provado como certo) em termos de alguma autoridade irrefutável. As filosofias que têm a pretensão de obter tal conhecimento foram classificadas por Bartley (1964) como filosofias justificacionistas. Ao longo da história houve alguns candidatos a autoridades últimas em termos de geração de conhecimento incontestes, como o apelo a uma intuição válida *a priori*, da qual se derivariam dedutivamente conhecimento válido, ou a autoridade dos dados empíricos, dos quais se derivariam indutivamente os resultados da ciência. Popper aponta para a fragilidade dessas bases pretensamente sólidas. A refutação de teorias científicas bem estabelecidas e a impossibilidade de se resolver o problema de Hume da justificação da indução minaram a possibilidade de se obter conhecimento justificado.

O racionalismo justificacionista, afirma Bartley, não tem como escapar às críticas de duas posições anti-racionalistas: fideísmo ou niilismo. Essas posições, que identificam o racionalismo com a possibilidade de justificação, tendem a negar o primeiro, pois fracassam na tentativa de encontrar conhecimento devidamente justificado. O niilista argumenta que tentativas de justificar alguma afirmativa sempre leva a pressupostos de

²¹ A relação entre os dois amigos é bastante complexa e seus pontos de vista divergem em vários pontos. Abundam interpretações sobre tal relação. Gray (1998) estuda a influência de Popper em Hayek, Moreira (1992) defende a idéia de que em ciências sociais Popper é hayekiano e em ciências naturais Hayek é popperiano. Hutchinson (1981) divide a obra de Hayek em duas fases, sendo a segunda marcada pelas

ordem superior, que por sua vez são sujeitos à mesma pergunta – como provar isso? – caindo-se num regresso infinito. Um fideísta, desafiado por esse regresso, pára o processo justificador em algum ponto, afirmando a infalibilidade de um determinado pressuposto.

O racionalismo, no entanto, pode ser defendido em bases não-justificacionistas. Popper foi o primeiro a apresentar uma filosofia na qual a racionalidade da ciência não se baseia na justificação das suas afirmações, mas na postura crítica em relação às mesmas. Tais afirmações, bem como as suas críticas, constituem-se em conhecimento falível, impossível de justificação positiva. A isso chamou-se de *racionalismo crítico*. Vejamos mais de perto a caracterização de Popper de como se dá o crescimento do conhecimento científico em bases falibilistas.

A ciência sempre parte de hipóteses, não de observação crua. Para Popper não existem dados independentemente de uma teoria. Uma observação, um dado sensorial, pressupõe uma estrutura teórica anterior, por mais rudimentar que seja, que define o que se quer observar, ou, em outras palavras, as observações são vistas como impregnadas de teoria (*theory-laden*). As hipóteses são consideradas tentativas de resolver um problema. No sistema popperiano é central a noção de que o crescimento do conhecimento deva ser visto como um processo de solução de problemas. Essas tentativas, que resultam em hipóteses e teorias, são sempre conjecturais. Sua verdade não pode nunca ser demonstrada.

Embora não se possa justificar as hipóteses, ainda assim é possível submetê-las a teste. É no rigor dos testes e na submissão das hipóteses à crítica que reside o caráter racional da ciência. O *modus tollens* da lógica permite afirmar que, se encontrarmos um contra-exemplo de uma previsão derivada de uma hipótese, esta estaria refutada. Conforme mais complexa for a hipótese estudada, mais difícil é uma refutação conclusiva. O método crítico deve ser estendido, portanto, ao próprio processo de críticas. Nenhum conhecimento é justificável. Isso é o que Bartley (1987) chama de racionalismo pan-crítico. No entanto, quanto maior for a intensidade das críticas, quanto maior a disposição de aprender com os próprios erros, maior será o progresso da ciência. O racionalismo crítico consiste em um diálogo socrático - nos termos de Boland (s/d a) -

influências de Popper a partir do *Economics and Knowledge*. Caldwell, por outro lado, qualifica a influência de Popper em Hayek como perniciosa.

no qual o critério estrito de falsificação é menos importante do que a adoção de uma postura não dogmática.

A ciência é descrita como um processo de resolução de problemas composto por tentativas e erros ou conjecturas e refutações. Ao reconstruir uma teoria, Popper utiliza o método da *análise situacional*, que consiste justamente em investigar quais eram os problemas com que os cientistas se depararam, como as hipóteses formuladas resolviam ou não tais problemas, e como o processo de crítica levou a novas hipóteses que, por sua vez, resultaram em novos problemas. Esse processo de aprendizado, descrito inicialmente no contexto da ciência, é aplicado por Popper (1972) aos processos de resolução de problemas em outras esferas, como por exemplo em biologia. No capítulo final estenderemos também a análise na resolução de problemas no mercado²².

Outro elemento fundamental da filosofia é o seu realismo. Para Popper, existe uma realidade objetiva independentemente de nossos pensamentos. Por um lado, não há uma ponte direta entre a realidade existente e o nosso conhecimento sobre essa realidade, como quer boa parte dos realistas. Por outro lado, as idéias são tentativas (imperfeitas) de se captar algo que existe de fato no mundo real e procuram fazer referência a algo real, ao contrário do que quer parte dos idealistas e convencionalistas. Nota-se a postura semelhante à de Popper, encontrada no tratamento do problema do conhecimento de Hayek, ao se propor o estudo da convergência do conhecimento dos agentes em relação às realidades subjacentes do mercado.

O realismo de Popper não se limita ao mundo externo das coisas físicas, ao que ele chama de Mundo 1, mas é estendido ao mundo subjetivo da consciência (Mundo 2) e ao mundo das idéias (Mundo 3). As hipóteses são entidades reais, existentes independentemente do seu criador. O conhecimento é em certo sentido objetivo, não subjetivo. Isto é assim por causa da ênfase do pensamento do autor na atividade crítica: se as idéias forem privadas, subjetivas – pura expressão do seu formulador – elas não seriam passíveis de análise crítica²³. Isso é de fundamental importância para analisarmos posteriormente a natureza do "conhecimento das circunstâncias particulares de tempo e lugar" a que Hayek se refere.

²² Boland (s/d b) nota a semelhança entre Popper e Hayek, comentando sobre o primeiro: "a idéia de enfatizar processo e direção soa para mim como economia austríaca"

²³ Popper rejeita o psicologismo, expressionismo ou subjetivismo em epistemologia, que negam o tratamento do objeto do conhecimento em si. Harper (1996:49) relaciona as filosofias justificacionistas com o psicologismo. Ver ainda Popper (1974) ou Bartley (1990) a respeito deste ponto.

O racionalismo não justificacionista, o realismo, o caráter conjectural das hipóteses e um mecanismo de correção de erros que caracterizam a filosofia de Popper são todos elementos encontrados em Hayek e que serão utilizados daqui para a frente em nossa análise da teoria de processo de mercado. Munidos com essas ferramentas metodológicas, podemos daqui em diante aplicá-las ao nosso assunto, para o qual voltamos agora.

1.5. O ressurgimento da Escola Austríaca na década de setenta

As idéias sobre o processo de mercado desenvolvidas por Mises e Hayek foram retomadas e desenvolvidas por Ludwig Lachmann e Israel Kirzner. Porém, antes de abordar suas obras, faremos um breve relato do ressurgimento da EA a partir da década de setenta – ressurgimento este que se deve em grande parte aos esforços desses dois economistas.

A EA, que teve seu apogeu na década de trinta com a ida de Hayek à *London School of Economics*, sofreu um declínio de popularidade a partir da revolução keynesiana. As teorias austríacas caíram no esquecimento e sofreram ataques em diversas frentes, como por exemplo as controvérsias que Hayek travou com Knight, Sraffa e Keynes. Além disso, houve uma dispersão dos economistas austríacos, em especial com o advento da Segunda Guerra Mundial. Mises foi para Nova York, Lachmann migrou para a África do Sul e Hayek, a partir da década de 40, deixou de publicar obras de economia para se concentrar em questões filosóficas e teorias sociais mais amplas. Nesse período, apenas Mises mantinha-se ativo como economista austríaco.

Na década de setenta, contudo, presenciou-se um ressurgimento da EA nos Estados Unidos. Vaughn (1996) descreve a migração da tradição para o continente americano e historia o ressurgimento da escola. Para essa autora, o evento que marcou esta revitalização da economia austríaca foi uma conferência ocorrida em 1974 na cidade americana de South Royalton, Vermont, que reuniu as três figuras principais da EA moderna: Lachmann, Kirzner e Rothbard²⁴. Presentes no seminário estavam vários economistas que atualmente lideram o movimento austríaco, como O'Driscoll, Rizzo, White, Garrison, Lavoie e Vaughn, entre outros.

²⁴ As palestras que os três autores proferiram nesse evento foram publicadas em Dolan, 1976.

Segundo Dolan (1976:4), na conferência de South Royalton, Milton Friedmann afirmou que “não existe economia austríaca, mas apenas economia boa e economia ruim”, dando a entender que as idéias com algum valor dos autores austríacos foram ou podem ser absorvidos pelo *mainstream*. Dolan (1976) e Vaughn (1996), no entanto, procuram mostrar que podem existir, por assim dizer, “falhas de mercado” no campo intelectual: as idéias austríacas, por sua natureza, não podem ser incorporadas facilmente ao referencial neoclássico, constituindo um programa de pesquisa próprio. Dolan procura mostrar que esse é de fato o caso. Utilizando o linguajar kuhniano, o autor observa que a EA não realiza ciência normal, mas extraordinária: não se produz livros-texto – seus estudantes utilizam diretamente os textos originais –, publicam-se mais livros do que artigos em revistas estabelecidas, seus membros se preocupam com fundamentos metodológicos e filosóficos, discutem-se quais são os problemas fundamentais em vez da resolução de “quebra-cabeças” menores e, mais importante, argumenta-se que as teorias estabelecidas não seriam capazes de lidar com os problemas que interessam aos economistas austríacos.

Os temas tratados pelos palestrantes em South Royalton, de fato, são marcados pela conscientização dos elementos que configuram o programa de pesquisa austríaco e como esses elementos divergem das teorias ortodoxas. Nas suas palestras, Rothbard e Kirzner tratam do método da economia, Kirzner e Lachmann distinguem a teoria de processo de mercado da teoria de equilíbrio competitivo e, em outras palestras, tratam da teoria austríaca do capital. Lachmann e Rothbard realizam críticas à macroeconomia prevalecente e apresentam a teoria austríaca do ciclo econômico. Lachmann enfatiza em todas as suas palestras a importância de se estudar as implicações do subjetivismo em economia. Pelo tema dessas palestras, o leitor poderá identificar claramente os elementos pertencentes ao núcleo do programa de pesquisa austríaco, a saber, subjetivismo, individualismo metodológico, processo de mercado e a formação de estruturas complexas não uniformes.

Além de esclarecer os pontos compartilhados pelos autores austríacos, o congresso de South Royalton já revela as tensões existentes entre as posições de Lachmann, Kirzner e Rothbard. O primeiro, ao enfatizar o subjetivismo, acredita na preponderância das forças desequilibradoras no mercado, enquanto segundo, com sua teoria da atividade empresarial, acredita na preponderância das forças equilibradoras. Destas opiniões contrastantes surge a clivagem da EA em seu período moderno, que resultou nos

debates travados na década de oitenta. O estudo dessas posições contrastantes e dos debates entre elas é o objetivo deste trabalho.

Para Vaughn (1996), nessa conferência, apenas as palestras de Lachmann apontam para a construção de um novo paradigma austríaco, enfatizando o subjetivismo radical que marca a escola, enquanto a teoria da atividade empresarial de Kirzner poderia ser acomodada com mais facilidade à teoria neoclássica da competição. Quanto a Rothbard, este estaria mais preocupado com o seguimento fiel às idéias de Mises. Traduzindo a opinião dessa autora para o referencial lakatosiano, o programa de pesquisa austríaco somente poderia ser progressivo – isto é, poderia evoluir na resolução de novos problemas – se desenvolvesse em sua heurística as implicações do pressuposto nuclear do subjetivismo. Defenderemos no final de nosso trabalho que o programa austríaco será progressivo mediante a fusão dos elementos encontrados tanto em Lachmann quanto em Kirzner.

A conferência, que resultou em um livro (Dolan, 1976), foi seguida por outra (Spadaro, 1978) e várias outras foram realizadas desde então. Além disso, vários livros foram publicados e algumas universidades passaram a oferecer cursos em economia austríaca, como as universidades de Nova York, George Mason e Auburn, nos Estados Unidos. Economistas em outros países também realizam conferências e editam livros sobre o assunto. Hoje em dia existem dois jornais especializados e uma crescente literatura publicada na área.

O ressurgimento da EA que descrevemos brevemente nos parágrafos anteriores foi caracterizado pela clivagem entre as posições contrastantes dos três principais economistas dessa tradição. Mas, por que existe essa clivagem? Qual são as características dos sistemas de idéias desses autores que explicam suas diferentes opiniões e controvérsias? No restante deste trabalho procuraremos esclarecer essas questões, examinando as obras de Lachmann e Kirzner e traçando as diferenças entre os dois em termos dos diversos pressupostos metodológicos adotados. Esses pressupostos influenciarão a maneira característica de cada autor de lidar com o problema do conhecimento de Hayek. No final do trabalho, argumentaremos que o uso de pressupostos popperianos sobre o conhecimento permite tratar a obra de Lachmann e Kirzner como complementares, não envolvendo posições irreconciliáveis. Com a conciliação das posições, pode-se avançar o programa de pesquisa austríaco.

2. Lachmann

We thus face a plain dilemma: if we wish to establish empirical generalizations of a character sufficient comprehensive to depict 'recurrent patterns of events', to apply to the unknowable future no less than to the irrevocable past, we must abstract from the knowledge possessed by the people engaged in these events, treating them like events in nature. If we deem this too high a price we must look for other pastures. (Lachmann, 1986:30)

2.1. Introdução

Ludwig Lachmann, da mesma forma que Kirzner e Rothbard, foi figura fundamental no ressurgimento da Escola Austríaca na década de setenta. Lachmann nasceu em 1906 na Alemanha. Estudou na Universidade de Berlim entre 1924 e 1933, onde concluiu seu doutorado sob a orientação de Werner Sombart. No verão de 1926, travou primeiro contato com a economia austríaca na Universidade de Zurique. Em Berlim, contratou Emil Kauder como tutor, com o qual estudou a teoria austríaca dos ciclos e o papel do subjetivismo em economia. Em 1933, Lachmann mudou-se para a London School of Economics, onde, assim como Shackle, trabalhou sob a orientação de Hayek. Em 1948, mudou-se para a África do Sul, tornando-se professor na Universidade de Witwatersrand em Joanesburgo. Participou em 1976 da conferência em South Royalton, que marcou o ressurgimento da EA. Depois da sua aposentadoria na África, Lachmann lecionou um semestre por ano na Universidade de Nova York, até sua morte, em 1990¹.

Lavoie (1994) classifica a obra de Lachmann em três períodos, conforme a residência na Inglaterra, África do Sul e Estados Unidos². No primeiro período trabalha sob Hayek com a teoria do ciclo, em particular a chamada depressão secundária³, no auge da fama da EA. O período seguinte, marcado pelo declínio da escola, Lachmann desenvolve seu mais importante trabalho – *Capital and Its Structure* [1956] – além de artigos que tratam de

¹ Para uma biografia mais detalhada de Lachmann, veja Lewin (1996), Lavoie (1994) e Grinder (1977).

² Grinder (1977) acrescenta o período formativo na Alemanha, onde Lachmann trava contato com a economia subjetiva e com a obra de Max Weber.

³ A depressão na teoria de ciclos austríaca é causada pela expansão do crédito pelos bancos centrais. A “depressão secundária” é o termo usado para explicar outros processos que agravam uma depressão e tornam sua recuperação mais difícil.

temas como expectativas, teoria do capital e subjetivismo. Nesse período, escreve o seu segundo livro – *The Legacy of Max Weber* (1971) –, esboçando sua teoria das instituições. O período final é marcado pelo livro *The Market as an Economic Process* (1986), quando se dá ênfase ao “subjetivismo radical” do autor, que deu origem à controvérsia que será o tema do quarto capítulo.

Para os nossos propósitos, é útil dividir a obra do autor em duas fases. Seguindo a tradição em análises desse tipo, identificaremos um “Lachmann I” e um “Lachmann II”; o primeiro, caracterizado pela sua obra na teoria do capital e o segundo, pela ênfase no chamado subjetivismo radical. Com isso não queremos sugerir uma mudança radical, pois como nota Grinder (1977:3), todos os temas de Lachmann são caracterizados pela sistemática aplicação dos conceitos subjetivistas à análise, conferindo unidade à sua obra. Existe, no entanto, uma mudança de ênfase ao longo da obra do autor. Lachmann I dá uma clara impressão de que as forças conducentes ao equilíbrio predominam, enquanto que Lachmann II, levado pelo seu “subjetivismo radical”, enfatiza a tendência ao desequilíbrio nos processos de mercado. Por desenvolver os elementos de subjetivismo metodológico e complexidade pertencentes ao núcleo do programa austríaco, podemos situar com segurança o autor como afiliado a essa tradição. A mencionada transformação do autor pode ser explicada – ofereceremos essa explicação ao longo do capítulo – em termos dos diferentes pressupostos metodológicos sobre o conhecimento dos agentes econômicos e dos cientistas adotados pelo autor.

A exposição deste capítulo segue a transformação do autor. Partiremos do seu livro de 1956 – *Capital and its Structure* –, que é uma análise do processo de mercado no contexto da teoria do capital. Esse ambiente é propício ao desenvolvimento de temas como o papel do tempo, das expectativas, do indeterminismo e da complexidade. Tais temas, que tomam a forma de curtos artigos escritos ao longo da obra do autor, será o assunto da segunda parte deste capítulo. Finalmente, veremos que o fruto desses desenvolvimentos – o subjetivismo radical – molda os esforços teóricos do autor na sua obra posterior sobre a teoria das instituições (Lachmann, 1971) e sua visão sobre o processo de mercado (Lachmann, 1986).

2.2. A Estrutura da Produção

As primeiras contribuições de Lachmann à economia situam-se na área da teoria austríaca do capital. Antes de prosseguirmos com essas contribuições, valerá a pena nos determos por um instante para esboçar alguns elementos dessa teoria, importantes para o entendimento das idéias de Lachmann.

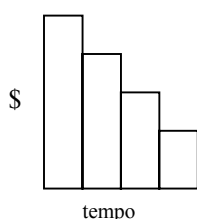
Uma das características fundamentais da teoria austríaca do capital é a heterogeneidade dos bens de capital, que se contrapõe à concepção que vê o estoque de capital como um agregado homogêneo. Em que sentido o capital é heterogêneo? Em primeiro lugar, cada bem de capital apresenta heterogeneidade física. A dessemelhança física torna cada bem útil somente para alguns usos. Em segundo lugar, existe uma heterogeneidade temporal dos bens de capital. A produção de bens ocorre no tempo. Cada bem de capital pode ser usado apenas em algumas etapas do processo produtivo. Os bens de capital não podem ser realocados em qualquer etapa do processo temporal da produção. Os diversos bens de capital, complementares entre si no processo produtivo, constituem conjuntamente o que se chama de estrutura do capital. Originalmente, Menger classifica os bens conforme a sua distância do consumo final. Os bens de consumo final são chamados de bens de primeira ordem; os bens utilizados para produzir estes últimos, de bens de segunda ordem, e assim por diante.

Na geração seguinte de economistas austríacos, Böhm-Bawerk explica o progresso econômico pelo uso de processos produtivos cada vez mais indiretos, ou seja, que envolvem mais bens de capital em etapas produtivas cada vez mais afastadas da produção de bens de primeira ordem. Abdica-se de consumo presente em favor de investimento que aprofunda o capital no tempo, gerando uma quantidade maior de produtos finais numa etapa posterior, devido à utilização de capital cada vez mais específico e produtivo.

Böhm-Bawerk, entre outros adeptos dessa teoria do capital, como Wicksell, procurou sintetizar este processo de desenvolvimento da estrutura do capital através de uma escala única. Surge, assim, o conceito de "período médio de produção", com a finalidade de captar o elemento temporal da estrutura do capital. Esse conceito resultou em várias dificuldades teóricas e gerou uma série de críticas por parte de Mises, Hayek e Menger, bem como de outros economistas externos à EA. Além das dificuldades teóricas dessa tentativa de

representar a heterogeneidade do capital em termos de um período médio de produção, para os economistas austríacos, essa medida simplificada desconsiderava o elemento subjetivista da teoria.

As críticas ao conceito de período médio de produção levaram Hayek a procurar formas alternativas de expressar a importância da heterogeneidade do capital. Isso foi feito no



contexto da teoria austríaca dos ciclos econômicos. Partindo da teoria do capital defendida por Menger e Böhm-Bawerk, Mises e Hayek construíram uma teoria de ciclos baseada em distorções na estrutura da produção causadas por expansão do crédito pelo sistema bancário. Em

Prices and Production Hayek optou por representar a estrutura temporal da produção na teoria do ciclo por meio dos “triângulos de Hayek”. O cateto vertical representa o valor dos bens de capital, que se distribuem em várias etapas temporais da produção, representadas no cateto horizontal. A barra mais à esquerda representa os bens finais de consumo e as barras mais à direita, bens de capital em etapas mais distantes. A teoria austríaca dos ciclos econômicos procurou explicar os episódios de crescimento e recessão por meio de distorções na estrutura do capital causadas por expansão de crédito no sistema bancário induzida pelos bancos centrais. Esses triângulos, embora facilitassem a exposição da teoria, ainda tendem a simplificar a estrutura do capital. Em *The Pure Theory of Capital*, Hayek lida com os problemas de representar de forma mais rica a estrutura intertemporal do capital.

No entanto, isso é feito ainda em termos de teorias de equilíbrio, não de processo⁴. A relevância da heterogeneidade do capital, no entanto, surgirá de fato em situações de desequilíbrio, em que ocorrem mudanças na estrutura do capital, como no crescimento econômico ou nos ciclos.

Hayek intencionava escrever um segundo volume do seu livro, no qual seria estendida a análise aos problemas da teoria do capital numa situação de desequilíbrio. Tal volume, porém, nunca foi escrito, já que Hayek voltou seus esforços para metodologia e questões mais amplas de ciências sociais. Lachmann, em *Capital and Its Structure* [1956], procurou realizar a tarefa deixada por Hayek.

⁴ Ver Lewin, 1997.

Vejamos como Lachmann trata das questões de heterogeneidade e desequilíbrio na teoria do capital e como este é o ponto de partida da teoria de processo de mercado imaginada pelo autor. Para Lachmann, em equilíbrio, o capital pode ser reduzido a uma medida comum em termos monetários. Desse modo, o capital é representado como uma massa homogênea, em que cada unidade é substituível por outra. Cada unidade homogênea de capital seria como uma gota de água caindo num lago (Lachmann, 1947). Para os austríacos, no entanto, o capital é heterogêneo conforme a distância no tempo do consumo final de cada unidade de capital. Como os processos produtivos ocorrem no tempo e os planos dos agentes também se alteram conforme a passagem do tempo, geram-se situações de desequilíbrio. Na análise de processo fora do equilíbrio, a heterogeneidade do capital assume outra dimensão. Em desequilíbrio, surge o problema do conhecimento de Hayek, conforme vimos no primeiro capítulo: o valor dos bens de capital passam a depender das visões e expectativas diferentes dos diversos agentes. A heterogeneidade de cada peça de capital passa a ser importante conforme ocorram frustrações de planos e, conseqüentemente, recombinação do capital composto de unidades específicas em seu uso. No seu livro de 1956, Lachmann desenvolve uma teoria de processo em situações de desequilíbrio, preocupada com a *estrutura do capital*⁵:

...we must regard the ‘stock of capital’ not as a homogeneous aggregate but as a structural pattern. The Theory of Capital is, in last resort, the morphology of the forms which this pattern assumes in a changing world. (1956:4)

Assim, a noção básica da teoria de Lachmann é a *heterogeneidade* dos bens de capital. Não se enfatiza, porém, a heterogeneidade física, mas sim a heterogeneidade de uso. Cada bem de capital pode ser usado em um número limitado de propósitos. A isso Lachmann chama de *especificidade múltipla* dos bens de capital. Aliado a isso, os bens de capital são *complementares* em seu uso. Cada peça de capital é usada conforme os empresários considerem qual seja o seu melhor uso conjunto. Mudanças inesperadas levarão a alterações no padrão de uso dos bens de capital – estes terão que ser realocados para outros fins. O valor do estoque, portanto, variará com tais mudanças, rendendo impossível a mensuração do capital. Embora não possamos agregá-lo num “estoque de capital”, existe uma *estrutura do capital*:

⁵ Antes do seu livro de 1956, Lachmann trata do capital como uma estrutura não homogênea em artigos como

The stock of capital does not present a picture of chaos; its arrangement is not arbitrary; there is some order in it. As we saw, capital resources cannot be combined in an arbitrary fashion. Only some modes of complementarity are economically significant. These form the basis of capital order. (1956:4)

A estrutura do capital é funcionalmente diferenciada. Cada elemento da estrutura deve ser usado de forma a gerar os bens de primeira ordem desejados pelos consumidores. Ao mesmo tempo deve haver um “encaixe” ou compatibilidade entre os elementos da estrutura. Aqueles que não se encaixam devem ser agrupados pelos agentes com elementos complementares em um uso alternativo (*2nd best*) ou se transformar em sucata. A teoria do capital deve estudar as forças que levam à integração da estrutura do capital, bem como as forças que causam distúrbios nessa estrutura. Uma oportunidade de investimento lucrativa deve, dessa maneira, procurar “furos” no padrão existente e não simplesmente repetir o padrão de investimento anterior. Por este motivo, Lachmann critica as teorias macroeconômicas do investimento que desconsideram a forma do investimento em favor de seu valor total. O processo de mercado leva ao ajustamento dos planos de produção de forma a compatibilizá-los com a realidade dos planos dos outros produtores e dos consumidores⁶.

O empresário cumpre um papel fundamental no processo de coordenação dos planos que geram a estrutura do capital. Aqui fica clara a ênfase subjetivista da teoria do autor: *“The generic concept of capital ... has no measurable counterpart among material objects; it reflects the entrepreneurial appraisal of such objects. Beer barrels and blast furnaces, harbor installations and hotel room furniture are capital not by virtue of their physical properties but by virtue of their economic functions”* (pág.. vii). Podemos de fato identificar os elementos indicados no núcleo do programa de pesquisa austríaco. Além do subjetivismo, e derivado desse pressuposto, o autor se compromete com teorias de processo: as “funções econômicas” são fruto da ação humana na busca de objetivos. Essa busca toma a forma de planos de ação. Os planos empresariais determinam a forma da estrutura da produção. Tais planos são pontos de orientação da ação humana e devem ser revistos conforme mudanças inesperadas aconteçam na economia. Essa revisão deve ser

o de 1941 (“On The Measurement of Capital”) e de 1947 (“Complementarity and Substitution in the Theory of Capital”).

estudada com o método de análise por períodos ou processo. A teoria, por conseguinte, deve estar imersa no tempo. Porém, Lachmann rejeita os modelos dinâmicos usuais, pois nestes os planos são revistos de forma automática, segundo um rígido determinismo⁷. Nesses modelos, consegue-se prever o curso futuro dos eventos no instante inicial. A passagem do tempo não envolve surpresa ou novidade.

Contrastando com isso, o autor, da mesma forma que Hayek, acredita que a revisão de planos não deve ser modelada mecanicamente, mas estudada segundo a evolução do conhecimento dos agentes. No entanto, o crescimento do conhecimento – relacionado com a confecção e revisão dos planos – não segue nenhum padrão conhecido⁸, ou seja, não se pode prever estados futuros de conhecimento, e as expectativas, moldadas pelo conhecimento dos agentes, não são determinadas pelos “dados” do problema. Podemos ver com isso que as expectativas desempenham papel fundamental na análise e Lachmann dedicará um importante capítulo do livro ao seu estudo. Nesse ponto, podemos ver novamente a influência de Hayek, desta vez não no campo da teoria do capital, mas na relação entre economia e conhecimento que tratamos no primeiro capítulo. O problema do conhecimento se manifestará no estudo das expectativas dos agentes.

Para Lachmann, o subjetivismo das expectativas é diferente do subjetivismo das preferências. As preferências podem em certo sentido ser consideradas “dadas”, como uma realidade última, enquanto as expectativas envolvem interpretação da realidade e essa interpretação é sempre problemática. Num estado “quase-estacionário”, ou seja, com poucas mudanças, os preços transmitem informação de forma inequívoca. Mas se ocorrem mudanças simultâneas e mais frequentes, os preços “não são mais em todas as circunstâncias um guia seguro para a ação (1956:22)”. Eles transmitem informação, mas de forma imperfeita, requerendo interpretação: pode haver atrasos, interferências, mudanças em direção oposta ocorrendo ao mesmo tempo e os mesmos sinais resultantes nos preços serão interpretados de forma diferente por diferentes agentes. Uma teoria de expectativas

⁶ Neste ponto, e em vários outros neste livro, Lachmann dá a impressão de que as forças compatibilizadoras são maiores do que as desestabilizadoras, crença esta que será revertida na obra posterior do autor, como veremos.

⁷ Ver mais adiante, página 135.

⁸ Este será um tema preferido na obra posterior de Lachmann e Shackle. Utiliza-se o prefácio da *Miséria do Historicismo* de Popper, que mostra que é impossível a previsão do conhecimento futuro. Esta prova é crítica

deve lidar justamente com o processo de aprendizado advindo da interpretação de sinais gerados pelo processo de mercado. Neste ponto, Lachmann apresenta a idéia fundamental que será o tema do nosso quinto capítulo:

The business man who forms an expectation is doing precisely what a scientist does when he formulates a working hypothesis. Both, business expectation and scientific hypothesis serve the same purpose; both reflect an attempt at cognition and orientation in an imperfectly known world, both embody imperfect knowledge to be tested and improved by later experience. (1956:23).

Os agentes testam suas expectativas no mercado, o que resulta em revisões dessas expectativas. Assim, eles aprendem com a experiência. Pessoas diferentes possuem expectativas diferentes (diante da mesma realidade objetiva). As hipóteses que sobrevivem ao teste do mercado tendem a refletir mais corretamente as realidades subjacentes. Podemos notar a grande semelhança desse processo de aprendizado no mercado com a descrição do progresso científico segundo Popper, que esboçamos no primeiro capítulo. Esse processo de teste resulta não apenas em mais conhecimento, mas afeta a estrutura do capital. Erros resultarão em *malinvestments*, que colocarão novos problemas para o futuro. Ainda em relação às expectativas, Lachmann endossa a crítica de Shackle ao tratamento convencional das expectativas em termos de probabilidades. Shackle (1949) aponta alguns elementos que dificultam esta análise. As decisões tomadas pelos indivíduos são únicas, pois a cada decisão nos deparamos com situações particulares. Além disso os agentes não conhecem *ex ante* todas as alternativas relevantes possíveis para uma escolha. Esses fatores limitam severamente o escopo da análise tradicional, que é aplicável apenas nos casos menos importantes, nos quais já se conhece de antemão todas as soluções possíveis para um problema. Em contraste com isso, um agente econômico não escolhe entre alternativas dadas, tais alternativas devem ser imaginadas, criadas ativamente no processo de decisão.

Em seguida, Lachmann utiliza suas observações sobre heterogeneidade do capital e planos moldados pelas expectativas para estudar a estrutura do capital sob o ponto de vista da análise de processo. Neste ponto o autor utiliza a distinção de Hanz Mayer (Lachmann, 1982) entre explicações genético-causais e funcionais⁹. A análise de equilíbrio, exemplo de

fundamental aos modelos deterministas de aprendizado. Boulding, 1973 (citado por Grinder, 1977) chama a aplicação dessa prova em economia de “Lei de Lachmann”. Ver mais adiante, pagina 135.

⁹ A análise genético-causal liga um evento a sua causa em período anterior, enquanto a relação funcional mostra uma relação entre duas variáveis.

explicação funcional, apenas pode colocar o problema de verificar *a priori* a consistência entre os cursos de ação. Não poderia, como na análise genético-causal, estudar como as inconsistências são removidas ao longo do tempo. A teoria de Lachmann admite a inconsistência de planos e estuda seus efeitos. Como em Hayek (1937), a noção de equilíbrio faz pleno sentido apenas em relação ao indivíduo – suas ações são coordenadas pela estrutura racional da ação humana – enquanto o equilíbrio no mercado nunca é atingido na análise de processo.

Na análise por processo, *mudanças inesperadas* levam à frustração das expectativas que moldam os planos. O fracasso dos planos levam à sua revisão e ocorre o que Lachmann denomina *reagrupamento do capital*. Conforme o tempo passa e ocorrem mudanças nos planos, os bens de capital são alocados a usos diferentes daqueles imaginados originalmente. Nesse sentido, os bens de capital reagrupados são como "fósseis" de planos anteriores: palácios de mercadores viram hotéis e teatros viram cinemas (1956:3 e 38).

A possibilidade de ocorrência de mudanças afetam os planos dos agentes. Como vimos, a existência de um plano empresarial torna os bens de capital de uma firma complementares entre si. Devido à presença de mudanças inesperadas, há a necessidade de uma reserva, que Lachmann chama de bens *suplementares* aos bens de capital. Essa reserva pode tomar a forma de uma reserva em dinheiro. Esse dinheiro é capital suplementar. É diferente de uma soma em dinheiro usada para adquirir bens de capital no plano de ação original. Nesse caso estaríamos incorrendo em dupla contagem: consideraríamos capital o dinheiro e os bens adquiridos com o mesmo. A reserva em dinheiro para alterações no planejado, no entanto, é condição necessária para o sucesso da ação e não faz sentido portanto denominá-lo "dinheiro ocioso"¹⁰. A diminuição ou aumento das reserva serve como termômetro de fracasso ou sucesso do plano empresarial.

Para estudar o reagrupamento do capital, Lachmann constrói um exemplo no qual as decisões de reagrupamento das firmas não precisam ser compatíveis entre si, ilustrando com isso a dificuldade em utilizar a análise de equilíbrio. Neste exemplo, no período t_1 , uma firma apresenta uma combinação de capital com a forma:

¹⁰ Lachmann critica a noção de preferência pela liquidez por ser um conceito estático. As variações de encaixes monetários podem se referir a falha de planos no contexto de desequilíbrio e não a variações na preferência por liquidez.

$$kA + lB + mC \quad (1)$$

onde as letras maiúsculas são tipos de equipamentos e as minúsculas são constantes. No período t_2 , a revisão de planos leva a firma a desejar a seguinte estrutura, onde $l' > l$, $m' < m$ e D é um novo fator:

$$l'B + m'C + nD \quad (2)$$

Sem (des)investimento, a firma teria que vender o lado esquerdo da equação (3) e comprar o lado direito:

$$kA + (m-m')C = nD + (l'-l)B \quad (3)$$

Seria irrealista supor, no entanto, que as firmas consigam realizar a reestruturação da sua combinação de capital sem uso da reserva em dinheiro. O valor do equipamento descartado deveria ser igual ao adquirido. Deve-se, portanto, substituir a equação (3) pela (4), onde z representa a reserva em dinheiro:

$$kA + (m-m')C + z = nD + (l'-l)B \quad (4)$$

Se as firmas trocam seus bens de capital entre si sem sucateamento ou novos investimentos:

$$z_1 + z_2 + z_3 + \dots + z_n = 0 \quad (5)$$

Assim, algumas empresas devem ter um aumento de suas reservas. Lachmann aponta as várias dificuldades em tornar as decisões de compra e venda compatíveis: os empresários baseiam suas decisões de reagrupamento em preços que não são conhecidos de antemão, mas surgem no processo de troca. Entre outras dificuldades, o preço de um tipo de equipamento dependerá da ordem em que se realizam as transações. O processo de reagrupamento do capital é um processo dinâmico da mesma natureza que o processo de formação de uma determinada estrutura do capital.

Vejamos agora como Lachmann analisa a estrutura do capital da economia como um todo. Para isso, uma clarificação prévia deve ser feita. Conforme nota Lewin (1996), as combinações de capital em Lachmann podem ser entendidas em termos de complementos e substitutos. Da heterogeneidade do capital surgem os conceitos – praxeológicos¹¹ – de complementaridade e substitutibilidade. Lachmann distingue a complementaridade de planos e a complementaridade estrutural da economia. Aquela é fruto, como vimos, do

¹¹ Praxeologia: termo utilizado por Mises para representar a ciência que estuda as implicações lógicas do conceito de ação humana.

planejamento individual. Cada unidade do capital é complementar na execução de um mesmo plano. Já a complementaridade da estrutura do capital de uma sociedade seria trazida (ou não) indiretamente, pela interação no mercado. Não se deve, além disto, confundir o conceito de complementar de Lachmann com o conceito usual em microeconomia em termos de elasticidades cruzadas. Para Lachmann, todo equipamento envolvido na execução de um plano é considerado complementar, enquanto o capital substituto se refere a situações de revisão de planos.

Dada essa distinção, vejamos o que Lachmann entende por *estrutura do capital*, em contraste com um estoque homogêneo. Uma estrutura não pode ser definida como algo imutável, mas, ao mesmo tempo, como poderíamos definir algo que permanece sendo que suas partes estão sempre mudando¹²? Lachmann apresenta uma definição de estrutura estática e outra dinâmica. A estrutura estática é definida negativamente como ausência de reagrupamento das combinações de capital. Uma estrutura do capital é composta por unidades interrelacionadas de capital que não se alteram. A definição dinâmica é paralela à definição de equilíbrio de Hayek em termos de coordenação de planos, sendo compatível com uma situação dinâmica de crescimento. É definida em termos de previsão correta dos agentes sobre quais mudanças ocorrerão nas ações dos demais agentes e nos elementos da estrutura. Para isso, Lachmann distingue as mudanças de capital consistentes e inconsistentes, conforme estas sejam previstas ou não. As mudanças inconsistentes são chamadas por Lachmann de “*structural maladjustments*”¹³. Dadas essas definições de estrutura e mudança na estrutura, o autor analisa as forças no mercado que geram uma mudança consistente ou inconsistente na estrutura do capital. Embora analise forças que podem ser desequilibradoras, como rigidez de preços e atrasos na informação, Lachmann neste livro acredita na preponderância das forças equilibradoras resultantes da atuação do sistema de preços – opinião esta que será revertida no final de sua carreira:

We may thus conclude that via knowledge transmitted through the price system economic change tends, in general, to give rise to expectations consistent with itself. (1956:62)

¹² Curiosamente, este problema reaparecerá na teoria das instituições de Lachmann, que é paralela a teoria da estrutura do capital. A estrutura institucional deverá apresentar ao mesmo tempo as características de coerência e flexibilidade ou mudança e permanência. Ver mais adiante, seção 2.4.1.

¹³ Por desconsiderar a estrutura do capital em favor de agregados homogêneos, Lachmann afirma que os “estabilizadores” da economia – políticas de sintonia fina – tendem a gerar *structural maladjustments*, sendo portanto “desestabilizadores”.

Indicando o caminho para sua obra posterior, Lachmann introduz o estudo das instituições como forças estabilizadoras no mercado. No caso em questão, Lachmann estuda o papel dos mercados futuros e das bolsas de valores como instituições que exercem uma função equilibradora no processo de mercado. Nessa análise, Lachmann I identifica o problema fundamental que distingue a abordagem austríaca: o papel da transmissão de conhecimento falível no processo de mercado (1956:70). É natural que os agentes possuam expectativas diferentes, já que o conhecimento é conjectural e falível. As bolsas e os mercados são instituições que permitem a troca de conhecimento entre as pessoas. Essa troca de conhecimento contribui para que as expectativas dos diversos agentes se tornem compatíveis entre si, por um processo de eliminação de erros.

Visto como uma estrutura do capital se altera, rumo a mais ou menos compatibilidade entre suas partes, resta analisar como essa estrutura se desenvolve rumo a uma maior complexidade. Em outros termos, Lachmann estende a teoria ao problema do progresso econômico. A extensão toma a forma de uma reinterpretação da teoria de Böhm-Bawerk. Para este, como vimos, a acumulação do capital é caracterizada pela extensão do período de produção que leva à maior produtividade dos meios indiretos de produção (*roundabout methods of production*). Lachmann repete as conhecidas críticas a essa teoria: seria inadequado medir o grau de *roundaboutness* da economia pela variável unidimensional representada pelo “período médio de produção”, além de criticar também a falta de subjetivismo da teoria. No entanto, Lachmann considera que o gênio intuitivo de Böhm-Bawerk captou um elemento interessante e oferece uma reinterpretação da teoria. Lachmann traça um paralelo entre a “divisão do trabalho” em Smith e a “divisão do capital” em Böhm-Bawerk. O crescimento do capital leva à maior especialização do mesmo, podendo-se, deste modo, fugir da lei dos rendimentos decrescentes¹⁴. As novas combinações de capital evoluem para uma maior complexidade. Criam-se, desta forma, mais estágios de produção. Isso permite o uso de recursos indivisíveis. Torna-se lucrativo instalar recursos indivisíveis pelo maior número de bens complementares que o justifiquem. Por exemplo, sociedades pobres utilizam sistemas mais caros de transporte na margem, por falta de recursos complementares que justifiquem um sistema mais capital-intensivo. Essa

¹⁴ Por tratar o capital como homogêneo, Keynes é criticado por Lachmann na sua hipótese de eficiência marginal do investimento decrescente. Conceitos como q de Tobin sofreriam do mesmo problema.

indivisibilidade permite maiores retornos para o capital conforme este seja acumulado. Isso seria, na opinião de Lachmann, a explicação para a tese de Böhm-Bawerk sobre maior produtividade dos meios indiretos de produção. O crescimento toma a forma de novas e mais complexas combinações de capital, sendo inadequado tratar o crescimento com um conceito homogêneo de capital. Desta análise, Lachmann conclui que a maior especialização dos bens de capital, ao gerar um padrão complexo de complementaridade, se torna mais vulnerável diante de alterações, pois teríamos mais interdependência entre os processos produtivos.

Finalmente, Lachmann discute como se dá o processo de convergência para uma estrutura do capital integrada. O processo de mercado envolvido transmite conhecimento num processo de tentativa e erro que leva a compatibilidade dos elementos da estrutura. Perdas e ganhos de capital, através de reavaliação do capital ou alteração das reservas monetárias de empresa, constituem um mecanismo de seleção que tende a integrar a estrutura do capital.

A caracterização da teoria do capital feita por Lachmann contém vários elementos analíticos importantes que serão usados posteriormente pelo autor para construir a sua visão do processo de mercado. A esses elementos nos voltaremos em seguida.

2.3. Subjetivismo, Expectativas e Processo de Mercado

2.3.1 Subjetivismo

Vejamos agora como Lachmann desenvolve em alguns artigos os temas que vimos presentes na sua teoria do capital, como subjetivismo, expectativas, conhecimento dos agentes e questões de metodologia, a fim de compor a visão do autor sobre o processo de mercado. O desenvolvimento desses temas e a crítica a teoria neoclássica de equilíbrio tornaram nosso autor cada vez mais cético em relação às forças equilibradoras no mercado. Esse desenvolvimento revela uma aproximação entre a obra de Lachmann e a de seu amigo G.L.S. Shackle, marcando a transformação de Lachmann I em Lachmann II. As idéias aqui desenvolvidas, rumo ao subjetivismo radical do autor, serão aplicadas consistentemente nas formulações teóricas posteriores (que serão expostas na próxima seção), resultando em uma concepção da teoria do processo de mercado algo diferente do que temos exposto até aqui.

Vimos que a teoria do capital de Lachmann nos apresenta uma realidade econômica marcada pela complexidade: o autor recusa-se a utilizar médias, conceitos agregados que não fazem referência à ação humana ou de variáveis homogêneas, como “a” quantidade de capital e investimento, sem considerar as estruturas complexas escondidas sobre tais médias. Lachmann cita com aprovação a caracterização da economia por Shackle (1976:377) como sendo a “ciência da imprecisão, da quantificação do inquantificável e da agregação do incompatível”. De fato, Lachmann afirma:

The world of markets is one of complexity. Any attempt to present the simplified picture of it found in the pages of the average textbook is bound to lead the inquirer astray. (Lachmann, 1988:274)

Diante da insatisfação com o desenvolvimento da teoria econômica, boa parte da obra do autor toma a forma de pequenos artigos¹⁵ nos quais são criticadas as teorias econômicas antigas e modernas que ignoram esta complexidade:

All analytical thought requires abstraction, but the more inclined we are to concede this need, the more apt we become to forget that that which has been abstracted from may become important, if not at present, perhaps at a later stage of our enquiry. (Lachmann, 1978:218)

Em especial, Lachmann se preocupa com a desconsideração das idéias subjetivistas na teoria econômica¹⁶. Sua obra pode ser vista como uma longa jornada de combate a que ele chama de contra-revolução ricardiana (Lachmann, 1976b), que procura negar o subjetivismo em economia. Lachmann não centra seu fogo apenas no neo-ricardianismo propriamente dito, mas também na teoria microeconômica neoclássica, que, ao estudar exclusivamente as situações de equilíbrio, tende a desconsiderar a origem subjetivista dos fenômenos econômicos. Esse combate levou o autor a uma posição extrema de “subjetivismo radical”, como veremos mais adiante. Lachmann cita diversas vezes (*ad nauseam*, segundo Yeager, 1978) com aprovação a observação de Hayek sobre o papel do subjetivismo na história do pensamento:

And it is probably no exaggeration to say that every important advance in economic theory during the last hundred years was a further step in the consistent application of subjectivism. (Hayek, 1955 *apud* Lachmann, 1990:243)

¹⁵ “Uma grande mensagem em pequenos pacotes”, na definição de Lavoie, 1994.

¹⁶ Lachmann define subjetivismo como: “...a research programme of the social sciences, which aims at elucidating social phenomena in terms of their inherent meaning, i.e. in terms of their meaning to actors. (Lachmann, 1990:243).

Como observa Yeager, Lachmann dá a entender que se pode inferir disto que os próximos avanços na teoria (na direção correta) também deveriam aprofundar as idéias subjetivistas. No artigo de 1990, numa seção chamada “Radicalizando o Subjetivismo”, Lachmann deriva algumas implicações da análise subjetivista: a) dualismo metodológico: o método das ciências sociais é diferente do método das ciências naturais, pois aquela tem como tarefa a elucidação do *significado* da ação; b) os fenômenos sociais são fruto da inter-subjetividade dos agentes; c) a ação social se dá através de escolhas, que pressupõem a autonomia da mente humana (as escolhas não são determinadas por variáveis externas) e d) portanto, o subjetivismo é incompatível com o determinismo, em especial com o modelo de equilíbrio geral. Veremos o autor desenvolver essas conclusões ao longo de todo o nosso capítulo.

Ainda no mesmo artigo, o autor identifica três fases no avanço das idéias subjetivistas: a primeira é chamada de subjetivismo das preferências (*subjectivism of wants*), representada pela revolução marginalista de 1871. Essa revolução põe de lado o que Hicks (1976) chama de *plutologia* – a preocupação dos clássicos com a riqueza, sua criação e distribuição – em favor da *catalaxia*, o estudo das trocas, que colocou em primeiro plano o consumidor e seus desejos subjetivos. Tais desejos tomavam, no entanto, a forma de preferências dadas, como se fossem atributos pessoais como altura ou temperatura. “*There was no question of judgements of utility being utterances of the mind, hence problematical*” (pág. 246)¹⁷. A segunda fase é chamada de subjetivismo dos fins e meios – representada por Mises. Nessa fase, a economia é descrita como a ciência geral da ação humana. O agente deve ponderar através de seus planos a adequabilidade dos meios aos fins. No entanto, os fins são dados: não interessa ao economista porque Stravinsky é menos popular que Irving Berlin (1977:168). Mas, para Lachmann, os fins estão no futuro e são, portanto, problemáticos: não são dados e devem ser imaginados ativamente. Com isso, temos a terceira fase – chamada pelo autor de subjetivismo da mente ativa – que incorpora a noção de expectativas. Essa fase seria atingida com a obra de Shackle.

Paralelamente a estes avanços do subjetivismo, Lachmann (1978) reporta as “vicissitudes do subjetivismo” ao longo do século XX: tanto na micro quanto na macroeconomia, a

¹⁷ Ver nota de rodapé, pág. 14.

interpretação subjetivista foi perdida na formalização das teorias. No campo da microeconomia¹⁸, Lachmann aponta vários problemas advindos da negligência do subjetivismo. Em primeiro lugar, critica-se a independência dos “dados” que determinam o vetor de preços e quantidades, a saber, gostos, recursos e conhecimento tecnológico. Como pode existir meios independentemente de fins? Uma queda na demanda por carros destrói o caráter de recurso de parte dos bens de capital na indústria automobilística, além de causar perda de conhecimento técnico específico da área incorporado na mão-de-obra especializada. Tais variáveis não são independentes e não podem ser consideradas como estoques homogêneos de recursos. Considerá-las como dados, portanto, esconde uma série de problemas que merece estudo. Reconhecer que os recursos derivam sua natureza apenas no contexto dos *planos* dos agentes ajuda na resolução destes problemas.

A desconsideração dos planos pode ser exemplificada pela teoria da preferência revelada. Esta assume uma estreita relação entre ação e preferências e necessita supor um campo de preferências consistente, completo e imutável no período de análise. Levando-se em conta os planos dos indivíduos, no entanto, pode-se concluir que não podemos afirmar nada sobre a consistência das ações de uma pessoa sem conhecer seus planos. Por exemplo, se uma mulher nunca compra vinhos numa loja e, um certo dia, compra três garrafas, não precisamos inferir inconsistência ou mudança de gostos, mas entender o seu plano de oferecer um jantar para amigos que apreciam vinho. Os recursos são reconhecidos como tal por fazer parte de um plano de ação, por ter relação com um fim almejado. “*Market ‘data’ observed require interpretation in terms of the actor’s scheme of action*” (pág. 224). Um campo completo de escolha, ao contrário, considera as alternativas como dadas, sem fazer referência aos planos individuais, tornando a escolha ilusória: num mundo com um campo de alternativas, preços e preferências dadas, o que resta para ser escolhido? Cai-se num rígido determinismo que desconsidera a decisão de escolha, esta é automática, dada por um exercício de maximização condicionada. A ação humana é reduzida a uma “robotização”¹⁹. Mittermaier (1986) observa que a física progrediu com o afastamento de antropomorfismos das teorias. A economia, ao imitar os métodos da física, ironicamente exclui de seu escopo a essência mesma do fenômeno a ser estudado, a saber, a ação humana. Poder-se-ia afirmar

¹⁸ Para a crítica subjetivista a macroeconomia, ver Lachmann, 1973

que a economia sofre, simetricamente, de *mecanomorfismo*²⁰. Para Lachmann, no entanto, a escolha é uma operação ativa da mente:

The fundamental flaw of neoclassical methodology lies in the confusion of action with reaction. Man in action is seen as a bundle of dispositions and not a bearer of thought. What difference does it make if we observe rather than ignore these distinctions? In action we reflect on means and ends, trying to fit the former to the latter, make plans and carry them out. As our ends lie in the unknowable (albeit not unimaginable) future, we have to exercise our imagination in reflecting upon them, and such exercise is incompatible with mere 'response to stimulus' or even the 'decoding of signals'. (Lachmann, 1991:289)

Em “Model Construction and the Market Economy” [1966], Lachmann critica as teorias macroeconômicas que desconsideram o subjetivismo. A construção de modelos é criticada não por utilizar matemática, simplificar a realidade ou ter elevado grau de abstração, mas por sistematicamente excluir da análise a ação humana e os planos individuais. A crítica é direcionada, nesse artigo, especificamente para o abuso da construção de equilíbrio, uso de funções de produção e a natureza do processo tecnológico. Para o autor, da mesma forma que para Hayek, a noção de equilíbrio tem significado claro e imediato somente em relação aos indivíduos isolados, dada a consistência dos planos individuais. O equilíbrio seria apenas possível num mercado particular, altamente improvável no mercado como um todo (em especial diante de mudanças inesperadas) e absurdo quando aplicado ao crescimento econômico. As teorias de equilíbrio utilizam a análise funcional, em oposição à análise genético-causal, tendendo a desconsiderar a ação humana. Lachmann denomina *formalismo* essa desconsideração do subjetivismo²¹. O formalismo leva à crença na consistência entre os planos individuais que não existe na realidade. É tarefa da ciência econômica estudar se essa consistência existe ou não e como é atingida.

Mas o que Lachmann oferece no lugar? Neste artigo [1966] Lachmann I apresenta uma teoria de processo de mercado do tipo evolucionária. A teoria deve estudar a inevitável incompatibilidade de planos, que resultam em *malinvestments* e fracasso dos planos, além de tratar da revisão dos mesmos. A teoria deve estudar o mecanismo de seleção imposto pelo mercado e como esse processo seletivo leva à revisão de planos. O mecanismo seletivo é fornecido pelos ganhos e perdas de capital. A análise genético-causal desse processo leva

¹⁹ Lachmann, 1986:32 cita Shackle, 1958: *Predicted man is less than human, predicting man is more than human*. Idéias semelhantes podem ser encontradas em Kirzner, como veremos no próximo capítulo.

²⁰ Veja também Lachmann (1950:169).

²¹ Ver também Lachmann (1969:155).

à identificação de duas fases: inovação e imitação. A inovação é imaginada como um processo semelhante à análise do empresário em Schumpeter.

Nessa análise do processo de mercado, as considerações subjetivistas, em especial as referentes às expectativas, possuem importância cardinal e a elas nos voltaremos em seguida.

2.3.2. Conhecimento e Tempo: o papel das expectativas

A economia subjetivista de Lachmann leva naturalmente a colocação do conhecimento como o centro da análise econômica: a economia estuda a ação humana, refletida em planos, que são fruto do pensamento dos agentes. Um desenvolvimento fundamental dessa idéia é encontrado, conforme vimos, no problema do conhecimento de Hayek. Lachmann, como defensor do subjetivismo, também trilha o caminho apontado por Hayek. As contribuições de Lachmann sobre o papel do conhecimento estão relacionadas com a sua teoria do capital de duas maneiras. Em primeiro lugar, o autor traça um paralelo entre o desenvolvimento da estrutura do capital com o desenvolvimento do conhecimento dos agentes e, em segundo lugar, estuda o papel do conhecimento sobre o futuro (expectativas) na teoria do capital. A primeira abordagem, conforme veremos no último capítulo, é compatível com a solução popperiana do problema do conhecimento, enquanto a segunda enfatiza o conhecimento subjetivo e é um exemplo de análise que utiliza pressupostos justificacionistas, conforme definimos no primeiro capítulo. A ênfase subjetivista do autor o aproxima das idéias de G.L.S. Shackle. De fato, os dois autores desenvolvem esse tema de forma semelhante. Veremos nesta seção que Lachmann e Shackle comungam com Hayek a idéia da importância central do conhecimento dos agentes, diferindo deste último autor, porém, na solução dada ao problema. Em seguida, apresentamos as idéias do autor nas duas direções que apontamos.

Lachmann adapta suas idéias sobre complementaridade e substitutibilidade da teoria do capital para outras áreas. Ele utiliza sua noção da heterogeneidade do capital na construção da sua teoria das instituições e também no estudo do papel do conhecimento na economia. Da mesma forma que o capital na teoria austríaca está estreitamente ligado ao tempo, vimos que para Lachmann o conhecimento e o tempo também andam juntos. Os conceitos que

foram utilizados para estudar a estrutura do capital reaparecem agora no estudo da “estrutura do conhecimento” dos agentes econômicos:

The market process is the outward manifestation of an unending stream of knowledge. ...The pattern of knowledge is continuously changing in society....New knowledge, whether costly or free, may prove valuable to one and useless to another, owing to the complementarity of new and old knowledge and the diversity of human interests. Hence it is impossible to gauge the range of application of some bit of knowledge until it is obsolete. But we can never be certain that knowledge is obsolete since the future is unknown. (Lachmann, 1976:127)

Desta maneira, surgem problemas análogos aos da teoria do capital, como recombinação do conhecimento e manutenção do "capital intelectual" (1982:175), que Lachmann desenvolverá em seu último livro. Lachmann utiliza esse paralelo para mostrar que o conhecimento foge a um tratamento funcional. O conhecimento é uma estrutura complexa e cambiante e, da mesma forma que o capital, não pode ser tratado como um todo homogêneo e previsível. Já vimos, em *The Structure of Production*, a comparação entre a tarefa de um cientista e a de um empresário²². Em outra ocasião (1959:90), o autor aponta para uma diferença entre os problemas enfrentados pelos dois: como o empresário não consegue controlar seus experimentos, o teste de hipóteses é muito mais difícil do que no caso do cientista. Isso não invalida a importância de testes no mercado, mas acentua o papel da interpretação dos testes e dos fenômenos por parte dos agentes. Com isto, o conhecimento no mercado seria “privado e subjetivo” (1959:91), em contraste com o conhecimento científico “objetivo” (no sentido de sujeito a teste por diferentes pessoas). Essa diferença epistemológica será de grande importância na nossa análise no capítulo 5.

É no estudo do papel do tempo na economia e da natureza das expectativas, no entanto, que se revelam os pressupostos justificacionistas sobre o conhecimento adotados por Lachmann, que determinarão a versão particular do autor sobre o processo de mercado. Neste ponto, as obras de Lachmann e Shackle praticamente coincidem. Veremos como a coincidência de pensamentos entre os dois autores marcou a transformação de Lachmann I em Lachmann II.

A obra de Lachmann apresenta um estreito paralelismo com o pensamento de Shackle. Ambos estiveram sob a orientação de Hayek na LSE, além de terem sido amigos. Ambos fazem freqüentes referências às obras do outro, de forma a tornar difícil distinguir que idéia

²² Ver página 44.

foi formulada por qual autor²³. Pela identificação de Shackle com o subjetivismo, Lachmann o considera como um economista austríaco. Podemos traçar as influências que Lachmann sofreu: de Menger e Mises, Lachmann absorve o que ele chama as duas primeiras fases do subjetivismo. De Hayek, Lachmann aprende que a realidade econômica requer interpretação da parte dos agentes: nisso difere o subjetivismo das preferências e o subjetivismo da interpretação (Lachmann, 1943:73). De novo com Hayek, “Lachmann I” acredita num mecanismo de seleção que leva a uma convergência das expectativas, compatíveis com as realidades subjacentes (Lachmann, 1950, 1956, 1966). Posteriormente, com Shackle, Lachmann passa a estudar a relação entre o conhecimento e o tempo, que o leva ao conceito de expectativas divergentes e ao abandono da crença da preponderância das forças equilibradoras do mercado. Passaremos agora a estudar essa “terceira fase” do subjetivismo. Primeiramente, exporemos o argumento de uma vez e, em seguida, examinaremos suas partes.

A atividade econômica é feita de escolhas. No entanto, é muito tarde para se escolher o presente (Shackle, 1972). A escolha se dá entre alternativas que se encontram no futuro, pois a ação humana toma forma de planos que levam tempo para serem implementados. No entanto, o futuro não é determinado pelos “dados” objetivos do problema: ele será fruto das próprias escolhas feitas pelos agentes. Num mundo de mudanças inesperadas, o futuro é incerto e deve ser *imaginado* pelos agentes. Nesse sentido, a escolha é originativa (Lachmann, 1994:247), ela cria alternativas para o futuro. Lachmann repete com frequência seu *motto*: “*the future is unknowable though not unimaginable*”. Cada agente formará expectativas conforme sua compreensão particular das circunstâncias que o cerca e de sua visão de mundo. Devido à diversidade dos indivíduos, é certo que surgirão expectativas diferentes para cada pessoa. Daí a expressão “expectativas divergentes”, que caracterizará os mercados na visão de Lachmann. A divergência das expectativas mina a relevância do conceito de equilíbrio para o estudo do processo de mercado. O indeterminismo de Lachmann se deduz da importância do subjetivismo na determinação das ações econômicas: para conhecermos o futuro, temos que conhecer as ações individuais no futuro,

²³ Lewin, 1996, afirma que as obras de Lachmann geralmente antecedem as de Shackle. A confusão, segundo Lavoie, vem do fato que Lachmann se considera como um comentarista da história do pensamento, não como um pensador original ele mesmo. Suas idéias são sistematicamente apresentadas como se fossem formuladas por outros economistas.

que dependerão do estado de conhecimento dos agentes nesse futuro. No entanto, não podemos ter conhecimento presente do conhecimento futuro. Isso seria uma contradição, como mostrou Popper no prefácio de sua *Miséria do Historicismo*²⁴. Essa relação entre o passar do tempo e a mudança indeterminada do conhecimento desempenha papel fundamental no esquema de Lachmann. Vejamos alguns elementos desse argumento em mais detalhes.

Shackle utiliza três passagens (apresentadas como se fossem uma) do artigo de Lachmann de 1959 (“Professor Shackle on the Economic Significance of Time”) como epígrafe de seu *Epistemics and Economics*, resumindo essas idéias, compartilhadas pelos dois autores:

Time and knowledge belong together. The creative acts of the mind need not be reflected in changing preferences, but they cannot but be reflected in acts grasping experience and constituting objects of knowledge and plans of action. All such acts bear the stamp of the individuality of the actor. (85) The impossibility of prediction in economics follows from the facts that economic changes is linked to change in knowledge, and future knowledge cannot be gained before its time. Knowledge is generated by spontaneous acts of the mind. (90) As soon as we permit time to elapse we must permit knowledge to change, and knowledge cannot be regarded as a function of anything else. (92) (Lachmann, 1959. Os parênteses indicam a página)

Essa “colagem” de passagens, revela uma diferença entre os dois autores. A não previsibilidade do conhecimento revela um niilismo em Shackle que é menos acentuado em Lachmann. Entre as duas primeiras passagens (1856:89), Lachmann fala na possibilidade de previsão negativa. Podemos prever o fracasso de uma política governamental que busca objetivos economicamente incompatíveis. Essa previsão, no entanto, seria puramente lógica, não baseada em observação das circunstâncias (o mesmo argumento é encontrado em Lachmann, 1950:166). Mais tarde, Lachmann negará a possibilidade de previsões de padrão.

Com a influência de Shackle, Lachmann troca a sua usual expressão “num mundo de mudanças inesperadas” pela metáfora shackleana do caleidoscópio:

Será una sociedad kaléidica, entreverando sus momentos o intervalos de orden, seguridad y belleza com una repentina desintegración y un precipitarse en cascada hasta adquirir una nueva estructura. (Shackle, 1976:98).

Num mundo “calêidico”, os dados não são constantes e as mudanças requerem interpretação. Cada indivíduo terá uma interpretação diferente, pois alguns são otimistas;

²⁴ Ver mais adiante, pág. 135., nota de rodapé.

outros, pessimistas (1966:123), e todos possuem um estoque de conhecimento diferenciado. Quanto mais no futuro estiver o objeto de uma conjectura, mais as interpretações variarão, pois mais fatos inesperados poderão ocorrer nesse intervalo de tempo. Isso torna a construção do equilíbrio menos aplicável conforme nos afastarmos no tempo ou ocorrem maior número de mudanças: quanto mais as expectativas divergem, maior é a sua importância como objeto de análise (1978:221). Com isso, podemos concluir que a teoria do investimento – produção para o futuro – é o *locus* ideal para o estudo das expectativas. A teoria do capital de Lachmann levou-o a criticar a teoria keynesiana por desconsiderar a estrutura do capital (apresentando no lugar uma “teoria hidráulica” do funcionamento da economia). Contudo, Lachmann simpatiza com Keynes no que diz respeito ao papel das expectativas e incerteza no campo do investimento privado. Lachmann endossa o subjetivismo, a originalidade da escolha e o indeterminismo das expectativas encontrada em Keynes. Em especial, Lachmann utiliza a noção de que o mercado é composto por dois grupos: touros e ursos (*bulls and bears*), representando os otimistas e pessimistas, respectivamente. Nessa situação não há compatibilidade de planos; os dois grupos têm opinião oposta sobre o que ocorrerá com os preços. Para Lachmann, os mercados futuros e as bolsas de valores têm um papel positivo a desempenhar, qual seja, coordenar essas expectativas divergentes. Um vendedor, apostando num preço mais baixo no futuro, gostaria de vender um determinado produto, enquanto um comprador age na hipótese de que haverá mais escassez deste produto no futuro. Os dois agentes não precisam concordar sobre o futuro, mas suas ações podem ser coordenadas pelo mercado. As expectativas nunca convergem, mesmo um mercado futuro perfeito não se furtaria do problema da divergência das expectativas. Em diversas ocasiões (por exemplo, 1966:124; 1969:161; 1975:207; 1976:131; 1978:227) Lachmann discute o papel da bolsa de valores como instituição coordenadora de expectativas:

The future is unknowable, though not unimaginable. Future knowledge cannot be had now, but it can cast its shadow ahead. In each mind, however, the shadow assumes a different shape, hence the divergence of expectations. The formation of expectation is an act of our mind by means of which we try to catch a glimpse of the unknown. Each one of us catches a different glimpse. The wider the range of divergence the greater the possibility that somebody's expectations will turn to be right. (Lachmann, 1976c:236)

E mais adiante:

The market, of course, cannot diffuse “superior expectations” in the sense in which it diffuses superior knowledge because *ex ante* no criterion of success can exist. It cannot make bulls and bears change their expectations but it nevertheless can co-ordinate these.

Essa passagem revela alguns pontos fundamentais. Na primeira parte, Lachmann reconhece a importância da diversidade para aumentar a probabilidade de uma das possibilidades ser a “correta”. Como o autor apontou em outras ocasiões, isso é seguido de imitação dessa alternativa correta, levando a um processo seletivo equilibrador. Porém, no mesmo ano em que ele escreveu a passagem acima, Lachmann (1976a) nega esse processo seletivo. Os agentes aprendem, mas não se sabe o que eles aprendem. O empresário pode estar errado nas primeiras três tentativas, mas estar certo na quarta, ou um empresário que vem acertando pode passar a errar. “*How can we be sure?*”, Lachmann costuma perguntar. No seu artigo de 1988, o autor nega que os mercados especulativos possam ser descritos como um “processo de descoberta”. Em outro artigo (1976c), Lachmann afirma que o tratamento das expectativas por Shackle coloca um desafio para a economia austríaca defendida por Mises, Hayek e Kirzner, pois não existe difusão de expectativas semelhante à difusão de conhecimento: como não existe um critério *ex ante* de sucesso, não há transmissão de expectativas corretas. Com isso, Lachmann atinge uma posição conhecida como *subjetivismo radical*, que nega não apenas o conceito neoclássico de equilíbrio, mas também o uso desse conceito na própria tradição austríaca. Estamos diante da transformação de Lachmann I em Lachmann II. O que levou Lachmann a essa posição e qual é a visão sobre o processo de mercado que deriva daí? Na próxima subseção veremos em mais detalhes a concepção do autor concernente ao processo de mercado. Antes disso, porém, faremos duas observações: uma sobre os pressupostos epistemológicos subjacentes do autor e outra sobre a intenção do autor. Essas idéias serão utilizadas posteriormente para tentarmos uma explicação da transformação do autor. Aqui bastará documentá-las para fundamentar a análise posterior.

Em primeiro lugar, encontramos em Lachmann e Shackle uma nítida distinção entre a natureza do conhecimento de fatos presentes e futuros (ou expectativas). Os dois autores adotam uma postura justificacionista do conhecimento. O conhecimento dos fatos presentes é conhecimento válido, justificado, enquanto as expectativas são proposições incertas,

portanto não provadas, não justificadas²⁵. Isso contrasta com a opinião de Popper, para quem todo conhecimento é hipotético e não justificado. Da mesma forma, no contexto do processo de mercado, vimos que o conhecimento dos agentes, na opinião de Hayek, também é falível. Para Lachmann e Shackle, no entanto, a ausência de conhecimento provado no mercado frustra e ilegítima qualquer tentativa de tratar o conhecimento. Para os autores, o que confere o caráter não provado das expectativas é a sua relação com o tempo:

El tiempo es una negación de la omnipotencia de la razón. El tiempo divide la totalidad de las cosas en aquella parte a cerca de la cual podemos razonar y aquella parte acerca de la cual no lo podemos hacer. Pues sólo puede razonar acerca de lo que en efecto está completo; y en un mundo donde existe el tiempo, nunca nada está completo. (Shackle, 1976:49)

O livro *Epistemics and Economics* pode ser resumido como o desenvolvimento das implicações do fato de que a passagem do tempo torna o conhecimento dos agentes econômicos incerto. Praticamente em todos os capítulos desse livro podemos encontrar citações distinguindo conhecimento e expectativas em termos de critério de conhecimento válido. A mesma noção é também encontrada em Lachmann com alguma frequência: “*what criteria of valid knowledge are at his [the agent] disposal?*” (1966:61, ênfase adicionada)²⁶.

Em segundo lugar, podemos averiguar pelo conjunto da obra de Lachmann que um dos objetivos principais do autor é negar o determinismo e o mecanicismo da teoria neoclássica. Essa teoria, conforme a análise desenvolvida por Hayek em seu “The Theory of Complex Phenomena”, pode ser interpretada de duas maneiras, uma positiva e outra negativa. A positiva não distingue previsão de explicação e vê como seu objetivo a determinação de valores de equilíbrio. Aqui não existe liberdade para a ação humana. A outra ótica, a negativa, interpreta a teoria como uma imposição de limites a ação humana. Esta não é onipotente, pode ser criativa dentro dos limites impostos pelas realidades subjacentes a situação. Temos assim um grande número de eventos possíveis, fruto da criatividade dos agentes. Porém, existe um número ainda maior de eventos proibidos pela teoria. A construção de modelos de equilíbrio podem ser usados para realizarmos “previsões de padrões” (*pattern predictions*), baseando-nos naqueles eventos proibidos pela teoria.

Em Lachmann, temos a impressão de que a teoria, em especial a noção de equilíbrio, só pode ser entendida no primeiro sentido. Em um artigo de 1975, por exemplo, Lachmann

²⁵ Ver capítulo 1, pág. 31.

²⁶ Veja também: Lachmann, 1976c:230; 1988:273.

nega a utilidade do conceito de equilíbrio em Hayek, mesmo como um primeiro passo na análise, e considera a construção do equilíbrio como incompatível com a teoria de processo de mercado. Isso não significa que o autor negue a existência dos limites à ação humana. No mesmo artigo, Lachmann fala de ação guiada por restrições e afirma inclusive que, na teoria do capital, as forças equilibradoras sobrepujam as desequilibradoras (1975:208). Mas, para o autor, a idéia de equilíbrio é intimamente relacionada com determinismo e negação do subjetivismo e não pode ser utilizada para apontar os limites à ação reconhecidos pelo autor. Voltaremos a esse ponto no final do capítulo.

Poderemos agora analisar à luz da interpretação contida nessas duas observações a opinião de Lachmann sobre a natureza do processo de mercado.

2.3.3. Forças Equilibradoras e Desequilibradoras

A distinção entre plutologia e catalaxia é noção importante na visão de Lachmann sobre a evolução do pensamento econômico. A crítica do autor às teorias formais de equilíbrio é tentativa de combater o que ele chama de contra-revolução ricardiana. A formalização da teoria de equilíbrio, ao excluir da análise a complexidade e o subjetivismo, corre o risco de transformar a teoria microeconômica em plutologia. Os valores de equilíbrio adquirem status quase objetivo. O'Driscoll (1978) nota a semelhança entre Ricardo e Walras: ao excluir o problema da coordenação, a teoria do equilíbrio geral pode ser vista sob o ponto de vista plutológico. Não mais seria necessário fazer referências aos planos individuais. Por exemplo, Lachmann (1975:208) critica os esquemas de redistribuição de riqueza via taxação, que alterariam a distribuição inicial de dotações da economia. Ao alterar a dotação, se alteraria com isto o resultado do processo em termos de distribuição final de renda. Na teoria de processo, no entanto, a dotação inicial tem pouco significado. Com o impacto das mudanças inesperadas, uma contínua redistribuição de riqueza é feita todos os dias através de perdas e ganhos de capital e reavaliação subjetiva dos ativos. Em outra ocasião (1986:26), Lachmann afirma que a moderna plutologia depende do modelo de equilíbrio geral para fornecer uma medida do produto total que um modelo de produção não seria capaz de fornecer:

without a set of ascertainable equilibrium prices for every good and service produced we would be unable to deduce the heterogeneous mass of output to that manageable homogeneity without which our modern macroaggregates make no sense. (1986:26)

No lugar de uma concepção estática da economia, Lachmann vê o mercado como um processo. Esse processo é marcado por um contínuo fluxo de mudanças inesperadas que, através da revisão de planos, desencadeiam tanto forças equilibradoras quanto desequilibradoras na economia. A teoria ortodoxa estuda o primeiro tipo de força, ignorando a segunda.

Num mercado comum de bens, as expectativas convergiriam, pois existe um mecanismo de descoberta que torna as forças equilibradoras preponderantes (Lachmann, 1988:271). Num mercado especulativo, o futuro é incerto e é imaginado de forma diferente por cada ator. As escolhas originativas dos agentes e as mudanças naturais tornam o futuro desconhecido. Essa ignorância do futuro torna as expectativas voláteis: compradores transformam-se com frequência em vendedores e vice-versa. Dessa forma, equilíbrio nunca é atingido, as forças desequilibradoras tendem a prevalecer. Nesse caso, Lachmann nega a possibilidade de um processo de descoberta, pois só podemos descobrir o que existe e o futuro é inexistente. Não podemos descobrir o que não existe (Lachmann, 1988:273).

Resta ainda ao autor fazer face à possibilidade de previsão de padrões. Algo que não existe e é desconhecido hoje, mas existirá amanhã, poderia afetar as variáveis econômicas, criando limites econômicos ao que pode acontecer no futuro. Lachmann evita o problema afirmando que essa possibilidade não nega que a causa primeira dos fenômenos está na ação humana, e só depois de dominarmos a ação propositada poderemos investigar as consequências não intencionais da ação.

Para Lachmann, em resumo, o estudo do processo de mercado depende das características individuais de cada mercado em estudo, que determinam a resultante de um vetor de forças contrários: a existência simultânea de forças equilibradoras e desequilibradoras. Tal opinião pode ser encontrada em diversos escritos, como por exemplo Lachmann, 1971, 1975 e 1988. Para os casos relevantes, contudo, as forças de desequilíbrio prevaleceriam:

If, with Mises, we reject the notion of general equilibrium, but, on the other hand, do not deny the operation of equilibrating forces in markets and between markets, we naturally have to account for those disequilibrating forces which prevent equilibrium from being reached. In other words, to explain the continuous nature of the market process is the same thing as to

explain the superior strength of the forces of disequilibrium (Lachmann, 1971:190, ênfase adicionada).

No mesmo artigo, Lachmann trata da velocidade do ajustamento e da velocidade da difusão do conhecimento, que influenciarão a possibilidade de que as forças equilibradoras realizem seu trabalho a tempo, de modo a gerar um equilíbrio antes de novas mudanças disruptoras. Esse artigo esclarece um pouco mais a respeito da natureza das forças desequilibradoras: a demora de difusão pode tornar uma informação irrelevante no instante em que o agente a possuir ou levá-lo a decidir antes que possua uma informação relevante. O processo de difusão, para Lachmann, é lento.

Compondo com essa lentidão, para que não haja um processo de descoberta, o mundo de Lachmann deve apresentar, digamos, uma “alta caledonicidade”. A cada instante devemos ter um novo início (Shackle, 1976), um padrão diverso que torne obsoleto o conhecimento prévio e não permita inferências a partir do conhecimento anterior.

O processo de mercado é resumido pelo próprio Lachmann:

In a kaleidic society the equilibrating forces, operating slowly, especially where much of the capital equipment is durable and specific, are always overtaken by unexpected change before they have done their work, and the results of their operation disrupted before they can bear fruit. Restless asset markets, redistributing wealth every day by engendering capital gains and losses, are just one instance, though in a market economy an important one, of the forces of change thwarting true equilibrating forces....What emerges from our reflections is an image of the market as a particular kind of process, a continuous process without beginning or end, propelled by the interaction between the forces of equilibrium and the forces of change. (Lachmann, 1976:239)

A teoria de Lachmann enfatiza a autonomia da mente humana. Os fenômenos estudados em economia não são determinados por força materiais, mas são frutos da ação inventiva dos homens. O determinismo nega a autonomia da mente humana. Mas qual seria o papel da teoria econômica se é impossível a previsão? Lachmann II não enfatiza em seus escritos a existência de limites econômicos que poderiam gerar previsões teóricas do tipo negativo (previsões de padrão)²⁷. Barrada a possibilidade de previsões negativas, surge naturalmente na obra do autor que as tarefas – do tipo positivo – deixadas para a economia seriam duas: a compreensão das intenções dos agentes que moldaram suas decisões econômicas no passado e o papel direcionador da ação permitido pelas instituições. A obra posterior de

Lachmann segue coerentemente esse programa dado pelos seus preceitos metodológicos. Por isso, na próxima seção estudaremos as opiniões do autor sobre metodologia e como isso é aplicado no desenvolvimento da teoria das instituições. Veremos finalmente a aplicação da metodologia do autor no estudo do processo de mercado encontrado em seu último livro.

2.4. Hermenêutica, Teoria das Instituições e Processo de Mercado

2.4.1. O Método e a Teoria das Instituições

Vimos até agora o subjetivismo de Lachmann aplicado à sua teoria do capital e alguns aspectos da teoria de processo de mercado. Nos ocuparemos agora dos escritos nos quais Lachmann expõe explicitamente suas idéias a respeito de metodologia, em especial as idéias contidas em seu livro *The Legacy of Max Weber* (1971) e resumidas em seu artigo “Austrian Economics: a hermeneutical approach” (1991). O primeiro ensaio do livro trata do método das ciências sociais, enquanto o segundo trata da teoria das instituições. As idéias contidas nesses dois ensaios informarão o método particular que o autor usará em seu último livro para estudar o processo de mercado.

Lachmann deriva suas idéias de metodologia de uma fonte de que até agora não tratamos: Max Weber. Nosso autor adaptará o método histórico de interpretação (*understanding / Verstehen*), defendido por Weber, como o adequado para a economia. Lachmann (1966) defende que esse foi de fato o método utilizado pela Escola Austríaca em sua história. Esse método deve ser contraposto com o da Física, resultando daí o dualismo metodológico que já mencionamos: as ciências naturais tratam do inanimado, enquanto que as ciências sociais tratam da correspondência entre um fenômeno e uma idéia (1971:18), sendo o método dessas últimas eminentemente teleológico. Lachmann descreve esse método, que ele denomina hermenêutico, quando aplicado à historiografia, para mais tarde estendê-lo para as “ciências sociais teóricas”.

²⁷ Lachmann I utiliza o método negativo: a complexidade da estrutura do capital, por exemplo, levaria a previsão da falha de um programa de investimentos que desconsidera tal estrutura em favor do volume total

A Hermenêutica é originalmente a ciência da interpretação do significado de um texto (Lachmann, 1991:280;1971:18). Quando procuramos entender um texto, interpretamos cada passagem tentando buscar o que o autor quis dizer com aquilo, qual foi a sua intenção ao escrevê-lo. No campo da historiografia, o pesquisador procura, da mesma forma, buscar o significado das ações dos indivíduos, através de seus planos de ação. Uma das tarefas do historiador é realizar testes de coerência: determinar se os propósitos atribuídos a um indivíduo são consistentes entre si, formando um plano mais amplo, e se a execução de um plano é consistente com as demais intenções e circunstâncias desse indivíduo (1971:20). Quando passamos do indivíduo para a ação coletiva, deve-se distinguir entre organizações (como o exército) e ações coletivas não organizadas (como o mercado). Pode-se utilizar o método hermenêutico sem alterações no primeiro caso, enquanto no segundo, deve-se estudar os elementos típicos dos planos individuais dos agentes participantes da ordem não organizada, os elementos comuns de normas, instituições e o contexto desses planos. Mas, seria este método aplicável à economia? Lachmann responde afirmativamente. A tarefa da economia seria o estudo dos elementos comuns aos planos, entre os quais normas, instituições e comportamento institucionalizado, como maximizar lucros e evitar insolvência. Em outro artigo, Lachmann define a base desse estudo em termos de compreensão dos eventos:

Understanding as a theoretical method, that is, as a method for the interpretation of typical courses of action with the aid of thought designs, for example, economic plans. (1966:47)

Weber defendeu esse método em contraposição ao método das ciências naturais. Segundo Lachmann, no *Methodenstreit*²⁸, Weber reconhece a necessidade de explicações causais, concordando com Menger, negando, porém, a necessidade de se buscar “leis exatas” baseadas num empiricismo físico. O conceito utilizado por Weber para oferecer uma interpretação teórica, mas não tão abstrata como Menger, foi o conceito de Tipo Ideal. A proposta de Lachmann no primeiro ensaio do seu livro de 1971 é substituir o conceito de tipo ideal pelo conceito de plano. O primeiro conceito, segundo Lachmann, não se baseia necessariamente na ação humana, pois pode ser igualmente aplicado ao reino animal (1971:29). O conceito de plano pode ser usado no lugar como um melhor guia para a

investido.

²⁸ Batalha dos métodos, com Menger e Schmoller representando posições opostas. O primeiro defendeu a possibilidade de ciência econômica teórica enquanto que o segundo defendeu uma posição historicista.

interpretação da ação humana. Por outro lado, o método das ciências naturais seria explicar ou prever (estes seriam sinônimos²⁹) fenômenos observáveis. Ao utilizar este último método em economia, o analista deve especificar a situação inicial do conhecimento de cada agente, a fim de prever as ações de cada um. Isso seria uma tarefa impraticável. É impossível previsão em economia.

Em contraposição ao que o autor caracteriza como o método das ciências naturais, que identifica previsão e explicação, Lachmann apresenta o método praxeológico, que afirma a existência de limitações impostas à ação humana, que caracterizam a economia:

Human action is not determinate, but neither is it arbitrary. It is bounded, firstly, by the scarcity of means at the disposal of actors. This circumstance imposes a constraint on the freedom of action. (Lachmann, 1971:37)

Diante da impossibilidade de previsões em economia, o analista se depara com duas possibilidades. Podemos estudar essas limitações à ação humana ou poderemos buscar a explicação dos fenômenos no entendimento dos planos individuais dos agentes. Lachmann enfatizará esta segunda opção:

Causal explanation in the field of action cannot hope to attain determinateness, but this does not mean that we must give up all hope of explanation. What we may hope to accomplish here is to be able to show to what ends, means, and obstacles human action is oriented. *Orientation* thus emerges as a concept as fundamental to praxeological study as determinateness is to natural science. (1971:37)

Embora a previsão seja impossível, o mais próximo possível desse ideal que se pode almejar em ciências sociais é tentar estabelecer os caminhos tomados pela ação humana através do estudo dos planos dos indivíduos. Mas não temos acesso à mente dos indivíduos para prever suas ações futuras. Podemos, contudo, observar suas ações passadas e, pelo método hermenêutico, tentar entender as intenções que os levaram àquelas ações.

A explicação econômica seria, portanto, do tipo que descrevemos como positiva³⁰: a identificação do que aconteceu ou pode acontecer, e não apontar o que não poderia acontecer, como quando utilizamos previsões de padrão. Desta forma, a distinção entre história e teoria econômica em termos metodológicos é muito tênue para Lachmann. Para Mises, ao contrário, a distinção é clara: este atribuía somente à história o método da interpretação de eventos únicos, enquanto as ciências teóricas eram marcadas pelos eventos

²⁹ Ver capítulo 1, pág. 26.

³⁰ Ver capítulo 1, pág.60.

típicos. É interessante notar que a Escola Austríaca, que combateu o historicismo em seus primórdios com a obra de Menger, acabe adotando uma posição historicista na obra de Lachmann. Esta guinada para o historicismo, elemento da transição do autor de Lachmann I para Lachmann II, será completa apenas no último livro do autor, de 1986. Aqui, porém, ele apenas procura minimizar a importância da possibilidade de previsão de padrões em favor da compreensão histórica. De fato, nesse livro, Lachmann defende o ponto de vista que a falha de planos ou o estudo das consequências não intencionais da ação humana não dizem nada contra a correspondência entre ação e planos (1971:46 e 31) e que o estudo dessa correspondência seria mais fundamental para a economia.

No segundo ensaio do livro *The Legacy of Max Weber*, Lachmann formula sua teoria das instituições. Depois de defender que método da economia deva ser positivo – descrever as ações informadas por planos – Lachmann aponta as instituições como fator orientador da ação humana. Essa orientação facilita o estudo dos planos dos agentes. A existência de instituições torna o comportamento humano mais previsível. Elas derivam sua importância dessa redução da incerteza inerente à ação. Uma teoria das instituições deve estudar "a natureza, as funções e as relações estruturais entre as instituições" (1971:50). Além da inspiração weberiana, podemos averiguar que mais uma vez o material básico usado na construção da teoria de Lachmann vem da obra do autor na área da teoria do capital.

Para Lachmann, as instituições desempenham um papel de divisão do conhecimento, do mesmo modo que o sistema de preços na teoria de Hayek:

They are nodal points of society, co-ordinating the actions of millions whom they relieve of the need to acquire and digest detailed knowledge about others and form detailed expectations about their future action. (1971:50)

A existência das instituições coloca alguns problemas, paralelos aos expostos em relação à estrutura da produção. Naquela teoria, havia o problema de definir uma estrutura complexa, com relações funcionais entre seus elementos que se alteram continuamente. Na teoria das instituições, da mesma forma, surgem questões análogas. Em primeiro lugar, temos o problema da mudança institucional. Para servir como guia, as instituições não podem mudar. Ao mesmo tempo deve haver mudanças institucionais que se adaptem a novas realidades. Como compatibilizar essas duas necessidades? Em segundo lugar, temos o problema da ordem institucional, ou complementaridade das instituições. As instituições

presentes numa sociedade interagem e o seu conjunto forma uma "estrutura institucional", da mesma forma que a estrutura do capital é composta de seus elementos heterogêneos. Existiria uma estrutura das instituições que apresenta algum grau de coerência ou unicidade? Operariam forças que possam trazer essa maior coerência entre os elementos dessa estrutura? Finalmente, compondo os dois problemas, as novas instituições que substituem outras ou preenchem buracos na estrutura podem trazer unicidade e ao mesmo tempo servir como referencial estável para a ação (1971:51)?

Para resolver tais problemas, Lachmann recolhe elementos em Weber, Menger e Hayek, que comporão sua teoria das instituições. Menger foi o primeiro economista austríaco a estudar o surgimento de instituições a partir da interação dos agentes em um processo de mercado. Menger distingue entre instituições criadas e espontâneas. Em relação a essas últimas, o autor procura explicar como instituições úteis surgem sem serem conscientemente criadas. A interação entre indivíduos buscando seus interesses particulares gera instituições que são frutos não intencionais dessa interação. Menger procura explicar dessa maneira o surgimento da moeda. Existe um processo evolucionário de surgimento de inovações, algumas mais eficientes, que eventualmente prevalecem na interação no mercado. Lachmann identifica a teoria de Menger como sendo uma teoria praxeológica das instituições, traçando as conseqüências não intencionais da ação humana. Como vimos, Weber se mostrou insatisfeito com as teorias de Menger por estas não enfatizarem a liberdade da ação humana, em favor da busca de formulação de leis exatas (1971:60). A teoria de Weber explora essa liberdade: a ação é livre e orientada pelas instituições. A tarefa do estudo de uma teoria das instituições deveria ser do tipo que descrevemos como positiva: compreender as ações escolhidas pelos agentes. A crítica de Weber a Menger coincide com a metodologia defendida por Lachmann. Este apontará alguns elementos da teoria de Weber úteis para uma teoria alternativa das instituições: a) elitismo: as instituições são resultado de poucas pessoas que são imitadas e não de adoção simultânea por todos; b) significado para diversos grupos: um grupo cria, sugere ou impõe normas, que são implementadas por um segundo grupo e usadas por um terceiro grupo. Cada grupo interpreta as normas de forma diferente; c) as instituições são pontos de orientação para a ação (1971:62).

Lachmann constrói sua própria teoria, utilizando esses elementos tirados de Hayek, Menger e Weber. As instituições surgem como fruto de planos bem sucedidos que cristalizam ao longo do tempo na forma dessas instituições, através de um processo de inovação e imitação. Ao contrário de um processo de mercado sem mudanças inesperadas, não existe no campo institucional um processo equilibrador que possa trazer coerência à estrutura institucional. Existirão forças equilibradoras e desequilibradoras, que negam a obrigatoriedade de uma evolução institucional positiva (1971:69). Além disso, as mudanças institucionais irão certamente frustrar a realização de alguns planos. No entanto, além da permanência, a coerência deve ter papel importante na teoria:

In reducing the uncertainty of the future which enshrouds all human action, and helping us overcome the limitations of our ignorance of the present, such coherence and permanence of are indeed of primary importance. (Lachmann, 1971:70)

Dada a função de orientação das instituições, pode-se concluir que, quanto mais uma ordem legal é alterada por legislação ou interpretação judicial, menos ela serve como meio de orientação em relação à ação dos agentes.

Lachmann defende a idéia de que a coerência e a permanência estão presentes não só em contratos ou em um sistema formal de leis, mas também na estrutura institucional como um todo. Para estudar as características de uma estrutura institucional, o autor traça um paralelo entre as instituições individuais e a estrutura como um todo. O autor faz uma comparação em termos de graus de coerência que uma instituição ou a estrutura das instituições pode apresentar, segundo quatro características: permanência, consistência, unidade e “complementaridade geral” (*gaplessness*).

Em ambos os casos existe alguma permanência das normas, estas não se alteram a todo instante. No entanto, perde-se consistência na ordem institucional mais ampla relativamente a instituições específicas: enquanto um exército se organiza coerentemente em torno do princípio da obediência, pode coexistir numa mesma sociedade instituições com princípios de funcionamento diferentes, como o próprio exército e o mercado, por exemplo. Perde-se também unidade na passagem das instituições para a estrutura institucional: o caráter lógico das normas legais conferem unidade ao sistema; não há duplicações. Na esfera mais ampla da estrutura institucional como um todo, no entanto, a unidade é menor. Porém, nesta, existe uma especialização funcional, com unidades especializadas como correios e a

polícia. Ou seja, a estrutura institucional é composta de instituições heterogêneas. Em relação à última característica (*gaplessness*), esta está totalmente ausente na ordem institucional geral: enquanto em direito não se pode negar o julgamento de um caso alegando-se falta de normas (“*the legal order abhors a vacuum no less than nature does*”), no sistema institucional mais amplo, como na estrutura do capital, os buracos são constantes. Dessa forma, a ordem geral é uma estrutura, não devido à sua natureza lógica, mas sim à sua especialização funcional. A estrutura institucional apresenta uma coerência, embora mais tênue do que instituições específicas.

As estruturas estudadas por Lachmann apresentam as características de permanência e mudança. Estudada a permanência, Lachmann se volta para a mudança. Como na teoria do capital, a permanência da estrutura não implica em permanência das suas partes (1971:77). A teoria deve estudar as mudanças institucionais, informada pelo problema da “flexibilidade versus coerência” (1971:79). Vejamos alguns problemas abordados pelo autor.

As instituições duram tempos diferentes, assumem novas funções e abandonam outras, como as unidades de capital na teoria da estrutura da produção. Uma instituição pode deixar de existir por perder a sua função (sucateamento, na teoria do capital), porque instituições complementares não estão mais disponíveis. Da mesma forma que tínhamos o fenômeno da recombinação do capital, agora temos uma recombinação institucional. Uma instituição pode assumir significado diverso do original, pois agora pode estar interagindo com um conjunto diverso de instituições complementares.

A teoria das instituições deve estudar a habilidade empresarial do inovador (elemento elitista identificado anteriormente), que é imitado e pode levar ao preenchimento de falhas (*gaps* na estrutura institucional), da mesma forma que o investimento na teoria do capital.

No problema da flexibilidade versus coerência, o que importa – como no processo de mercado – não é a mudança em si, mas a mudança inesperada. Novamente, deve-se lembrar que Lachmann define a estrutura do capital em termos de mudanças antecipadas pelos agentes, que geram mudanças consistentes na estrutura. Além disso, Lachmann observa que, quanto mais importante em uma sociedade são os planos de longo prazo sensíveis a mudança institucional, mais daninhas são as mudanças institucionais inesperadas.

Finalmente, na estrutura não homogênea da estrutura institucional, Lachmann distingue instituições externas de internas. Estas últimas, fruto espontâneo do processo de mercado e outros processos evolutivos, formam-se nos interstícios das instituições externas, que constituem a ordem legal da sociedade.

A teoria das instituições apresentada acima é um passo natural no programa de pesquisa de Lachmann II, dada a metodologia hermenêutica à qual o autor se filiou: as instituições oferecem pontos de orientação para o estudo dos planos dos agentes. A substância da teoria, contudo, surge da reutilização dos conceitos da teoria do capital de Lachmann I.

2.4.2. O Processo de Mercado

Veremos agora como os preceitos metodológicos desenvolvidos na subseção anterior são aplicados no último livro do autor, intitulado *The Market as an Economic Process*, de 1986. Essa obra expõe as idéias que analisamos ao longo deste capítulo, fruto do trabalho de décadas do autor, só que organizadas sob um todo coerente, na forma de um livro. Esta reexposição de idéias permitirá a clarificação de algumas posições do autor que suportarão nossa interpretação sobre a transformação do autor em Lachmann II. Podemos talvez atribuir certas idéias contraditórias ou ambíguas nas obras anteriores a uma fase de transição. Nesse último livro, porém, Lachmann defenderá inequivocamente uma metodologia historicista e negará a tarefa de traçar as conseqüências não intencionais da ação humana como apropriada para a economia. Nesse livro, a modalidade de historicismo desenvolvida por Lachmann, que vê a tarefa da economia como centrada no entendimento positivo (descrição) dos planos individuais guiados pelas instituições, moldará o tipo de teoria de processo de mercado desenvolvida pelo autor. Lachmann identificará vários tipos particulares de mercados e agentes encontrados no mundo real. As peculiaridades desses mercados e agentes determinarão as diferentes formas que assumirão os processos de mercado.

Não nos ocuparemos com a forma com que o autor organiza as idéias que já revimos anteriormente. Nossa exposição tratará, ao contrário, de três pontos: primeiramente documentaremos a guinada historicista; em seguida, veremos como Lachmann aplica esse

método ao estudo do processo de mercado e concluiremos com a apresentação de um capítulo do seu último livro, com interessantes contribuições à economia do conhecimento.

Para Lachmann, a teoria do processo de mercado deve encarar um dilema entre *história* e *equilíbrio* (1986:22). Ao rever a história do pensamento econômico, o autor reporta a transformação da teoria microeconômica de *catalaxia* em *plutologia*³¹. Nessa transformação, perdem-se as noções de mudança e a heterogeneidade em favor do determinismo. Tal determinismo só pode ser negado por uma teoria *catalaxia* comprometida com o subjetivismo. Aqui entra em cena o papel do conhecimento, que traz consigo o indeterminismo e a impossibilidade de generalizações empíricas:

We now return to our subject, the obstacles in the path of our search for broad empirical generalization in the sphere of action. We learnt that the significance of knowledge to action is the chief obstacle in our path. Knowledge consists of thoughts which form ever-changing patterns as men come to acquire experience. (1986:29)

Como o conhecimento não seria função de nada mais³², não é possível generalizações empíricas e devemos, como diz a epígrafe deste capítulo, procurar outros pastos. Esses pastos seriam encontrados, infere-se, na história. Lachmann afirma que, por exemplo, deve-se abandonar a busca de uma teoria do ciclo em favor de uma análise histórica, na qual o estudo do conhecimento dos agentes desempenha importante papel (1986:30). Na página seguinte, o autor afirma que devemos focar a análise na história econômica, pois o conhecimento passado dos agentes é cognoscível, em contraste com previsões que requereriam conhecimento (por parte do analista) do conhecimento futuro dos agentes:

Our conclusion that economists must confine their generalizations to the knowable past will be deplored by all those who see the main task of economics is the making and testing of predictions. Our answer has to be that the social world, unlike the solar system, is impelled by forces as mutable as thoughts and that no Newtonian model fits it. (1986:32).

Mais adiante (1986:112), Lachmann fala em afastar-se do determinismo em direção a algo descritivo. Descrever a conduta intencional do agente em ambiente incerto (1986:139) é, de fato, vista como a tarefa da economia.

A tarefa proposta por Hayek – traçar as conseqüências não intencionais da ação humana através de *pattern predictions* – é negada neste livro. Vimos que Lachmann não negava tal possibilidade, considerando-a inclusive como a mais interessante, depois de realizada a

³¹ Ver acima, página 51

³² Ou seja, não ode ser previsto deterministicamente. Ver pág. 57.

tarefa de dominar a teoria da ação intencional. Agora (1986:32-33,115) isso é considerado impossível, pois, segundo o autor, só pode ser realizado sob condições restritivas de *coeteris paribus*, em especial no tocante às expectativas.

No entanto, qual seria a diferença entre teoria e história? Lachmann critica a definição misesiana baseada na distinção entre eventos típicos e únicos e oferece uma resposta que ecoa seu livro sobre o legado de Weber: o economista deve tratar de esquemas conceituais na forma de tipos ideais – o economista os produz e o historiador os utiliza (1986:34).

Como Lachmann aplica esta metodologia no estudo do processo de mercado? Para o autor, diferentes mercados são caracterizados pela interação de diferentes classes de agentes, com diferentes interesses e atuando sob diferentes restrições. Surge, assim, uma gama diversa de processos de mercado. Não se deve, portanto, estudar “o” processo de mercado, mas, construindo diversos tipos ideais de agentes, dever-se-ia falar em processos de mercado, no plural³³. Decorre disso a construção de uma taxonomia de processos de mercado e tipos ideais de agentes. Não será importante descrevermos os detalhes dessa taxonomia, mas sim enumerar algumas das classes de processos vislumbradas pelo autor, de maneira a ilustrar a aplicação da sua metodologia.

Lachmann distingue três tipos gerais de processos de mercado: processos intramercado, intermercado e processos macroeconômicos. O primeiro tipo é o estudado no livro V dos Princípios de Marshall, porém Lachmann não se preocupa com o equilíbrio parcial, mas com outras características desse tipo de mercado. O que o caracteriza é a proximidade dos agentes, física ou indiretamente, através da presença de mercadores (*merchants*). Tais intermediários eram responsáveis pela flexibilidade de preços e o seu desaparecimento trouxe consigo processos de mercado com preço rígido. No segundo tipo – intermercado – alguns processos de mercado são gerados pelo *spill over* de excesso de demanda ou oferta de um mercado para outro. Apenas quando um excesso de demanda de um mercado encontra um excesso de oferta de outro, o encontro entre os mercados pode ser descrito por um processo puramente equilibrador. Um exemplo de processo intermercado é dado pelos mercados intertemporais. Nestes, Lachmann identifica os *hedgers* e os especuladores como tipos ideais. Estes últimos são os “mercadores” dos mercados intertemporais: fornecem a

³³ Ver Lachmann, 1986:3,116,122,124.

parceria com os primeiros e transportam mercadorias no tempo no qual elas são mais necessárias. No entanto, a flexibilidade de preços não decorre da presença desse agente, como no processo intramercado, mas decorre da incerteza em relação ao futuro. Lachmann distingue ainda o especulador do arbitrador; este explora diferenças de preços enquanto aquele suporta risco. Finalmente, Lachmann distingue os processos macroeconômicos, que são um outro caso particular de processos intermercado. O fenômeno do multiplicador dos gastos é um exemplo desse tipo. O autor afirma que esse tipo de processo pode ser fundamentado na ação humana³⁴. Depois dessa caracterização, Lachmann afirma que o estudo dos processos intramercado deve ser expandido, enquanto o estudo dos processos intermercado, contraídos. No primeiro caso, Lachmann gostaria de estender a análise em termos de processo de inovação e imitação. O processo de variação de produtos deve ser incorporado na análise tradicional da competição. A análise no segundo tipo de processo deve ser contraída pelas características já estudadas: a passagem do tempo rende o conhecimento imprevisível, gerando um mundo calêidico, impossível de tratamento em termos de forças equilibradoras. O estudo das expectativas deve assumir seu lugar privilegiado neste tipo de mercado.

Mais adiante (1986:118), Lachmann traça mais três distinções: economias de produção e de troca, economias cooperativas e empresariais e economias com preço rígido ou flexível. A primeira distinção é usada para criticar o determinismo da teoria neoclássica. Quando existe produção, a oferta e a demanda ocorrem em tempos diferentes, introduzindo-se, desta forma, incertezas sobre a coincidência de oferta e demanda, já que a produção envolve tempo. As trocas realizar-se-ão em seqüência, gerando o fenômeno de *path dependence*, que mina o determinismo das quantidades e preços de equilíbrio. A segunda distinção é usada para diferenciar o tipo de processo que determina a negociação salarial: diretamente ou por sindicatos. A terceira distinção é utilizada para descrever como a economia de escala torna não econômica a barganha de preços individualmente, sendo esta substituída pela fixação do preço pelo ofertante. Nesse tipo de processo, a competição se dá não por alteração de preços, mas por ajustes de quantidades. Conforme predominem em um

³⁴ É interessante notar que Lachmann crê na possibilidade de tratar a macroeconomia com “microfundamentos de processo”, enquanto a própria teoria de equilíbrio não pode ser “microfundamentada” dessa maneira. (1986:14).

mercado ajustes de preços ou quantidades, Lachmann (1986:132) classifica ainda as economias em economias de mercadores e economias de vendedores.

A conclusão principal decorrente de todas essas distinções é apontar para a diversidade de processos de mercado, implicando numa equivalente variabilidade de resultados desses processos. Vimos anteriormente que o estudo de quais forças prevalecem – as de equilíbrio ou as de desequilíbrio – deve ser feito caso a caso: quanto mais as expectativas divergirem, maior a preponderância de forças desequilibradoras. Agora Lachmann oferece uma comparação em termos das características (des)equilibradoras dos agentes em si. Três “tipos ideais” são analisados: o arbitrador, o especulador e o inovador. O primeiro tem seus ganhos de diferenças instantâneas de preços, enquanto os dois últimos derivam seus ganhos de diferenças intertemporais de preços. Embora ambos ajam baseados em expectativas, o último as baseia parcialmente em seus planos de produção, enquanto o especulador é mais passivo. Para Lachmann, o primeiro sempre desempenha papel equilibrador, o último sempre desequilibrador, enquanto o especulador desempenha um papel variável com as circunstâncias. Isto se dá devido ao fenômeno de *path dependence* do processo de mercado. Por exemplo, o especulador, ao procurar antecipar a ação do inovador, poderá facilitar ou dificultar a tarefa de implementação do plano deste último, desempenhando, desta forma, um papel equilibrador ou não.

Esta série de classificações de tipos de mercados e "tipos ideais" de agentes apresentada por Lachmann é uma aplicação coerente do caminho metodológico que o autor escolheu: a descrição positiva de formatos que um processo de mercado pode tomar. Não mais se fala do processo de mercado em geral, mas sim de diversos processos que diferem entre si conforme variam as instituições nas quais tais processos estejam imersos. Dessa forma, a prescrição metodológica hermenêutica, a teoria das instituições e o estudo dos processos de mercado (no plural) estão intimamente ligados, fazendo parte de uma estratégia de pesquisa coerente de Lachmann II.

O último aspecto da obra de Lachmann que estudaremos é um capítulo do seu *The Market as an Economic Process*, que desenvolve suas contribuições para a economia da informação e conhecimento, aprofundando o paralelismo entre teoria do capital e conhecimento. Esse tema é típico de Lachmann I, sendo compatível com a metodologia

popperiana do conhecimento objetivo exposta no primeiro capítulo. Essa investigação é incompatível com a metodologia hermenêutica estudada por Lachmann II: para esta última, o conhecimento é subjetivo e privado e não pode ser estudado como função de nada. O ressurgimento deste tema na última obra do autor, porém, pode ser explicado. A importância teórica dessas questões reside na sua utilidade como arsenal usado pelo autor no combate ao determinismo das teorias econômicas e esse combate será o objetivo principal do autor³⁵. Por isto, ele não hesita em voltar e esses temas.

Ao estudar a economia do conhecimento, Lachmann coloca algumas questões: como é possível a comercialização de idéias? Como estudar um mercado com oferta infinita, já que quando se vende uma informação o vendedor não se desfaz da mesma? Ou, nos trabalhos de Hayek sobre conhecimento, como é possível o conhecimento ser ao mesmo tempo descentralizado e passível de difusão? O que barra a difusão perfeita? Para responder a esta última pergunta, temos a distinção entre conhecimento geral e conhecimento prático. Essa distinção mostra a heterogeneidade do conhecimento. Será que esta implicaria em complementaridade, como na teoria do capital?

Aprendemos no primeiro capítulo, com Popper, que a ciência parte de concepções prévias que orientam a investigação. Cada informação que surge de uma observação empírica é interpretada conforme essas concepções. Em Lachmann, essa idéia é um exemplo da complementaridade do “estoque” de conhecimento dos agentes. Cada “investimento” (informação) tem sentido somente à luz da estrutura de teorias adotadas pelo investigador. Além do estoque de conhecimento, temos o fluxo de informações, relacionado com o aprendizado:

It is less a question of improving one's existing knowledge by marginal doses than of monitoring one's total stock of knowledge and replacing those parts that have become obsolete by up to date items. (Lachmann, 1986:48)

Lachmann não identifica simplesmente conhecimento com estoque e informação com fluxo, pois essa distinção pressupõe uniformidade de tal estoque. A definição usada mistura essa noção com a distinção entre o veículo objetivo da informação e seu conteúdo:

In what follows we shall use the words information and knowledge respectively to mean the tradeable material embodiment of a flow of messages, and a compound of thoughts an

³⁵ Ver mais adiante, seção 2.5. O último capítulo deste trabalho utiliza apenas a teoria do conhecimento objetivo na solução do problema de Hayek, descartando a epistemologia subjetivista.

individual is able to call upon in preparing and planning action at a given point of time (Lachmann, 1986:49).

O fluxo objetivo de informações deve ser interpretado pelo agente detentor de um particular estoque de conhecimento. Esse interpretar, destilação do significado da informação, é uma atividade de resolução de problemas: cada nova informação deve ser encaixada no estoque, alterando esse estoque de conhecimento da mesma forma que o investimento altera a estrutura do capital. Aprofundando o paralelismo, temos que uma nova informação complementar a outras já pertencentes ao estoque é mais compensadora do que uma informação nova isolada. Quanto ao problema da manutenção do "capital intelectual", o conhecimento das circunstâncias particulares é mais afetado pela obsolescência do que o conhecimento geral, requerendo, portanto, maior fluxo de informação substituidora. Por outro lado, a depreciação de uma peça de conhecimento geral traz maiores conseqüências em termos de reestruturação do conhecimento total, pois afeta maior número de parcelas de conhecimento complementares. Essa reestruturação do capital intelectual é o que ocorre, por exemplo, em revoluções científicas. Mas com que freqüência os agentes revisam seus planos com o passar do tempo? Não há uma resposta única, variando de agente para agente. Lachmann se refere à contribuição de Boland (1978), que diz que tal período de revisão varia conforme a metodologia adotada pelo agente econômico³⁶: um instrumentalista revisa seus planos menos do que um racionalista crítico, por exemplo. Temos aqui um exemplo das questões que nos ocuparão no nosso último capítulo: o desenvolvimento do subjetivismo austríaco na direção de modelar o aprendizado dos agentes utilizando a literatura de metodologia da ciência.

³⁶ Ver mais adiante, pág. 160.

2.5. Uma Leitura Hermenêutica de Lachmann

Revimos até agora grande parte da obra de Lachmann, que é dispersa entre alguns livros e vários pequenos artigos, e cujas idéias surgem em comentários à história do pensamento econômico. Resta-nos agora fornecer uma interpretação – hermenêutica – deste calêidico conjunto de idéias. Qual é o significado da obra do autor, o que ele intencionava e planejava mostrar?

A resposta não é trivial. A incompreensão do significado da obra do autor é parcialmente responsável pelo debate travado sobre tendências (des)equilibradoras no processo de mercado que analisaremos no quarto capítulo. Parte do problema surge porque as idéias de Lachmann são expressas em termos gerais, raramente seguidas de exemplos e de forma nem sempre clara. Isso leva a uma série de ambigüidades sobre o que o autor realmente quis dizer com certas idéias. Lewin (1996), por exemplo, acha que Lachmann soa mais radical do que o necessário: quando este afirma que previsão em economia é impossível, na verdade quis dizer que previsão perfeita é impossível, concordando que possa existir tipos de previsão menos rigorosos. Para Rizzo (1996), a obra de Lachmann trata do balanço entre forças equilibradoras e desequilibradoras. Ele considera que a ênfase posterior em tendências desequilibradoras sobre as equilibradoras reflete o público para o qual o autor se dirigia: ao se dirigir a uma platéia neoclássica, deve-se enfatizar as forças desequilibradoras. Isso é uma explicação possível da transformação de Lachmann, diferente da nossa.

Diante disso, procuraremos agora entender a mensagem do autor. Tal mensagem pode ser resumida pelo título do apêndice do seu livro de 1986 – *“The Market is not a Clockwork”*. Nesse apêndice, Lachmann afirma:

The neoclassical paradigm, in part, rests on an astonishing lack of ability on the part of many of its adherents to realize the limits of determinist as a form of economic thought. (Lachmann, 1986:159)

A teoria econômica deveria tratar da ação humana, não da reação humana. A obra de Lachmann pode ser vista como um combate ao determinismo e mecanicismo da teoria econômica, tanto no seu formato clássico quanto neoclássico e que o autor agrega sob o rótulo de plutologia ou neo-ricardianismo. Nesse combate, as armas utilizadas foram duas,

disponíveis no núcleo do programa de pesquisa austríaco: enfatizar a complexidade da economia e o subjetivismo por detrás de todo fenômeno econômico.

Enfatizar a estrutura complexa do capital, suas relações e mudanças; apontar para a complexidade do processo de mercado, com suas cadeias de ações e interações que geram fenômenos de *path dependence*, e, finalmente, notar a necessidade de encarar o agente econômico como um cientista, que formula hipóteses sobre tais complexidades, prometem constituir os elementos mais importantes no legado deixado por Lachmann.

Enfatizar a importância do subjetivismo é tarefa muito importante para corrigir grande parte das deficiências encontradas nas teorias modernas. A ênfase exagerada nesta tarefa – o subjetivismo radical – apresenta, no entanto, consequências não intencionais indesejadas. Ao enfatizar o subjetivismo, corre-se o perigo de negar as “realidades subjacentes” ao processo de mercado. Lachmann não tem a intenção de negar tais realidades, mas a direção que toma o seu pensamento (objetivo) conduz na prática a tal negação. Essa negação toma a forma, por exemplo, na desconsideração do erro em economia:

For the new view the objects of action lie in the future. ‘Choice is made amongst the invented, subjective creations of thought’ and thus provides no criteria of error or truth. In the older view men, impelled by tastes and constrained by obstacles, make choices which are the outcome of the interaction of these forces. Choice is the *result* of the impact of constraints on human dispositions. In the new view, choice is not a result of anything, but a creative act. (Lachmann, 1986:55)

A teoria do equilíbrio é vista, desta maneira, como ameaça à autonomia da mente humana. Isso só ocorre, porém, quando interpretamos tal teoria sob a ótica metodológica que não permite a possibilidade de previsão de padrões. Nesse caso, a ação é simultaneamente criativa e limitada. Lachmann II, como vimos, não aceita essa possibilidade. Isso levou o autor a considerar essa teoria apenas de forma positiva – prever quantidades e preços de equilíbrio – desconsiderando a forma negativa – mostrar as limitações à ação humana impostas, por exemplo, pela escassez. Segue-se disso que a ciência econômica deveria progredir no sentido de descrever o que de fato os agentes fazem e pensam. Temos, assim, o historicismo que marca a obra de Lachmann II, que resulta na visão do autor sobre o processo de mercado.

Embora já tenhamos feito algumas críticas ao longo da exposição da obra de Lachmann, uma avaliação mais detalhada da concepção do autor especificamente sobre o processo de

mercado não será realizada neste capítulo, pois tal avaliação é parte do debate sobre tendências equilibradoras que trataremos no capítulo quatro.

Veremos no capítulo cinco que o estudo do conhecimento dos agentes no mercado, para o qual Lachmann realizou interessantes contribuições, quando interpretado sob a ótica popperiana, gera uma concepção do processo de mercado que não nega a autonomia da mente humana e ao mesmo tempo leva em conta o impacto das realidades subjacentes ao processo de mercado, que limitam de certa forma a liberdade e a criatividade humana³⁷. A contribuição de Lachmann consiste em enfatizar este aspecto criativo. No próximo capítulo veremos a obra de Kirzner contribuir na outra direção, enfatizando os limites impostos pela realidade. Essas duas ênfases, concluiremos no final do trabalho, podem ser vistas como complementares. A união dos dois aspectos sob a forma de uma teoria evolucionária de processo permitirá avanços progressivos no programa de pesquisa austríaco.

³⁷ A retomada da comparação entre o crescimento do conhecimento e a sua teoria do capital no final de sua carreira, incompatível com a visão hermenêutica adotada pelo autor nessa fase, atesta o fato de que a principal intenção de Lachmann é negar o mecanicismo da teoria da escolha.

3. Kirzner

Pure profit is the link between imperfect and perfect knowledge: on one hand, it is generated by ignorance; on the other, it provides the incentive for realizing the truth. (Kirzner, 1979:156)

3.1. Introdução

Israel Mayer Kirzner nasceu em 1930 na Inglaterra. Mudou para a África do Sul dez anos depois, onde mais tarde iniciou seus estudos universitários, na cidade do Cabo, vindo a terminar a graduação no Brooklin College, já em Nova York. Em 1957 terminou o Ph.D. em economia sob a orientação de Ludwig von Mises na New York University, onde é professor desde então.

Kirzner foi uma das peças centrais no ressurgimento da Escola Austríaca de Economia a partir da década de setenta, não só pelas suas contribuições teóricas, que incluem escritos de metodologia, teoria do capital e processo de mercado, mas também pelos seus esforços organizacionais, promovendo conferências, cursos e editando livros (Boettke,1987; Vaughn,1994).

A principal contribuição de Kirzner à análise do processo de mercado foi sua teoria da atividade empresarial. A coordenação das atividades econômicas não pode ser tomada como certa ou dada, requerendo de forma fundamental a atividade empresarial, embebida em um ambiente competitivo, como elemento explicador dessa coordenação. A ação do empresário será responsável na obra do autor pela natureza equilibradora do processo de mercado. A introdução na análise da atividade empresarial trará consigo uma interpretação sobre o significado da competição diversa da análise tradicional sobre competição.

Kirzner tem como pontos de partida as obras de Mises e Hayek. Podemos encontrar na obra de Mises a centralidade do conceito da atividade empresarial, derivada da sua definição ampla de ação humana. Hayek reformula a teoria de Mises sobre o funcionamento do processo de mercado através da incorporação do estudo do aprendizado dos agentes no processo equilibrador de mercado. Além de avançar a compreensão austríaca do mercado através de sua teoria da atividade empresarial, Kirzner ofereceu uma teoria que procura unir contribuições de Mises e Hayek. Conforme percebe Binenbaum (1995):

Kirzner's work on entrepreneurship can essentially be described as an attempt to merge Misesian entrepreneurship and Hayekian learning.

A obra de Kirzner, desta maneira, faz progredir o programa de pesquisa austríaco na direção de desenvolver as implicações das proposições nucleares do subjetivismo e processo no estudo do mercado. O nosso objetivo neste capítulo é estudar esse desenvolvimento. A teoria da atividade empresarial de Kirzner mudará a ênfase da teoria de processo de mercado. Enquanto Lachmann enfatiza o indeterminismo e a criatividade, Kirzner estudará a relação entre a ação humana e a descoberta das realidades com as quais os agentes têm de lidar.

Procuraremos identificar as contribuições do autor à teoria do processo de mercado, fazendo referência às suas outras contribuições apenas na medida em que isto ajude a compreender alguns aspectos da primeira teoria, que é o objeto deste trabalho. As idéias de Kirzner serão introduzidas na ordem cronológica de publicação de seus livros, a fim de observarmos a evolução da teoria partindo de fundamentos misesianos para uma progressiva incorporação de temas hayekianos à análise. Na próxima seção estudaremos as origens das idéias do autor em seus dois primeiros livros. Essas idéias, embrionárias nessas primeiras contribuições, tomarão corpo na sua teoria da atividade empresarial, da qual iremos nos ocupar na seção 3.3. O desenvolvimento da teoria da atividade empresarial de Kirzner o levou a incorporar as idéias hayekianas sobre aprendizado na sua teoria. Este desenvolvimento será visto na seção 3.4. No final do capítulo compararemos as teorias do empresário de Kirzner e de Schumpeter e reveremos as críticas feitas na literatura à teoria de Kirzner, além de oferecer a nossa própria crítica a partir das bases popperianas que colocamos no primeiro capítulo.

3.2. Origem da Teoria de Kirzner

3.2.1. O *Homo agens*

O primeiro livro de Kirzner – *The Economic Point of View* [1960] – resultado da sua tese de doutorado na Universidade de Nova York sob a orientação de Mises, é uma história das diversas definições de economia. A sua importância para nosso tema reside no fato de que, nessa obra, o autor distingue claramente as concepções austríaca e neoclássica do objeto da ciência econômica, representadas respectivamente pelas definições de Mises [1949] e a clássica definição de Robbins [1932], que veremos em breve. Essa distinção será mais tarde (Kirzner, 1972) o ponto de partida da teoria kirzneriana da atividade empresarial. Além disso, a discussão identifica a obra de Mises como a principal influência sobre o pensamento de Kirzner.

A análise de Kirzner (1976:17) segue a distinção de Fraser entre definições da economia do tipo A e B. As do tipo A (encontradas nos economistas clássicos) se preocupam com um particular departamento da atividade humana, enquanto que as definições do tipo B (encontradas nos economistas neoclássicos) preocupam-se com um aspecto particular das atividades humanas em geral. O livro de Kirzner descreve a transição histórica das concepções do tipo A para o tipo B, e dentro desta segunda categoria distingue as definições austríacas e neoclássicas, discutindo as vantagens e desvantagens de cada tipo de definição.

A economia clássica fornece concepções diversas do tipo A, tratando a economia ora como a ciência que estuda a riqueza, depois o bem-estar material, a ciência que estuda o dinheiro ou a disciplina que se ocupa da atividade egoísta dos indivíduos, gerando o conceito milliano de *homo economicus*. A economia neoclássica, pelo contrário, não estuda “alguma coisa que é produzida, seja riqueza ou bem-estar, mas, ao contrário, um certo tipo de atividade.” (1976:46). Toda atividade humana, seja lá quais forem seus objetivos, envolve um aspecto econômico subjetivo de escolha.

A caracterização neoclássica da economia, do tipo B, pode ser representada pela consagrada definição de Lionel Robbins. Este define a economia como ciência da escolha, que mais tarde, ao longo da história da economia neoclássica, foi tomando a forma mais

específica de maximização de funções objetivo sujeita à restrições. Para Robbins, a economia seria:

...the science which studies human behavior as a relationship between ends and scarce means which have alternative uses. [1932:16]

Kirzner reconhece várias vantagens nessa definição, como a ênfase no papel da escassez, ser uma definição do tipo B e a conseqüente neutralidade ética do conceito. Essa neutralidade significa que o economista considera os fins do agente como dados, se abstendo de considerações positivas ou normativas sobre o conteúdo específico das preferências. A neutralidade libera a economia da procura de fins específicos e portanto é mais geral do que definições do tipo A.

Contudo, o mais importante nessa definição é a mudança de foco das coisas materiais, como riqueza, para o elemento humano de escolha, que introduz no cenário analítico o subjetivismo que vem a caracterizar tanto a economia neoclássica quanto a EA.

Por outro lado, Kirzner lista várias críticas feitas na literatura à definição de Robbins. Para este último, os fins são externos e dados. Ao se forçar a ação humana num esquema no qual meios e fins podem ser perfeitamente definidos, entendidos e identificáveis, tem-se como resultado um elemento positivista, além de um estreitamento dos problemas que a economia pode tratar:

Robbins cultivated an unconcern for the nature of the ends involved in action. Necessarily this meant the removal of these ends from the range of phenomena to be studied and their relegation to the realm of given information upon which the problem to be investigated is based. (1976:129).

To construct a model of action in terms of ends so conceived may well lead one unwittingly to disregard the fact that to the actor himself ends are not data at all, but have been purposefully chosen and are constantly in danger of being supplanted by newly prized ends. In viewing economics as concerned with preselected ends that are the ultimate frame of reference for a particular economic problem, one must exercise constant care not to transform these chosen ends into objective “pulls” similar to physiologically conditioned “needs”, for this would turn economic activity into a series of reflexes responsive to quasi-biological tropisms. (1976:130)

Além disso, o conceito de ação propositada – o uso de meio para atingir certos fins – é totalmente excluído do conceito robbinsiano. A exclusão da ação conscientemente dirigida, da mesma forma, torna a estrutura de fins e meios atemporal: “ignora o fato de que fins não são nunca apresentados ao agente ao mesmo tempo que os meios”(1976:125).

Kirzner aponta também para a constante mudança que ocorrem nos meios e fins e para a artificialidade da separação rígida entre meios e fins: fins podem ser meios intermediários num plano de ação mais amplo.

Em resumo, o subjetivismo neoclássico seria incompleto; uma compreensão satisfatória do processo de mercado deve ser baseada, segundo Kirzner, numa visão praxeológica da ação humana¹, visão esta mais ampla do que o conceito de economização tradicional. Diante das críticas ao conceito de Robbins, Kirzner apresenta como alternativa o conceito misesiano de ação humana.

Para Mises, a economia trata da ação humana definida como comportamento proposital, em contraste com a ação meramente reflexiva ou instintiva. Como condições para a ação humana, o agente deve sentir um “desconforto” (*uneasiness*), imaginar um estado melhor de coisas e ter a expectativa de que sua ação proposital tenha o poder de remover ou atenuar o desconforto. Para Mises a ação humana é sempre racional no sentido tautológico de que não importa a eficácia do meio escolhido para atingir um determinado fim, mas sim a consideração subjetiva do agente sobre a adequabilidade desses meios para atingir o fim almejado. Essa concepção é a utilizada por Hayek em sua definição de equilíbrio individual. Deve-se enfatizar que nada se diz sobre a natureza deste fim; este é qualquer coisa que o agente considera obténível por meio de sua ação. O conceito mais amplo de *Homo agens* estende o escopo do subjetivismo na teoria econômica para além da identificação robbinsiana de preferências e o comportamento maximizador, enfatizando a ação proposital dos agentes².

Kirzner sumariza as duas posições e oferece uma comparação dos conceitos de Mises e Robbins:

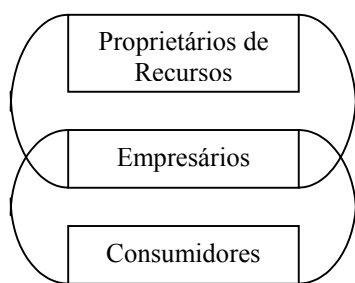
Economizing consists in the allocation of scarce resources among competing ends. Acting, in the praxeological sense, consists in the selecting a pattern of behavior designed to further the actor's purposes (ibid:161).

O conceito de ação é, segundo Kirzner, mais amplo do que o de economização. Este é um caso especial daquele, quando a ação humana se dá no ambiente artificial da escolha entre meios e fins dados e conhecidos.

¹ Praxeologia: termo utilizado por Mises para identificar a ciência da ação humana.

3.2.2. O Processo de Mercado

O segundo livro de Kirzner, *Market Theory and the Price System* (1963), é uma tentativa de fornecer um livro texto de microeconomia baseado na visão austríaca de processo de mercado. Apresenta alguns avanços, como na exposição da teoria de custos sob uma ótica estritamente subjetivista. Conforme atesta Buchanan (1993), “...talvez a única e mais satisfatória incorporação do conceito de custo relacionado a escolha seja, em um contexto de teoria do preço geral, encontrada na obra de Kirzner *Market Theory and the Price System*”. No entanto, o que nos interessa nesta obra é o surgimento de elementos que darão origem mais tarde à teoria do autor. Entre esses elementos estão a caracterização do empresário como agente econômico, a incerteza como origem da atividade empresarial e um esboço de uma análise do processo de mercado que envolve a atuação empresarial.



Ao estudar a estrutura e operação do mercado, Kirzner introduz os agentes econômicos da teoria: consumidores, proprietários de recursos e empresários (Kirzner, 1963:16), sendo o estudo deste último o foco principal da obra do autor. O papel do empresário, para Kirzner, geralmente se mescla com o do produtor: decidir que recursos devem ser

usados e que produtos e serviços devem ser produzidos. O empresário atua numa estrutura vertical de mercado, comprando no mercado de fatores produtivos e vendendo no mercado de produtos, conforme esta ilustração, extraída de seu livro.

Mas qual é a natureza da atividade empresarial? Kirzner busca a resposta na obra de Mises. Para Mises [1949], toda ação humana ocorre em um ambiente de incerteza e é, portanto, especulativa. A incerteza decorre do próprio conceito de ação humana, pois o conhecimento perfeito, que inclui o conhecimento do futuro, torna ociosa qualquer ação: seria inútil tentar mudar algo que já se sabe que ocorrerá com certeza. Mises chama de *empresarial* a ação humana especulativa. Nas próprias palavras de Mises (1949:254), o empresário é : “*acting*

² Como já mencionamos, Lachmann identifica esta extensão como a segunda etapa na progressão da revolução subjetivista.

man exclusively seen from the aspect of the uncertainty inherent in every action". Existe, portanto, um elemento empresarial em toda a ação humana. No contexto mais restrito da teoria econômica, o empresário significa: "*acting man in regard to the changes occurring in the data of the market*" (1949:255).

Por estas definições fica claro que não existe papel para o empresário no contexto de equilíbrio de mercado, no qual não existem mudanças. Quando se discute o processo de mercado rumo ao equilíbrio e não simplesmente as características desse equilíbrio, porém, a atividade empresarial passa a ocupar o primeiro plano na análise.

Nos mercados ilustrados na figura acima, aponta Kirzner, a decisão empresarial de compra seguida de venda a um preço superior também envolve o elemento fundamental de especulação. A incerteza existe tanto no mercado de recursos quanto no mercado de bens finais. A incerteza é, portanto, central nesta primeira caracterização da atividade empresarial feita por Kirzner³. Diante dessa incerteza, o empresário será o agente responsável pela resolução do problema da coordenação das atividades econômicas, através da descoberta empresarial de oportunidades inexploradas de lucro.

Mais adiante, Kirzner realiza uma primeira versão da análise desse tipo de processo equilibrador que envolve a atividade empresarial. Essa atividade traria maior coordenação entre as ações individuais. Parte-se de um contexto de uma economia de trocas, primeiramente com apenas um produto e, em seguida, introduzindo vários bens. Inicia-se também com o postulado de conhecimento perfeito e, depois, relaxa-se esta hipótese, a fim de introduzir o empresário. No cenário de conhecimento perfeito, dadas as preferências e dotações dos agentes, os compradores e vendedores conhecem os limites inferiores e superiores de preços que tornam a troca mutuamente vantajosa. Kirzner descreve de forma usual como se estabelece a faixa de preços que tornam possível o equilíbrio de mercado e a conseqüente coordenação as atividades dos agentes. Num passo posterior, contudo, quando se abandona o pressuposto de conhecimento perfeito, e o processo de mercado se inicia com o pressuposto de ignorância total por parte dos agentes a respeito da situação dos demais, os agentes passam a se comportar como empresários: cada um irá tentar trocar mercadorias de forma mais vantajosa possível conforme suas preferências subjetivas pelas

mercadorias e conforme eles *acreditam* que sejam as preferências e dotações dos demais agentes.

Depois da primeira rodada de trocas, não se dá a perfeita coordenação de planos; os agentes são frustrados em suas intenções. Kirzner identifica dois tipos de erros que podem acontecer: em primeiro lugar, os agentes, devido ao seu conhecimento imperfeito, realizaram transações em condições mais desfavoráveis do que poderiam ter encontrado em outra parte de mercado. Por exemplo, um vendedor vende a um preço baixo ignorando a existência de um segundo comprador mais ávido pela sua mercadoria. Em segundo lugar, os agentes podem não realizar transações favoráveis por acreditar que surgiriam melhores oportunidades. No nosso exemplo, o vendedor pode rejeitar o negócio com este segundo comprador esperando que surgirá um terceiro ainda mais ávido. Mais tarde (Kirzner, 1997:43), o autor chamará esses erros de erros de *overpessimism* e *overoptimism*, respectivamente, que serão parte fundamental da sua compreensão do processo de mercado. A atividade empresarial, segundo Kirzner, é necessária para a identificação dos erros do primeiro tipo (erros de pessimismo), pois nada garante que essas oportunidades inexploradas serão descobertas por si mesmas, sem o auxílio dos empresários, enquanto os erros do segundo tipo, por serem mais fáceis de identificar (as trocas não se realizaram, frustrando-se as expectativas dos agentes), tendem a ser eliminados de forma mais automática no processo de mercado. Com a ação empresarial, responsável pela descoberta dos erros do primeiro tipo, temos uma descrição de como funcionaria o processo equilibrador no mercado segundo a análise de Kirzner.

³ É interessante notar que nas suas obras posteriores, conforme veremos, Kirzner abandona a ênfase na incerteza em favor do estado de “alerta empresarial” como caráter definidor da atividade empresarial.

3.3. Competição e Atividade Empresarial

As idéias de Kirzner sobre o processo de mercado que expusemos acima, edificados sobre a base subjetivista da economia de Mises, foram desenvolvidas e sistematizadas no livro mais conhecido do autor – *Competition and Entrepreneurship* [1972] –, traduzido como *Competição e Atividade Empresarial* (1985). É nesta obra que o autor desenvolve sua particular visão sobre o processo de mercado, na qual a atividade competitiva dos empresários ocupa posição central. Da mesma forma que para Hayek, a competição será vista como rivalidade entre os empresários. O livro de Kirzner investiga como se dá a coordenação das atividades econômicas por meio da ação empresarial e como essa visão do processo competitivo difere da noção de competição perfeita.

Kirzner inicia seu livro estabelecendo que tipo de problemas fazem parte do objeto de estudo da sua própria investigação em contraste com a teoria de preços usual. Duas teorias rivais, observa Popper, partem de problema diversos. Não são respostas diferentes a uma mesma pergunta, mas procuram responder a um conjunto próprio de questões. A teoria de preços ortodoxa e a teoria de Kirzner não são, da mesma forma, completamente antagônicas nem são perfeitamente complementares, pois os problemas que procuram responder não coincidem, embora haja uma grande área comum entre as duas teorias. O objetivo da teoria de preços neoclássica é estabelecer os preços e as quantidades trocadas que são compatíveis com o equilíbrio de mercado, dadas as realidades subjacentes de preferências, dotações e tecnologias. Na esfera normativa, avalia-se a economia de mercado conforme ela possa atingir a alocação de recursos compatível com um equilíbrio que esgote os ganhos de troca. A teoria de Kirzner, ao contrário, não se preocupa com os valores dos preços e quantidades de equilíbrio, mas com o estudo de como “as decisões dos participantes individuais do mercado interagem para gerar forças que compelem a *mudanças* nos preços, nos produtos, nos métodos de produção e na alocação de recursos” (Kirzner, 1985:5). Na esfera normativa, a teoria não se preocupa com alocações ótimas, mas na capacidade do mercado de gerar correções espontâneas em situações de desequilíbrio. Esse contraste torna clara a influência dos problemas colocados por Hayek que estudamos no primeiro capítulo.

Podemos resumir o argumento de Kirzner da seguinte maneira: os elementos chave do estudo do processo de mercado são a competição e a atividade empresarial. Kirzner parte da crítica de Hayek ao modelo de competição perfeita, adotando uma noção de competição focada no conceito de rivalidade. Num mundo de equilíbrio competitivo, não há espaço para as atividades comumente tidas como competitivas e, portanto, não há necessidade de se introduzir a função empresarial de que Kirzner trata. A análise do processo de mercado, ao contrário, parte do reconhecimento da ignorância dos agentes, que com suas atividades empresariais, geram um processo de experimentação dos planos. A interação no mercado revela aos agentes que seus planos foram excessivamente otimistas ou pessimistas. Para que esse processo de revisão de planos ocorra, na eliminação de erros de pessimismo, faz-se uso do elemento empresarial. Aqui entra em cena o conceito de “estado de alerta a oportunidades inexploradas” como atributo dos empresários que garantiria que os agentes aprendam e conduzam o processo rumo a maior coordenação de atividades.

Dado esse quadro geral, vejamos mais de perto como Kirzner analisa a atividade empresarial (*entrepreneurship*). Inicialmente, Kirzner define a atividade empresarial de forma negativa:

...um elemento que, embora crucial para a atividade econômica em geral, não pode ser, ele próprio, analisado em termos de critérios de economização, de maximização de lucros ou de eficiência” (Kirzner, 1985: 24).

Aqui Kirzner reintroduz o contraste entre as definições do problema econômico dadas por Robbins e Mises, que vimos anteriormente. Uma economia povoada apenas por agentes maximizadores que se referem a fins e meios dados não teria condições de gerar um processo de mercado sem a introdução do elemento empresarial, pois os agentes têm que perceber as oportunidades que acompanham as mudanças econômicas. O conceito mais amplo de *Homo agens* permite introduzir na análise “a própria percepção do quadro de fins-meios”, em vez de pressupor um quadro já existente. A ação humana não se reduz à computação mecânica, mas se refere à ação propositada. Isso possibilita identificar um elemento de “vigilância” (*alertness*) em relação à descoberta de novos objetivos e meios para atingi-los. Kirzner (1985:26) contrapõe a atividade passiva, mecânica e automática do agente econômico ordinário com a atividade empresarial, que seria caracterizada de forma oposta como ativa, humana e criadora. Em particular, o elemento empresarial permite ver

uma sequência de decisões de um agente como relacionadas logicamente, tornando possível um *processo de aprendizagem* resultante da revisão de *planos* individuais.

Depois de caracterizar de forma mais geral a atividade empresarial, Kirzner passa a analisar o conceito de empresário puro no mercado, que é: “o tomador de decisões cujo papel brota *totalmente* do seu estado de alerta em relação a oportunidades até então despercebidas” (1985:29). Para isolar analiticamente o papel do empresário puro, Kirzner postula um processo de mercado no qual os demais agentes – consumidores e proprietários de recursos – são agentes maximizadores robbinsianos, agindo como tomadores de preços. Para distinguir o empresário do proprietário de recursos, estabelece-se que os empresários iniciam suas atividades sem nenhum recurso próprio. Num mundo de conhecimento perfeito, um agente sem dotação não teria nada o que fazer, mas num mundo de conhecimento imperfeito, um empresário sem meios tem como função perceber a existência de oportunidades inexploradas, tomar emprestado meios para comprar bens dos proprietários de recursos e vender a um preço maior para outros agentes. A diferença consiste no lucro empresarial puro. Deste modo Kirzner define sua teoria do empresário como uma teoria de arbitragem.

Para Kirzner, a atividade empresarial é sempre competitiva. No processo de mercado descrito no capítulo sete do *Market Theory and the Price System*, partia-se de uma situação inicial de ignorância dos agentes sobre a situação dos demais. Nas rodadas seguintes, mediante a frustração de planos, os compradores e vendedores oferecem alternativas um pouco mais vantajosas para os demais. Nisso consiste o caráter eminentemente competitivo do processo de mercado. Com o conhecimento ampliado da realidade do mercado, o ofertante tem que oferecer alternativas melhores do que as propostas pelos seus rivais para conseguir levar a cabo seu plano. “[A]ssim, no decurso do processo de mercado, os participantes estão continuamente testando os seus competidores” (1985:9). Esse processo de rivalidade leva à extinção do lucro.

Num contexto de economia com produção, o papel do produtor deve ser separado cuidadosamente em sua atividade puramente empresarial e sua atividade como proprietário de recursos. Neste último papel, o produtor age como um maximizador robbinsiano, mas no seu papel de empresário não é requerido nenhum recurso, apenas sua vigilância para

oportunidades de lucro, que não apresenta características de economização. Nas palavras de Kirzner:

A atividade empresarial não consiste em agarrar, a qualquer preço, uma nota de dez dólares que já se descobriu estar repousando na própria mão; consiste em dar-se conta de que ela está na sua mão e está disponível para ser agarrada. (1985:34) E, mais adiante:

A descoberta de uma oportunidade de lucro significa a descoberta de alguma coisa obtível em troca de nada.

Surge então o conceito de lucro empresarial puro, que é resultante apenas do estado de alerta e não da posse de qualquer fator. Quando a oportunidade empresarial exige a produção de bens, que envolve tempo, ainda assim deve-se separar o conceito de lucro puro da noção de juros. O empréstimo realizado pelo capitalista pode ser descrito em termos robbinsianos e sua remuneração é chamada juros. O lucro empresarial puro ainda foi criado do nada.

Deve-se sempre atentar para o fato de que as teorias austríacas são sempre calcadas no subjetivismo, peça fundamental do núcleo do programa austríaco de pesquisa. Um mesmo pagamento pode ser considerado lucro puro ou mera remuneração de recursos dependendo do ponto de vista da análise: quando se faz referência ao plano empresarial original, a compra de recursos e a venda a preço superior resulta em lucro puro, mas quando se olha sob o ponto de vista do produtor depois de adquirir os insumos, a decisão posterior de venda na mesma situação é apenas mais uma decisão robbinsiana de um proprietário de recursos. Além disso, não só se deve separar a função empresarial da propriedade de recursos, mas também deve-se separá-la do controle da firma. As críticas ao realismo da hipótese de maximização de lucros nas sociedades anônimas por haver separação de propriedade e controle partem da confusão entre o ímpeto para maximizar lucro identificado com a propriedade e a atividade empresarial identificada com controle. Nessas análises, o que importa na identificação da atividade empresarial, segundo Kirzner, é perguntar quem é o agente possuidor do estado de alerta para novas oportunidades, que é o caracter identificador da atividade empresarial. Nenhuma resposta *a priori* pode ser dada a essa questão. Em cada caso particular podemos identificar agentes diferentes exercendo a atividade empresarial. O autor passa a analisar vários casos possíveis, concluindo que em todos eles não se altera a hipótese de busca de lucros.

Para Kirzner, o estado de alerta empresarial não pode ser confundido com conhecimento superior. Essa identificação seria natural, pois o processo de mercado se origina do conhecimento imperfeito dos agentes e leva à redução da ignorância mútua dos planos de ação. No entanto, Kirzner procura distinguir claramente o elemento empresarial de um simples meio de produção identificado, como a posse de conhecimento superior. O conhecimento superior pode ser contratado, pagando-se mais por um funcionário mais qualificado, por exemplo. Dessa forma, o conhecimento superior do empresário não se refere a conteúdos informativos específicos, mas a uma capacidade de “saber onde procurar conhecimento” (1985:49). Essa habilidade permite que ocorra um processo de descoberta de oportunidades. Porém, esse processo de aprendizado não se deriva dos axiomas da praxeologia; “é necessário introduzir formalmente na nossa teoria o insight de que pode-se confiar em tal processo de aprendizado”. (1985:52). Assim, Kirzner se afasta da praxeologia misesiana e adentra um campo metodológico hayekiano. Esta transição será o tema da próxima seção.

Antes disso, porém, iremos investigar como essas noções gerais sobre a teoria da atividade empresarial são aplicadas em problemas mais específicos. Essa investigação fornece uma idéia mais nítida a respeito da percepção de Kirzner sobre o funcionamento dos mercados em termos de processo e do papel da ação empresarial. Estudaremos a opinião de Kirzner sobre a natureza da atividade competitiva nos campos da teoria de monopólio, competição imperfeita, papel da publicidade, variação de produtos e teoria do bem estar.

Vimos que Kirzner endossa a crítica de Hayek sobre o significado da competição: esta deve ser vista como um processo que envolve rivalidade, não como uma situação de equilíbrio⁴. A teoria ortodoxa, ao se preocupar com o estado final de equilíbrio e não com o processo rumo a esse equilíbrio, exclui da análise toda atividade comumente vista como competitiva pelos leigos. Na esfera normativa, a presença dessa atividade na maioria dos casos reais leva à suspeita por parte dos economistas de atividade anticompetitiva. Contrapondo-se a isso, a teoria de Kirzner, ao introduzir agentes econômicos que atuam de forma ativa (rival)

⁴ Kirzner observa que, para Adam Smith, a competição era vista como um processo. Machovec (1995) descreve como ao longo da história da economia se abandonou o conceito de competição no sentido comum em favor da concepção em termos de equilíbrio moderna.

no mercado, rejeita, por exemplo, as prescrições de política antitruste baseadas na teoria estática.

Para Kirzner, “[a] atividade economizadora puramente robbinsiana não é nunca competitiva; a atividade puramente empresarial sempre o é” (1985:70). Isso porque o maximizador robbinsiano age num contexto de informações dadas, suas ações não envolvem rivalidade. Ele não está a cada momento alerta a possibilidades até então desconhecidas de obter lucro. O empresário puro, em contraste, age tentativamente de forma a superar seus rivais em fazer ofertas superiores. A *atividade* competitiva é identificada com a rivalidade e é privilegiada na análise em detrimento de um *estado* competitivo.

Desse modo, a atividade puramente empresarial é sempre competitiva. No sentido de processo, a competitividade só pode ser barrada se houver um *obstáculo* à atividade empresarial que obstrua o processo, algo que impeça empresários alertas de perceber e adotar um determinado plano. A liberdade de entrada garante o caráter competitivo do mercado. Rejeita-se, assim, a identificação do monopólio com a existência de um único ou poucos ofertantes de um bem ou a análise baseada em elasticidades. A preocupação com elasticidades imperfeitas é típico de uma teoria preocupada com um estado final de equilíbrio. “Não existe nenhum padrão de ações que, em si e por si, esteja, necessariamente, em contradição com um processo competitivo de mercado” (1985:73). O processo competitivo só pode deixar de existir se houver um “empecilho arbitrário à entrada de outros participantes”. Como a atividade empresarial pura não requer inicialmente a propriedade de recursos, mas apenas *alertness*, o processo só pode ser barrado com o monopólio efetivo de um dos recursos necessários para a atividade planejada pelo empresário.

Para a análise do monopólio, é relevante, especialmente numa teoria de processo, estabelecer os pontos de vista de curto e longo prazo⁵. Pode haver o caso de que um

⁵ Para Kirzner a noção de longo prazo não está associada com a possibilidade de variar insumos, pois como critica Alchian, sempre se pode variar os insumos, mas os custos da variação são maiores no curto prazo. Kirzner adota uma noção de prazos calcada nos estágios do planejamento empresarial. Conforme se está num nó decisório anterior de uma seqüência interligada de um plano estamos falando de longo prazo, enquanto que o curto prazo se refere a uma decisão mais adiante dessa seqüência. Como os custos são subjetivos, o custo relacionado à escolha varia conforme a perspectiva temporal do agente decisório.

monopólio, constituído pela posse exclusiva de um recurso que barra a entrada naquele mercado, tenha sido obtido pela ação empresarial (e portanto competitiva) num momento anterior. Aqui as vantagens e desvantagens do monopólio variam conforme a perspectiva temporal que se adota: o que é monopolístico no curto prazo pode ser visto como competitivo no longo, e, como estamos preocupados com processos de mercado, a preocupação com monopólios no curto prazo se atenuam. Nota-se a diferença com o tratamento de Schumpeter: para este o monopólio se justifica para gerar desenvolvimento tecnológico; para Kirzner, o processo competitivo no longo prazo torna o monopólio no curto prazo sem importância.

Sob o ponto de vista de Kirzner, a teoria da competição imperfeita, representada pelos livros de Chamberlin (*The Theory of Monopolistic Competition*) e Joan Robinson (*The Economics of Imperfect Competition*), não explica melhor os mercados reais do que a teoria da competição perfeita, pois aqueles autores não perceberam a verdadeira inadequabilidade dessa teoria, qual seja, a preocupação com estados finais de equilíbrio. Assim, tais teorias, embora apresentem idéias interessantes, também são modelos de equilíbrio e sofrem do mesmo defeito da teoria da competição perfeita. Por exemplo, a diversificação de produtos, na visão de Kirzner, não constitui imperfeição na competição, mas faz parte do processo de tentativa e erros que configuram o processo competitivo de mercado. Neste ponto fica claro que Kirzner não considera a sua teoria da competição como preocupada exclusivamente com a competição de preços:

E, aqui também, exatamente como diferenças de preço no mercado em desequilíbrio podem, elas próprias, desempenhar um papel importante na geração do processo equilibrador do mercado, as diferenças em cada um da infinidade de aspectos da qualidade do produto podem também desempenhar o mesmo papel.” (1985:85)

Kirzner (1985:103) afirma que a competição não se dá somente pela oferta de preços mais vantajosos, mas também pela oferta de produtos mais desejados ao mesmo preço. Genericamente, o empresário compete oferecendo melhores oportunidades. Nisto fica claro que escolher que qualidade de produto produzir é uma atividade competitiva, não robbinsiana, pois as possibilidades de oferta não são dadas (1985:106).

Decorre desta visão do processo competitivo que a distinção entre custos de venda e custos de produção é totalmente artificial. Para Chamberlin, os custos de venda aumentam a demanda, enquanto os custos de produção aumentam a oferta. Por exemplo, mais

publicidade altera as preferências do consumidor, aumentando a demanda por um produto a um dado preço, enquanto os custos de produção envolvem as despesas necessárias para que surja um produto, inclusive os custos de tornar a mercadoria disponível para o consumidor. A artificialidade da distinção decorre do fato que o que constitui um produto é matéria de juízo arbitrário do analista. Essa distinção só tem sentido num contexto de produto dado e conhecido, no qual a ação empresarial é desnecessária. Decorre também disso que um dos papéis do empresário é “aliviar o consumidor da necessidade de ser o seu próprio empresário” (1985:104): o empresário não deve simplesmente fabricar um produto, mas alertar o consumidor da existência e até da necessidade de um determinado produto, pois, como temos discutindo, a estrutura de meios e fins não é dada, mas deve ser descoberta no processo. O empresário tem como função não apenas disponibilizar informações sobre seus produtos, como é reconhecido na literatura da economia da informação, mas deve chamar a atenção do consumidor para a existência dos mesmos. Não tem sentido, portanto, imaginar o serviço de fornecimento da informação como um produto separado, pois não se pode imaginar uma curva de demanda por um produto que o consumidor não está ciente da existência. Na verdade todo custo é custo de venda quando se leva em conta a atividade empresarial de descoberta do que o consumidor demandaria.

Ao enfatizar o papel empresarial da publicidade, Kirzner discute várias objeções levantadas a esta atividade, como o caráter persuasivo, o conteúdo informacional (ou falta de), a distorção das preferências do consumidor e o pretenso desperdício envolvido na publicidade. Ao se levar em conta o caráter de competitividade da publicidade, Kirzner tende a rejeitar todas as objeções feitas a essa atividade.

Quanto ao conteúdo informacional, já foi apontada a necessidade de chamar a atenção do consumidor e não apenas disponibilizar a informação. Isso leva naturalmente aos aspectos “chamativos” dos anúncios (em detrimento de informações “objetivas”) e ao caráter persuasivo. Como a atividade empresarial é caracterizada pela competitividade, pela oferta de propostas mais vantajosas do que os concorrentes, o autor não aceita as alegações de que a publicidade é uma atividade anticompetitiva, que leva à concentração industrial. Consistente com sua definição de monopólio, Kirzner só aceita um caráter anticompetitivo se a entrada ao mercado publicitário for barrada institucionalmente.

Em relação às distorções à soberania do consumidor, o autor lista uma série de objeções ao argumento, em especial repetindo a crítica de Hayek a Galbraith sobre a artificialidade de se considerarem legítimas algumas necessidades e artificiais outras, já que quase a totalidade das nossas necessidades são fruto de algum tipo de influência social.

No entanto, a crítica mais relevante sob a ótica da teoria do processo de mercado, que será ponto central no último capítulo deste trabalho, refere-se a acusação de desperdício de recursos pela duplicação de esforços. Em especial condena-se a publicidade “combativa” em contraste com a “construtiva”. Do mesmo modo, anunciar simplesmente porque seu concorrente o fez anularia os esforços ou simplesmente alteraria a fonte de oferta de uma empresa para outra, sendo um desperdício. Contra isso, Kirzner aponta que, num mundo onde o conhecimento não é perfeito, a duplicação de esforços é parte essencial do processo competitivo:

O processo competitivo-empresarial consiste, como vimos, em selecionar por tentativa e erro oportunidades a serem colocadas diante dos consumidores. A mistura exata de qualidades físicas e de “esforço de venda” que são combinados no pacote - oportunidade que qualquer produtor oferece aos consumidores a um dado momento é a expressão da sua estimativa empresarial dos padrões de demanda de consumo. Pedir uma economia de mercado sem publicidade é pedir um sistema onde os empresários são impedidos de fazerem experiências com uma gama enorme de possibilidades, por meio das quais podem sondar, explorar e descobrir o padrão de demanda de consumo.

Condenar o esforço publicitário duplicado ... por parte dos rivais é condenar a duplicação que ocorre geralmente durante o processo competitivo. Ao chamar tal duplicação de perdulária, está-se, presumivelmente, fazendo um julgamento a partir da perspectiva de uma pressuposta onisciência. (1985: 132)

De novo podemos perceber por essa citação de Kirzner a influência hayekiana em relação ao problema do conhecimento. Percebemos também a semelhança disso com as idéias de Popper, em especial no que se refere ao caráter falibilista do conhecimento, que deve ser submetido a um processo de conjecturas e refutações⁶.

Kirzner conclui seu livro com as implicações da teoria do processo de mercado para a economia do bem-estar. O ponto de partida é a crítica de Hayek (1945) à teoria ortodoxa do bem-estar econômico que vimos no primeiro capítulo. Esta se preocupa com o problema puramente computacional da alocação ótima de recursos, assumindo todas as informações relevantes como dadas. Para Hayek, o problema econômico envolve descobrir que arranjo

institucional garante melhor uso da informação dispersa para a realização dos planos individuais. A tese de Kirzner parte dessa dispersão de conhecimento e argumenta que o uso deste conhecimento disperso depende da atividade empresarial de descoberta, em contraste com a teoria ortodoxa, que simplesmente assume a existência desse conhecimento.

Kirzner põe a questão em termos do problema da coordenação⁷ entre os agentes e não em termos de algum critério de bem estar social, como todos os seus problemas analíticos de agregação. De fato, para Kirzner:

É possível avaliar o sucesso de um sistema de organização social na promoção da coordenação das decisões dos seus membros individuais sem invocar de modo algum qualquer noção de bem-estar social. (1985:164)

O processo equilibrador gerado pela competição empresarial é um processo de aprendizado que tem como conseqüência a maior coordenação entre os planos individuais, ou seja, maior chance de que as intenções de um agente sejam atingidas. Kirzner enfatiza a importância da motivação do lucro empresarial puro para despertar o estado de alerta empresarial que garante o funcionamento do processo coordenador.

Podemos ver o que Kirzner tem em mente quando fala do papel da atividade empresarial no processo de coordenação de atividades através do seu contraste com a análise de custos de transação. Kirzner nega que, “se as transações exigidas para a realocação dos recursos não representam nenhum custo, o mercado eliminará toda a má alocação de recursos” (1985:170). Ou seja, mesmo se se pudesse adquirir informações com custo zero, mesmo assim não se garantiria que uma oportunidade de troca vantajosa seria realizada. Pode ser que a relevância desta informação não faça parte da estrutura imaginada de fins e meios dos agentes. Para que isso ocorra é necessária uma descoberta empresarial motivada pelo estado de alerta⁸. Kirzner distingue dois níveis em que os incentivos são importantes: primeiramente os incentivos são importantes para oportunidades já percebidas; em segundo

⁶ Infelizmente Kirzner não aprofunda essa semelhança. Isso será, em nossa opinião, responsável pelas críticas apontadas à teoria do autor que veremos no final do capítulo.

⁷ Num seminário da NYU (1999) Kirzner disse concordar com a tese de O’Driscoll (1977) de que o tema unificador do pensamento de Hayek é a economia vista como um problema de coordenação.

⁸ Isso é a base da crítica austríaca à teoria da firma neo-institucional, que enfoca o custo de transação e esquece o papel da mente ativa do empresário que direciona as atividades da firma.

lugar, são importantes para motivar o estado de alerta. Os autores de custo zero de transação só consideram, segundo Kirzner, o primeiro nível. Quanto ao segundo:

Precisamos desse incentivo – por mais imperfeito que seja seu mecanismo – para explicar por que os empresários tentam novos empreendimentos, por que eles fazem experiências com novos preços e novas qualidades de produto, por que eles buscam alguma coisa que eles não têm a certeza de que exista. Mais importante, precisamos disso para mostrar como as mudanças pioneiras em preços e qualidades de produtos comunicam sistematicamente aos imitadores menos alertas as informações que sua própria atividade empresarial ainda não descobriu.

Em suma, para Kirzner, assim como para Hayek, os diferentes arranjos institucionais, como a competição ou monopólio, não podem ser comparados em termos de uma situação que pressupõe onisciência de antemão, mas sim em termos da possibilidade de geração de conhecimento novo. Dessa forma, encontramos no final do livro de Kirzner um exemplo da importância das idéias sobre aprendizado colocadas por Hayek, que desenvolveremos em mais detalhes na próxima seção.

Dadas estas idéias expostas em *Competição e Atividade Empresarial*, podemos concluir que a contribuição de Kirzner pode ser vista como uma tentativa de articulação entre o subjetivismo e as realidades existentes no mercado (como preferências, dotações e tecnologias). Em outros termos, podemos interpretar a contribuição de Kirzner sob a ótica do problema do conhecimento de Hayek. O conhecimento subjetivo dos agentes interage com as realidades subjacentes através de um processo de aprendizado que promove progressiva coordenação entre as atividades dos agentes econômicos. Na teoria de Kirzner, o estado de alerta empresarial é o elemento fundamental na explicação desse processo de convergência do conhecimento dos empresários às realidades subjacentes. O conceito misesiano de ação humana propositada sugere a existência de empresários alertas, buscando ativamente oportunidades ainda inexploradas. Tal conceito, no entanto, não garante que as oportunidades serão de fato exploradas. Com isso, a teoria de Kirzner representa um certo afastamento do *apriorismo* de Mises e um adentramento no campo metodológico hayekiano. O estudo do aprendizado dos agentes será parte integrante da obra posterior de Kirzner em sua busca do entendimento da atividade empresarial⁹.

⁹ Veremos no próximo capítulo que Kirzner defende a continuidade das obras de Mises e Hayek. Para Kirzner, o problema do conhecimento está implícito na obra de Mises. Poderíamos dizer que, embora haja um rompimento metodológico entre Hayek e Mises, existe continuidade na obra dos dois autores no que se refere ao estudo do processo de mercado.

3.4. Atividade Empresarial e o Problema do Conhecimento

As obras de Kirzner que seguiram *Competição e Atividade Empresarial* sofreram forte influência dos escritos de Hayek. Poderemos agora verificar a primeira citação deste capítulo, que afirma que a obra de Kirzner é uma tentativa de unir o empresário misesiano com o aprendizado hayekiano. Essa união, no entanto, deve ser compatível com a análise da atividade empresarial desenvolvida por Kirzner. Em especial, essa análise vê a atividade empresarial como algo que não é passível de ser estudado com o referencial maximizador neoclássico. O aprendizado hayekiano, dessa forma, é incorporado na teoria de Kirzner de modo a evitar o tratamento do conhecimento como algo passível de cálculo racional, como é feito, por exemplo, na literatura de economia da informação. A ênfase de Lachmann e Shackle no conhecimento subjetivo vem em auxílio de Kirzner na tarefa de incorporar as idéias hayekianas em sua própria teoria. A peculiaridade da posição de Kirzner está em que, embora incorpore o subjetivismo do conhecimento defendido por Lachmann, o reconhecimento das realidades subjacentes é marcante em sua obra. Afinal, sua teoria da atividade empresarial é baseada na percepção de oportunidades existentes de lucro¹⁰.

Kirzner considera o seu *Perception, Opportunity and Profit* (1979) como uma seqüência do seu livro de 1972, desenvolvendo questões derivadas da sua teoria da atividade empresarial. Esses desenvolvimentos são caracterizados, conforme dissemos, pela maior consciência do problema do conhecimento de Hayek. De fato, como nota Boettke (1987), podemos ver nesse livro de forma clara a influência de autores como Hayek, Shackle e Lachmann. O livro é uma coletânea de artigos, dos quais mencionaremos três, reveladores das influências de que queremos tratar.

Um dos elementos encontrados em Hayek é a presença de erros no processo de mercado. Se o conhecimento é hipotético e falível, o erro é algo inevitável. Vimos que, para Hayek, o

¹⁰ Tudo isso é importante porque as diferentes concepções sobre a natureza do conhecimento determinam em grande parte os rumos que as diferentes versões da teoria de processo assumem. Ao utilizar as idéias de Lachmann e Shackle sobre conhecimento subjetivo, Kirzner se distancia mais ainda da concepção popperiana que adotamos neste trabalho. Mais adiante faremos uma interpretação crítica da obra de Kirzner sob esta ótica. Em particular, a presença simultânea do realismo e do subjetivismo do conhecimento na obra do autor gera uma série de problemas que ficarão claros na seção final deste capítulo.

processo de mercado apresenta um mecanismo de correção de erros, que frustra algumas expectativas dos agentes no processo de obtenção de um grau maior de coordenação. Kirzner avança sua investigação sobre a atividade empresarial no sentido de incorporar a noção de erro. Isso é feito em um dos artigos (capítulo 8) do seu livro de 1979.

Kirzner traça algumas concepções de erro na história da economia e propõe sua própria. Para Mises, toda ação humana é racional. Isso, contudo, não exclui a possibilidade de erro. Quando um arqueiro não atinge a mosca, ele agiu racionalmente, com o propósito de acertar e usando os meios para tal, embora tenha cometido em erro. Para Stigler, isso não é erro em absoluto. Erros ocorreriam quando um recurso é usado de forma a não atingir o seu potencial. O arqueiro não errou, o problema é a qualidade inferior do arqueiro: ele atingiu seu máximo. Dessa forma, Stigler critica o conceito de ineficiência-X de Leibenstein: a falta de motivação refletiria a preferência por lazer dos trabalhadores e a empresa utiliza simplesmente uma tecnologia inferior. Assim, estaríamos de fato na fronteira de possibilidades de produção. Croce, na correspondência com Pareto, identifica erros econômicos com fraqueza de vontade, em contraste com erros técnicos. Kirzner rejeita essa concepção tendo em vista que, como observou Mises, não existe uma escala de valores independente das escolhas reais. Kirzner aponta os problemas que surgem da postulação de uma escala de valores dada e imutável. Quando se postula uma escala de valores arbitrária e conhecida, o erro ou sua ausência depende de como definimos esta escala. Os erros e irracionalidades, no entanto, desaparecem quando levamos em conta a própria estrutura de meios e fins do agente, geralmente diferente da escala do analista. Já para Shackle e Lachmann, como aponta o autor, o erro pode surgir do fato que o futuro é desconhecido e toda ação é especulativa. Nessa concepção também fugimos da estrutura dada de meios e fins.

Kirzner oferece sua própria versão: erro econômico deve ser identificado com falha na percepção de oportunidades. Se uma pessoa anda na rua e vê maçãs vendidas a 1 dólar e, pelo fato de sua percepção estar enfraquecida, por pensar em outra coisa, compra numa loja por 2 dólares, a estrutura dada de meios e fins diz que a escolha foi correta (1979:129). Mas, depois disso, ao perceber seu engano, a pessoa se arrepende. Isso é considerado erro econômico. Esta falta de alerta não pode ser excluída por incompatibilidade com a ação propositada pois “não há nada na ação propositada que garanta por si que toda oportunidade

disponível deve ser percebida instantaneamente” (1979:130). Kirzner prossegue afirmando que a análise econômica depende desse tipo de erro: “o processo de mercado é um processo de descoberta sistemática e correção de erro real” (1979:132).

Tendo em vista a existência de erros, o autor indica a ação empresarial como elemento atuante na direção de eliminá-los. Aqui Kirzner introduz o conceito de “descoberta espontânea” de oportunidades, que tende a esgotar as possibilidades de lucro. Este processo de descoberta espontânea difere, no entanto, da busca deliberada por informações, pois esta última pode ser reduzida a um cálculo de maximização sem o auxílio da atividade empresarial.

Embora Kirzner, da mesma forma que Hayek, veja o mercado como um processo de eliminação de erros, existe uma diferença fundamental entre as concepções dos dois autores. Para o primeiro, erro é falta de percepção de uma realidade existente, enquanto que, para o segundo, o erro pode surgir de uma hipótese errada sobre a realidade (vimos que para Popper o conhecimento é hipotético e falível). Voltaremos a isto mais tarde, quando fizermos uma crítica do autor e o compararmos com Lachmann.

No segundo artigo (capítulo 9), Kirzner procura compatibilizar sua teoria da atividade empresarial com a concepção subjetivista do conhecimento defendida por Lachmann. Kirzner coloca dois “paradoxos do conhecimento”. O primeiro, para o qual ofereceremos uma solução própria no último capítulo, é colocado pelo autor nas seguintes palavras: o subjetivismo ensina, com Hayek, que para a economia não importa o que as coisas são, mas o que os agentes pensam que elas sejam. Ao tratar da economia do conhecimento, portanto, deveríamos analisar não o conhecimento, mas o que os agentes conhecem sobre conhecimento. Mas a economia subjetivista – em especial a ação empresarial derivada da noção de ação – leva, ao contrário, à importância do conhecimento sobre o qual os homens não sabem nada em absoluto. Em outros termos, Kirzner procura compatibilizar as noções de conhecimento subjetivo e realidades subjacentes existentes independentemente daquele conhecimento subjetivo. O segundo paradoxo se refere à crítica de Shackle à economia da informação, que vimos no capítulo anterior: para fazer uma escolha racional nos moldes da teoria neoclássica, sobre qual informação adquirir, o agente precisaria conhecer de antemão o conteúdo da informação. Nesse caso, não tem sentido comprá-la. Kirzner procura resolver

esses paradoxos defendendo a tese de que o mercado tem como função descobrir o conhecimento que ninguém sabe que existe, e que este conhecimento tem natureza subjetiva e não pode ser separado das percepções do agente, ao contrário do tratamento ortodoxo, que ao objetivizar o conhecimento, trata-o como algo passível de cálculo racional^{11 12}.

Para o autor, existem duas maneiras de se obter conhecimento. Uma delas é por busca deliberada. Essa forma tem origem no clássico artigo de Stigler (1961) sobre economia da informação. Abandona-se a noção de conhecimento perfeito em favor do conceito de “ignorância ótima”, fruto da busca deliberada. Não se chega ao conhecimento perfeito devido aos custos da busca. Essa abordagem sofre do defeito apontado por Shackle: a busca deliberada pressupõe uma estrutura dada de fins e meios que, por sua vez, pode ter sido fruto de buscas anteriores e assim ou temos um regresso ao infinito, ou se reconhece em algum ponto do regresso que existe conhecimento que não foi fruto de busca deliberada. Mais ainda, Kirzner aponta que a maior parte do conhecimento, crenças, palpites (*hunches*) e expectativas não são fruto de procura deliberada:

Surely a very great volume of one's awareness of one's environment, and of one's expectations concerning the future, is the result of learning experiences that occurred entirely without having been planned. (1979:142)

Isso mostra a outra maneira de adquirir conhecimento, que Kirzner chama de “aprendizado espontâneo”. A ignorância referente a esse conhecimento espontâneo tende a desaparecer gradualmente, pois uma informação desconhecida até ontem, “que de forma inexplicada se manteve despercebida”, não necessita permanecer assim no dia seguinte. Aqui Kirzner reconhece o fato de que não só a ignorância tende a ser eliminada pelo processo empresarial, mas a cada momento se expande o número de fatos sobre os quais somos ignorantes, como enfatizado por Shackle. Kirzner, no entanto, afirma que as forças redutoras da ignorância são maiores do que as geradoras, confiando na capacidade do estado de alerta ser despertado pelas possibilidades de lucro.

Neste ponto Kirzner defende – assim como Shackle e Lachmann – a natureza subjetiva do conhecimento:

¹¹ No último capítulo defenderemos que o conhecimento pode ser tratado como algo objetivo e ao mesmo tempo não sujeito ao cálculo racional.

¹² Para uma crítica à literatura de economia da informação, sob uma ótica de processo, ver Thomsen, 1992.

subjectivism sees action as inextricably embedded in the complex of perceptions and images that make up the consciousness of the human agent at each moment. ...

One must at some point desist from searching for what the agent knows and believes about his knowledge and beliefs. He simply has this knowledge and these beliefs. (Kirzner, 1979:152)

O conhecimento visto como expressão subjetiva de cada indivíduo permite que o autor fuja da análise tradicional que vê o conhecimento como algo tratável pelo aparato maximizador. Desta forma, Kirzner acredita que o subjetivismo deve não apenas considerar a estrutura de meios e fins, mas também estender a análise da escolha a alternativas mais amplas, que incluem meios, fins e informação sobre os mesmos. Essa compreensão mais ampla permitiria incorporar o conhecimento subjetivo na análise da atividade empresarial, por sua vez calcada no reconhecimento das realidades subjacentes e que leva a enfatizar o "conhecimento sobre o qual ninguém conhece". Dessa forma, amarra-se na obra do autor o subjetivismo do conhecimento com a o reconhecimento de realidades subjacentes ao processo de mercado.

Tendo em vista a questão do conhecimento dos agentes, Kirzner desenvolve no terceiro artigo (capítulo 10) as implicações da sua distinção entre atividade empresarial e atividade maximizadora. Dessa distinção, o autor conclui que o lucro, resultado da primeira atividade, não pode ser imputado a um fator de produção através de sua produtividade marginal. A habilidade empresarial não é vista como um fator de produção. O lucro não seria fruto de sorte diante do risco¹³ (como em Knight), nem algo prontamente identificável pelos agentes, sujeito ao cálculo robbinsiano e, portanto, passível de valorização como um recurso. Em contraste, a atividade empresarial deveria ser vista, ao mesmo tempo, como propositada e indeterminada.

Kirzner procura esclarecer a natureza do lucro, fazendo uso de uma economia isolada de Robson Crusoe. Se Crusoe tem uma árvore que rende frutos e ele tem consciência disso, não temos lucro empresarial puro, pois os meios e fins são dados e antecipados; a ação humana requer apenas maximização robbinsiana. Se Crusoe fica surpreso com o aparecimento dos frutos, também não há lucro, mas apenas um ganho gratuito, porque nenhuma ação do agente foi necessária. Quando há uma ação, como quando Crusoe sobe numa árvore para ver o mar e descobre sem querer a existência de frutos, também não há

¹³ Kirzner não acredita na possibilidade de tendência a descoberta de erros econômicos com a ação baseada somente em sorte.

lucro, pois o ganho veio por acaso. Todos esses casos não envolvem “*entrepreneurial imagination, initiative or determination*” (1979:161). O lucro surge, contudo, na presença de erro, conforme definimos acima. Considere o caso de Crusoe passar a construir um barco em vez de pescar com as mãos. Nesse caso, o autor não se concentra no aspecto da poupança e investimento como faz Böhm-Bawerk com o mesmo exemplo, mas sim o elemento empresarial da decisão de mudar de atividade. Nada explica o fato que Crusoe passou a perceber a vantagem da construção do barco apenas hoje e não ontem. Isso não pode ser explicado pelo cálculo de maximização condicionada a uma estrutura dada.

Se colocarmos a questão em termos do novo conhecimento que surgiu (de construção de barcos), podemos explicar o caso com um ganho gratuito da natureza – o novo conhecimento – que foi seguido de maximização ordinária (a nova atividade que leva em conta o novo conhecimento), não envolvendo lucro em absoluto. Mas um ganho da natureza não envolve ação humana, enquanto o empresário “age sobre o seu palpite” (1979:168). Para Kirzner, o lucro surge como resultado da ação humana, da ação deliberada de implementar a idéia empresarial, apenas no instante da ação em si. Conforme o tempo passa, o conhecimento se torna simples recurso. Kirzner enfatiza que o que separa a visão empresarial do conhecimento como recurso é a falta de autoconsciência de Crusoe sobre tal visão.

O autor prossegue no desenvolvimento de sua teoria da atividade empresarial em *The Meaning of Market Process* (Kirzner,1992). Esse livro, além de mostrar a influência de Hayek, reflete a posição do autor sobre o debate entre as suas idéias e as de Lachmann. Esse debate será o tema do próximo capítulo e, por isso, adiaremos a discussão das contribuições referentes a essa questão, concentrando-se aqui em alguns refinamentos da teoria contidos em alguns capítulos, que são extensões da tese de Hayek (1945) sobre conhecimento disperso e coordenação das atividades, discutidas no primeiro capítulo.

Ao incorporar o aprendizado hayekiano na sua teoria da atividade empresarial, Kirzner procura deixar claro o significado da contribuição de Hayek referente ao conhecimento disperso (1945). Essa contribuição refere-se principalmente a situações de desequilíbrio, relevantes para a ação empresarial. Kirzner identifica dois sentidos no artigo de Hayek em

que os preços coordenam as atividades econômicas, sendo que a literatura¹⁴ só reconhece o primeiro, gerando distorções das idéias de Hayek. Para estabelecer esses dois sentidos, Kirzner dá um exemplo de coordenação de carros num cruzamento. Um semáforo bem regulado comunica informação e coordena a atividade dos motoristas, evitando tanto colisões quanto esperas desnecessárias no cruzamento. Um outro significado para coordenação é ilustrado com um semáforo inteligente, que ajusta seu tempo de espera conforme o tráfego nos dois sentidos. Nesse caso, os sinais emitidos pelo semáforo comunicam informações (no princípio do processo) incorretas, ocorrendo porém um processo de aprendizado. O sistema de preços em equilíbrio, da mesma forma que o semáforo otimamente ajustado, comunica informação que coordena as atividades de compra e venda dos agentes num contexto já pré-conciliado. É nesse sentido que geralmente se interpreta o famoso exemplo de Hayek do mercado de estanho. No entanto, num sistema marcado pelo conhecimento imperfeito, o sistema de preços possui outra propriedade coordenadora: preços em desequilíbrio indicam aos empresários alertas quais alterações de comportamento seriam necessárias no futuro. Mais tarde (1967a) Hayek enfatiza claramente esse tipo de função coordenadora, conforme vimos.

Outra maneira de enxergar a mesma distinção é feita por Kirzner ao tratar as implicações do problema do conhecimento para a questão do planejamento econômico. O capítulo tenta mostrar que o problema do (uso do) conhecimento posto por Hayek – assegurar o melhor uso do conhecimento disperso – não é caso particular do problema de alocar eficientemente os recursos da sociedade, ou seja, nega-se que a contribuição de Hayek apenas complique o problema econômico tradicional introduzindo novos custos – custos de aprendizado –, mas requer outro tipo de análise, envolvendo a atividade empresarial e um mecanismo de correção de erros.

Para ilustrar o seu ponto de vista Kirzner deixa mais claro o que ele entende pelo processo de aprendizado. O autor identifica o que ele chama de “problema básico do conhecimento”, que se refere à ignorância do indivíduo em relação às circunstâncias relevantes de sua situação necessárias para o sucesso de seu plano. A teoria tradicional identificaria um recurso escasso – conhecimento – que seria alvo de busca deliberada, chegando-se a um

¹⁴ por exemplo, Grossman, 1976 e Grossman e Stiglitz, 1976

nível ótimo de ignorância. Por exemplo, uma das tarefas de um plano A é buscar uma determinada informação através de pesquisa. Essa pesquisa é chamada de plano B e o restante do plano original, após a busca, de plano A'. Kirzner mostra que, como o “planejador é completamente inconsciente da extensão da sua ignorância” (pg. 157), os planos B e A' podem mudar totalmente o plano A. Aqueles podem revelar informações que o agente não sabia que não possuía, o resultado da busca pode revelar que esta não era necessária ou que havia um melhor processo de busca¹⁵. O problema do conhecimento de Hayek, no contexto do planejamento central, mostra a impossibilidade de solução do problema básico do conhecimento. O planejador central não conhece a extensão da sua ignorância, ignorância esta que surge do caráter disperso da informação relevante. No mercado, o problema básico do conhecimento é resolvido pelo processo competitivo-empresarial de descoberta: os erros econômicos, gerados pela dispersão do conhecimento, geram sinais através do sistema de preços que despertam a atividade dos empresários que por sua vez corrigem estes erros.

Outra área que a Kirzner aplica essas observações sobre o problema do conhecimento é a teoria da firma. Coase (1937) descreve as firmas como ilhas de planejamento no mercado. Para Kirzner, conforme essas ilhas se tornam maiores, elas se aproximam do caso de uma economia planificada e, conseqüentemente, mais difícil é a resolução do problema do conhecimento: o processo de aprendizagem torna-se cada vez mais difícil. Isto limita naturalmente o tamanho das firmas.

Kirzner prossegue na compreensão do problema do conhecimento, mesclando as idéias de Hayek sobre conhecimento disperso com a sua distinção entre erros de pessimismo e otimismo, com o intuito de criticar a extensão que Hayek faz da sua teoria da ordem espontânea do mercado para outras instituições sociais. Esta teoria (Hayek, 1982) parece implicar que instituições benignas surgem apenas de um processo espontâneo de evolução que envolve seleção num ambiente de conhecimento disperso. Autores como Buchanan (1986) criticam o aspecto normativo da teoria e a contradição desta com as propostas de reforma social feitas pelo próprio Hayek. Vejamos como Kirzner considera a extensão ilegítima. Num processo de mercado, a dispersão do conhecimento significa que os agentes

¹⁵ Veremos no capítulo 5 que esta análise é muito semelhante a teoria de Bartley sobre conhecimento insondável.

não conhecem os planos dos demais. Isso leva à ocorrência dos erros de pessimismo e de otimismo, como já vimos. Kirzner divide o problema do conhecimento de Hayek em dois, em termos de problema do tipo A e B, referentes respectivamente a erros de otimismo e pessimismo. No mercado, o problema A tem correção automática, enquanto o problema B depende do estado de alerta empresarial. No campo mais amplo das instituições sociais, temos apenas a resolução do Problema A, que garante que as expectativas não serão desapontadas. Não existe, fora do mercado, uma tendência sistemática a resolução do Problema B. Uma teoria melhorista da evolução das instituições requereria um mecanismo de solução deste problema. Mas a existência de externalidades torna improvável tal solução. O sistema britânico de medidas pode não ser substituído pelo (superior) sistema métrico, pois o sistema antigo resolve o problema A – todos os agentes o utilizam na esperança que os demais também o façam, não há frustração de expectativas – enquanto a solução do problema B requer que todos os agentes percebam as vantagens da mudança ao mesmo tempo, um agente individual não poderia iniciar sozinho o processo. Com essa distinção, Kirzner analisa a teoria de Menger sobre a evolução da moeda como não envolvendo a solução do problema B.

Ainda no seu livro de 1992, Kirzner desenvolve suas idéias sobre a economia do bem-estar que vimos em *Competição e Atividade Empresarial*. O autor faz uma revisão crítica das várias concepções da teoria do bem-estar, conforme elas sejam compatíveis com três princípios que apontamos no primeiro capítulo como pertencentes ao núcleo do programa austríaco de pesquisa: individualismo metodológico, subjetivismo e ênfase em processo. A sua noção de aumento da coordenação como critério seria a única compatível com os três. O autor aponta a diferença entre o critério de Hayek (1945) e o critério de Pareto, em termos do significado do conhecimento disperso. Para isso, Kirzner introduz na análise os conceitos de conhecimento tácito (Polanyi) e o seu conceito de erro econômico genuíno, desenvolvido no seu trabalho de 1979¹⁶. Se o conhecimento tácito é relevante, não se pode computá-lo como dado do problema alocativo. Já o conceito de erro traz como consequência: a) um indeterminismo no sentido que o resultado econômico não é determinado simplesmente pelas preferências, disponibilidade de recursos e tecnologia,

mas depende da capacidade empresarial e b) as mudanças na economia não se referem a padrões de custo que mudaram.

Os artigos de Kirzner mencionados nesta seção tornaram claro que o desenvolvimento da teoria da atividade empresarial tentado pelo autor aponta na direção de investigar a natureza do conhecimento dos agentes. Esse desenvolvimento naturalmente revela a influência das idéias de Hayek e Lachmann sobre o autor. Do primeiro, Kirzner faz uso do problema do conhecimento e suas relações com a coordenação no mercado. Do segundo, Kirzner utiliza o conceito de conhecimento subjetivo como elemento na solução do primeiro problema. A natureza subjetiva do conhecimento permite que se enfatize o caráter não mecânico e empresarial da ação humana. No final do capítulo faremos uma crítica a esta concepção. Antes disso, porém, voltaremos a nossa atenção para as diferenças entre as teorias da atividade empresarial de Kirzner e Schumpeter.

3.5. Kirzner e Schumpeter

A fim de aclarar o que entende por atividade empresarial, Kirzner em várias ocasiões contrasta a sua teoria com a teoria de Schumpeter (1985:52-53,56-58,92-95; 1997a).

Para Schumpeter, o empresário é um agente que traz inovações no mercado, na forma de novos produtos e novas tecnologias. Sem a sua existência, a economia permanece na calmaria do “fluxo circular”. O empresário, através de sua “destruição criadora”, exerce um papel desequilibrador no mercado, ao romper o equilíbrio do fluxo circular. Na ausência de inovações, não é necessário nenhum processo que envolva atividade empresarial para se atingir o equilíbrio¹⁷.

Para Kirzner, ao contrário, o mercado não funciona de forma automática ou inercial, mas a presença do empresário é necessária a todo instante para vencer o “atrito” causado pela ignorância das constantes mudanças que ocorrem diariamente. Em outros termos, para

¹⁶ Aqui o autor oferece uma definição alternativa para o seu conceito de erro: “*genuine error occurs where a decision maker’s ignorance is not attributable to the costs of search, or of learning or of communication.*” (Kirzner, 1992:189)

Kirzner, o empresário tem um papel equilibrador no processo de mercado. A atividade empresarial não consiste em criar coisas novas, mas em perceber incompatibilidades de coordenação que já existem no mercado. O processo de mercado, em uma frase, é um processo de descoberta, não de invenção. Nas palavras de Kirzner:

A atividade empresarial, para mim, não é tanto a introdução de novos produtos ou de novas técnicas de produção quanto a capacidade de ver onde novos produtos se tornaram insuspeitadamente valiosos para os consumidores e onde novos métodos de produção tornaram-se factíveis sem que outros o saibam. Para mim, a função do empresário não consiste tanto em alterar as curvas de custo ou de receitas que ele vê adiante de si, quanto em notar que elas se alteraram. (1985:57)

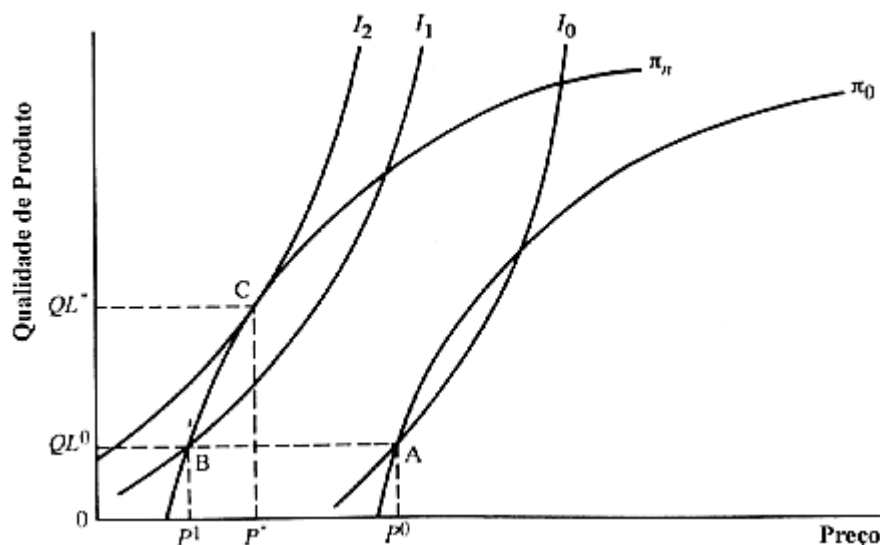
Entretanto, Kirzner aponta semelhanças entre as duas teorias: os dois empresários possuem estado de alerta para fugir da atividade rotineira de maximização e seu rendimento não pode ser traçado como remuneração de um fator.

Bourdreaux (1994) defende a tese de que os empresários shumpeterianos e kirznerianos exercem papéis complementares e que a discussão sobre a função equilibradora de um e desequilibradora de outro seria ociosa. Para isso, Bourdreaux caracteriza a competição schumpeteriana como consistindo na oferta de novos produtos, qualidades, tecnologias, etc., enquanto a competição de Kirzner se referiria a competição no ajuste de preços. Julgamos essa caracterização algo procustiana, pois como vimos (págs. 91 e 95), a noção de competição de Kirzner inclui aqueles elementos extrapreços que Bourdreaux diz excluídos, embora a exposição de Kirzner de sua teoria dê margem a esse tipo de interpretação. Mais adiante veremos por que, na nossa opinião, Kirzner utiliza sempre exemplos envolvendo competição de preços. Contudo, afirmamos que Bourdreaux caracteriza corretamente a discussão como ociosa, como veremos em seguida. Para tal, reproduzimos a sua ilustração.

No eixo vertical – shumpeteriano – representa-se a qualidade do produto em termos de algo mensurável, como durabilidade. O eixo horizontal – kirzneriano – representa preço. As curvas identificadas por “I’s” são “curvas de indiferença”, com utilidade maior para curvas mais à esquerda, e sua convexidade representa taxa marginal de substituição decrescente. As curvas marcadas por “ π ’s” são curvas isolucro, com lucro maior para curvas mais à direita e sua concavidade representa custos crescentes para fornecer mais qualidade. A

¹⁷ Isso pode ser verificado, por exemplo, na crítica de Schumpeter a Hayek sobre o problema do cálculo econômico socialista, feita em termos da teoria de equilíbrio. Podemos ver nesse ponto que o autor não reconhece os problemas da teoria em termos de processo de mercado.

curva π_n representa lucro normal, à esquerda da qual não se produz nada. Ao se fixar uma qualidade, digamos QL^0 , a competição kirzneriana de preços é “equilibradora” e traz o preço do ponto A para o ponto B. Ao se introduzir a competição schumpeteriana, existe possibilidade de melhora, deslocando-se o equilíbrio para o ponto C, o que se descreveu como atividade “desequilibradora”. Segundo Bourdreaux, tanto Kirzner quanto Schumpeter aceitam a definição tradicional de equilíbrio como preços que igualam a demanda e a oferta, dadas preferências, tecnologias e recursos. Ora, se ampliarmos o conceito de equilíbrio para conter ajustes de qualidade, a mudança para o ponto C também é equilibradora. Dessa forma, a discussão é descrita como ociosa. Poderíamos acrescentar que essa crítica se coaduna com o espírito kirzneriano, pois a ampliação do significado de equilíbrio se afasta da caracterização robbinsiana de meios dados e aponta para uma melhora na situação dos agentes, o que é mais compatível com o conceito de *Homo agens*.



Apesar dessa “conciliação” das teorias, que será importante quando tratarmos da questão das tendências (des)equilibradoras no mercado, resta ainda a fundamental diferença de que, para Schumpeter, numa economia sem inovações, o estado de equilíbrio pode ser atingido automaticamente sem envolver atividade empresarial, enquanto a ação empresarial para os austríacos também é necessária em atividades mezinhas, como ajustes contínuos diante das diferentes “situações particulares de tempo e lugar” enfatizadas por Hayek.

3.6 Interpretações e Críticas

Boettke (1987) considera Kirzner não apenas o mais importante, mas o melhor economista na Escola Austríaca moderna, por ser o economista que desenvolveu de forma mais consistente a revolução subjetivista, seguindo os passos de Mises. De fato, ao estudar os fenômenos de mercado fora do equilíbrio, Kirzner é capaz de traçar as causas das forças econômicas na ação individual. Apenas em equilíbrio teorias objetivas do valor fazem sentido. Nada mais natural, portanto, que a união do subjetivismo com a teoria de processo.

Para Bourdreaux (1994:55), um dos méritos da obra de Kirzner foi tornar a teoria da determinação de preços compatível com o individualismo metodológico. A convergência de preços é trazida não pela ação de um fictício leiloeiro walrasiano, mas pela ação proposital de indivíduos reais.

Outra vantagem da teoria de Kirzner apontada por Bourdreaux foi rejeitar a noção de que a competição é caracterizada pelo comportamento tomador de preços. Só por que as decisões de preço são feitas por “pessoas de carne e osso” não se deve rotular como monopolístico todo o comportamento empresarial.

Uma das principais qualidades da obra de Kirzner, ao levar em conta as questões do aprendizado dos agentes, é a incorporação na análise do papel fundamental do erro. Ao reconhecermos a imperfeição do conhecimento, isso não poderia ser diferente. Porém, a forma como o autor trata da questão causa alguns problemas, que será a fonte de algumas críticas que avaliaremos.

O conhecimento relevante para o empresário, que Hayek chama “conhecimento das circunstâncias particulares de tempo e lugar”, é o conhecimento prático, em contraste com o conhecimento puramente científico. Apesar das diferenças entre essas duas categorias, elas apresentam pontos em comum. Entre eles, podemos citar o que Popper chama de caráter conjectural e “*theory-laden*” de todo o conhecimento. Uma hipótese pode ser “errada”, no sentido de já ter sido falsificada, ou a hipótese pode ter resistido aos testes, que para nossos propósitos chamaremos de “possivelmente correta”. No entanto, ao tratar de hipóteses empresariais, que constituem a base dos planos de ação do *Homo agens*, Kirzner apresenta outras categorias: a hipótese pode ser correta ou pode não ser percebida. Apenas

essas duas coisas podem ocorrer: o estado de alerta leva à descoberta ou de uma oportunidade real ou esta oportunidade é negligenciada. A ligação entre a hipótese e a realidade, para Kirzner, parece ser automática, não passando pelo caráter conjectural das hipóteses. Isso leva Kirzner a não enfatizar a existência de hipóteses empresariais erradas¹⁸. A não existência de hipóteses empresariais conjecturais e possivelmente falsificáveis é responsável, na nossa opinião por alguns erros ou mal entendidos na teoria de Kirzner, como: a) ênfase no papel da arbitragem; b) conceito de aprendizado espontâneo; c) a natureza subjetiva do conhecimento e d) ausência do estudo do papel do prejuízo empresarial. Veremos que as deficiências da obra de Kirzner derivam da falha de produzir uma teoria popperiana do conhecimento empresarial. Vejamos agora essas críticas na ordem.

a) É relativamente comum encontrar críticas a Kirzner baseadas na afirmação de que sua teoria reduz a atividade empresarial à arbitragem de preços (por exemplo, Bourdreaux, 1994; White, 1976; Gunning, 1996). Para Gunning, a teoria de Kirzner afirma que a “característica definidora da atividade empresarial na economia de mercado é a arbitragem” (1996).

Como reconciliar essas críticas com o capítulo 4 de *Competição e Atividade Empresarial*, que lida com competição extrapreço e as citações ao contrário que indicamos acima? Em Kirzner (1985:167), por exemplo, temos:

...vimos como a atividade empresarial se manifesta, não somente em movimentos de preços para produtos e recursos dados, como também – o que é talvez mais importante – na mudança dos padrões de qualidade do produto.

Porém, o próprio Kirzner afirma textualmente que sua teoria é uma teoria de arbitragem e utiliza em seus exemplos processos de mercado envolvendo competição de preços. Podemos tentar resolver essa questão notando que o conceito de arbitragem para Kirzner envolve elementos extrapreços. O empresário, genericamente traz oportunidades preferidas aos agentes, seja na forma de preços ou qualidade mais desejados. O termo arbitragem é usado para enfatizar a existência real das oportunidades de lucro. Como vimos, Kirzner não enfatiza o elemento criador da atividade empresarial (o que seria natural ao pensar no

¹⁸ Vimos que para Kirzner, erro econômico é definido como “falta de percepção das oportunidades”. Dessa maneira temos não hipóteses erradas, mas simplesmente não percebidas.

caráter hipotético, conjectural das hipóteses empresariais), mas a exploração de oportunidades já existentes. Isso é feito para sublinhar a ligação entre a atividade empresarial e as realidades subjacentes das preferências. Nos exemplos de processos de mercado com arbitragem, a realidade subjacente é clara e evidente, representada por discrepâncias de preços. Pode-se, no entanto, aceitar a realidade de tais incompatibilidades de planos sem negar o caráter conjectural das hipóteses empresariais.

b) Vimos que uma das maiores preocupações de Kirzner é separar claramente a atividade empresarial da atividade maximizadora robbinsiana. O não reconhecimento explícito do caráter conjectural das hipóteses empresariais o levou a identificar erroneamente toda a busca consciente por conhecimento com a atividade maximizadora, em especial na forma postulada pela teoria da economia da informação. Para distinguir o automatismo do cálculo maximizador da atividade empresarial, Kirzner trata o aprendizado, em especial no capítulo 10 do seu livro de 1979, como sendo de natureza espontânea e subconsciente. Quando Crusoe adquire consciência do seu “palpite”, este deixava de ser empresarial para constituir um recurso ordinário. O agente não tem consciência da posse do seu “palpite” empresarial e o seu aprendizado não é planejado. Este desnecessário desenvolvimento torna Kirzner suscetível a críticas. Baseado quase exclusivamente no referido capítulo, Gunning (1997) critica Kirzner por oferecer uma teoria não subjetivista da atividade empresarial. Como o aprendizado não é planejado, seria, portanto, subconsciente. Isso não é compatível com a teoria misesiana da ação humana proposital: o estado de alerta seria possivelmente pertencente à categoria de ação instintiva. Essa crítica só é possível com referência ao capítulo em questão. Levando em conta o restante da obra de Kirzner, podemos perceber que a ação empresarial é baseada na ação humana proposital e a ênfase em aspectos inconscientes é fruto da identificação, errônea, na nossa opinião, feita pelo autor entre busca consciente e atividade maximizadora. Contudo, reconhecendo o caráter conjectural do conhecimento empresarial, a tarefa de separar a atividade empresarial do cálculo mecânico seria natural, não havendo necessidade da forma peculiar com que Kirzner descreve o estado de alerta. Uma hipótese empresarial conjectural falível resulta em um processo não determinado.

c) Numa tentativa de escapar da concepção mecanicista da ação humana, Kirzner (1979, capítulo 9) enfatiza aspectos da natureza subjetiva do conhecimento, como a natureza tácita

e não articulada do conhecimento¹⁹, revelando a influência de Shackle e Lachmann. A ênfase nos aspectos pessoais do conhecimento leva ao que Bartley (1990) chama de expressionismo epistemológico ou desistência de analisar o conteúdo do conhecimento para estudar a sua linguagem ou aspectos psicossociais do mesmo, conforme apontamos no primeiro capítulo. Isto será prejudicial para o desenvolvimento da teoria da atividade empresarial: o conhecimento puramente pessoal não é sujeito à análise. No capítulo 5 abandonaremos este expressionismo em favor da teoria popperiana do conhecimento objetivo, que tornará possível o desenvolvimento da teoria de Kirzner.

d) Por fim, a ligação direta entre realidade e percepção da mesma leva Kirzner a não enfatizar o papel do prejuízo no mercado. Essa ausência da noção de prejuízo é notada, por exemplo, por High (1982) e White (1976:3). Podemos dizer que, se existe uma oportunidade e ela é percebida, o resultado da ação é o lucro empresarial. Mas quando se reconhece o caráter hipotético do conhecimento dos agentes, uma hipótese errônea pode levar naturalmente a prejuízo, por não ser compatível com as realidades subjacentes ao mercado, como preferências e tecnologia. Não se trataria de hipótese certa ou hipótese não percebida, mas de hipóteses ainda não refutadas ou já refutadas. Ainda em relação ao prejuízo empresarial, High coloca outra questão: se a atividade empresarial é separada da propriedade de recursos, qual é o sentido de falar em perda empresarial? Passamos agora a algumas outras críticas formuladas na literatura.

Autores como White (1976), Gunning (1997) e Ricketts (1992) criticam Kirzner por caracterizar a essência da atividade empresarial no estado de alerta e não, como Mises, na incerteza envolvida em toda ação. Para Gunning (1997:175), uma teoria misesiana da atividade empresarial deve envolver *appraisement*, *undertaking* e *uncertainty-bearing* e a atividade empresarial pode ser definida como disposição a apostar tempo ou dinheiro na crença de que a avaliação empresarial dos recursos é superior à avaliação feitas pelas outras pessoas.

Ricketts (1992:72) relaciona esta desconsideração do risco com o que ele considera uma tensão na obra de Kirzner, qual seja, a visão misesiana de que toda ação é empresarial e ao mesmo tempo, a separação da função do empresário puro. Na primeira linha, toda ação de

¹⁹ Veja por exemplo Lavoie (1985) para uma aplicação das idéias de M. Polanyi sobre conhecimento pessoal

um capitalista seria empresarial e isso leva à ênfase no risco. Kirzner (1992b) responde a esse argumento notando o caráter puramente analítico da sua separação.

White (1976:88) argumenta que a incerteza com que todo empresário se depara sugere que especulação ou *imaginação*, e não o estado de alerta, seria a característica definidora da atividade empresarial. Na sua crítica lachmanniana de Kirzner, White afirma que a diferença crucial entre atividade empresarial e arbitragem é a noção de tempo. *Ex post*, a atividade empresarial bem sucedida se assemelha com arbitragem. *Ex ante*, a imaginação é fundamental: nega-se a existência objetiva das oportunidades de lucro.

Podemos imaginar que Kirzner tende a não enfatizar o caráter especulativo da ação empresarial porque, de novo, ele quer isolar o elemento da ação humana que não pode ser traçado em termos de economização robbinsiana. A administração do risco pode ser contratada no mercado como um fator, na forma de um seguro, por exemplo. Podemos dizer que a incerteza é *pré-condição* para a atividade empresarial (sem incerteza não há sentido falar em atividade empresarial), enquanto o estado de alerta *constitui* a atividade empresarial (é a maneira de lidar com a incerteza).

Entre outras críticas, Rickett (1992:74) afirma que a caracterização da atividade empresarial de Kirzner torna impossível distinguir claramente entre movimentos em direção à fronteira da curva de possibilidade de produção e deslocamentos dessa curva. Ao mesmo tempo que os empresários descobrem qual é essa fronteira, a fronteira existe objetivamente de algum modo. Algumas invenções tecnológicas fruto do avanço científico poderiam atender a demanda do consumidor e serem classificadas como descobertas empresariais. Rickett indica numa leitura da obra completa de Kirzner que a atividade empresarial compreende a atividade criadora, mas a vontade de manter o caráter equilibrador da atividade empresarial impede Kirzner de considerar isso na sua teoria. Antecipando o nosso argumento do capítulo 5, Rickett percebe que a teoria de Kirzner seria mais compatível com a abordagem evolucionária da economia do que com a abordagem neoclássica. Por fim, Rickett (1982:82) aponta a necessidade de continuar a teoria, não no sentido de justificar a existência da atividade empresarial, mas estudando quais condições afetam o incentivo ao

estado de alerta e a busca de melhores oportunidades. De novo, veremos no capítulo 5 que a uma tentativa nesse sentido é dada pela contribuição de Harper (1994,1996).

A teoria de Kirzner, bem como suas críticas, estão envolvidas em um dilema na escolha de abordagens, dilema este relacionado a distinção de Hayek entre o conhecimento do agente e o conhecimento do economista. Na teoria de Kirzner, o conhecimento dos agentes não é dado, mas a realidade subjacente é dada para o analista. Isso permite identificar claramente as oportunidades de lucro em relação às realidades subjacentes (e conhecidas pelo analista) do mercado. Permite inclusive que a teoria seja modelável matematicamente²⁰. O preço dessa opção é abandonar a ênfase na inovação, na surpresa e no caráter criativo da ação empresarial. Na segunda abordagem, o conhecimento das alternativas não é dada nem para o analista. O preço dessa opção é tornar a teoria menos passível de modelagem. Mas o custo realmente importante desta opção é o perigo de perder de vista a existência mesma das realidades subjacentes a um processo de mercado.

Esse dilema se reflete nas obras de Kirzner e Lachmann. Neste capítulo vimos a contribuição de Israel Kirzner para essa teoria de processo. Tal contribuição enfatiza as realidades existentes com as quais os agentes têm que lidar, mas não enfatiza o papel criador da ação humana. O capítulo anterior estudou a contribuição de Ludwig Lachmann, que é caracterizada justamente pela inversão de ênfase. Essas ênfases inversas serão motivo para uma controvérsia na Escola Austríaca, que abordaremos no próximo capítulo. Ao utilizar pressupostos metodológicos popperianos, poderemos tentar unificar o que há de bom nas duas abordagens, o que tentaremos fazer no último capítulo.

20 ver Littlechild, S. e Owen, G. (1980)

4. Os Debates da Segunda Década do Ressurgimento

It would be a bizarre irony indeed if the modern revival of the Austrian tradition, begun over a century ago as a brave defense of economic theory (against a dominant tide of historicism), were to find its most sophisticated expression in the denial of any possibility for systematical market forces susceptible to general analysis. (Kirzner, 1994:40)

For half a century now, ever since it became the fashion to emulate the ways of thought of classical mechanics, and the darkness of the age of the econometricians fell upon us, economists have suffered from a sad narrowing of outlook. (Lachmann, 1994b:51)

4.1. Introdução

Nos dois capítulos anteriores, revimos as obras de Lachmann e Kirzner. Esses dois autores construíram suas teorias baseados na tradição da Escola Austríaca de economia. Ambos têm como referência a obra de Menger, Mises e Hayek, e são comprometidos com os elementos que indicamos como pertencentes ao núcleo do programa de pesquisa austríaco, ou seja, subjetivismo, individualismo metodológico e processo de mercado. Além de pertencerem à tradição austríaca, as obras dos dois autores têm como elemento comum a influência de Hayek no que diz respeito ao problema do conhecimento. Diante dessas influências em comum, como era de se esperar, podemos verificar que suas teorias apresentam muitas semelhanças e inúmeros pontos de acordo. Comparando os dois capítulos anteriores, porém, notamos um número não menor de desacordos sobre qual seria a natureza do processo de mercado. Esses desacordos, na nossa opinião, refletem as diferentes posturas metodológicas adotadas diante das soluções ao problema do conhecimento e suscitaram uma série de debates, que serão o objeto de estudo deste capítulo.

Conforme relata Vaughn (1998:127), a década de oitenta – a segunda do ressurgimento da escola austríaca – foi marcada por debates internos, tendo Kirzner e Lachmann como figuras principais. Nesse período, teriam ocorrido dois debates: um metodológico e outro sobre a natureza do processo de mercado. O debate metodológico teve como posições contrárias a *hermenêutica* de Lachmann e o *apriorismo* de Mises, sendo a primeira posição

defendida principalmente por Don Lavoie¹. O segundo debate trata de identificar se as forças atuantes no processo de mercado seriam predominantemente equilibradoras (Kirzner) ou desequilibradoras (Lachmann). Para Vaughn, a obra de Kirzner seria uma tentativa de integrar a teoria austríaca à teoria neoclássica de equilíbrio, complementando esta última com a teoria da atividade empresarial, enquanto a obra de Lachmann apontaria para um rompimento paradigmático: a economia austríaca deveria descartar o conceito neoclássico de equilíbrio e se basear em fundamentos teóricos distintos. Nos termos dessa autora, a combinação de Mises com a teoria neoclássica (Kirzner) resulta em algo bem diferente do que a combinação de Mises com Weber, Keynes e Shackle (Lachmann) (Vaughn, 1998:150).

Na verdade, os dois debates estão intimamente ligados. Como vimos anteriormente, a negação da preponderância das forças equilibradoras por Lachmann está relacionada a metodologia hermenêutica, já que, para este autor, a tarefa de afirmar o subjetivismo envolvia a negação na noção de equilíbrio. A esses dois debates poderíamos acrescentar um terceiro, que coloca os nossos dois autores no mesmo campo, em contraste com a posição de Rothbard. Este, juntamente com autores como Salerno (1993) e Selgin (1990), defendem o apriorismo misesiano, negando a relevância do problema do conhecimento colocado por Hayek. Novamente, posturas metodológicas refletem divergências sobre a teoria de processo.

O outro evento que marcou as controvérsias da década de oitenta foi o livro *The Economics of Time and Ignorance*, de Gerald O'Driscoll e Mario Rizzo. Esse livro pode ser considerado, como procuraremos mostrar, uma tentativa de conciliação entre as duas posições no debate sobre o processo de mercado. Novamente, segundo Vaughn:

Although many of their propositions were the subject of controversy, after 1985, it would be impossible to think of Austrian economics as anything but the economics of time and ignorance. (Vaughn, 1998:134)

A próxima seção é dedicada ao debate entre as idéias de Kirzner e Lachmann. Em seguida, trataremos do debate a respeito da negação do problema do conhecimento, que é na verdade uma terceira posição no debate anterior. Finalmente, veremos o livro de O'Driscoll e Rizzo,

¹ Note a ausência da posição metodológica defendida por Hayek, próxima das idéias de Popper. Neste trabalho enxergamos as idéias e controvérsias no interior da EA sob o ponto de vista dessas idéias popperianas.

que procura uma conciliação entre as partes antagônicas. Notamos novamente que essas controvérsias situam-se no cinturão protetor da tradição austríaca: discorda-se sobre o significado do problema do conhecimento, enquanto as proposições nucleares de subjetivismo, individualismo metodológico, processo e complexidade permanecem compartilhados por todos os envolvidos nos debates.

Essas controvérsias e desenvolvimentos nortearão, no último capítulo, uma interpretação própria dos debates e os rumos possíveis para a teoria de processo de mercado.

4.2. O Debate sobre Tendências Equilibradoras e Desequilibradoras

Na obra de Kirzner, a atividade empresarial gera um processo de correção de erros que direciona o processo de mercado rumo ao equilíbrio. Na obra de Lachmann, o subjetivismo das expectativas gera a cada momento opiniões divergentes sobre o futuro, resultando em ações incompatíveis entre si e distanciando o processo de mercado de uma posição de equilíbrio. Embora essas posições não sejam completamente conflitantes e uma reconciliação ou compatibilização das opiniões possa ser tentada, ficam claras algumas divergências que darão origem ao debate.

Conforme nos relata Selgin (1990), o confronto entre as posições de Kirzner e Lachmann ocorreu em debates entre os participantes do “Colóquio Austríaco” da Universidade de Nova York na década de oitenta. Não estudaremos os debates em si, por falta de material sobre os mesmos, mas sim os diversos artigos que surgiram como fruto desses debates e da contraposição direta dos sistemas de Kirzner e Lachmann.

4.2.1. As Realidades Subjacentes e a Velocidade das Mudanças

A primeira contribuição ao debate que estudaremos é a de Roger Garrison. Garrison (1982,1986,1987) defende a idéia de que a Escola Austríaca deve ocupar uma posição intermediária no que se refere ao uso dos conceitos de equilíbrio e subjetivismo. O mercado, embora não seja um mecanismo de relógio (*clockwork*), como apontou

Lachmann, tampouco seria um caleidoscópio. Para esclarecer sua posição, conhecida como *Middle Ground Thesis*, Garrison constrói um espectro para situar as diversas concepções sobre os problemas do equilíbrio e expectativas. Num extremo estaria a posição de Lachmann – denominada “equilíbrio nunca” e no outro extremo estaria a posição de Lucas – denominada “equilíbrio sempre”. Para este último, adepto do conceito de expectativas racionais, a economia está sempre em equilíbrio; mesmo os ciclos econômicos são tratados como um fenômeno de equilíbrio. Acredita-se na preponderância das forças de equilíbrio a ponto de tornar a análise de processo desnecessária. Já para Lachmann, o processo de mercado envolve expectativas sobre um futuro icognoscível. A incerteza advinda do subjetivismo das expectativas frustra qualquer uso para a noção de equilíbrio. Para Garrison, Lucas nega o problema, enquanto Lachmann nega a sua solução. Garrison aponta, como estudante do marginalismo de Menger, que se pode ter uma quantidade excessiva de uma boa coisa: doses adicionais de subjetivismo podem ter utilidade marginal negativa. Ao recuar um passo na posição extrema do subjetivismo radical de Lachmann, teríamos a posição austríaca tradicional, representada por Mises e Hayek, que reconhece a existência de tendências equilibradoras, em contraposição às posições extremas de equilíbrio nunca ou sempre.

O que permite a defesa dessa posição intermediária é o reconhecimento da existência das *realidades subjacentes* ao processo de mercado. Por realidades subjacentes, Garrison entende as preferências, as dotações individuais de bens, a disponibilidade de recursos e tecnologias. O *nexus* entre realidades subjacentes e ações subjetivas se dá através de um mecanismo de seleção destas últimas, tendo em vista a existência das primeiras. Esse processo seletivo depende fundamentalmente de instituições como o sistema de preços e o mercado. Garrison dá o exemplo da teoria austríaca do ciclo econômico que mencionamos brevemente quando tratamos de Lachmann: a interferência na instituição dos preços, particularmente nos juros, inibe um processo seletivo que tornaria as decisões de investir compatíveis com as realidades subjacentes da disponibilidade intertemporal de recursos. O autor resume a teoria, denominando-a uma teoria de “*boom* insustentável” – insustentável por gerar um processo incompatível com as realidades subjacentes.

Diante dessa posição, alguns defensores do subjetivismo radical – Kregel (1986) e Buchanan e Vanberg (1995) – reagiram negando a existência das realidades subjacentes.

Kregel critica Hayek [1937] por este considerar (no processo de convergência do conhecimento dos agentes conforme nos aproximamos do equilíbrio) a existência das informações independentemente do processo de mercado em si. Na verdade, a demanda do consumidor depende da sua renda, que depende das decisões dos empresários, que por sua vez se baseiam nas expectativas sobre qual será a demanda dos consumidores. Isso envolve uma circularidade que torna o resultado indeterminado. Dessa forma, embora as expectativas sejam fundamentais tanto na teoria austríaca quanto na pós-keynesiana, existe uma diferença fundamental entre essas concepções. Para Kregel, não pode existir tendência ao equilíbrio baseada na relação entre expectativas e dados objetivos: estes não existem, pois são fruto das próprias decisões empresariais.

Buchanan e Vanberg (1995) também negam, sob outra perspectiva, a existência das realidades subjacentes. Para esses autores, o mercado é um processo espontâneo auto-organizável², marcado fundamentalmente pela emergência da novidade no transcurso do tempo. Essas noções seriam incorporadas no subjetivismo radical e são utilizadas pelos autores para criticar tanto a teoria neoclássica de equilíbrio quanto a versão de Kirzner sobre o processo de mercado. Nessas teorias, segundo Buchanan e Vanberg, o futuro está implicado no presente. A escolha verdadeira, no entanto, é originadora: o subjetivismo é fonte de inovação criativa. Da mesma forma que Lachmann, os autores afirmam que o futuro, por ser incerto, é inexistente no presente. Não existe, portanto, um futuro dado, independente das escolhas que serão feitas: o futuro é criado no processo de escolha. Tendo em vista essa posição, Buchanan e Vanberg colocam o debate em termos de uma concepção teleológica contra uma concepção não teleológica do processo de mercado. Na visão teleológica, o mercado seria avaliado conforme a sua capacidade de se aproximar de um resultado pré determinado. Qualquer realidade subjacente dada de antemão constitui o *telos* ao qual o processo deveria convergir. Para os autores, a noção de equilíbrio não tem significado sem a postulação deste *telos*. Na concepção não teleológica, por outro lado, não há como se avaliar o mercado. Este não maximiza nem minimiza nada, tampouco converge para um resultado pré determinado, mas consiste em um processo criativo. Nesse processo

² Buchanan e Vanberg apontam para as diversas semelhanças entre sua concepção de processo de mercado com a caracterização da ciência moderna feita por Prigogine e Stengers (A Nova Aliança _UnB, 1984): tempo real, irreversibilidade, complexidade, não equilíbrio e diversidade microscópica como fonte de auto-organização, sistemas evolucionários, etc.

ênfatiza-se, como faz Schumpeter, a criação de novos produtos e métodos. Por exemplo, o problema do planejador central, para Buchanan e Vanberg, não se refere à alocação econômica de bens dados. Os bens simplesmente não existiriam para ser alocados numa economia centralizada, pois eles são fruto, surgem, no próprio processo competitivo.

A teoria da atividade empresarial de Kirzner, nas palavras de seus críticos, não escapa de uma teleologia subliminar, apesar do reconhecimento verbal do papel da criatividade. A posição intermediária de Garrison não seria viável, pois não escaparia da concepção teleológica do processo de mercado. Uma evidência do caráter teleológico da teoria de Kirzner seria dada pelo papel do erro nesta teoria. O que seria erro em relação ao futuro, se este não existe ainda? Para os autores, erro e criatividade são conceitos incompatíveis. Os autores não aceitam, conseqüentemente, a comparação entre a atividade empresarial e o processo de descoberta científica, pois não existe nada externo, já real, a ser descoberto³. Nega-se, assim, a existência das realidades subjacentes. Também se rejeita, pelo mesmo motivo, a noção hayekiana do mercado como um processo de descoberta, em favor de uma visão do mercado como um processo criativo.

A posição de Kregel, Buchanan e Vanberg suscitou respostas por parte de Garrison (1987) e Kirzner (1992). Para Garrison, as conclusões dos subjetivistas radicais só ocorrem porque tais autores se concentram nas expectativas e ignoram restrições mais fundamentais à ação humana. As conclusões de Lachmann dependeriam da preponderância de efeitos de *path dependence*.

Kirzner (1992, cap. 1 e 2) também se posiciona no debate. O autor defende a posição intermediária, que ele chama de Tese de Garrison, exposta no início desta seção. Kirzner explora o caráter intermediário da Escola Austríaca em diversas direções. Em relação ao conhecimento, a escola se situa entre os extremos que postulam conhecimento total ou ignorância total. Apresenta também uma situação intermediária em relação à volatilidade dos dados, não sendo esta inexistente como em modelos de equilíbrio ou onnipresente como na teoria de Lachmann. Também em relação à teoria da atividade empresarial, a posição austríaca se situa entre extremos: Kirzner aponta teorias que tratam a atividade empresarial como um fenômeno de equilíbrio e teorias que identificam a atividade

³ Esta comparação será feita por Harper e Bartley e será discutida no próximo capítulo.

empresarial com a criatividade. Em todos esses casos, a teoria austríaca, por sua posição “centrista” apreenderia as vantagens dos pólos opostos, descartando suas deficiências.

Pela sua posição intermediária, a Escola Austríaca está exposta a dois flancos de ataque. Kirzner exemplifica sua tese na história do pensamento: no início da EA Menger, em aliança com os demais economistas neoclássicos, defende a teoria contra o historicismo da Escola Alemã. Após a consolidação da opinião de que teoria econômica é possível, a EA desfaz sua aliança com a economia neoclássica por causa do afastamento desta dos princípios subjetivistas. Mais modernamente, o subjetivismo radical aplaude o subjetivismo dos austríacos, mas condena a adesão incompleta ao mesmo, enquanto a teoria neoclássica critica os austríacos pela falta de precisão e ausência de modelos, que se deriva em parte desta adesão ao subjetivismo. O ponto de Kirzner é tentar mostrar que o subjetivismo e a atividade equilibradora são aliados, não inimigos. Na teoria da atividade empresarial, o estado de alerta indica que a atividade equilibradora de fato depende de considerações subjetivistas.

Em relação à teleologia de sua teoria, sugerida por Buchanan e Vanberg, Kirzner indica que os dois autores sofrem do mesmo problema em relação ao tratamento dado à questão do planejamento central. Os autores negam a existência de um padrão para avaliação do mercado e, em seguida, utilizam o potencial criativo do mesmo como critério. Por que se deveria valorizar a criatividade pela criatividade, sem considerar o que é criado, a utilidade do que é criado e a coordenação das coisas criadas? Além disso, aponta o autor, os subjetivistas radicais superestimam a objetividade dos fatos presentes em relação à ignorância dos fatos futuros. Uma afirmação sobre uma oportunidade presente não é dada ou descoberta de forma automática, existindo erros e um processo de descoberta destes, de forma semelhante ao que ocorre com afirmações sobre o futuro. A resposta de Kirzner, porém, se concentra em tentar mostrar que a criatividade não é incompatível com o erro e de fato não pode existir sem o mesmo. O autor busca em Shackle, um subjetivista radical, o argumento de que a escolha não tem significado sem restrições. Se cada ato pode ter qualquer consequência, sem restrições, a escolha entre ações perde o sentido. Como vimos, o erro exerce papel importante na teoria de Kirzner.

Para esclarecer sua posição, Kirzner (1992:29) dá um exemplo no qual se explicita o significado do erro diante da existência de realidades subjacentes nos mercados de sapatos e bicicletas. Neste exemplo, Kirzner admite a possibilidade de forças desequilibradoras: um empresário pode investir no mercado errado, ou seja, no mercado cujas realidades subjacentes indicam que não é o mais lucrativo, suscitando movimentos de outros empresários que fornecem bens complementares ao plano inicial errado. O autor estuda como as realidades subjacentes de fato se alteram no processo. Inicialmente os empresários cometem o erro de subestimar a demanda por sapatos e dedicar recursos escassos à indústria de bicicletas. Isso é um erro empresarial; a oportunidade de lucro na indústria de sapatos não foi percebida. Esse erro altera as realidades subjacentes: dado que recursos já foram alocados para a fábrica de bicicletas, pode ser lucrativo agora continuar a produção de bicicletas e pode haver coordenação de planos para executar a fabricação de bicicletas. Entretanto, o autor enfatiza a tendência à descoberta de erros imposta pelas forças direcionadoras advindas das realidades subjacentes. A demanda por sapatos continua inexplorada e poderá exercer sua força no futuro. As realidades subjacentes podem se alterar, mas sempre exercerão influência sobre a ação empresarial. A preponderância das forças equilibradoras só pode ser sobrepujada por uma situação na qual a volatilidade das mudanças supera qualquer tentativa de identificação de erros da parte dos empresários. Kirzner disputa, contudo, a relevância desse caso. O autor parte da identificação de uma certa ordem do mercado que existe e deve ser explicada. Não se observa o caos nos mercados reais. Nesse sentido, Kirzner gosta de citar Bastiat (1996), que se admira com o fato de que “*Paris é alimentada*”. Esta ordem observada nega a plausibilidade de um mundo real extremamente "calêidico".

O'Driscoll (1978) também defende o caráter equilibrador do processo de mercado. Vimos no capítulo anterior que Lachmann nega a possibilidade do mercado difundir expectativas da mesma forma que difunde conhecimento. O'Driscoll aponta, de forma semelhante a Kirzner, que a distinção entre conhecimento e expectativas é espúria⁴. Além disso, o autor disputa o grau da divergência das expectativas: num incêndio, por exemplo, cada pessoa forma a expectativa correta de que os demais buscarão uma saída do recinto em chamas.

O'Driscoll realiza um esforço para interpretar as posições no debate. Para Kirzner, a ação propositada leva a uma tendência à descoberta de oportunidades, possibilitando a formação de uma ordem espontânea hayekiana e não a uma configuração específica de equilíbrio. Lachmann, por outro lado, ao mostrar que as expectativas são divergentes, nega não apenas o conceito de equilíbrio, mas também o conceito dinâmico de coordenação. Segundo O'Driscoll, Lachmann confunde essas duas noções e não mostra porque a negação do primeiro conceito implica a negação do segundo. Para comprovar sua tese, o autor estuda o significado da noção de coordenação em Lachmann. Este, ao afirmar que a bolsa de valores coordena expectativas⁵, se refere à noção *ex post* de execução correta dos planos, que pode ser identificada com a noção de equilíbrio. Coordenação, por outro lado, é tradicionalmente vista pelos austríacos como a existência de mecanismo que permite a revisão de planos e maior consistência de planos ao longo do tempo⁶. Essa interpretação é consistente com a que nós oferecemos anteriormente, quando distinguimos explicação de padrões *versus* previsão de configurações exatas e analisamos a postura de Lachmann diante desta distinção.

Para Vaughn (1998), tanto Kirzner quanto Lachmann falharam ao lidar com a economia que leva em conta o tempo e a ignorância. Para a autora, ao inserir a sua teoria da atividade empresarial na teoria microeconômica neoclássica, Kirzner teve como custo ignorar a passagem do tempo, com seus elementos criativos e inesperados. Lachmann, por sua vez, é ciente dos problemas da passagem do tempo, mas falha na tentativa de construir paradigma alternativo que substitua a ortodoxia. Quanto à teoria das instituições e às idéias sobre o processo de mercado deste autor, embora se possa concordar com todos os seus elementos, não se pode dizer que se construiu uma teoria completa do funcionamento do mercado. Vaughn conclui com tons niilistas:

Perhaps the very recognition of time and ignorance in human action plays havoc with any theory of self-ordering market processes. (Vaughn, 1998:161)

⁴ De fato vimos no segundo capítulo, em relação a Lachmann, que a distinção se baseia em uma epistemologia justificacionista. Na verdade, tanto o conhecimento sobre o presente quanto sobre o futuro são incertos e hipotéticos. Ver capítulo 1, pág. 32.

⁵ Ver capítulo 2, pág. 59.

⁶ Para O'Driscoll, (1977), o elemento unificador da obra de Hayek é a visão da economia como um problema de coordenação.

Porém, no seu capítulo final sobre perspectivas para a o futuro, a autora identifica como caminho possível para a EA, presente já ao longo da história da escola, a abordagem evolucionista, que opera por processos de tentativas e erros.

High (1986), também defendendo a abordagem evolucionista, assume uma posição intermediária no debate. Ele afirma, o que não é correto, como vimos acima, que autores como Kirzner e O'Driscoll defendem uma visão estritamente equilibradora do processo de mercado. High defende a posição de que o processo de mercado é constituído por forças equilibradoras e desequilibradoras. A teoria de Kirzner, ao tratar o processo como puramente equilibrador, vê como exógenas forças que na realidade são endógenas e, portanto, sofre da crítica hayekiana de considerar dado o que de fato deveria ser objeto de explicação. Se as forças são equilibradoras, a única coisa que mantém o processo em andamento é a mudança dos dados exógenos. No famoso exemplo do estanho de Hayek, parte-se de um novo uso para o metal ou do esgotamento de alguma fonte do mesmo, não importando o que aconteceu de fato, apenas a sinalização dada pelos preços para se economizar o metal. Para High, o novo uso não surge simplesmente, mas deve ser explicado endogenamente pela teoria de processo, como fruto da busca empresarial por lucros.

Mas, pergunta High, se no mercado convivem as duas forças, como explicar a existência de ordem espontânea em vez de caos? Para o autor, uma explicação de uma ordem espontânea não é necessariamente equivalente à descrição de um processo rumo a um estado de equilíbrio. A explicação de Menger sobre a origem da moeda seria um exemplo de processo de mercado que não é feito em termos do estudo de propriedades de um estado de equilíbrio. Teorias da evolução das firmas seriam outro exemplo de processo de mercado que apresenta alguma ordem e não faz referência a um estado final de equilíbrio. Além disso, pode-se utilizar teorias parecidas com a da evolução para derivar a conclusão de que as decisões descentralizadas do mercado resultam em ordem. Como ilustração do que tem em mente, o autor utiliza o cálculo monetário, a atividade empresarial e a divisão do trabalho para descrever um processo evolutivo no qual a ordem é resultado não intencional da busca individual de lucros. Cada divisão do trabalho é uma tentativa de empresários capturarem lucros. Se o cálculo econômico revela que a atividade é lucrativa, implementa-se a divisão do trabalho, aumentando a complexidade da economia. Se há dificuldades de

coordenação, aumentando a desordem do sistema, ocorrem perdas, a divisão falha e as atividades voltam a ser coordenadas centralmente sob a direção de uma firma. Esse processo seletivo limita a complexidade do sistema conforme a dificuldade de coordenação de atividades. Esse processo exhibe ordem, entretanto, não se chega a um estado final de equilíbrio.

Até agora, os envolvidos no debate possuíam em comum a aceitação do problema do conhecimento tal como colocado por Hayek em 1937. Veremos na próxima seção autores que se posicionam no debate sobre tendências equilibradoras a partir de um ponto de vista da teoria de processo de mercado que nega justamente este pressuposto até aqui comum entre os envolvidos no debate.

4.2.2. A Negação do Problema do Conhecimento

O capítulo 1 nos mostrou como a teoria austríaca do processo de mercado a partir de Hayek foi marcada pelo problema do conhecimento. Em relação aos pressupostos sobre conhecimento, vimos que Kirzner classificou a posição austríaca como intermediária entre os opostos conhecimento perfeito e ignorância completa. Já conhecemos como os subjetivistas radicais, defendendo este último pressuposto, criticam a visão austríaca tradicional. O pólo oposto é representado pela hipótese neoclássica de conhecimento perfeito (ou ignorância ótima). Nos termos de Garrison, esta posição nega o problema do conhecimento, enquanto que a primeira nega a sua solução. Nesta seção veremos como a posição hayekina, que introduziu explicitamente o problema do conhecimento na teoria do processo de mercado, foi combatida por economistas pertencentes a própria escola austríaca. Tais economistas negam a relevância do problema do conhecimento, defendendo o *apriorismo* da praxeologia de Mises na sua forma original⁷.

⁷ A praxeologia é a doutrina defendida por Mises, que estabelece que o corpo da teoria econômica pura é construído por deduções a partir do axioma irrefutável da ação humana, que afirma que toda ação é propositada: imaginam-se subjetivamente fins e meios e planos de ação para corrigir algo que o agente considera como insatisfatório e que origina a ação. As categorias de tempo, lucro, juros, trocas, e os demais resultados da teoria pura derivariam deste axioma. Como a economia consiste em derivações dedutivas de um axioma verdadeiro, seus resultados são apodidicamente verdadeiros, não cabendo confirmações ou refutações empíricas. A praxeologia surgiu como reação tanto ao historicismo quanto ao positivismo empiricista. Ver (Selgin, 1990). Mises distingue a teoria da história. Enquanto a primeira segue o método praxeológico, a

A negação do problema do conhecimento ocorrerá, como veremos, porque, ao se aceitar o carácter falível do conhecimento dos agentes, a economia acrescenta elementos que não são derivados da praxeologia, tornando-se ela própria falível. A metodologia de Hayek, ao contrário da praxeologia, é baseada no falibilismo popperiano, que enfatiza a limitação do conhecimento. O contraste entre as posições filosóficas de Mises e Hayek refletirá, portanto, visões diferentes sobre a teoria de processo de mercado, dando um exemplo de que questões metodológicas de fato importam.

Vimos no primeiro capítulo a distinção entre teorias da racionalidade falibilistas e justificacionistas e a aplicamos aos pressupostos metodológicos de Lachmann. No primeiro grupo de teorias, a racionalidade da ciência é identificada com o processo crítico em si, reconhecendo-se a impossibilidade de justificação última dos pressupostos de uma teoria. O segundo grupo considera racionais as teorias passíveis de justificação de seus pressupostos, seja uma justificação baseada na autoridade irrefutável de algum axioma, intuição intelectual ou pessoa, seja no apelo à autoridade dos fatos empíricos independentes de teoria. Vimos que a postura justificacionista leva a duas posturas irracionais: fideísmo ou niilismo. O niilista, ao identificar racionalidade com justificação, rejeita a primeira pela impossibilidade de se obter a segunda. Tentativas de justificar alguma afirmativa sempre leva a pressupostos de ordem superior, que por sua vez são sujeitos a mesma pergunta – como provar isto? – caindo-se num regresso infinito. Um fideísta, desafiado por este regresso, pára o processo justificador em algum ponto, afirmando a infalibilidade de um determinado pressuposto.

Vimos que Lachmann e Shackle rejeitam soluções para o problema do conhecimento, pois para eles é impossível a obtenção de conhecimento justificado sobre um futuro incerto. Dessa maneira, podemos considerar Lachmann como justificacionista niilista, segundo a classificação vista no primeiro capítulo. Os seguidores da praxeologia de Mises, por outro lado, apelam para a autoridade do axioma da ação humana⁸, podendo portanto ser classificados como justificacionistas fideístas. Hayek, por outro lado, defende uma postura falibilista. Vimos no primeiro capítulo que Hayek distingue a “Pura Lógica da Escolha”,

segunda depende de observação empírica dos fatos que de fato ocorreram. A história não serve para refutar teorias, mas apenas para testar a aplicabilidade local de certos conceitos praxeológicos.

que pode ser deduzida com métodos praxeológicos, da teoria economia que formula pressupostos sobre o aprendizado dos agentes, que, sendo uma conjectura hipotética, é sujeita à refutação, pelo menos em princípio.

Se aceitarmos o problema do conhecimento, as conclusões sobre as propriedades equilibradoras do mercado não seguem automaticamente da praxeologia, mas dependem de teorias hipotéticas rivais, que competem entre si, por exemplo, pelo teste das previsões de padrão (*pattern prediction*), conforme vimos no primeiro capítulo. Esta perda de certeza motivou a negação do problema do conhecimento por um segmento da Escola Austríaca, identificado com a obra de Rothbard⁹. Veremos dois exemplos desta negação: um dado por Selgin (1990), no próprio debate sobre tendências equilibradoras, e outro dado por Salerno (1993), no contexto do debate sobre o cálculo econômico socialista.

Selgin (1990) toma posição no debate sobre tendências equilibradoras, utilizando como ferramenta a praxeologia. Veremos mais adiante que o autor argumenta que, ao utilizar o subjetivismo radical de Lachmann, poder-se-ia salvar a posição de Kirzner, afirmando-se o caráter puramente equilibrador do processo de mercado.

Selgin, adotando a distinção misesiana entre praxeologia e história, afirma que a chave da controvérsia está na opinião (errônea, segundo o autor) de Kirzner e Lachmann sobre a relevância do problema do conhecimento. Estes últimos, com Hayek, consideram que a teoria não se deve limitar ao estudo das conseqüências lógicas da ação humana, mas deve avançar na tarefa de analisar o conteúdo do conhecimento dos agentes. Tal conteúdo, para Selgin, é tarefa histórica, realizada como o método da interpretação (*verstehen*) e não deve fazer parte da teoria econômica. O *Homo agens* de Mises teria sido substituído pelo *Homo percipiens* (o homem perceptor) de Kirzner ou pelo *Homo divinans* (o homem adivinhador do futuro) de Lachmann.

Selgin repete aqui a comum interpretação de Hayek que consideramos errônea no primeiro capítulo (Selgin, 1990:26,28-9). Para ele, Hayek estaria propondo o estudo das motivações e situações particulares dos agentes. Hayek estaria preocupado com a “causação no mundo

⁸ Para Selgin (1990), qualquer tentativa de negá-lo envolve contradição, pois tal tentativa seria ela mesma uma ação propositada, confirmando o axioma.

real” e não com a teoria pura. No primeiro capítulo vimos, no entanto, que Hayek [1937], ao adicionar o aprendizado à Pura Lógica da Escolha, não se refere à ordem específica com que os agentes aprendem unidades dadas de informação, mas se refere a uma teoria do aprendizado, sem fazer referência alguma ao conteúdo específico deste aprendizado, afirmando mesmo que estudos empíricos sobre o aprendizado real provavelmente não adicionaria nada à análise. Na nossa opinião, Hayek se refere ao caráter problemático ou falível do conhecimento e aos processos de correção destes erros em termos teóricos. Quais são as necessidades dos agentes e como satisfazê-las? Estas são as perguntas feitas diariamente nos departamentos de *marketing* das empresas, e as diferentes respostas dadas, diante dos mesmos dados, revela o caráter conjectural do conhecimento prático. Com base no entendimento do artigo de Hayek como um problema meramente histórico, de disseminação de conhecimento não problemático, Selgin rejeita a relevância do problema do conhecimento para a economia.

Em seu lugar, Selgin oferece uma interpretação praxeológica do debate. Num sentido puramente lógico, pode-se dizer que o processo de mercado é estritamente equilibrador (1990:37). Adota-se, para isso, uma posição puramente subjetivista, em contraste com o subjetivismo “inconsistente” de Kirzner e Lachmann. O lucro, para Selgin, é puramente subjetivo e serve como base para a noção de atividade equilibradora. Na esfera individual, a noção de ação equilibradora e busca de “lucro” individual se confunde com a própria noção de ação racional. Na troca voluntária entre dois indivíduos, por outro lado, existe equilíbrio quando não há percepção por parte dos agentes de oportunidades de lucro. No mercado como um todo, Selgin define a tendência ao equilíbrio em termos das categorias de lucro e prejuízo empresariais. Esse lucro, para o autor, não possui uma base objetiva fora da mente dos agentes, sendo puramente subjetivo.

Da mesma forma que uma discrepância de preços de um produto idêntico só é reconhecida se for identificada posteriormente a oportunidade de arbitragem (se a oportunidade não for identificada, estaríamos diante de produtos diferentes), Selgin define uma oportunidade de lucro empresarial como existente apenas se for imaginada. A oportunidade é definida pela

⁹ Selgin, 1990:43, Salerno, 1996 e Hoppe, 1996:148 explicitamente confirmam a afirmação de que a motivação para a negação do problema do conhecimento está na perda da certeza teórica sobre a qualidade equilibradora do mercado.

ação que o elimina (Selgin, 1990:40). Assim, garante-se o caráter equilibrador do processo de mercado. Essa caracterização estritamente subjetiva de lucro exclui, por definição, a existência de oportunidades não percebidas, que surgem quando se abandona o ponto de vista subjetivo em favor da postura realista que identificamos em Hayek. Ao passarmos do estudo do equilíbrio individual para o estudo da relação agente/mundo externo ou no contexto intersubjetivo, surgem oportunidades existentes e não exploradas ou percebidas pelos agentes. Com o expediente de definir lucro em termos puramente subjetivos, eliminam-se os problemas advindos das idéias hayekianas sobre o conhecimento em economia¹⁰. Com isso, Selgin critica Kirzner justamente porque este considera a existência objetiva de oportunidades inexploradas. Sem essa existência, a qualidade de alerta empresarial seria irrelevante para a análise.

É interessante notar como Selgin, ao rejeitar a visão do mercado como um processo de descoberta e negar a existência das realidades subjacentes, aproxima-se da visão de Lachmann e Shackle, utilizando porém uma abordagem fideísta e não niilista. Para a abordagem praxeológica, o problema do conhecimento não tem relevância, enquanto para o subjetivista radical não tem solução.

Além de Selgin, outros autores negaram o problema do conhecimento. Salerno (1980) inclusive fala da necessidade de desomogeneização de Mises e Hayek, defendendo os pressupostos filosóficos e teóricos de Mises e atacando os de Hayek¹¹. Como reação a esse artigo surgiu um debate *no Review of Austrian Economics*, cujos debatedores principais foram Salerno e Yeager¹². O primeiro defende a desomogeneização e nega a contribuição de Hayek, enquanto que o segundo a nega e defende a relevância do problema do conhecimento.

¹⁰ *Many praxeological conclusions (relevant to catallactics) do not depend upon assumptions about knowledge, alertness, and entrepreneurial understanding* (Selgin:1990:55). Essas pressuposições, para o autor, seriam relevantes apenas em casos históricos: uma sociedade que resolve o problema da coordenação é apenas um corolário do conceito praxeológico de uma economia progressiva.

¹¹ Salerno defende o racionalismo de Mises em contraste com a posição Hayekiana, que enfatiza o surgimento de ordens espontâneas e conseqüências não intencionais da ação humana. Salerno identifica um anti-racionalismo em Hayek. Vimos, contudo, no primeiro capítulo, que a posição de Hayek pode ser definida como racionalismo crítico, que enfatiza o caráter falível do conhecimento e não um irracionalismo.

¹² Ver: Salerno (1993, 1994, 1996); Hoppe (1996); Herbener (1996); Rothbard (1991), para a negação do problema do conhecimento e Yeager (1994,1996,1997); Kirzner (1996) e Boettke (1998) para a defesa do mesmo.

O problema específico sobre o qual o debate é travado é a questão da possibilidade do cálculo econômico no socialismo. Embora grande parte das idéias sobre o processo de mercado tenha sido desenvolvida neste contexto, fugiria de nossos propósitos entrar em detalhes no debate entre Salerno e Yeager sobre o assunto. Um esboço das posições será tentado, no entanto, com o intuito de revelar a negação do problema do conhecimento, problema que tem sido a base das teorias que estudamos até o momento.

Salerno (1993) afirma que o mercado resolve um problema aritmético de cálculo econômico. Os agentes, ao avaliarem os usos alternativos dos bens, utilizam o cálculo econômico que tem como base o sistema de preços. O preço é um denominador comum que permite comparações de lucros e perdas e reflete as diferentes avaliações (*appraisement*) dos agentes sobre os bens econômicos. Para Salerno, mesmo se o planejador possuir conhecimento perfeito, ainda assim seria impossível o cálculo, devido à ausência de preços reais de mercado que refletem as avaliações dos bens por parte dos diversos agentes. Portanto, a contribuição de Hayek sobre conhecimento não seria objeção fundamental ao socialismo. O autor aponta a necessidade de preços reais desenvolvidos no processo de mercado em contraste com preços paramétricos anunciados por uma autoridade. Hayek também critica o uso de preços paramétricos, mas o argumento envolve o problema do conhecimento. Não fica claro, porém, por que, na opinião de Salerno, uma autoridade onisciente seria incapaz de resolver o problema da coordenação. Da mesma forma que em Selgin, aqui o conhecimento também não é problemático, algo a ser descoberto; estamos simplesmente diante de avaliações diversas dos bens, dadas pelas preferências subjetivas de cada agente.

Yeager (1994, 1996, 1997) disputa a idéia de que Mises e mesmo Rothbard não se refiram a questões de conhecimento, buscando citações que comprovem isso. Para ele, autores como Salerno falharam em distinguir claramente entre problemas de *appraisement* e de conhecimento. Boettke (1998) afirma que as diferenças entre Mises e Hayek não são de forma, mas de estilo, pois esses economistas se dirigiram a platéias diferentes. Kirzner (1996) defende que o processo de mercado em Mises pode ser considerado um processo de correção de erros, e, portanto, pode ser reexposto em termos do problema do conhecimento.

O importante para nossos fins, porém, não é afirmar a base comum do pensamento de Mises e Hayek, mas apontar para a importância do problema do conhecimento como foco da controvérsia. Salerno, ao adotar a interpretação puramente praxeológica da teoria econômica, deixa escapar os aspectos fundamentais da teoria de Hayek. Para o autor, o mercado pondera diversas previsões empresariais (Salerno, 1994:114). Tais previsões não são hipotéticas, mas se referem à competição entre fins dados: os agentes racionais sabem perfeitamente o que desejam e como realizar estes desejos; não se coloca o problema de descobrir os fins próprios e dos outros indivíduos. O mercado não seria um processo de descoberta, mas simplesmente um sistema de votos. Por negar o problema do conhecimento, autores como Salerno, Rothbard e Hoppe interpretam Hayek da mesma forma que Lange: Hayek estaria preocupado apenas com um problema prático de processamento de informações dadas (Hoppe, 1996:144), enquanto o real problema, como vimos, trata da geração e teste de conhecimento.

4.3. A Economia do Tempo e da Ignorância

Além das controvérsias de que tratamos até agora, a década de oitenta foi marcada pelo surgimento do livro de G. O'Driscoll e M. Rizzo, escrito na tradição do pensamento de Lachmann. A obra deste último autor, como consequência de seu subjetivismo radical, nega grande parte do ferramental analítico da teoria neoclássica, sugerindo em seu lugar uma teoria das instituições como programa positivo a ser seguido pela tradição austríaca. O livro de O'Driscoll e Rizzo, *The Economics of Time and Ignorance*, escrito em 1985 e dedicado a Lachmann, desenvolve os temas deste último autor. Tal livro, porém, recua um passo no subjetivismo radical de Lachmann, procurando encontrar lugar para algum conceito de equilíbrio. No primeiro capítulo, os autores afirmam sua intenção de evitar os perigos das posições extremas:

Our general conclusion is that we must avoid both the position that creative choice is impossible, and the position that all choice is creative and unbounded. Creativity can exist only within a framework that provides at least some degree of predictability. (O'Driscoll e Rizzo, 1996:11)

Essa afirmação revela que o livro foi escrito numa época marcada pela tensão entre as idéias de Kirzner e Lachmann. Podemos considerar o livro como uma tentativa de conciliar,

ou aproveitar o que há de melhor, nas duas posições opostas do debate. Apresentaremos as principais idéias dos autores e veremos se tal objetivo foi alcançado. A tarefa proposta na citação acima seria derivada a partir do desenvolvimento de duas implicações do subjetivismo: a introdução na análise do *tempo real* e da *ignorância*. O título do livro é extraído de uma passagem da *Teoria Geral* de Keynes, que coloca o desafio de “derrotar as forças negras do tempo e da ignorância que envolvem nosso futuro”. A obra de O’Driscoll e Rizzo tenta desenvolver uma teoria que permita que os agentes convivam com o tempo e a ignorância, e não as derrotem. O livro é dividido em duas partes: uma teórica que explora esses dois conceitos e uma aplicada, da qual veremos apenas dois capítulos que tratam de processos (microeconômicos) de mercado.

Os autores distinguem duas formas de subjetivismo: uma estática e outra dinâmica. Na primeira modalidade, identificada com a teoria da escolha tradicional, a mente é vista como um filtro passivo pelo qual passam os dados objetivos do problema, resultando num processo completamente determinado. Essa noção é semelhante ao maximizador robbinsiano criticado por Kirzner.

O subjetivismo estático, pelo seu determinismo, é compatível com o modelo de explicação de Hempel: dada uma lei que rege um sistema e as condições iniciais de seus elementos, pode-se derivar o estado de tal sistema em um instante qualquer. Em física, dadas as posições iniciais de partículas e a lei de seu movimento, deriva-se a posição dessas partículas em um instante qualquer. Em economia, dadas as preferências, o conhecimento das quantidades de recursos e tecnologias, deriva-se a configuração de equilíbrio de preços e quantidades. Esse determinismo, segundo os autores, sofre de uma série de dificuldades teóricas e práticas. Entre as dificuldades, os autores apontam algumas, como a dificuldade em se estabelecer as complexas condições iniciais para uma explicação completa de um sistema aberto¹³ e o argumento de Popper (1950), de que é impossível se prever o estado do conhecimento futuro¹⁴. Se não podemos prever o conhecimento futuro, e as decisões futuras

¹³ Lembre-se de que para Hayek (1967) a economia é um sistema complexo no qual previsões exatas são impossíveis, pela diversidade das situações particulares de tempo e lugar, e devem ser substituídas por previsões de padrões.

¹⁴ O’Driscoll e Rizzo (1996:25) detalham o argumento de Popper. Um agente P possui as leis de aprendizado e as condições iniciais de seu problema em t_1 e deseja prever seu conhecimento em t_3 . P levaria um tempo, digamos, até t_2 , para deduzir seu aprendizado conforme as leis. No entanto, o conhecimento obtido em t_2 altera seu estado de conhecimento, influenciando no resultado obtido em t_3 . Uma nova rodada de cálculo é

dependem desse conhecimento, concluímos que é impossível prever as decisões futuras, o que torna o determinismo inaplicável à teoria da escolha, mesmo em princípio.

No subjetivismo dinâmico, por outro lado, a mente é uma entidade ativa e criadora. Aqui, o processo decisório não é determinado pelo que veio antes, havendo um “corte” ou novo começo em cada escolha (1996:23). A decisão individual não é um resultado determinado de causas claramente especificáveis (1996:24). Tendo descartado a previsão determinística, que alternativa resta, compatível com o subjetivismo dinâmico? Nos termos dos autores, a dedutibilidade pode ser substituída pela inteligibilidade (ou, em outros termos, a previsão deve ser separada da explicação). Os autores indicam duas alternativas: esquemas que apresentam “relevância favorável”, no qual alguns eventos têm probabilidade de ocorrência diferentes ou pode-se utilizar a noção hayekiana de *pattern prediction*, conforme vimos no primeiro capítulo.

Para Shackle, a escolha num mundo determinado é ilusória, enquanto a escolha num mundo imprevisível é impossível (Shackle, 1970). Este é precisamente o problema de nossos autores: se as expectativas não se referem a nada objetivo, a coordenação das atividades entre os indivíduos seria impossível, o mundo seria ininteligível. Além disso, as expectativas não são fruto apenas de convenções, pois observamos a todo instante decepções e mudanças de expectativas. Resta aos autores a opção popperiana (Popper, 1959b) de considerar as expectativas como tentativas de perceber propensões objetivas. Existe um mundo real objetivo que torna alguns eventos mais prováveis do que outros. Nesta última opção poderemos encontrar lugar para a criatividade humana num contexto que imponha limites que tornem a escolha possível¹⁵. Veremos mais adiante como os autores tentam lidar com essa questão. Identificamos nos capítulos 2 e 3 o mesmo problema nas obras de Kirzner e Lachmann, cada um enfatizando um aspecto de um dilema: a criatividade da escolha ou a existência de realidades subjacentes. As ênfases dos autores ao tratar desse dilema resultou em problemas simétricos em suas teorias. Para Lachmann, como encontrar limites à liberdade? E para Kirzner, como encontrar espaço para a criatividade sob a presença das realidades subjacentes prontamente identificáveis? A teoria

necessária para incorporar este novo conhecimento. Independentemente dos intervalos escolhidos, só poderemos ter o conhecimento de t_3 nesse próprio instante.

das instituições e a teoria da atividade empresarial sofrem, respetivamente, desses problemas.

Tendo especificado a natureza subjetivista da análise, o próximo passo no livro de O'Driscoll e Rizzo deve estabelecer os pressupostos sobre conhecimento e aprendizado adotados pelos autores. Vários pressupostos são tomados de Popper, e os mencionamos no primeiro capítulo. Os autores utilizam, em relação ao contexto do conhecimento dos agentes, a análise situacional de Popper (Popper, 1972): o indivíduo sempre parte de uma situação problemática. A análise deve reconstruir o processo racional de aprendizado sob o ponto de vista de como o agente vê o problema. Tal aprendizado não é contudo determinado. Não se sabe como os agentes formularão hipóteses sobre o problema em questão. Isso depende das concepções teóricas anteriores de cada agente, adquiridas em outros processos de aprendizado. A maneira como se vê um fenômeno variará, portanto, de agente para agente. Não existe, desta forma, “dados do problema” independentemente das hipóteses formuladas. Por outro lado, embora o processo de aprendizado não seja determinado, também não é aleatório: existem um mundo real ao qual o aprendizado se refere. Para isso, O'Driscoll e Rizzo novamente adotam um conceito popperiano – o controle plástico, que vê o aprendizado justamente como algo que não é completamente determinado ou aleatório – para dar conta de um processo que envolve criatividade e restrições. Os autores apontam para a semelhança deste processo de aprendizado com a teoria austríaca da atividade empresarial, na qual existe um processo de descoberta e eliminação de erros¹⁶.

O segundo pressuposto é a divisão do conhecimento na sociedade, que requer o auxílio dos preços e das instituições para integrar num todo coerente o conhecimento disperso. O conhecimento gerado por essas instituições não é objetivo, mas dependente de interpretação subjetiva. O terceiro pressuposto relevante é a natureza tácita de boa parte do conhecimento. Se o conhecimento é tácito, não articulado, a sua transmissão no mercado é dificultada. Finalmente, os autores utilizam a distinção hayekiana entre conhecimento científico e prático. Raramente um autor distingue explicitamente seus pressupostos

¹⁵ Este mesmo ponto, como vimos, foi defendido por Kirzner: a ação criativa ocorre num mundo com restrições.

epistemológicos concernentes aos dois tipos diferentes de conhecimento. O'Driscoll e Rizzo, ao contrário, definem claramente que o “subjativismo como método é perfeitamente consistente com uma ciência objetiva” (O'Driscoll e Rizzo, 1996:42).

Além do conhecimento, a análise subjetivista dos autores foca a noção de tempo e sua relação com o conhecimento. O problema do crescimento do conhecimento do agente pressupõe que o aprendizado se dá no tempo. Esse processo de aprendizado imerso no tempo é contrastado com a resolução instantânea de um problema de maximização. O tempo, dessa forma, deve desempenhar papel preponderante na análise de processo. Assim como Mises (1949, cap. 5), nossos autores foram buscar na obra de Bergson inspiração para o entendimento da noção de tempo.

Para os autores, a teoria neoclássica não lida com o tempo de forma adequada. Na teoria de preços, as decisões e os resultados do processo são simultâneos. Mas, na verdade, a formação de preços deve preceder o processo de troca. O modelo do equilíbrio geral intertemporal, ao pressupor todos os mercados futuros e contingentes, colapsa o futuro no presente. Todo o futuro é determinado por decisões tomadas na data inicial: “*the future is merely the unfolding of a tapestry that exist now*” (O'Driscoll e Rizzo, 1996:52).

Para distinguir esse tratamento do tempo com o tratamento dado pela teoria de processo, os autores distinguem o tempo newtoniano e o tempo real ou subjetivo. O tempo newtoniano é homogêneo, construído como uma analogia ao espaço. Existe uma série de datas ordenadas numa linha. O tempo é meramente posição temporal. O tempo espacializado é vazio, independente de seu conteúdo. Como conclusão, o tempo pode passar sem que nada ocorra. Além de homogêneo, o tempo newtoniano apresenta continuidade matemática: pode-se dividi-lo em pedaços arbitrariamente pequenos. Dessa forma, cada ponto é isolado, independente dos demais. Finalmente, o tempo newtoniano apresenta “inércia causal”: o mero passar do tempo não provoca nada, pois o tempo é separado de seu conteúdo. Ao adotar o conceito newtoniano de tempo, a teoria neoclássica pode apresentar apenas a ilusão de mudança. O determinismo que colapsa o tempo no instante inicial representa a erradicação do tempo e do problema principal da economia: o problema da coordenação fora do equilíbrio.

¹⁶ No próximo capítulo veremos como Harper utiliza explicitamente a teoria de Popper para construir uma

O tempo real, por outro lado, apresenta características opostas. Em vez de continuidade física, apresenta continuidade dinâmica. Cada ponto está ligado aos seus vizinhos. Como uma música, que não pode ser captada ouvindo-se apenas uma nota isolada, os instantes do tempo relacionam-se entre si: o instante presente está ligado ao passado pela memória e ao futuro pelas expectativas. Além disso, o tempo real é heterogêneo: conforme passa o tempo, a memória é enriquecida, resultando em novas percepções do mundo em cada instante. Assim, a passagem do tempo traz novidades e é potencialmente criativa. Nega-se, portanto, a “inércia causal” do tempo newtoniano. Dessa caracterização do tempo real, seguem duas consequências. Em primeiro lugar, o tempo real é irreversível: por exemplo, a passagem por algum ponto de uma curva de demanda ou oferta altera essas curvas. Portanto, o exercício de deslocamentos ao longo dessas curvas que não se alteram não capta a noção de tempo real. Em segundo lugar, a passagem do tempo é um processo de evolução criativa. O mero passar do tempo traz mudanças imprevisíveis. Nas palavras dos autores:

Real time is important because in the course of planning and acting the individual acquires new experiences. These new experiences then gives rise, in a non-deterministic way, to new knowledge. On the basis of this new knowledge, the individual changes his future plans and actions. Thus the economic system is propelled by purely endogenous forces, The “natural” state of an economy in time is change and not rest, for “as soon as we permit time to elapse we must permit knowledge to change”. (O’Driscoll e Rizzo, 1996:64)

A intenção dos autores, ao utilizar a noção de tempo real, parece ser justificar esta última frase de Lachmann. Em Mises (1949, cap. 5) fica claro que mudança implica logicamente análise temporal, não sendo claro, no entanto, se podemos derivar o caminho inverso. Este caminho é tentado pelos nossos autores: se quer chegar a uma noção de tempo na qual a mera passagem do tempo obrigatoriamente envolva mudança. Com isso se chegaria próximo ao mundo “calêidico” de Shackle e Lachmann, marcado pela volatilidade e “novos inícios” a cada instante. Esse mundo de contínua mudança traz consequências teóricas, quando o contrastamos com o mundo marcado pelo conceito neoclássico de incerteza, em especial o pressuposto de listabilidade *ex ante* das alternativas que poderiam ocorrer num problema de escolha com incerteza, bem como consequências no que se refere à utilidade do conceito de equilíbrio.

De fato, os autores, da mesma forma que Lachmann, rejeitam o conceito de equilíbrio, pois a ausência de mudanças é incompatível com o tempo real (1996:71) e o conceito de equilíbrio pressupõe tal ausência de mudanças inesperadas. Porém, ao contrário de Lachmann, os autores reconhecem que a viabilidade da teoria econômica depende de alguma noção de equilíbrio. Os autores colocam, deste modo, a tarefa do capítulo 5 do *The Economics of Time and Ignorance* como uma tentativa de reconciliação do equilíbrio com o tempo real.

Para isso, os autores antes explicitam a inadequabilidade do conceito de equilíbrio utilizando-se da noção de *incerteza genuína*. Para ilustrar esse conceito, os autores apresentam duas situações: o concurso de beleza proposto por Keynes e um caso de Sherlock Holmes descrito por Morgentern. Na primeira situação, cem fotografias são impressas num jornal. Cada participante do concurso deve escolher os dez rostos mais bonitos. O vencedor é aquele que mais se aproximar da opinião média. Não se deve escolher as fotos mais bonitas, ou mesmo que fotos a pessoa acha que a média considera mais bonita, mas tentar descobrir qual é opinião média sobre qual é a opinião média dos participantes. No segundo exemplo, Holmes tenta escapar de Moriarity e pega um trem de Londres para Denver. Holmes pode descer numa estação intermediária esperando que Moriarity pegue um trem expresso para Denver. Este pode adivinhar esta intenção de Holmes e ir para a estação intermediária. Holmes pode antecipar isto e seguir para Denver. O processo de adivinhação e contra-advinhação não tem um fim certo. Nesses casos, apontam os autores, a ignorância não pode ser erradicada conforme se ganhe conhecimento ao longo do tempo. Daí o caráter endógeno e inerradicável da incerteza. Não se trata, desta forma, de distinguir incerteza mensurável (risco) ou não (incerteza), como faz Knight, ou probabilidade objetiva ou subjetiva, mas a distinção relevante seria entre incerteza dependente ou não da passagem do tempo. Como a incerteza genuína é inerradicável, ela é incompatível com o conceito de equilíbrio. Nos dois exemplos apontados pelos autores, como notou Garrison, podemos identificar duas características: temos em ambos os casos jogos de soma zero e, em segundo lugar, os participantes dos jogos estão fazendo previsões de previsões, não de gostos e recursos.

A solução positiva dos autores para lidar ao mesmo tempo com a incerteza e com o equilíbrio parte da distinção entre elementos *típicos* e *únicos*. Elementos estáveis, passíveis

de repetição, no sentido de não ser afetados pela simples passagem do tempo, são considerados típicos (1996:76), enquanto que os únicos apresentam características opostas. Os autores dão um exemplo: a previsão de que amanhã haverá uma ronda policial é uma previsão de um evento típico, enquanto a rota específica tomada pela patrulha é única, depende dos delitos cometidos ao longo da noite.

O outro elemento na solução positiva dos autores é o conceito hayekiano *de pattern prediction* em contraste com a noção de equilíbrio como coordenação exata. Vimos que Hayek utiliza a noção de equilíbrio como coordenação *ex ante* de planos. O'Driscoll e Rizzo afirmam (1996:81) que o conceito de Hayek incorpora apenas o tempo newtoniano, caracterizando a noção hayekiana como uma concepção de “equilíbrio exato”, que não incorpora novidade ou a passagem do tempo real. Da mesma forma, os autores criticam o uso do conceito de equilíbrio em Mises. Os autores utilizam a introdução da *The Pure Theory of Capital* de Hayek para confirmar essa visão. Nesse livro, Hayek identifica uma utilidade para o conceito de equilíbrio: se o preço, digamos, da maçã é alto, pode-se utilizar o conceito de equilíbrio para prever a direção do movimento do preço da maçã, dado que não existem outras forças em outros mercados que interfiram com o mercado de maçãs. Se as condições em outros mercados são desconhecidas, seria difícil aplicar o método. Para os nossos autores, não basta reconhecer a imperfeição da aplicação do modelo, devendo-se incorporar o indeterminismo na análise mesma do equilíbrio. Hayek teria feito isto apenas no seu “Competition as a Discovery Procedure”. A previsão de uma queda no preço da maçã é considerada uma *pattern prediction* do evento típico “queda no preço”. Fugiria-se dessa forma da noção de equilíbrio exato¹⁷.

O conceito que O'Driscoll e Rizzo propõem para substituir a noção de equilíbrio exato é chamado de *pattern coordination*. Tal conceito utiliza a noção hayekiana de compatibilidade de planos: *[t]he plans of individuals are in a pattern equilibrium if they are coordinated with respect to their typical features, even if their unique aspects fail to mesh.* (O'Driscoll e Rizzo, 1996:85). Os autores oferecem um exemplo: os professores A e B combinam um dia e horário para trabalhar no seu livro conjunto. Suas atividades estão

¹⁷ É curioso notar, como vimos no primeiro capítulo, que isso não difere em nada de como Hayek imagina a aplicação da teoria de equilíbrio em seu artigo “The Theory of Complex Phenomena”. Veremos mais adiante

coordenadas em relação a este evento típico, enquanto as idéias que surgirão no processo dependem das discussões que vão ocorrer ao longo do tempo e são eventos únicos.

Tendo em vista esses conceitos teóricos, os autores procuram aplicá-los, na segunda parte do livro, em diversas áreas, como teoria da competição, monopólio, teoria do capital e teoria da moeda e ciclos. Veremos algo dos capítulos sobre competição e monopólio, que é uma aplicação direta das idéias desenvolvidas em “Competition as a Discovery Procedure” de Hayek. Os sistemas econômicos reais operam em tempo real e, portanto, são caracterizados pela mudança e pela incerteza. A teoria neoclássica, ao ignorar o tempo real, seria incapaz de lidar com o fenômeno da competição. Tal teoria, segundo os autores, nega a realidade da competição, é pobre em termos preditivos e insustentável em termos normativos (1996:97). A “competição perfeita” não seria uma aproximação à realidade da competição, mas uma negação de tal atividade. Para sustentar sua tese, os autores comparam a teoria da competição perfeita com a teoria de processo de mercado em diversos aspectos. Em todos os aspectos analisados, percebemos o tema recorrente: a ignorância, advinda da passagem do tempo, torna necessária uma teoria da competição que seja capaz de lidar com um processo de descoberta de informações, e não considerar tais informações como dadas, como na teoria de equilíbrio. Vejamos alguns pontos:

Os autores apresentam uma teoria do funcionamento do mercado como um processo espontâneo composto de regras e costumes que facilitam o aprendizado. Explica-se o fenômeno da variação de produtos por um processo de tentativas e erros. Como não se sabe de início o que o consumidor deseja, os empresários formulam tentativas diversas, na forma de variação de produtos, para tentar descobrir o que agrada ao consumidor. Nessa perspectiva que podemos descrever como popperiana (aprendizado por tentativas e erros) ou evolucionária, que leva em conta a ignorância inicial dos agentes, se espera uma variedade de produtos no mundo real maior do que em modelos estáticos de equilíbrio. Tal variedade seria fruto do próprio processo competitivo e não de práticas anti-competitivas.

Segundo essa perspectiva do mercado, os autores comparam o procedimento de maximização de funções com o seguimento de regras. Ao analisar o *common law* inglês e regras de política monetária, os autores concluem que tais regras surgem de um processo

se a distinção entre eventos típicos e únicos é capaz de fugir das críticas que Lachmann e os próprios autores

seletivo composto de tentativas e erros. Regras mostram-se superiores à maximização quando se é ignorante das causas de um processo. O modelo de evolução por tentativas e erros é compatível, portanto, com a economia do tempo e da ignorância.

Os autores criticam o aspecto normativo da teoria da competição perfeita. Esta verifica a performance de resultados, não de processos. Os critérios de optimalidade, no entanto, não seriam aplicáveis a processos. A teoria neoclássica assume que os resultados de um processo podem ser especificados de antemão, enquanto, na verdade, a função da competição é gerar um mecanismo de descoberta e uma valoração normativa do processo deve fazer referência a esta qualidade. Em suma, os critérios de optimalidade são inaplicáveis a instituições e processos porque, para avaliar estas instituições, precisaríamos das mesmas informações que só são descobertas na presença de tais instituições. Se já conhecemos as informações, tais instituições e processos seriam desnecessários (1996:110)¹⁸. No lugar dos critérios de optimalidade, os autores utilizam, como fizeram Hayek e Kirzner, o critério de coordenação, porém sob a forma de *pattern coordination*. Deve-se ordenar “padrões de coordenação” entre si e também verificar a transição de um padrão a outro em termos de adaptabilidade a mudanças.

Finalmente, veremos como os autores contrastam as duas teorias em relação à teoria de monopólio. Primeiramente, para os autores, não é possível separar uma configuração final (de preços, quantidades e número de firmas) do processo competitivo em si. O resultado final não pode existir independentemente do processo que o gera. Analisar estaticamente o resultado final do processo desconsidera a atividade competitiva e leva a erros de análise e avaliação de políticas. A literatura antitruste, por exemplo, sofre desse tipo de problema. Valores e alocações de equilíbrio não existem independentemente do processo competitivo. Só podemos conhecer os custos competitivos se já houver competição. Sem a existência da competição, a teoria não pode dizer o que é ótimo e, menos ainda, prever o que uma empresa deveria fazer sob competição. Além disso, os comportamentos da empresa competitiva e da monopolista são analiticamente indistinguíveis fora do equilíbrio competitivo de longo

colocam ao conceito de equilíbrio.

¹⁸ Os autores negam que a mão invisível de Smith seja uma formulação primitiva da teoria de equilíbrio moderna, como querem alguns historiadores modernos. Ao contrário, argumenta-se que Smith defendia a competição em termos parecidos com os austríacos, concentrando-se na rivalidade. Para uma história da evolução do conceito de competição, sob um ponto de vista austríaco, veja Thomsen, 1992.

prazo: no diagrama do equilíbrio monopolista, o agente fixa o preço que iguala receita e custo marginal que está acima do equilíbrio competitivo. Relaxando as restrições da teoria, no entanto, como distinguir o comportamento das duas situações se não se conhece o custo marginal e a curva de demanda, já que o mundo real está sempre fora do equilíbrio? Novamente, a diferença fundamental entre as teorias é epistêmica:

Put simply, no one knows what a competitive market would look like in the absence of competition. This is surely the essential lesson of a process view of competition. (O'Driscoll e Rizzo, 1996:146)

A teoria de processo, ao contrário da teoria de equilíbrio, enfatiza a ignorância do futuro e as consequências não intencionais da ação humana. Vimos que os autores sugerem um tratamento "evolucionista" como o adequado para uma situação de ignorância: se não conhecemos a realidade de antemão, um processo de tentativas diversas é desejável, bem como um mecanismo de seleção dessas tentativas. Para a teoria neoclássica, essa diversidade inicial parece supérflua, justamente porque o fruto do processo de descoberta já é tido como dado.

Para ilustrar as diferenças, O'Driscoll e Rizzo apresentam o caso da desregulamentação do mercado de aviação civil nos Estados Unidos, explicando os resultados por uma teoria de processo da firma e contrastando com as previsões da teoria neoclássica. Para a primeira teoria, uma mudança institucional torna grande parte do conhecimento obsoleto. Isso gera um processo de tentativa e erro para se adaptar à nova realidade. Antes da desregulamentação, acreditava-se que o atendimento a pequenas comunidades desapareceria e que se maximizariam lucros voando linhas entre grandes cidades usando aviões com grande densidade de assentos. A United Airlines seguiu essa estratégia e falhou, enquanto empresas regionais tiveram um lucro maior, contrariando as previsões. A primeira empresa reverteu sua estratégia após o fracasso, ilustrando o processo de tentativas e erros. Ao contrário da previsão da teoria neoclássica, com mais competição na aviação civil ocorreu um aumento da diversidade de produtos e uma maior dispersão de tarifas. Os autores apontam para a descoberta de ineficiências do período regulamentado e para as soluções criativas usadas para saná-las.

Outro fruto da desregulamentação foi o crescimento das atividades de *marketing*. Sob a pressão competitiva, a teoria de processo prevê o crescimento da importância fundamental

da tarefa de descobrir as necessidades do consumidor, que constitui justamente a definição da atividade de *marketing*.

Tendo em vista a rejeição da visão estática da competição, os autores adotam uma definição de monopólio baseada em direitos de propriedade e que seria compatível com uma visão de processo: *we define monopoly as an enforceable property right in a product of market share* (1996:149).

A publicação do *The Economics of Time and Ignorance* teve um grande impacto no movimento austríaco, como já tivemos a oportunidade de ressaltar. Por se situar no período do debate sobre tendências (des)equilibradoras, o livro recebeu críticas tanto de Lachmann quanto de Kirzner.

O livro de O'Driscoll e Rizzo foi salgado por uma resenha bastante favorável feita por Lachmann (1994b). Este elogia o “subjativismo dinâmico” dos autores como um passo na direção correta – a do subjativismo radical. Contudo, Lachmann critica os autores por não terem ido um passo além no subjativismo. Dever-se-ia adotar o método hermenêutico e rejeitar a noção de equilíbrio, necessariamente ligada ao determinismo que nega a autonomia da escolha humana. Da mesma forma que Lachmann criticara o estudo das conseqüências não intencionais da ação humana, agora o autor rejeita a noção *de pattern prediction* de Hayek defendida por O'Driscoll e Rizzo. Lachmann afirma que os defensores de tal conceito falham em apresentar exemplos de sucesso deste tipo de previsão¹⁹.

Baird (1987) oferece importantes críticas ao livro. Em primeiro lugar, critica a identificação do tempo com mudança. Por que a expectativa de um agente teria que necessariamente mudar com a passagem do tempo? Essa identificação torna, de forma não justificada, o mundo necessariamente “calêidico”. Em segundo lugar, o autor disputa a idéia de que a noção de equilíbrio em Hayek nega o tempo e se aproxima da visão neoclássica. Para Hayek, o que importa é o que e como os agentes aprendem com a passagem do tempo, não o tempo em si. Além disso, ecoando a crítica de Garrison, Baird afirma que para negar o conceito de equilíbrio exato, os autores utilizam o conceito de incerteza endógena. Esse conceito baseia-se nos exemplos de Keynes e Morgenstern, nos quais se apresentam jogos

de soma zero e se fazem previsões de previsões e não de preferências, recursos, etc. Para Baird, os autores deixaram de justificar a incerteza endógena em termos de exemplos relevantes para a economia real ou então justificar por que a maioria dos problemas econômicos se encaixariam no modelo “previsão apenas de previsões”.

Kirzner (1994) também ofereceu uma resenha do livro. Da mesma forma que Baird, Kirzner critica a interpretação da noção hayekiana de equilíbrio em termos de “equilíbrio exato”, entre outras objeções. Em primeiro lugar, a existência de um processo de descoberta não depende de se atingir de fato um estado de equilíbrio. Além disso, a solução proposta para substituir a versão austríaca tradicional – *pattern coordination* – é sujeita à mesma crítica feita pelos autores à teoria de Hayek: o que garante a estabilidade dos elementos típicos, em contraste com os únicos? Não seriam também sujeitos à incerteza endógena? Kirzner, ao negar o subjetivismo “quase radical” dos autores, defende na resenha a tese de Garrison: a Escola Austríaca deveria ocupar uma situação intermediária entre o subjetivismo radical e a teoria neoclássica.

4.4. Conclusão

O programa de pesquisa austríaco no seu período mais recente se manteve fiel aos seus pressupostos centrais de subjetivismo e processo. No entanto, a maneira pela qual esses pressupostos deveriam ser desenvolvidos foi alvo das diversas controvérsias estudadas neste capítulo. Nenhuma das diversas posições dos debates, contudo, rejeitou o subjetivismo ou a noção de que o estudo do mercado deveria ocorrer em termos de processo, não de equilíbrio. Podemos portanto afirmar com segurança que as diferentes vertentes do pensamento austríaco fazem parte de um programa de pesquisa único.

As controvérsias giraram em torno de questões que localizamos no "cinturão protetor" da teoria. Uma das posições nos debates (Rothbard) nega a relevância do problema do conhecimento de Hayek, enquanto as outras duas (Lachmann e Kirzner) a aceitam. Para a

¹⁹ Lachmann aponta a curva de Philips e a lei da população de Malthus como tentativas fracassadas. O'Driscoll e Rizzo, no entanto, apontam exemplos de *pattern prediction*, como os efeitos do controle de

primeira, a ação humana é equilibradora por definição. Tal não ocorre para o segundo grupo. A vertente centrada em torno do subjetivismo radical (Lachmann) defende a preponderância das forças desequilibradoras no mercado e enfatiza a ação criativa e originadora dos agentes econômicos, enquanto a outra vertente (Kirzner) defende a preponderância das forças equilibradoras e enfatizam as limitações impostas à ação humana pelas realidades subjacentes.

No próximo capítulo argumentaremos que as idéias desses dois últimos grupos não precisam ser vistas como completamente antagônicas, mas como representativas de dois aspectos igualmente importantes do processo de mercado, que podem ser integrados numa única visão. Ao enfatizar diferentes aspectos do processo de mercado, Kirzner e Lachmann geraram importantes contribuições, mas deixaram de dar conta dos dois elementos simultaneamente. Esses dois aspectos, como podemos lembrar da leitura do primeiro capítulo, estão presentes na obra de Hayek: a ação humana é baseada no conhecimento dos agentes, que é ao mesmo tempo conjectural (falível) e criativo, mas é limitada pela existência de realidades subjacentes que restringem o poder desta criatividade.

Alguns desenvolvimentos no interior do programa de pesquisa austríaco na década de noventa, de fato, são capazes de dar conta ao mesmo tempo dos dois aspectos do processo de mercado mencionados acima e a esses desenvolvimentos dedicaremos nossos esforços no próximo capítulo.

5. Desenvolvimentos: Processo, Evolução e Subjetivismo

Market participants are not and could not be price taker any more than scientists could be theory takers. In both cases a background of unquestioned prices or theories is relied upon subsidiary by the entrepreneur or scientist, but the focus of the activity is on disagreeing with certain market prices or scientific theories. Entrepreneurs (or scientists) actively disagree with existing prices (or theories) and commit themselves to their own projects (or ideas) by bidding prices up or down (or by criticizing existing theories). (Lavoie, 1985 apud Thomsen, 1992:46).

5.1. Introdução

Como nos sugere Garrison e Kirzner, a EA ocupou até agora – e deveria ocupar no futuro – uma posição intermediária entre as teorias que tratam a ação humana como mecânica e pré-determinada de um lado ou puramente criativa, sem limitações impostas pelo mundo real do outro. No entanto, como avançar o programa de pesquisa austríaco nesta direção centrista? Neste capítulo argumentaremos que esse avanço é possível e, de fato, alguns passos já foram tomados nessa direção. Ao buscarmos uma visão do processo de mercado que abarque em doses equilibradas tanto o subjetivismo e o indeterminismo de Lachmann quanto um mecanismo de correção de erros proposto por Kirzner, alguns elementos devem ser levados em conta. Tais elementos podem ser encontrados em Hayek. Afinal, como vimos no primeiro capítulo, convivem na obra desse autor tanto o conhecimento criativo quanto o processo de correção de erros.

Em primeiro lugar, na seção 5.2., utilizaremos o pensamento evolucionário de Hayek. Assim como Menger, Hayek faz uso do ponto de vista evolucionário para explicar processos econômicos e sociais¹. Em particular, para Hayek, o mercado é uma ordem espontânea auto-organizável que envolve variação e eliminação de erros. No debate sobre tendências equilibradoras, vários autores, como Garrison, Vaughn e High, procuram explicar a ordem do mercado com o auxílio de algum tipo de teoria evolucionária, seguindo os passos de Hayek. Neste capítulo, em especial na próxima seção, veremos outros autores que utilizam a teoria da evolução para estudar o processo de mercado, e que defendem a transformação da EA em economia evolucionária. Tudo isso atesta a semelhança entre as duas teorias, indicando um possível ganho de troca para a economia ao tomar emprestadas

idéias evolutivas. Mais precisamente, a presença simultânea nos processos evolutivos de variação e seleção permite imaginarmos uma visão do processo competitivo que incorpore e na qual convivam os elementos enfatizados por Lachmann e Kirzner. As contribuições desses autores, argumentaremos, não precisam ser antagônicas, mas podem conviver em uma única teoria, como de fato esses elementos convivem na visão de Hayek sobre o processo de mercado.

Em segundo lugar, levaremos em conta as idéias sobre filosofia e metodologia adotadas por Hayek, grande parte das quais identificadas com as de Popper. Já vimos nos capítulos anteriores como as concepções filosóficas dos economistas estudados influenciam as diversas concepções sobre a natureza do processo de mercado e, mais especificamente, como criticamos as posições de Lachmann e Kirzner sob o ponto de vista das idéias de Popper e Hayek. Na seção 5.3. veremos como as teses de Popper sobre filosofia da ciência se assemelham com o processo de mercado estudado por Hayek e como as idéias do primeiro formarão a base da solução do problema do conhecimento do último. Uma das mais interessantes aplicações da filosofia da ciência ao processo de mercado foi realizada por Harper (1996). Esse autor utiliza a filosofia popperiana para desenvolver a teoria austríaca da atividade empresarial. Esse desenvolvimento provavelmente foi um dos principais avanços da teoria do processo de mercado na década de noventa: a aplicação das diferentes filosofias da ciência no estudo do crescimento do conhecimento (GK²) no mercado.

Em terceiro lugar, veremos como as idéias de Hayek e Popper fazem parte de uma tradição mais ampla denominada *Epistemologia Evolucionária*. Ao aplicar as idéias desenvolvidas nessa tradição ao processo de mercado, como faz Bartley III, podemos enriquecer nossa visão centrada sobre o processo de mercado, redefinindo o papel do subjetivismo, em especial sobre a importância relativa do conhecimento tácito e do conhecimento objetivo. Essas considerações permitirão (seção 5.4.) uma avaliação final das contribuições de Lachmann e Kirzner e dos rumos tomados pelo programa de pesquisa austríaco recente.

¹ Ver Menger, C. (1892). "On the Origins of Money", *Economic Journal*, vol. 2, p. 239-55 e Hayek, 1982.

² Daqui em diante adotaremos a prática de Harper (1996) de se referir aos trabalhos de Popper, Lakatos e Kuhn, a literatura sobre o crescimento do conhecimento, através das letras GK (*growth of knowledge*).

5.2. Teoria de Processo e Evolução

Vários economistas e escolas de pensamento econômico fazem uso de paralelismos com a teoria da evolução, como Marshall, Veblen, Schumpeter, Nelson e Winter ou Hayek. Cada um desses autores tende a enfatizar aspectos diferentes da teoria da evolução que se assemelham aos fenômenos econômicos estudados por eles. Não se trata contudo de avançarem conclusões em economia estendendo a comparação da realidade econômica com os elementos da evolução biológica. Toda metáfora é útil até certo ponto. No entanto, existem muitas semelhanças entre processos evolutivos em diversos campos do conhecimento, e a comparação entre esses campos pode ser de alguma utilidade para o progresso da ciência. De fato, segundo Hayek (1960), a teoria da evolução não se originou na biologia, mas em economia, nas obras de Hume e Smith³, nas quais podemos encontrar sistemas complexos de adaptação constituídos por mecanismos de variação e seleção.

Em relação à EA, a preocupação com processos e não com estados finais de equilíbrio torna natural a comparação com a teoria da evolução. A partir de agora iremos investigar alguns elementos dessa comparação, tanto semelhanças quanto diferenças, na esperança de avançar um pouco a compreensão do processo de mercado.

Uma contribuição clássica ao estudo da economia como um processo evolutivo foi feita por Alchian (1950). Embora fora da EA, o estudo dessa contribuição nos será útil para avaliarmos as controvérsias vistas no capítulo anterior. Alchian propõe uma interpretação da teoria neoclássica baseada na teoria da evolução. Nessa interpretação, os resultados típicos da teoria, como a igualdade do produto marginal de um fator com a sua remuneração, poderiam ser preservados sem fazer uso dos exigentes postulados comportamentais usados, em especial aqueles referentes ao conhecimento dos agentes.

Alchian parte da observação que o comportamento maximizador é sem significado como guia de ação. O agente no mundo real não maximiza nenhuma função de lucro. O critério de seleção de firmas no mercado é, na realidade, o de lucro realizado positivo. Deve-se estudar esse processo impessoal de seleção e não apenas as decisões subjetivas individuais:

³ No prefácio da *Origem das Espécies*, Darwin menciona a semelhança de sua teoria com processos seletivos encontrados na teoria da população de Malthus.

There is an alternative method which treats the decisions and criteria dictated by the economic system as more important than those made by the individuals in it. By backing away from the trees – the optimization calculus by individual units – we can better discern the forest of impersonal market forces. (Alchian, 1950:19)

Essa citação não nega o individualismo metodológico; não implica que o resultado da interação no mercado não seja o resultado dos planos de ações individuais, mas aponta para uma limitação à liberdade de ação dos indivíduos. O sucesso, afirma Alchian, não é baseado em motivação, mas em resultados. Os comportamentos individuais não compatíveis com as realidades subjacentes das preferências e disponibilidade de recursos são eliminados pelo critério seletivo de lucros e perdas.

Para ilustrar seu ponto, e afirmar que a sorte (além do cálculo consciente) é elemento importante para o sucesso, Alchian parte de uma situação na qual a ação individual é determinada de forma totalmente aleatória. Digamos que existam várias estradas que saem de Chicago em várias direções, mas apenas uma possui postos de gasolina. Naturalmente, apenas os carros que utilizem esta estrada chegarão ao destino. Poderíamos atribuir o sucesso de tais motoristas em chegar ao seu destino à sua capacidade intelectual ou conhecimento superior: eles sabiam as informações e agiram de forma racional. Mas na realidade, as alternativas incompatíveis com a realidade subjacente de não existência de postos foram eliminadas por um processo impessoal de seleção e pelo cálculo racional de cada motorista. Quem continuou a viagem pode não ter conhecimento *a priori* da situação real.

A fixação de um preço maximizador de lucros, que virá a se igualar ao custo marginal no final do processo, por exemplo, pode surgir de forma aleatória, ou, digamos, através da adoção de uma teoria errônea do agente (sobre as condições particulares de tempo e lugar) e imitada pelos outros empresários do setor. As empresas que adotaram esse preço, seja quais forem os motivos que as levaram a esta ação, sobreviveram num processo seletivo.

Alchian utiliza o caso aleatório como referência, não negando de forma alguma a natureza proposital da ação humana. A biologia precisa eliminar qualquer traço teleológico da explicação, enquanto em economia, no que se refere aos indivíduos, o conceito de ação proposital é fundamental. A implicação dessas idéias que nos interessa é que, para um sistema econômico funcionar de forma a coordenar as atividades individuais, não é necessário que se postulem os axiomas estritos e irrealistas sobre o conhecimento dos

agentes. Mesmo sem esses postulados, o mundo continua ordenado e os economistas continuam podendo formular explicações e fazer previsões.

As hipóteses dos empresários que sobreviveram ao teste do mercado, fruto de um misto de habilidade e sorte, são imitadas pelos empresários rivais. Alchian enfatiza o papel da imitação e rotinas como economizadores de racionalidade. Em resumo, os diferentes aspectos de um processo de mercado equivalem aos aspectos da evolução. Nas palavras de Alchian:

The economic counterparts of genetic heredity, mutations, and natural selection are imitation, innovation, and positive profits. (1950:32)

Em vez de adotar o instrumentalismo de Friedman, que desconsidera o realismo das hipóteses em favor da geração de previsões bem sucedidas, a contribuição de Alchian possibilita a justificação dos resultados neoclássicos sempre que pudermos contar uma história evolucionária por trás da teoria, utilizando um mecanismo de tentativas e erros. Desse modo, os resultados microeconômicos tradicionais seriam válidos sem que os agentes maximizem explicitamente qualquer função. Os resultados que surgem como fruto de exercícios de maximização seriam como resumos de processos reais que ocorrem por detrás da cena.

Essas idéias trazem implicações para o debate sobre tendências equilibradoras. O reconhecimento das realidades subjacentes ao mercado e a explicitação de um mecanismo de seleção de alternativas dadas essas realidades permitem afirmarmos a existência de forças equilibradoras independentemente de conhecimento acurado das situações particulares por parte dos agentes. Não basta, portanto, apontar para a fragilidade do conhecimento dos agentes ou para a incerteza radical. As forças equilibradoras não dependem de forma alguma de conhecimento certo. Pode haver ordem sem omnisciência, desde que haja um mecanismo, mesmo imperfeito, de correção de erros. Tudo isso, aliás, é central no pensamento de Hayek. Para ele, a sociedade é fruto da ação humana, mas não da intenção humana. O programa de pesquisa mais amplo do autor pode mesmo ser resumido como o estudo do surgimento de ordens espontâneas que superam as dificuldades que surgem da imperfeição do conhecimento humano. Mais adiante identificaremos este

programa com o "racionalismo crítico" de Popper. A postura de Hayek não envolve necessariamente um irracionalismo, como querem os seguidores de Rothbard⁴.

Langlois (1994), ao defender a visão evolucionária do processo de mercado, sugere que esse tipo de tratamento é capaz de dar conta do surgimento das ordens espontâneas estudadas por Hayek. Ao contrário do referencial maximizador, para o qual se imagina uma ordem preexistente e a interação entre os agentes pode ou não resultar nessa ordem (a interação no mercado pode ou não atingir uma configuração ótima de Pareto conhecida de antemão), o modelo evolucionário permite o estudo do processo de surgimento e criação de uma ordem de alocação de recursos. O estudo evolucionário do processo de mercado, desta forma, não simularia simplesmente os resultados da teoria neoclássica, mas seria capaz de oferecer explicações melhores sobre os fenômenos já explicados por esta última, além de explicar novos fenômenos, aumentando assim o conteúdo empírico da teoria. Vejamos em mais detalhes por que isso ocorreria.

Da mesma forma que Alchian, Langlois (1994:30) traça um paralelo entre os três elementos inter-relacionados da teoria evolucionária - seleção, memória e variação - com os seus equivalentes em economia. A seleção, como para Alchian, é representada pela existência de lucros e perdas. Seria um mecanismo de filtro que tende a recompensar ou punir comportamentos conforme estes sejam compatíveis com as realidades que surgem do interagir das pessoas no mercado. Esse mecanismo de seleção resulta em e é o resultado de conseqüências não intencionais da ação humana. Para que os comportamentos recompensados se espalhem e perdurem, é necessário o elemento de memória. O equivalente aos genes toma a forma de hábitos, convenções e seguimento de regras. Num mundo marcado pela complexidade dos problemas a serem resolvidos, os agentes devem se basear em regras como guia de ação, devido ao alto custo e/ou incapacidade de resolver tais problemas através de maximização caso a caso. No entanto, a ação racional e criativa, para Langlois, não está ausente do pensamento evolucionário, mas surge como novos comportamentos que são os equivalentes das mutações na teoria da evolução.

O processo de mercado descrito através desses elementos é capaz de gerar desenvolvimentos não contemplados pela economia tradicional. Por exemplo, uma solução

⁴ Ver Salerno, 1993.

maximizadora em uma situação final pode não sobreviver durante o processo por apresentar baixo poder de adaptação diante das situações intermediárias do processo. Esse fenômeno é conhecido como *path dependence* e está presente em todas as versões de economia evolucionária. Contudo, Langlois considera outro elemento que afasta ainda mais a concepção evolucionária da maximizadora. Se levarmos em conta o conhecimento dos agentes, e a impossibilidade de sua predição, ou seja, se admitirmos o surgimento ao longo do tempo de novas idéias e fatos inteiramente não pensados, fica difícil pensar de forma rigorosa em termos de optimalidade, enquanto sempre é possível falar numa ordem que surge de processos seletivos imersos num mundo de incerteza radical. Essas diferenças apontam para a importância de se considerar a teoria do processo em termos evolucionários:

What all this suggests, of course, is that one must begin to theorize in explicitly evolutionary terms rather than to rely on optimization models as a "summary" of the results of the evolutionary process (Langlois, 1994:34).

Esta menção à incerteza radical de Lachmann nos leva a considerar um elemento fundamental da análise de processo de mercado que precisa ser tratado mais explicitamente numa teoria evolutiva da economia: o subjetivismo. A união entre a teoria evolucionária e o subjetivismo austríaco é o tema do artigo de Witt (1992) intitulado "Turning Austrian Economics into an Evolutionary Theory".

Nesse artigo, Witt compara os programas de pesquisa austríaco e evolucionário, traçando paralelos entre o evolucionismo em Hayek e Schumpeter. A partir dessa comparação, Witt argumenta em favor da inclusão do subjetivismo na economia evolucionária. Para o autor, entre duas das características que identificamos como pertencentes ao núcleo da EA – subjetivismo e processo – a tradição evolucionária comunga com os austríacos apenas a segunda. Para os austríacos, no entanto, os dois pressupostos estão inter-relacionados. Nesse caso, a partir do subjetivismo podemos derivar a preocupação com o estudo do conhecimento dos agentes. Como esse conhecimento é imperfeito, surge sempre espaço para descobertas e melhoras. Esse aprendizado resulta em reajustes de planos e em consequência, a economia está sempre em transformação, sendo um processo de mudança endógena, nunca se aproximando de um estado de repouso. Essa noção de mudança endógena também se faz presente no núcleo do programa evolucionário. Não se trata

apenas de dinâmica impelida por mudanças externas a um modelo, mas uma explicação da mudança a partir de dentro da própria teoria, como defende Schumpeter.

No entanto, para Witt, a tradição evolucionária negligencia o subjetivismo, que seria fundamental para explicar a fonte das mudanças endógenas. A negação do subjetivismo e da emergência da novidade é ilustrada através do pensamento de Schumpeter. Tal negação teria ocorrido pela separação feita por esse autor entre inovação e invenção. A inovação se refere à adoção de novas tecnologias ou métodos que já existem. O estudo da inovação é o tema de Schumpeter. A descoberta dessas inovações é chamada de invenção e estaria fora da análise, podendo ser considerada como dada e não problemática. Para Witt, uma invenção tem que ser julgada (subjetivamente) pelos agentes, significando coisas diferentes para cada um:

The dichotomy of invention and innovation builds on the fiction that the meaning and the relevant implications of the new information, once invented or discovered, are instantaneously, exhaustively and unambiguously revealed to everybody. (1992:85)

Essa separação, ao negligenciar o subjetivismo que requer que se explique como a novidade emerge e como os agentes interpretam os dados, permite inclusive que a teoria schumpeteriana da inovação seja incorporada em modelos tradicionais, nos quais as atividades "inovadoras" podem ser descritas como problemas de investimentos em P&D sujeitos a informações probabilísticas, e que tomam a forma de corridas entre empresas por objetivos conhecidos através de mesmos caminhos conhecidos *a priori*.

Para Witt, o processo evolutivo no mercado consiste na emergência e difusão de novidades. O processo de difusão não oferece dificuldades epistemológicas: podemos modelar se cada agente subjetivamente adota ou não cada informação disponível. Embora cada agente não conheça uma informação particular antes do processo de difusão, podemos postular que outros agentes ou o cientista que estuda o fenômeno conheça tal informação. Este tipo de difusão envolve o que Witt chama de "novidade subjetiva". Por outro lado, o cientista não pode conhecer como se dá o processo de emergência de idéias: na medida que uma idéia se difunde no mercado, ela sofrerá "mutações", conforme cada agente interprete aquela informação segundo o seu referencial teórico anterior⁵. Como isso não pode ser especificado *a priori*, torna-se difícil modelar esse aprendizado. O caráter não previsível

⁵ Ver capítulo 1, pág. 32 e o capítulo 2, sobre a contribuição de Lachmann nesta área.

dessa "novidade objetiva" tornaria possível na melhor das hipóteses o critério de *pattern prediction* para o cientista. Witt percebe que esses pensamentos levam à conclusão de que, para a EA se transformar em um programa evolucionário, deve-se abandonar o apriorismo de Mises em favor do falibilismo de Hayek; apenas este é compatível o reconhecimento de que com concepções diversas sobre um mesmo fenômeno objetivo variam conforme o agente que as formula.

É curioso notar que a crítica de Witt ao programa de pesquisa evolucionário é paralela à nossa crítica ao modelo de Kirzner. Como podemos lembrar, para este autor, as oportunidades existem objetivamente e não existem problemas ao ligarmos diretamente a percepção da realidade com a realidade em si. Não existe o problema de interpretação de uma mesma realidade sob óticas diversas. Como a realidade é dada, fica difícil para Kirzner oferecer uma explicação que seja muito diferente do aprendizado automático ou a maximização robbinsiana. Para fugir desse automatismo, o autor busca refúgio no conhecimento subjetivo, sobre o qual pouco se pode teorizar.

Começamos esta seção pendendo para a posição de Kirzner, quando enfatizamos o processo seletivo no mercado. Agora, ao introduzir o falibilismo do conhecimento dos agentes, e a resultante diversidade de hipóteses empresariais resultantes deste falibilismo, voltamos a introduzir temas estudados por Lachmann. Podemos entender isso da seguinte maneira: em relação aos elementos da teoria da evolução, a obra de Kirzner representa o elemento de seleção diante da existência das realidades subjacentes, enquanto a obra de Lachmann representa a mutação, a variabilidade de interpretações e ações individuais. Na nossa opinião, a abordagem evolucionária da EA permite uma síntese do pensamento de Lachmann e Kirzner. Se unirmos os dois elementos num só processo evolucionário, podemos aproveitar os elementos positivos dos dois autores e, ao mesmo tempo, descartar os problemas das duas abordagens que apontamos nos respectivos capítulos e que recapitularemos na conclusão deste trabalho.

Tendo indicado a importância de introduzir o subjetivismo no elemento de "mutação" do processo de mercado, iremos na próxima seção ver como isso foi de fato feito no desenvolvimento recente do programa de pesquisa austríaco. Um dos avanços modernos do programa se refere justamente a tentativas de resolver o problema do conhecimento de

Hayek, através da aplicação de teorias sobre o GK na ciência (em especial Popper) ao estudo do crescimento do conhecimento dos agentes. A abordagem de Popper é adequada para os nossos propósitos por incorporar ao mesmo tempo o realismo e o conhecimento hipotético. Não se trata, porém, de utilizar metodologia para estudar as características das teorias contempladas, mas sim utilizá-las como elemento mesmo da teoria econômica. Com isso, poderemos avançar a teoria austríaca da atividade empresarial. Essa tarefa foi tentada por David Harper. Esse autor afirma que o emprego de teorias do crescimento do conhecimento no estudo do mercado não é apelar apenas para metáfora. Ele cita Loasby aprovativamente:

“What I wish to emphasize here is that the relationship between scientific and market processes is not just that of analogy, for the growth of knowledge is the subject of both”. Loasby *apud* Harper (1996:5)

Na próxima seção estudaremos esta aplicação da filosofia da ciência ao conhecimento dos agentes interagindo no mercado. Essa abordagem filosófica, por sua vez, também assumirá no final da seção uma forma evolucionária, pertencendo ao programa de pesquisa mais amplo denominado Epistemologia Evolucionária.

5.3. Evolução e Subjetivismo

5.3.1. Popper e a Solução do Problema de Hayek

Um dos autores a avançar o estudo do subjetivismo na direção de incorporar a metodologia de aprendizado dos agentes ao estudo do processo de mercado foi Boland (1978). O ponto de partida do autor é o artigo de Hayek de 1937, que coloca a questão – derivada do problema do conhecimento – da relação entre o conhecimento e tempo⁶. O estudo do processo de mercado deveria envolver o aprendizado dos agentes, e esse aprendizado se dá no tempo. Essa questão Boland (1978:240) chama de "problema de Hayek": como explicar o processo de mudança em economia e permanecer consistente com os princípios da escolha racional individual?

⁶ Ver capítulo 1, pág.19.

Boland argumenta que as teorias econômicas tradicionais que utilizam o tempo como uma variável falham em fornecer uma explicação adequada para a mudança ao longo do tempo, ou, em outros termos, não envolve a noção de tempo real. As mudanças nessas teorias seriam fixas, determinadas no instante inicial dos processos que se deseja explicar. Tais teorias, contudo, deveriam explicar por que essas mudanças são fixas. Por exemplo, a equação diferencial usual que descreve o comportamento temporal do preço em função da diferença entre oferta e demanda, ou seja, $\frac{dp_t}{dt} = f(D_t - S_t)$, seria arbitrária; não explica como tais preços são mudados. Uma explicação verdadeira de um processo de mudanças em desequilíbrio deveria indicar não uma trajetória dada de mudanças de preços, mas o porquê dessas mudanças em termos de decisões dos agentes durante o processo. Nesses modelos, as causas subjetivas, motivações ou razões para a mudança não são explicadas porque são exógenas aos mesmos. Uma explicação genuína dessas mudanças equivaleria à solução do problema de Hayek. Mas, se a aquisição de conhecimento for tratada de forma exógena ou estaticamente dada, tampouco o problema seria resolvido. Por exemplo, a teoria das expectativas racionais, que supõe *a priori* que os agentes conheçam o modelo real da economia, se desqualifica como solução. Uma verdadeira solução exige uma explicação endógena do GK. Uma explicação deste tipo é dada por Popper e é a base da solução proposta por Boland.

Para o autor, as teorias econômicas que lidam com o conhecimento dos agentes são justificacionistas. O aprendizado nos modelos de expectativas racionais, por exemplo, assume o indutivismo. Para esta teoria, o GK se dá através do acúmulo de fatos empíricos dados, não problemáticos ou sujeitos a interpretação, tornando o aprendizado estático e exógeno. A solução do problema de Hayek, que requer uma teoria endógena do aprendizado, envolve a rejeição do justificacionismo. Para Boland, a separação entre a verdade de uma proposição e a prova da sua verdade permite a solução do problema.

Para entendermos a solução proposta por Boland, cujos detalhes veremos em seguida, faremos uma pausa para ilustrar as diferenças entre os postulados sobre o conhecimento dos agentes adotados na teoria econômica, por meio de um exemplo apresentado por

Fransman⁷(1998). Este autor classifica as teorias da firma em dois grupos, conforme estas tratem a razão da existência de firmas como um problema relacionado ao processamento de informações – lidar com informação assimétrica ou racionalidade limitada (limitação na capacidade de processamento de informações não problemáticas) – ou teorias que vêem a firma como um "reservatório de conhecimento", que ativamente interpretam os dados conforme o conjunto de concepções prévias existentes nestas firmas.

Para enfatizar o papel do conhecimento e não apenas da mera informação no comportamento das firmas, Fransman elabora o que ele chama de “paradoxo da IBM”. Como uma firma, pergunta o autor, que era a empresa processadora de informações por excelência, pôde cometer um erro estratégico fundamental, que levou à queda da hegemonia da empresa? Como a empresa com potencialmente maior número de informações pôde cometer erros graves? A IBM acreditava que o setor de *mainframes* poderia manter a receita e a lucratividade da empresa. No entanto, a empresa dispunha dos dados que apontavam para o crescimento da parcela de mercado do setor de micro e minicomputadores, que se tornou possível pelo avanço da tecnologia de microchips. A IBM insistiu em privilegiar a divisão de *mainframes*. O erro pode ser atribuído à dominância da divisão de *mainframes* no processo decisório gerencial da empresa. Esse caso ensina que devemos abandonar a idéia de conhecimento como informação processada. Esta visão errônea se baseia numa teoria do conhecimento justificacionista e indutivista. Não se trata neste exemplo de problemas de racionalidade limitada, mas da “teoria empresarial” errônea da direção da empresa, que, no caso, foi refutada pelo teste de mercado. Segundo Fransman, ao contrário de teorias pertencentes ao primeiro grupo, teorias do segundo grupo apresentam em comum a idéia de que a firma é uma criadora de imagem, não uma processadora de informações. Ou, em termos de GK, a firma formula teorias sobre o mundo. Para o autor, a visão única do mundo que as firmas possuem são utilizadas para o aproveitamento de oportunidades no mercado. A firma é alerta a tais oportunidades.

Tendo isso em vista, Fransman define conhecimento como crença, que pode ser influenciada, mas não determinada por informações. O elemento que Fransman introduz na teoria da firma é o conceito de visão, ou conjunto de crenças dominantes sobre a realidade

⁷ Embora este autor não ponha a questão em termos popperianos, a análise é a mesma.

relevante para a esfera de ação da firma. Conclui o autor que é necessário “analisar o processo de criação de conhecimento dentro da firma (o processo de GK) e “tratar o conhecimento em seus próprios termos, como um processo aberto”, lidando com o problema (hayekiano) da integração de conhecimento disperso entre os membros da sociedade. Nessa discussão, fica clara a natureza hipotética e falível do conhecimento empresarial.

Estamos agora em condições de retornar à solução do problema de Hayek proposta por Boland. A solução popperiana do autor contém os seguintes elementos: o conhecimento dos agentes é teórico e conjectural, podendo ou não corresponder à verdade (antijustificacionismo). O conhecimento dos agentes é capaz de ser expresso objetivamente por meio de palavras (antipsicologismo). A ação individual em um instante qualquer depende do conhecimento e da situação do agente naquele instante (decisão racional). Mudanças no comportamento podem resultar de mudanças no conhecimento do agente ou de mudanças intencionais ou não intencionais da sua situação (dinâmica situacional). O estudo de um processo no mercado parte da identificação dos agentes envolvidos em uma mudança, o estudo das teorias suportadas pelos mesmos na ocasião de suas ações, prossegue investigando as conseqüências não intencionais destas ações (que podem mostrar que tais teorias eram falsas). Nas palavras de Boland:

... economics in time is a sequence of unintended consequences of acting on the basis of (unknowingly) false theories. (1978:251)

A adoção de teorias erradas por parte dos agentes leva a erros no tempo real. Como os agentes se comportam diante de refutações de suas idéias, no entanto, não é algo determinado pela teoria do GK, mas varia conforme a metodologia prática adotada por cada agente. Agentes podem ser mais ou menos inclinados a alterar suas teorias diante de evidências contrárias. O autor constrói uma taxonomia de atitudes dos agentes baseada nas diferentes posturas metodológicas possíveis: podem existir agentes falsificacionistas, instrumentalistas, lakatosianos, e assim por diante.

O processo de crítica ao conhecimento não ocorre isoladamente, como fruto da decisão individual de cada agente. Estes interagem no mercados O agir no mercado tendo como base teorias erradas pode levar a erros, como apontou Boland. O comportamento dos outros agentes desempenha a tarefa de refutar as hipóteses de um agente particular. Dessa

maneira, o processo competitivo em si é por sua vez um mecanismo de geração e refutação de teorias empresarias, que interage com as regras metodológicas adotadas pelos agentes. Por exemplo, a rejeição dos consumidores a um produto pode levar o empresário a alterar a sua teoria sobre as condições da demanda.

Essa comparação entre a competição no mercado e o processo de crítica na ciência descrito pela literatura de GK foi feita, entre outros economistas, por Brian Loasby (1986). Esse autor aplica as teorias de Popper, Kuhn e Lakatos aos problemas da competição no mercado e à teoria da firma. Nessas duas áreas, surge uma divisão natural. As idéias de Kuhn e Lakatos, ao privilegiarem o estudo do comportamento da comunidade científica, ou seja, o que os cientistas realmente fazem em sua atividade (psicologia e sociologia do conhecimento), são adequadas ao estudo da interação entre os agentes no interior de uma firma. Por outro lado, as idéias de Popper, que enfatizam o objeto ou conteúdo da atividade científica (a relação entre tentativas de explicar fenômenos reais e os fenômenos reais em si), são adequadas ao estudo da competição no mercado, pois estaremos preocupados com o maior ou menor sucesso que as diferentes hipóteses empresariais se aproximam das realidades do mercado. Mencionaremos as duas aplicações mencionadas, embora o foco do nosso trabalho seja o estudo da competição.

Loasby utiliza Popper para traçar o paralelo da competição nas esferas científica e empresarial:

Scientists seek to advance knowledge, but [they] can do so only by exposing their own ideas to the testing of their fellows and to comparison with other new ideas from other scientists – just as entrepreneurs, seeking to better existing offerings, must expose themselves to the appraisal of customers and suppliers, and to the risk of being surpassed by competitors' offers. This exposure is fatal to most new ideas, both of scientists and of entrepreneurs. Competitive science, like competition in the marketplace, is at once a discovery procedure and a control mechanism. (Loasby, 1986:42)

Nas duas esferas estão presentes tanto um mecanismo de geração de idéias quanto um sistema de correção de erros por refutações. A realidade não é dada, mas deve ser buscada por meio de hipóteses sobre o mercado formuladas pelos agentes. Essas hipóteses são falhas. Para haver um mecanismo de convergência dos "dados" às realidades subjacentes é necessário um mecanismo de correção ou crítica.

Nas duas esferas, segundo Loasby, a competição deve pressupor certa cooperação⁸: o teste deve ser realizado dentro de uma estrutura (*framework*), legal no caso do mercado e metodológica no outro. Neste último caso, a não existência de testes cruciais inequívocos⁹ levaria à necessidade de que os testes se dêem dentro de uma estrutura ou tradição de prática científica. As obras de Kuhn e Lakatos enfatizam esse tipo de estrutura, com os conceitos de paradigmas e programas de pesquisa, respectivamente.

Mas como evolui o conhecimento dentro dessas estruturas e como estas se alteram? As estruturas de análise não se alteram a vontade, mas apresentam certa inércia. Os conceitos de paradigma e núcleo/cinto protetor apresentam essa inércia ou rigidez, embora comportem alterações. Esse misto de rigidez e flexibilidade contribui com o crescimento do conhecimento: como se os cientistas realizassem um contrato parecido com o que ocorre na firma, que não especifica cláusulas dependentes de cada estado na natureza, mas apresenta algo como uma flexibilidade restrita. Com isto obtém-se a segurança do contrato, mas que se adapta a situações inesperadas. Podemos fazer um paralelo dos conceitos de ciência normal e mudança de paradigmas com as noções de curto e longo prazo: no longo prazo temos flexibilidade e no curto prazo estamos sujeitos a restrições maiores. Em ciência, por outro lado, a rigidez leva a não rejeitarmos hipóteses prematuramente e à formação de linguagem comum entre cientistas. A flexibilidade leva a evolução do programa de pesquisa. Resumindo essas idéias, Loasby coloca que não há teste de hipóteses sem regras, e o mais importante, não há regras sem uma “estrutura”.

Habilidades pessoais e existência de rotinas dentro das firmas apresentam adaptabilidade limitada¹⁰. Essa rigidez causa problemas de adaptabilidade ao novo e reduz a capacidade de resolver problemas. Isso aponta para a vantagem, não enfatizada por Kuhn, da variabilidade entre os indivíduos e suas estruturas (o autor não nota que este é um tema de Feyerabend: a vantagem da ausência de regras metodológicas). Nesse sentido, Loasby (1993) menciona as vantagens para a firma de adquirir novos membros, a fim de importar rotinas e estruturas

⁸ “the process of conjecture, testing and criticism which leads to the growth of knowledge is hopelessly inefficient if carried on by individuals in isolation. Loasby (1993:205)

⁹ Não se testa uma hipótese isolada, mas uma conjunção de hipóteses. Devido a isto, no mercado a informação sinalizadora pelos preços não tem uma única interpretação possível. Ver Hayek, 1945. No campo da metodologia isso é conhecido como tese Duhem-Quine. Ver mais adiante, pág. 168, nota de rodapé.

¹⁰ Ver Nelson e Winter, 1982.

adquiridas em outras firmas. Poderíamos dizer que isso aumenta a “riqueza genética” da firma individual.

Toda essa análise é usada por Loasby para estudar o problema da coerência organizacional em termos de choques entre estruturas. As firmas são vistas como “universidades visíveis” de cientistas. Tal visibilidade impõe uma coerência maior entre os membros das equipes de trabalho do que entre os membros da comunidade científica. As ações dentro da firma precisam ser consistentes, mas as “estruturas individuais” (por exemplo, departamentos), não. Estas só precisam ser coerentes em alguns pontos de contatos. A coesão organizacional ocorre quando não é necessário que haja muitos pontos de contato entre times, como nos esquemas de administração descentralizada por objetivos¹¹. Essa variabilidade de times aumenta a capacidade da organização reagir diante de mudanças. Ao enfatizar a necessidade de diversidade, voltamos a temas popperianos: o crescimento do conhecimento se dá pela variedade de “estruturas individuais”:

The proper argument for competition, in science as in business, as a mean to improve knowledge, is that it promotes alternative conjectures – and their critical examination.

Num segundo artigo (1993), Loasby procura estender a análise da firma para a competição no mercado, enfatizando o papel das instituições como modificadores e norteadores das estruturas mencionadas no primeiro artigo. A estrutura institucional pode se alterar conforme aumente a incerteza e as “anomalias” em uma estrutura existente. Isso pode direcionar o processo de formulação de hipóteses no mercado. Note como essas idéias são complementares à teoria das instituições formulada por Lachmann. De fato, o paralelismo entre epistemologia e teoria de processo de mercado é um campo fértil para pesquisas futuras.

Neste capítulo estamos descrevendo a proposta de transformação da teoria austríaca do processo de mercado em uma teoria evolucionária. Argumentamos que a análise do processo evolucionário do mercado, em especial no equivalente das mutações, deveria incorporar mais explicitamente o elemento subjetivista. Isso foi feito através do emprego da literatura de GK ao estudo do conhecimento dos agentes, como vimos nas contribuições de Boland e Loasby. Veremos em seguida como autores da EA avançaram o emprego dessa literatura no estudo da teoria da atividade empresarial.

5.3.2. Atividade Empresarial e Epistemologia Evolucionária

O estudo do processo de mercado, segundo Hayek, deve avançar através do estudo do crescimento do conhecimento dos agentes. Neste capítulo, vimos que autores como Boland e Loasby procuram materializar esse avanço a partir da aplicação das teorias de GK ao processo de mercado, estudando as metodologias adotadas pelos agentes econômicos e ao processo de correção de erros do próprio sistema competitivo. Diante desses desenvolvimentos, fica evidente a existência de uma oportunidade de lucro ao aplicarmos essas idéias à teoria da atividade empresarial de Kirzner. Como veremos agora, pelo menos um "empresário" estava alerta a esta oportunidade. Harper (1996) apresenta uma teoria da atividade empresarial que segue a tradição de Kirzner (1972), substituindo a qualidade empresarial de “alerta a oportunidades de lucros” deste autor por uma teoria do conhecimento e ação empresarial baseada na literatura de GK, em especial Popper e Lakatos. Isso representa um avanço da teoria da atividade empresarial, pois, como vimos no final do capítulo 3, os pressupostos sobre o conhecimento adotados implicitamente por Kirzner foram responsáveis pelas críticas à sua teoria apontadas naquele capítulo.

Harper assume, com Popper, a existência de uma realidade objetiva, independente da mente dos indivíduos. O acesso a essa realidade, no entanto, não é dado de forma direta, indutivista, mas parte das situações de problemas que os cientistas (ou empresários) se deparam. A formulação de problemas que dirigem o esforço cognitivo, por sua vez, é influenciada por teorias anteriores. O conhecimento é dedutivo e falho. A teoria de Popper é falibilista (não justificacionista). O crescimento do conhecimento se dá pela formulação de conjecturas e exposição das mesmas à refutação. A tese de Harper afirma que os agentes econômicos, na sua atividade empresarial, se comportam da mesma forma que os cientistas: partem de problemas e submetem suas hipóteses mercadológicas a teste. No que segue mostraremos como o autor desenvolve essas idéias.

No contexto das situações-problemas enfrentadas pelos empresários, Harper propõe um contínuo de comportamentos. Num extremo, temos o comportamento mecânico maximizador da teoria neoclássica. Aqui a solução do problema está determinada pela sua formulação. Numa situação intermediária, encontramos o comportamento de resolução de

¹¹ Veja a semelhança com a teoria de Lakatos. Um núcleo e um cinturão protetor dentro da firma.

problemas por regras e rotinas, e, por fim, no outro extremo, temos a ação criativa, que descobre novos problemas e é o *locus* da ação empresarial propriamente dita. A ação empresarial se aproxima deste segundo extremo por operar um ambiente caracterizado pelas duas noções centrais estudadas por O'Driscoll e Rizzo: a incerteza e o tempo real. Nesse ambiente os empresários ativamente teorizam sobre o funcionamento do mundo, e agem tendo em vista este teorizar. As diferentes vias de ação dependem das possibilidades e limites imaginados pelos empresários sobre o que pode ocorrer no futuro, que dependem das teorias (corretas ou errôneas) que estes formulam.

Como apontou Boland, o comportamento dos agentes varia conforme a metodologia prática adotada por eles. Harper desenvolve um "tipo ideal" de empresário que ele denomina empresário falsificacionista. O autor descreve, seguindo Popper, a racionalidade dos cientistas e agentes econômicos como uma disposição a aprender com os próprios erros. Como Popper, a análise dispensa os motivos psicológicos que geram os problemas dos empresários (contexto da descoberta) para se concentrar no sistema de teste dessas hipóteses. Harper argumenta que pelo menos parte dos empresários adota a metodologia de testar hipóteses no mercado. A racionalidade do empresário é definida pelo uso do método crítico de tentativas e erros. Prevê o autor que os empresários que adotam tal metodologia tendem, por seleção natural, a sobreviver no mercado, substituindo empresários que adotem outras metodologias. O empresário que utiliza o método crítico sobreviveria no processo de seleção mais amplo que é constituído pelo próprio mercado. Os empresários não precisam adotar a metodologia falsificacionista de forma explícita, mas podem fazê-lo de forma inconsciente, tácita. No entanto, o autor aponta George Soros como um empresário que explicitamente compara sua atividade empresarial com o método de Popper¹².

Dada esta hipótese, Harper prossegue seu estudo analisando o comportamento do empresário falsificacionista. Especificam-se os tipos de teorias que os empresários desenvolvem. É necessário que os empresários as desenvolvam a fim de criar e descobrir oportunidades de mercado a serem exploradas. Contrasta-se isso com a visão de Kirzner, que atribui ao empresário a tarefa de apenas descobrir oportunidades existentes. Os sistemas teóricos que os empresários constroem possuem várias características. Eles são

¹² Harper propõe uma pesquisa empírica para testar a hipótese de que os empresários seguem a metodologia popperiana.

sujeitos a mudanças com o desenrolar do processo de mercado. Apresentam limitações de escopo, ou seja, os empresários adotam teorias que explicam apenas parte da realidade do mercado. São sistemas teóricos de caráter conjectural (como toda teoria). Os sistemas teóricos também são objetivos, ou seja, as hipóteses podem ser expressas através de idéias formuladas em palavras, não sendo apenas conhecimento subjetivo, insondável para outros agentes. Finalmente, apresentam uma estrutura hierárquica. Todas as teorias dos empresários estão inter-relacionadas, sendo algumas mais fundamentais e genéricas e outras mais subsidiárias. Pode-se encaixar a estrutura de teorias dos empresários num esquema lakatosiano, partindo dos pressupostos metafísicos dos empresários que constituem as teorias pertencentes ao núcleo do sistema de teorias e descem para níveis de escopo menor, situados no cinturão protetor, contendo teorias que dependem de fatos particulares observados nas ocasiões específicas com as quais os empresários se defrontam.

Para Harper, os empresários formulam três tipos de teorias básicas: teorias de demanda latente, teorias de produção e teorias de estrutura de governança. As teorias de demanda são o campo do que chamamos de *marketing*, ou estudo das necessidades dos clientes. As técnicas de pesquisa de mercado, teste de produtos, e outras técnicas mercadológicas são os instrumentos de teste das teorias de demanda. As teorias de produção exploram as desconhecidas possibilidades técnicas de combinação de fatores e o terceiro tipo trata da interação da atividade do empresário com os demais agentes através das instituições e investiga os custos de transação envolvidos nesta atividade.

Das teorias empresariais derivam-se previsões. Os empresários compõem suas teorias com uma série de hipóteses secundárias a respeito das “circunstâncias particulares de tempo e lugar”. Dessa conjunção lógica derivam-se previsões, que podem ser refletidas num determinado nível de lucros, se a hipótese for (provisoriamente) corroborada. Por exemplo, da teoria geral de que no calor se consome mais sorvete, composta com a hipótese secundária de que o próximo verão será quente, deriva-se a conclusão de um aumento na demanda de sorvete.

Em seguida, Harper procura distinguir as regras metodológicas que os empresários falsificacionistas adotam e que torna seu desempenho superior aos dos outros tipos de empresários. Essa superioridade advém da maior habilidade de excluir teorias empresariais

errôneas e evitar os prejuízos que surgem da sua adoção. O autor aponta uma série de características do empresário falsificacionista que são paralelas às prescrições metodológicas de Popper. Alguns exemplos são: disposição ativa de buscar problemas, em contraposição ao agente neoclássico que aprende passivamente; sensibilidade a problemas, em vez de esquecimento ou tendência a ignorá-los; orientação ao cliente e não ao produto, conforme o resultado fundamental do *marketing*; falibilismo, ou reconhecimento de que as hipóteses empresarias são conjecturais e a conseqüente cautela que disso decorre; pluralismo teórico ou busca de várias explicações para um fenômeno de mercado, em contraposição a empresários dogmáticos, afeitos a uma explicação particular; busca ativa de desenvolvimento de novos produtos em vez de acomodação com soluções anteriores e, finalmente, uso extensivo do método crítico.

Harper passa a analisar o procedimento de falsificação e a escolha de teorias do empresário falsificacionista. Antes da busca por evidências contrárias, o empresário realiza um teste de consistência lógica da teoria. Além disso, o empresário falsificacionista escolhe teorias conforme o seu conteúdo informativo ou grau de falseabilidade maior ou menor. A busca por falsificação leva a que se descubram erros mais cedo, o que acelera o processo de GK. Finalmente, Harper estuda a regra metodológica que proíbe estratégias de imunização, como por exemplo introduzir hipóteses *ad hoc*, duvidar da confiabilidade de um teste quando este aponta uma falsificação, ignorar evidências que conflitam com a teoria, entre outras. O autor defende uma versão de falsificacionismo sofisticado, em contraposição à caricatura comum que retrata Popper como falsificacionista ingênuo.

O passo seguinte na análise envolve a identificação dos tipos de testes que os empresários falsificacionistas realizam. O autor divide os testes conforme eles sejam realizados em diversos ambientes: podem ocorrer no mercado de produtos e no mercado de fatores; podem ser externos a empresa ou internos as mesmas, formais (pesquisa de mercado) ou informais (pesquisa com conhecidos), compondo dessa forma oito ambientes de teste. Conforme o ambiente escolhido, o rigor dos testes muda. Deve-se contrapor os custos com os ganhos advindos de um processo mais rigoroso de teste. Nesta análise é interessante notar os ganhos decrescentes em termos de conhecimento conforme nos deparamos com sucessivas corroborações em novos testes, ou seja, além dos custos do teste, os benefícios também variam e decaem com o número de corroborações. Naqueles oito ambientes,

podemos realizar vários tipos de testes: teste do conceito, de protótipo, de financiamento, lançamento de produto em menor escala, etc.

O processo de teste aumenta o grau de objetivação das conjecturas empresariais: o que antes era um palpite ou intuição subjetiva do empresário passa a ser passível de crítica por um time de profissionais conforme as hipóteses sejam articuladas no processo de teste. Isso leva, como veremos em breve, em direções imprevisíveis, ao crescimento do conhecimento. Utiliza-se aqui a noção popperiana de conhecimento objetivo, passível de análise, em contraste com o *expressionismo epistemológico*¹³ que considera o conhecimento como privado, indissociável de seu formulador e, portanto, não passível de crítica, tendendo a enfatizar o conhecimento de natureza tácita.

O resultado do teste pode ser uma refutação ou uma corroboração. O conhecimento advindo dos testes, para Popper, também é falível e a ele se deve estender o método crítico. Como não se pode afirmar se um experimento foi decisivamente refutador ou não, vários graus de exigência no teste são feitos, conforme os custos econômicos dos dois tipos de erros: rejeitar uma hipótese correta ou aceitar uma hipótese falsa. Um capítulo inteiro é dedicado à análise das dificuldades em determinar se uma hipótese foi refutada ou não. Harper estuda as falsas refutações e corroborações no mercado, a natureza *theory-laden* das evidências e a tese Duhem-Quine¹⁴. A postura diante de uma corroboração ou refutação inconclusiva dependerá da metodologia prática adotada pelo empresário, conforme seja mais crítica ou mais conservadora. Naturalmente, os custos dos erros do tipo I e II devem ser levados em conta na decisão de que metodologia adotar.

Após estudar o empresário falsificacionista, Harper discute algumas implicações da teoria proposta para o entendimento do processo de mercado. O autor se alinha ao lado de Lachmann e Shackle na controvérsia destes com Kirzner sobre tendências equilibradoras e desequilibradoras no processo de mercado. Visto que o crescimento do conhecimento no mercado é um processo dinâmico de mudanças endógenas e, portanto, indeterminista, que nunca converge para um estado final de equilíbrio, Harper prefere a caracterização do

¹³ Ver seção 1.4, pág.33.

¹⁴ Uma refutação toma a seguinte forma: $[(p \rightarrow q) \wedge \sim q] \rightarrow \sim p$, ou seja, dada uma implicação q de uma teoria p, a observação de que q não ocorreu implica na rejeição de p (*modus tollens*). A Tese Duhem-Quine afirma que, ao testarmos um conjunto de hipóteses simultâneas, ou seja, $[(p \wedge r \rightarrow q) \wedge \sim q] \rightarrow \sim (p \wedge r)$, não se sabe se p, r ou ambas estão erradas, tornando a refutação inconclusiva.

processo de mercado feita por Lachmann àquela feita por Kirzner. Este último, ao não introduzir o falibilismo na sua descrição do processo de mercado, enfatiza o papel do lucro em detrimento da análise do prejuízo e correção de erros, central na análise popperiana. Utilizando o referencial popperiano, podemos voltar à noção de atividade empresarial original de Mises, que trata simetricamente o papel dos lucros e prejuízos. Por outro lado, Harper reconhece que o realismo popperiano sustenta a tese de Kirzner de que as realidades subjacentes limitam a ação empresarial; a realidade não é apenas fruto da criatividade dos agentes, como está implicado na posição de Lachmann.

Apesar de ser a tentativa mais elaborada de tratar o agente econômico como um cientista, o trabalho de Harper falha num ponto importante. O autor se preocupa com o processo de conjecturas e refutações na esfera dos planos dos agentes e não enfatiza o processo seletivo impessoal imposto pelo mercado, como vimos nos artigos de Alchian e Loasby e indicado pelo próprio autor. Pressupõe-se que os agentes se comportam de fato como cientistas que seguem a metodologia popperiana. Embora sujeita a teste empírico, esta última hipótese mereceria uma análise mais cuidadosa por parte do autor. Poderíamos perguntar, no espírito de Lachmann, se neste caso as forças desequilibradoras não superariam as forças equilibradoras e empresários dogmáticos dominariam o mercado. Se a hipótese de Harper não for o caso, se os empresários de um país não forem racionalistas críticos, poder-se-ia prever uma estagnação econômica ou um processo desequilibrador no mercado? Afinal, em ciência, pode haver períodos de dogmatismo e conseqüente estagnação do progresso científico. Isso poderia ocorrer no mercado em relação aos empresários?

Na verdade, o funcionamento do processo de mercado não depende unicamente, conforme defende Hayek (1982) ou Alchian (1950), da racionalidade dos agentes. Cairíamos dessa forma em um tipo de teoria que defende postulados "fortes" sobre a racionalidade dos agentes, como conhecimento perfeito. O estudo do comportamento real de agentes nas empresas, de fato, não indica a preponderância de elementos racionais. Conforme escreve Scott Adams (1996) no prefácio de seu *Princípio Dilbert*:

Não sei porque a economia funciona, mas tenho certeza de que não é porque gente brilhante a está gerindo. Se você recapitular todas as atividades absurdas desenvolvidas pela gerência [das empresas], as idiotices de alguma forma se neutralizam produzindo coisas interessantes que você acaba querendo comprar, como bolas de gude e Gatorade.

Já mencionamos que o programa de pesquisa de Hayek pode ser resumido com o surgimento de ordens espontâneas auto-organizáveis que derivam sua vantagem precisamente por contornar a inevitável limitação no conhecimento dos agentes. No mercado, o caráter impessoal do critério de seleção por perdas e lucros desempenha papel fundamental no mecanismo auto-regulador desse sistema. Na ciência, por outro lado, o processo seletivo só opera com a adoção consciente por parte dos agentes de uma metodologia não dogmática.

Essas diferenças entre os processos seletivos em economia e ciência nos leva aos escritos mais recentes de Popper (1972), que generaliza estes casos de crescimento do conhecimento em termos evolucionários. Witt argumentou em favor da inserção do subjetivismo na economia evolucionária. Esse subjetivismo, que tomou acima a forma do estudo do conhecimento dos agentes conforme a filosofia de Popper, por sua vez pode assumir a forma evolucionária. Essa possibilidade atesta o possível sucesso da proposta de Witt de unir subjetivismo com evolução. Trataremos agora dessa união.

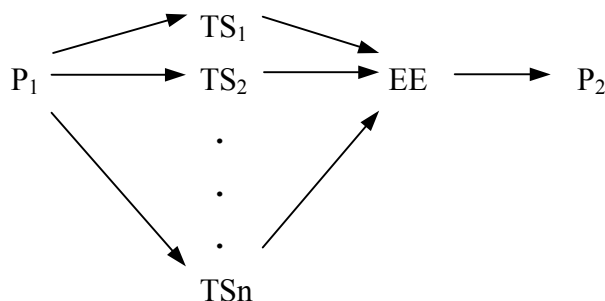
A literatura de GK apresenta uma ramificação paralela ao uso da teoria da evolução em economia, chamada de Epistemologia Evolucionária, que reformula as idéias de Popper em termos da teoria da evolução. Os trabalhos de Popper (1972), Campbell (1987) e Bartley (1987, 1990) exemplificam esse desenvolvimento. Nada mais natural, portanto, do que explorar esse paralelismo e unificar as teorias, tarefa já tentada pelo último autor citado. Conforme nota Vanberg:

Evolutionary epistemology is based on the assumption that from natural selection to the growth of scientific knowledge the same basic principle of trial and error-elimination can be found operating. All organisms are, as Popper puts it, constantly engaged in problem-solving which 'always proceeds by the method of trial and error: new reactions, new forms, new organs, new modes of behavior, new hypothesis, are tentatively put forward and controlled by error-elimination'. (1993:185)

Campbell (1987) descreve um processo de evolução da própria capacidade de evoluir. Organismos mais simples exploram o ambiente (aumentam seu conhecimento sobre o mesmo) através da locomoção. A seleção ocorre através de choques ou encontro direto com ambientes desfavoráveis. O surgimento de órgãos como o olho permite que o processo seletivo melhore: em vez de o organismo se deslocar, os raios luminosos realizam a tarefa. Olhar em todas as direções significa mais variações e a seleção de rotas favoráveis ocorre

sem que o organismo em si pereça. Aqui entra em cena o que o autor chama de seletores indiretos (*vicar selectors*). Uma bengala de um cego é uma forma de seletor indireto que permite a seleção com custo menor para a pessoa. O surgimento da linguagem e do pensamento, para Campbell, introduz outros selecionadores indiretos, com maiores vantagens de sobrevivência para os organismos que os adotam. O progresso científico pelo método crítico de eliminação de erros e o processo seletivo no mercado representam fases mais avançadas nesse mesmo processo evolutivo, apresentando características básicas comuns.

Nos diversos níveis – biológico, científico, cultural e empresarial – o método evolucionário é composto de três fases: variação, seleção e reprodução. (Campbell, 1987a, Popper, 1972). Popper (1972a) apresenta o seguinte esquema para descrever o processo:



No esquema, P_1 representa um problema, TS representam as soluções propostas (*tentative solution*) e EE representa eliminação de erro. Partimos sempre de problemas, a fase de variação é representada pelas TS's, a fase de seleção pela EE e sempre terminamos com um problema modificado.

No paralelo com a economia, Vanberg (1993) nota que os métodos evolucionários e o método de maximização neoclássico têm como objetivo descrever como a eficiência ou a adaptação surgem em um mercado. No entanto, podemos observar a radical diferença nos métodos empregados: na teoria microeconômica tradicional, não existe papel para o erro. Os agentes conhecem a estrutura do problema e o conhecimento é perfeito. Neste mundo a variação não tem função: os produtos são homogêneos. No método evolucionário, ao

contrário, a ignorância e o erro desempenham papéis preponderantes. Devemos contar com o processo de variação e seleção para fazer o conhecimento crescer. Quanto mais variações, maior a probabilidade de uma solução sobreviver ao mecanismo de teste. Quando se parte de uma situação de ignorância, o método evolucionário seria adequado para lidar com os problemas. Em biologia, no mercado, em política, ou na evolução das instituições temos problemas análogos. Por exemplo, um ditador, seguro da posse da verdade, considera opiniões opostas um custo desnecessário e que, portanto, devem ser proibidas. Em todas elas, o esquema evolucionário reflete o falibilismo da epistemologia popperiana

O processo evolucionário, embora possa ser descrito pelo mesmo esquema acima nas várias esferas que mencionamos, apresenta diferenças que influenciarão a própria existência e a velocidade da evolução e derivam da adição do subjetivismo na análise, quando pensamos na teoria de Campbell. As duas diferenças básicas se referem a:

- I. o grau de aleatoriedade das tentativas,
- II. a natureza subjetiva ou não do processo seletivo.

Quanto ao primeiro item, Campbell (1987b) enfatiza que as variações são aleatórias (*blind variation*) em todos os campos. Em biologia, isso é importante para eliminar qualquer traço de explicação teleológica na teoria. Uma mutação favorável (que resolveria algum "problema" de um organismo) não tem maior chance de acontecer do que qualquer outra mutação. Na esfera epistemológica, o caráter "cego" das tentativas tem o mesmo significado que em biologia: "cego" se refere ao fato de que não se sabe *a priori* a adequação de uma solução ao problema proposto. O crescimento do conhecimento não se dá por instrução lamarckiana, por acúmulo indutivo de dados, mas por formulação de hipóteses tentativas, falíveis e conjecturais, ou, em outros termos, por seleção darwiniana. No entanto, na ciência e nas conjecturas empresariais, a ação humana é propositada. As tentativas são menos aleatórias, direcionadas para a solução de problemas, mas igualmente cegas em relação a sua adequabilidade *a priori* como resolução de um problema. O caráter proposital da ação humana pode tanto acelerar quanto limitar a velocidade da evolução.

Existem diferenças relacionadas ao segundo item – a natureza do processo seletivo, conforme tenhamos selecionadores mais ou menos indiretos (*vicar selectors*). Popper em várias ocasiões enfatizou que no processo de tentativa e erros da ciência, devemos deixar as

idéias morrerem em nosso lugar. Em biologia, o fracasso significa morte por seleção natural. Em ciência, no entanto, o processo de seleção de idéias é fruto de decisões subjetivas dos cientistas. O selecionador indireto é controlado pelos agentes. Podemos aprender com os nossos erros e redirecionar os esforços em direção a outras hipóteses. Isso gera uma enorme economia de custos, pois não se desperdiça capital humano em formação profissional do cientista. Além disso, o processo de experimentação nos modifica, tornando-nos melhor preparados para enfrentar os problemas. Mas isso depende da nossa adesão espontânea a regras metodológicas que professe o racionalismo crítico. O cientista pode se ater a “paradigmas” de forma rígida o bastante de modo a eliminar em absoluto a eficácia do processo de seleção de hipóteses. Nesse caso se altera a natureza do processo seletivo, mas numa direção diferente daquela do crescimento do conhecimento.

No mercado, o processo seletivo não é tão dependente dos agentes como em ciência e nem externo, como em biologia. O processo seletivo é intermediário entre o biológico e o epistemológico. A diferença reside no caráter mais ou menos subjetivo do processo seletivo. O empresário, conforme a sua metodologia, pode resistir ou não a refutações. Ele decide subjetivamente se uma hipótese empresarial foi refutada ou não. Mas os empresários também estão sujeitos a um processo seletivo impessoal: o critério de perdas e lucros. A insistência no erro leva à perda de capital, à falência e à dificuldade de se obterem novos financiamentos. A “realidade subjacente” das preferências, da ação dos outros agentes e da disponibilidade de fatores impõe limites à liberdade humana. O erro é possível até certo ponto. Como há eliminação efetiva, a evolução no mercado pode ser mais rápida do que na natureza, mas mais lenta do que em uma comunidade acadêmica falsificacionista. Como existe um sistema de seleção que foge ao controle do agente, a possibilidade de estagnação por adesão dogmática a teorias erradas é menor.

Além dos dois elementos indicados acima, os processos diferem num ponto importante. Enquanto a ciência pode ou não se aproximar de uma explicação mais acurada do mundo, podendo-se falar em progresso, no processo de mercado o conhecimento, por sua natureza localizada, está sempre se tornando obsoleto. Nesse sentido não se pode falar de progresso da mesma maneira que em ciência. Um empresário hoje não conhece mais do que um de trinta anos atrás, mas conhece a realidade atual: no processo de mercado, como o ambiente

está sempre mudando, a supressão do mecanismo de descoberta levaria a descoordenação das atividades e ao regresso econômico, não à estagnação.

O processo evolucionário também pode ser utilizado para estudar o progresso das instituições e a evolução cultural em geral. São conhecidas as análises de Menger sobre a evolução da moeda e a teoria de Hayek sobre a evolução das instituições. Na nossa opinião, essa teoria de Hayek sofre de alguns defeitos. Esse autor, ao estender a análise do mercado para a evolução institucional, ignora as diferenças entre os processos evolutivos apontados acima. A competição entre normas só pode ocorrer num contexto de pequenas tribos e é esse tipo de exemplo Hayek (1982) usa para ilustrar sua teoria da evolução de normas. No entanto, numa sociedade moderna, vivemos necessariamente sobre “monopólio legal”. Isso implica que o processo de variação na esfera das normas legais é muito limitado. Podemos ter apenas um conjunto de normas ou uma política econômica por vez. Do mesmo modo, o critério seletivo na esfera política é muito tênue. O conhecimento de economia necessário, por exemplo, para entender as conseqüências de uma política proposta estão além do que a população poderia obter. Na tradição austríaca, Mises mostra como algumas políticas errôneas levam a uma maior demanda pelas mesmas políticas, baseando-se o argumento na má compreensão das relações de causa e efeito na economia. Naturalmente, um critério seletivo tênue é melhor do que a ausência de critérios.

A discussão acima ilustra a comparação entre processos evolucionários em diversos ambientes. Um autor que estuda os processos evolucionários de crescimento do conhecimento, tanto no mercado como na ciência, apontando a semelhança entre as idéias de Popper e Hayek, foi Bartley III. O estudo das idéias deste autor será útil na tarefa de estudar o crescimento do conhecimento dos agentes em termos popperianos. Até aqui defendemos a idéia de que a teoria de processo de mercado deve avançar por meio da inserção do aprendizado popperiano na solução do problema do conhecimento de Hayek. A EA moderna, ao se afastar dos pressupostos metodológicos de Hayek e Popper em favor de filosofias justificacionistas, apresentou uma série de problemas que criticamos neste trabalho. Neste capítulo, porém, apresentamos tentativas de levar em conta as idéias de Popper e Hayek no desenvolvimento da teoria de processo. Como aluno tanto de Popper quanto de Hayek, Bartley foi o primeiro a ter a clara noção de que as teorias dos dois

autores são muito semelhantes, ou, posto de outro modo, os dois tratam de epistemologia evolucionária.

Iremos agora explorar um outro aspecto do uso da filosofia de Popper na teoria do processo de mercado que foi desenvolvido por Bartley, a saber, o estudo das implicações do caráter objetivo do conhecimento¹⁵, contraposto ao conhecimento pessoal e tácito. Quando tratamos de temas popperianos, na solução do problema de Hayek dada por Boland ou no livro de Harper, o conhecimento era objetivo, passível de análise por outras pessoas. Por outro lado, autores como Lavoie, Gray, Lachmann e Kirzner enfatizaram o caráter pessoal, subjetivo do conhecimento. No primeiro capítulo dissemos que não era claro em Hayek (1945) se o conhecimento das circunstâncias particulares de tempo e lugar dos agentes era predominantemente articulado ou não. A contribuição de Bartley enfatiza fortemente o aspecto objetivo do conhecimento.

Para Hayek, a economia é vista como o estudo das conseqüências não intencionais da ação humana ou como o resultado da ação humana, mas não da intenção humana. Para Popper, o conhecimento também cresce em direções imprevisíveis, devido ao caráter objetivo do conhecimento. As idéias têm conseqüências imprevisíveis. Só conseguimos explorar essas conseqüências se separarmos as idéias de seus criadores e estudarmos as propriedades das idéias em si. A objetivização do conhecimento permite que as idéias sejam criticadas e, portanto, que a ciência progrida. Bartley mostra como essas duas idéias (de Hayek e de Popper) estão relacionadas. Exporemos abaixo o argumento em detalhes.

O conteúdo de uma teoria pode ser descrito pelo *conteúdo lógico* (conseqüências lógicas da teoria) ou pelo *conteúdo informativo* da mesma, que abarcam todas as proposições que potencialmente a contradigam. O conteúdo lógico é claramente infinito. Bartley argumenta que o conteúdo informativo também o é: inclui, por exemplo, as proposições pertencentes a teorias rivais ainda não existentes (Bartley, 1990:34; Popper, 1977 e 1972). Dentro do conteúdo informativo da teoria mecânica de Newton está a teoria da relatividade de Einstein, mesmo que esta teoria não exista na época de Newton. A conclusão evidente que

¹⁵ O conhecimento é objetivo no sentido de ser um objeto autônomo real. Nos termos de Popper, um objeto do "mundo 3" (Popper, 1972). Popper faz uma analogia com uma teia de aranha. Esta é um produto do animal, mas suas propriedades podem ser estudadas independentemente deste, como um objeto em si. Ver capítulo 1, pág. 33.

Bartley aponta é o caráter “insondável” (*unfathomable*) de todo conhecimento, ou seja, não podemos acessar todas as consequências de uma teoria. Uma teoria foge ao controle do cientista que a criou, não apenas por distorções causadas por interpretações de outros cientistas, mas porque o próprio autor não entende o significado de sua própria teoria. A física é repleta de exemplos de cientistas que mostram desagrado quando a eles é explicado o significado de algum aspecto da sua própria teoria. Bartley ilustra o caráter imprevisível do conhecimento com a história de alguns remédios que foram desenvolvidos para um fim e acabaram resolvendo outro tipo de doença totalmente diferente¹⁶. Como não entendemos as teorias, suas infinitas consequências, não podemos controlar nem prever o crescimento do conhecimento. Isto é perfeitamente paralelo às idéias de Hayek sobre a concepção do mercado como uma viagem de exploração ao desconhecido, no qual ocorrem consequências imprevistas e não intencionais. Bartley resume o que, segundo ele, é a mensagem principal dos dois autores:

I learnt from Popper that we never know what we are talking about, and I learnt from Hayek that we never know what we are doing. (1987:425)

Em ciência, a objetivação do conhecimento permite que as idéias morram em nosso lugar, aumenta o grau de precisão das hipóteses e torna público o conhecimento. Isso é necessário para submeter uma hipótese a teste e aumentar o desenvolvimento da ciência. Pelo processo crítico, a ciência pode progredir em direções imprevisíveis para além da contribuição individual de cada cientista. No mercado ocorre o mesmo. A ação individual traz consigo consequências não intencionais e insuspeitadas. O processo de mercado deve fugir do controle ou plano de um único agente, a menos que se abdique de alcançar uma ordem complexa que utiliza o conhecimento disperso dos agentes: para Hayek, a ordem espontânea impessoal do mercado realiza uma tarefa de coordenação, através do mecanismo de seleção de lucros e perdas, sem que saibamos os propósitos e planos de cada pessoa; cada indivíduo colabora na execução de planos de milhares de pessoas que ele jamais conhecerá. Isso leva a uma enorme economia de conhecimento; ao interagirmos no mercado não estamos limitados ao conhecimento de um único agente. Bartley aponta que, para o conhecimento (e a riqueza) no mercado crescer, é necessária uma objetivação ou distanciamento dos produtos, da mesma forma que se objetivizam as idéias. Para ficar clara

¹⁶ Boa parte das inovações empresariais se encaixam no mesmo caso.

tal idéia, o autor a contrasta com a noção oposta encontrada em Marx, no que se refere às idéias deste sobre alienação. Segundo Marx, o produto:

ceases to be within his [the worker] own control and stands opposed to him as an autonomous power ... which he no longer experiences as his own.

e na Ideologia Alemã, Marx critica a:

consolidation of our product into an objective power over us that outgrows our control, crosses our expectations, and nullifies our calculations.

Bartley afirma que o conhecimento objetivo é autônomo no exato sentido exposto acima: foge ao nosso controle, ultrapassa nossas expectativas e anula nossos cálculos. A alienação ou estranhamento é condição *sine qua non* para o crescimento do conhecimento tanto na ciência quanto no mercado.

A natureza insondável do conhecimento enfatizada por Popper e Bartley traz como consequência a impossibilidade de previsão do conhecimento futuro. Novas idéias são combinadas entre si e com o repertório anterior de idéias, trazendo consigo consequências imprevistas. Podemos notar aqui o perfeito paralelismo com as idéias de Lachmann sobre o crescimento do conhecimento no mercado, baseadas na sua teoria do capital. No estudo do reagrupamento do capital, cada peça era um "fóssil" de um plano anterior, utilizado de formas imprevistas em novos usos conjuntos que surgiram das mudanças inesperadas. A recombinação de idéias, da mesma forma, leva à descoberta de novos usos e consequências, a um explorar de novas possibilidades, ou, em última análise, ao crescimento do conhecimento.

Argumentamos em favor do conhecimento objetivo. O conhecimento tácito, porém, não precisa ser identificado com o expressionismo epistemológico. Resta-nos agora tratar o conhecimento tácito como objetivo e identificar qual é a importância relativa do conhecimento tácito e articulado, visto que ambos coexistem no mercado. Mais uma vez buscaremos a resposta em noções hayekianas. Problemas complexos, que ultrapassam a capacidade cognitiva dos agentes, só podem ser resolvidos por instituições que fazem parte de uma ordem espontânea, por meio de processos seletivos mais diretos. Nesse caso, como o critério de seleção é impessoal, muitas vezes inconsciente, o conhecimento tácito exerce papel dominante. O conhecimento tácito, nessa visão, se refere a algo real e pode, portanto, ser refutado, inconscientemente, por selecionadores mais diretos. O conhecimento prático é

fruto inconsciente de um processo impessoal de tentativas e erros e toma a forma de regras e rotinas seguidas pelos agentes. Esta é a abordagem encontrada, por exemplo, no trabalho de Nelson e Winter (1982). Quando os problemas são repetitivos, a eficácia desse tipo de processo de aprendizado é maior. Quando, porém, nos deparamos com novos problemas, desde que a sua complexidade seja domável por mentes individuais falíveis, o conhecimento objetivo passa a operar por meio do selecionador indireto da mente humana. As soluções antigas impensadas deixam de operar nesse caso e o conhecimento articulável predomina. Entramos no ramo da atividade empresarial e das decisões econômicas racionais: reestruturação de firmas, de processos produtivos e, o mais importante, o processo de descoberta de preferências toma a forma de planos articulados de ação que são testados nos ambientes do grupo de trabalho das firmas e no processo impessoal de seleção do mercado. Em ambos os casos, o importante é não se bloquear a análise através do refúgio no conhecimento subjetivo. Devemos tratar inclusive o conhecimento tácito como objetivo no sentido popperiano: como um objeto em si, que faz referência a algo real e pode, portanto ser falso ou verdadeiro.

Tendo em vista essa caracterização popperiana do crescimento do conhecimento objetivo, temos condições de oferecer uma solução para o problema do conhecimento de Hayek que vê o crescimento do conhecimento como ao mesmo tempo racional, originativo e imprevisível. Não precisamos desta maneira recorrer, como fizeram Lachmann e Kirzner, à caracterização do conhecimento como algo puramente impessoal e subjetivo. Esta última opção permite aos autores fugir da concepção sobre a escolha como algo determinada e mecânica, mas envolve o custo de barrar a análise do crescimento do conhecimento, já que este seria um dado último subjetivo. Com este último ponto sobre o conhecimento objetivo estamos em condições agora de avaliar os rumos tomados pela EA moderna.

5.4. Conclusão

Afirmamos neste trabalho que os pressupostos sobre a natureza do conhecimento adotados implícita ou explicitamente pelos economistas austríacos foram fatores determinante na formulação das teorias desenvolvidas por estes. Isso não poderia ser diferente, pois partimos do Problema do Conhecimento de Hayek. Este autor percebeu que a teoria austríaca do processo de mercado deve envolver o estudo do aprendizado dos agentes. Ora, conforme as concepções sobre esse aprendizado diferem, diferem também as versões sobre o entendimento do próprio processo de mercado. Na verdade, as concepções metodológicas influenciam a teoria em dois pontos, no campo metodológico propriamente dito e no estudo do conhecimento dos agentes.

As controvérsias metodológicas na EA moderna giram em torno do apriorismo de Mises e da hermenêutica defendida por Lachmann e Lavoie. A posição metodológica de Hayek, próxima da de Popper, tende a ser ignorada nesses debates. Foi justamente baseados nesta posição que organizamos o nosso trabalho. Neste capítulo, argumentamos que a teoria de processo de mercado deve voltar às origens hayekianas a fim de corrigir os problemas que surgiram nas teorias da EA moderna, fruto de concepções metodológicas justificacionistas. Iremos agora sumariar os resultados encontrados neste capítulo e agrupar as críticas feitas a Lachmann e Kirzner sob o ponto de vista dos pressupostos popperianos defendidos aqui.

A concepção do processo de mercado desenvolvido neste capítulo pode ser resumida da seguinte forma: o processo de mercado é uma ordem espontânea que surge da interação entre as ações individuais de seu participantes. Estes baseiam suas ações em planos que dependem de suas concepções sobre qual seja a realidade que os afeta, composta do mundo externo e das ações dos outros agentes. Essas concepções não captam diretamente a realidade, mas variam conforme o agente. O conhecimento é, portanto, falível, pode não corresponder à realidade. O conhecimento das circunstâncias particulares de cada agente é hipotético e influenciado pelo sistema de teorias e concepções prévias adotadas por cada um. O agir baseado em conhecimento falível leva a erros, que resulta em frustração de planos e em consequências não intencionais desta ação. Um erro é a execução de um plano incompatível com as realidades subjacentes. Mesmo as idéias potencialmente verdadeiras trazem consigo consequências imprevisíveis. Diante dos erros e das consequências não

intencionais da ação humana, os agentes modificam o seu conhecimento, reformulando as hipóteses e ações baseadas nessas hipóteses. Ocorre um processo de aprendizado, que depende das regras metodológicas adotadas por cada agente. Este decide que hipóteses foram refutadas ou confirmadas. No entanto, existe um outro mecanismo de seleção de idéias contido na estrutura do próprio mercado, qual seja, o sistema de lucros e perdas. Este mecanismo impessoal de seleção tende, ainda que imperfeitamente, a eliminar as ações incompatíveis com as realidades subjacentes de preferências e disponibilidade de recursos.

A interação no mercado, desta forma, é um processo que se desenrola no tempo e é marcado pela existência de mudanças endógenas, que emergem dos elementos que impulsionam o próprio processo. Portanto, o processo está sempre em marcha, nunca atingindo um estado de equilíbrio ou repouso. Como as ações dependem do conhecimento dos agentes e é impossível prever o crescimento do conhecimento, não se pode alcançar previsões de configurações exatas em economia. Ao mesmo tempo, os mecanismos de seleção não permitem que as hipóteses se distanciem muito das realidades subjacentes. Isso permite que se façam previsões de padrão.

Esta descrição do processo de mercado pode ser feita em termos evolucionários. A ordem espontânea do mercado apresenta tanto um mecanismo de variação quanto um processo de seleção. Podemos simplificar a história da EA moderna afirmando que a obra de Lachmann enfatizou o primeiro elemento em detrimento do segundo, enquanto a obra de Kirzner enfatizou o segundo em detrimento do primeiro. Ao adotarmos uma visão não justificacionista do conhecimento, podemos reunir os dois elementos numa única teoria evolucionária do processo de mercado. Os aspectos enfatizados por cada autor não precisam ser antagônicos, podendo ser complementares. Com isso pode-se resolver as controvérsias da EA ocorridas na década de 80.

Kirzner reconhece a existência de realidades subjacentes e de oportunidades de lucro. No entanto, o autor não abraça o falibilismo, ou seja, não reconhece que o conhecimento depende de concepções prévias e, portanto, um mesmo fenômeno pode ser visto sob óticas diferentes por vários empresários. Para o autor, a realidade não é problemática, sendo apenas uma questão de percepção ou não. Com isso, fica difícil descrever o processo de aprendizado sem fazer uso do que o autor chama de maximização robbinsiana. Para fugir

do determinismo desse aprendizado consciente, o autor se refugia na posição que Bartley (1990) descreve como "expressionismo metodológico", que se contrapõe ao tratamento do conhecimento como algo objetivo. O conhecimento seria pessoal e, portanto, inacessível para os demais, não passível de análise. Daí a necessidade de conceitos como aprendizado espontâneo, inconsciente ou a dificuldade de explicitar o que vem a ser o estado de alerta.

A ênfase no conhecimento tácito por parte de diversos economistas austríacos é fruto da mesma preocupação. Se o conhecimento for inarticulável, é impossível introduzi-lo como *input* num problema de maximização. O uso do conhecimento inarticulável nos permite fugir do tratamento mecanicista da escolha. No entanto, ao enfatizarmos este aspecto do conhecimento, incorremos no custo de não podermos avançar na solução do problema do conhecimento. Essa solução só avançou, como vimos, com o tratamento do conhecimento como algo objetivo, passível de teorização.

Se tratarmos o conhecimento como algo objetivo, falível e insondável em suas conseqüências, podemos descrever um processo de aprendizado com as características desejadas por Kirzner: imprevisível e ao mesmo tempo racional. Para essa visão, como para Hayek, o problema não está tanto na maximização em si, mas sim no fato de que os "dados" do problema de maximização não estão disponíveis, não foram descobertos ou refletem erroneamente as realidades subjacentes.

Naturalmente isso não diz nada sobre a importância do conhecimento tácito. Simplesmente não precisamos disso para rejeitar um modelo mecanicista do funcionamento da economia. Seja o conhecimento tácito ou não, não se resolve o problema do conhecimento postulando de antemão a sua solução, como fez Oskar Lange no debate do cálculo econômico¹⁷. O papel relativo do conhecimento tácito e do conhecimento articulado depende do problema enfrentado pelo agente. Podemos especular que, em problemas mais complexos e nos quais o processo seletivo é mais impessoal, o conhecimento tácito é mais importante. Para problemas pouco repetitivos, mais simples e nos quais o processo seletivo é mais subjetivo, o conhecimento articulado é mais importante.

Lachmann, por outro lado, reconhece a variabilidade de hipóteses dos agentes e a criatividade da ação humana ao formulá-las. A contribuição desse autor no campo do

¹⁷ Ver capítulo 1, pág. 17.

crescimento do conhecimento incorpora inclusive a insondabilidade do conhecimento estudada por Bartley. Este autor, no entanto, tende a desconsiderar o impacto das realidades subjacentes como fator limitador desta mesma criatividade. Utilizando a terminologia de Bartley¹⁸ (1964), Lachmann II é um justificacionista niilista. Para este, como o futuro é incerto, todo o conhecimento sobre o futuro não é justificado. Se não se pode justificar o conhecimento futuro, não há espaço para a racionalidade. As hipóteses dos agentes é um dado último não analisável e o mercado é um novo iniciar a cada instante, baseado neste conhecimento último. Ao rejeitar a possibilidade de previsão de padrões restou ao autor o abandono da teoria econômica em favor da descrição de planos de ação reais, caindo em uma modalidade de historicismo.

Ao adotarmos os pressupostos não justificacionistas (falibilistas) sobre o conhecimento, podemos resolver o problema do conhecimento de Hayek e preservar os temas estudados por Lachmann e Kirzner, descartando as conseqüências indesejadas de suas teorias apontadas acima. Podemos, desta forma, apreciar as contribuições dos autores à teoria de processo de mercado e levá-las mais adiante sobre bases mais sólidas, o que de fato já vem sendo feito por autores mais recentes, conforme mostramos neste capítulo. Ou, colocando em termos lakatosianos, chegamos à conclusão de que o programa de pesquisa austríaco moderno pode ser visto como progressivo.

¹⁸ Ver capítulo 1, pág. 31.

6. Bibliografia

- Alchian, A. (1977) [1950] - Uncertainty, Evolution and Economic Theory, in: Economic Forces at Work. Indianapolis: Liberty Press.
- Baird, C. (1987) The Economics of Time and Ignorance: A Review. *The Review of Austrian Economics*, vol.1. Lexington: Lexington Books.
- Bartley III, W.W. e Radnitzky, G., (eds.) (1987) – Evolutionary Epistemology, Rationality and the Sociology of Science. La Salle: Open Court.
- Bartley III, W.W. (1964) Rationality versus the Theory of Rationality. In: Bunge, M.(ed.) The Critical Approach to Science and Philosophy. Londres: Collier-Macmillan.
- Bartley III, W.W. (1990) – Unfathomed Knowledge, Unmeasured Wealth - On Universities and the Wealth of Nations. La Salle: Open Court.
- Bastiat, F. (1996) Economic Harmonies. Irvington-on-Hudson: FEE.
- Binenbaum, E. (1995) Kirzner's Core Concepts. In: Meijer, 1995.
- Boettke, P. (1987) Israel Kirzner. Nomos (sem indicação de volume).
- Boettke, P. e Prychitko, D.L. ed. (1994) The Market Process. Cheltenham: Edward Elgar.
- Boettke, P. (1994) The Elgar Companion of Austrian Economics. Cheltenham: Edward Elgar.
- Boettke, P. (1998) Economic Calculation: the Austrian Contribution to Political Economy. *Advances in Austrian Economics*. vol 5, pag. 131-158. JAI Press Inc.
- Boland, L.A. (1978) Time in Economics vs Economics in Time: the "Hayek Problem". *Canadian Journal of Economics*.
- Boland, L.A. (s.d. a) Scientific Thinking without Scientific Method: Two Views of Popper. Texto publicado na internet.
- Boland, L.A. (s.d. b) Understanding the Popperian Legacy in Economics. Texto publicado na internet.
- Boudreaux, D. (1994) Schumpeter and Kirzner on Competition and Equilibrium. In: Boettke, 1994.
- Buchanan, J.M. (1986) Liberty, Market and State. New York: NYU Press.
- Buchanan, J.M. (1993) Custo e Escolha. São Paulo: Instituto Liberal.
- Buchanan, J.M. (1994) Shackle and a Lecture in Pittsburgh. In: Boettke, 1994.
- Buchanan, J.M. e Vanberg, V.(1995) The Market as a Creative Process. In: Hausman, D. (ed) The Philosophy of Economics. Cambridge: Cambridge University Press.
- Caldwell, B e Boehm, S. eds. (1992) Austrian Economics: Tensions and New Directions. Norwell: Kluwer Academic Publishers.
- Caldwell., B. (1997) Hayek and Socialism. *Journal of Economic Literature*, Vol. XXXV.
- Caldwell, B. (2000) Hayek: Right for the Wrong Reasons? Presidential Address of the History of Economics Society Texto publicado na internet.
- Casson, M. (1991) [1982] The Entrepreneur: an economic theory. Hampshire: Gregg Revivals.
- Dolan, E. (1976) Foundations of Modern Austrian Economics. Kansas: Sheed Andrews and McMeel.

- Feijó, R. (1999) A Epistemologia da Escola Austríaca em Menger, Mises e Hayek. São Paulo. Tese (doutorado) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo.
- Fransman, M. (1998) Information, Knowledge, Vision and Theories of the Firm. in Dosi et al, Technology, Organization and Competitiveness. Oxford University Press.
- Garrison, R. (1982) Austrian Economics as the middle ground: comment on Loasby. In: Kirzner, 1982.
- Garrison, R. (1986) From Lachmann to Lucas: on Institutions, Expectations, and Equilibrating Tendencies. In: Kirzner, 1986.
- Garrison, R. (1987) The Kaleidic World of Ludwig Lachmann. *Critical Review*, vol 1 no.3.
- Garrison, R. (1997) The Undiscountable Professor Kirzner In: *Freeman*, vol 47 no 8. New York: FEE.
- Gray, J. (1998) Hayek on Liberty. Londres: Routledge.
- Grinder, W. (1977) In Pursuit of the Subjective Paradigm. In: Lachmann, 1977a.
- Gossman, S.J. e Stiglitz, J.E. (1976) Information and Competitive Price Systems. *American Economic Review*, vol. 66.
- Gunning, J.P. (1996) Israel Kirzner's Entrepreneurship. Texto publicado na internet.
- Gunning, J.P. (1997) The Theory of Entrepreneurship in Austrian Economics In: Kaiser, 1997.
- Hayek, F.A. [1937] Economics and Knowledge. In: Hayek, 1980.
- Hayek, F.A. [1945] The Use of Knowledge in Society. In: Hayek, 1980.
- Hayek, F.A. [1946] The Meaning of Competition. In: Hayek, 1980.
- Hayek, F.A. (1979) [1952] The Counter-Revolution of Science. Indianapolis: Liberty Press.
- Hayek, F.A. (1960) The Constitution of Liberty. Chicago: Chicago University Press.
- Hayek, F.A. (1967a) Studies in Philosophy, Politics and Economics. London: Routledge.
- Hayek, F.A. (1967b) Degrees of Explanation. In: Hayek, 1967a.
- Hayek, F.A. (1967c) The Theory of Complex Phenomena. In: Hayek, 1967a.
- Hayek, F.A. (1978a) New Studies in Philosophy, Politics and Economics. London: Routledge.
- Hayek, F.A. (1978b) Competition as a Discovery Procedure. em Hayek, 1978.
- Hayek, F.A. (1980) [1948] Individualism and Economic Order. Chicago: Chicago University Press.
- Hayek, F.A. (1982) Law, Legislation and Liberty. London: Routledge.
- Harper, D. (1994) A New Approach to Modeling Endogenous Learning Processes in Economic Theory. *Advances in Austrian Economics*, vol. 1 :49-79.
- Harper, D. (1996) Entrepreneurship and the Market Process – An inquiry into the growth of knowledge. London: Routledge.
- Herbener, (1996) Calculation and the Question of Arithmetic. *Review of Austrian Economics*, vol 9, no 1.
- High, J. (1982) Alertness and Judgment: Comment on Kirzner. In: Kirzner, 1982.
- High, J. (1986) Equilibration and disequilibrium in the Market Process. In: Kirzner, 1986.

- Hoppe, H. (1996) Socialism: A Property or Knowledge Problem? *Review of Austrian Economics*, vol 9 , no 1.
- Hutchison, T.W. (1981) The Politics and Philosophy of Economics: marxians, keynesians and austrians. Oxford: Basil Blackwell.
- Ikeda, S. (1990) Market-Process Theory and “Dynamic” Theories of the Market. *Southern Economic Journal*, vol. 57, no.1.
- Keizer, W., Tieben, B. e Zijp, R. (eds.) (1997) Austrian Economics in Debate. London: Routledge.
- Kirzner, I. (1963) Market Theory and the Price System. Princeton: Van Nostrand
- Kirzner, I (1976) [1960] The Economic Point of View. Kansas: Sheed and Ward.
- Kirzner, I. (1978) Economics and Error. In: Spadaro, 1978.
- Kirzner, I. (1979) Perception, Opportunity and Profit. Chicago: University of Chicago Press
- Kirzner, I. (ed.) (1982) Method, Process and Austrian Economics. Lexington: D.C. Heath
- Kirzner, I. (1985a) [1972] Competição e Atividade Empresarial. Rio de Janeiro: Instituto Liberal
- Kirzner, I. (1985b) Discovery and the Capitalist Process. Chicago: University of Chicago Press
- Kirzner, I. (1986) (ed.) Subjectivism, Intelligibility and Economic Understanding: Essays in Honor of Ludwig Lachmann in his 80th Birthday. New York: NYU Press
- Kirzner, I. (1987) The Austrian School of Economics. In: The New Palgrave Dictionary of Economics. Macmillian.
- Kirzner, I. (1988) Welfare Economics: A Modern Austrian Perspective. in W. Block e Rockwell, L. (eds). Man, Economy and Liberty: Essays in Honour of Murray Rothbard. Auburn: L. von Mises Institute.
- Kirzner, I. (1992a) The Meaning of Market Process. London: Routledge.
- Kirzner, I. (1992b) Entrepreneurship, Uncertainty and Austrian Economics. In: Caldwell, 1992.
- Kirzner (s.d) Entrevista – Austrian Economics Newsletter – Auburn: Ludwig von Mises Institute
- Kirzner, I. (1994) On The economics of time and ignorance. In: Boettke, 1994.
- Kirzner, I. (1996a) Essays on Capital and Interest: an Austrian Perspective. Cheltenham: Edward Elgar
- Kirzner, I (1996b) Reflections on the misesian Legacy in Economics. *Review of Austrian Economics*, vol 9, no 2
- Kirzner, I. (1997a) How Markets Work: Disequilibrium, Entrepreneurship and Discovery. London: IEA
- Kirzner, I. (1997b) Entrepreneurial Discovery and the Competitive Market Process: An Austrian Approach. *Journal of Economic Literature*, vol. 35, p. 50-85.
- Kirzner I. e Garrison, R. (19) Hayek. In: The New Palgrave Dictionary of Economics. Macmillian.
- Kregel, J.A. (1986) Conceptions of Equilibrium: the Logic of Choice and the Logic of Production. In: Kirzner, 1986.
- Lachmann, L. (1956) The Structure of Capital. Kansas City: Sheed, Andrews and McMeel.
- Lachmann, L. [1943] The Role of Expectations in Economics. em Lachmann, 1977.
- Lachmann, L. [1950]. Economics as a Social Science. em Lachmann, 1977.

- Lachmann, L. [1951]. The Science of Human Action. em Lachmann, 1977.
- Lachmann, L. [1959] Professor Shackle on the Economic Significance of Time. em Lachmann, 1977.
- Lachmann, L. [1966] Model Construction and the Market Economy em Lachmann, 1977.
- Lachmann, L. [1966] The Significance of the Austrian School of Economics in the History of Ideas. em Lachmann, 1977.
- Lachmann, L. [1969]. Methodological Individualism and the Market Economy. em Lachmann, 1977.
- Lachmann, L. (1973) Macro-economic Thinking and the Market Economy. Londres: IEA, Hobart Paper no. 56.
- Lachmann, L. [1976] From Mises to Shackle: an Essay on Austrian Economics and the Kaleidic Society. em Lachmann, 1894a.
- Lachmann, L. [1971]. Ludwig von Mises and the Market Process. em Lachmann, 1977.
- Lachmann, L. (1971) The Legacy of Max Weber. Berkeley: The Glendessary Press.
- Lachmann, L. (1977) Capital, Expectations and the Market Process: Essays on the Theory of the Market Theory. Kansas: Sheed Andrews and McMeel.
- Lachmann, L. [1982] The Salvage of Ideas: Problems of the Revival of Austrian Economic Thought. em Lachmann, 1994a.
- Lachmann, L. (1986) The Market as an Economic Process. Oxford: Basil Blackwell.
- Lachmann, L. [1990] Shackle's Place in the history of Subjectivist Thought. em Lachmann, 1894a.
- Lachmann, L. [1991] Austrian Economics: A Hermeneutic Approach. em Lachmann, 1894a.
- Lachmann, L. [1990] Shackle's Place in the History of Subjectivist Thought in Lachmann, 1994a.
- Lachmann, L. (1994a) Expectations and the Meaning of Institutions. London: Routledge.
- Lachmann, L. (1994b) On The economics of time and ignorance. In: Boettke, 1994.
- Lakatos, I. e Musgrave, A. (1970) A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento. São Paulo: Cultrix.
- Langlois, R. ed. (1990) Economics as a Process. New York: Cambridge University Press.
- Langlois, R. (1994) The Market Process: an evolutionary view. In: Boettke e Prychitko, 1994.
- Lewin, P. (1996) The Legacy of Ludwig M. Lachmann. Palastra na UNC Charlotte. Texto publicado na internet.
- Lewin, P. (1997) Capital in Disequilibrium: A Reexamination of the Capital Theory of Ludwig M. Lachmann. *History of Political Economy*, winter.
- Lewin, P. (1999) Capital in Disequilibrium: the role of capital in a changing world. London: Routledge.
- Lavoie, D. (1994) Introduction: Expectations and the Meaning of Institutions. In Lachmann, 1994a.
- Lavoie, D. (1985a) National Economic Planning: What is Left? Cambridge, Mass.: Ballinger.
- Lavoie, D. (1985b) Rivalry and Central Planning. Cambridge University Press.
- Littlechild, S. e Owen, G. (1980) An Austrian Model of the Entrepreneurial Market Process. *Journal of Economic Theory*, 23,361-379.

- Littlechild, S. (ed.) (1990) *Austrian Economics*. Volume III. Cheltenham: Edward Elgar.
- Loasby, B. (1986) *Organization, Competition and the Growth of Knowledge* In: Langlois, 1990.
- Loasby, B. (1993) *Institutional Stability and Change in Science and the Economy* In: Mäki et al., *Rationality, Institutions & Economic Methodology*. London: Routledge.
- Machovec, F. (1995) *Perfect Competition and the Transformation of Economics*. London: Routledge.
- Meijer, G. (ed.) (1995) *New Perspectives on Austrian Economics*. London: Routledge.
- Mises, L. von (1920) *Economic Calculation in a Socialist Commonwealth*. In: Hayek, F.A. (ed.) *Collectivist Economic Planning*. London: Routledge.
- Mises, L. von (1949) *Human Action*. New Haven: Yale University Press.
- Mittermaier, K. (1986) *Mechanomorphism*. In: Kirzner, 1986.
- Moreira, J.M.L.S. (1992) *Filosofia e Metodologia da Economia em F.A. Hayek* Madrid: tese (doutorado), Madrid: Universidad Pontificia Comillas.
- Moss, L. (ed.) (1976) *The Economics of Ludwig von Mises: Toward a Critical Reappraisal*. Kansas: Sheed Andrews and McMeel.
- Nelson, R. e Winter, S. (1982) *An Evolutionary Theory of Economic Change*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Oakley, A. (1999) *The Revival of Modern Austrian Economics*. Cheltenham: Edward Elgar.
- O'Driscoll, G.P. (1977) *Economics as a Coordination Problem: the contributions of Friedrich A. Hayek*. Kansas: Sheed Andrews and McMeel.
- O'Driscoll, G.P. (1978) *Spontaneous Order and the Coordination of Economic Activities*. In: Spadaro, 1978.
- O'Driscoll e Rizzo (1996) [1985] *The Economics of Time and Ignorance*. London: Routledge.
- Popper, K.R. (1950) *Indeterminism in Quantum Physics and in Classical Physics*. *British Journal for the Philosophy of Science*.
- Popper, K.R. (s.d.) *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Cultrix.
- Popper, K.R. (1959) *The Propensity Interpretation of Probability*. *British Journal for the Philosophy of Science*.
- Popper, K.R. (1972a) *Objective Knowledge*. Oxford: Clarendon Press.
- Popper, K. R. (1972a) *On Clouds and Clocks*. In: Popper, 1972a.
- Prigogine, I e Stengers, I. (1984) *A Nova Aliança: Metamorfose da Ciência*. Brasília: Editora UnB.
- Ricketts, M. (1992) *Kirzner's Theory of Entrepreneurship – A Critique*. In: Caldwell, 1992.
- Robbins, L. (1932) *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. London: Macmillan.
- Rothbard, M. (1993) [1962] *Man, Economy and State*. Auburn: The Ludwig von Mises Institute.
- Rothbard, M. (1991) *The End of Socialism and the Calculation Debate Revisited*. *Review of Austrian Economics*, vol 5, no 2
- Rizzo, M. (1990) *Hayek's Four Tendencies to Equilibrium*. *Cultural Dynamics*.

- Rizzo, M. (1996) The Economics of Time and Ignorance 10 years later. In: O'Driscoll e Rizzo, 1996.
- Selgin, G. (1990) [1987] Praxeology and Understanding. Auburn: Ludwig von Mises Institute.
- Salerno, J. (1990) Ludwig von Mises as Social Rationalist. *Review of Austrian Economics*, vol 4.
- Salerno, J. (1993) Mises and Hayek Dehomogenized. *Review of Austrian Economics*, vol 6, no 2.
- Salerno, J. (1994) Reply to Leland B. Yeager on "Mises and Hayek on Calculation and Knowledge" *Review of Austrian Economics*, vol 7, no 2.
- Salerno, J. (1996) A Final Word: Calculation, Knowledge, and Appraisalment. *Review of Austrian Economics*, vol. 9, no 1.
- Shackle, G.L.S. (1949) Expectations in Economics.
- Shackle, G.L.S. (1976) Epistemica y Economia. Mexico: Fondo de Cultura Economica.
- Soto, J. H. de (1995) Entrepreneurship and the Economic Analysis of Socialism. In: Meijer (1995).
- Spadaro, L. (ed.) (1978) New Directions in Austrian Economics. Kansas: Sheed Andrews and McMeel.
- Stigler, G.J. (1961) The Economics of Information. *Journal of Political Economy*, vol. 67.
- Thomsen, E. (1992) Prices and Knowledge. London: Routledge.
- Turgot, A.R.J. [1759] Elegy to Gournay. citado em Rothbard, M. (s.d.) The Brilliance of Turgot. Auburn: Ludwig von Mises Institute.
- Vaughn, K. (1998) Austrian Economics in America: The Migration of a Tradition. Canbridge: Cambridge University Press .
- Vanberg, V. (1993) Rational Choice, Rule-Following and Institutions. In: Mäki, U. et al. Rationality, Institutions & Economic Methodology. London: Routledge.
- White, L. (1976) Entrepreneurship, Imagination and the Question of Equilibrataion. manuscrito não publicado, reimpresso em Littlechild, 1990.
- Witt, U. (1992) Turning Austrian Economics into an Evolutionary Theory. In: Caldwell, B. e Boehm, S. (eds.) Reimpresso em Meijer, 1995 como: Schumpeter x Hayek: two approaches to Evolutionaty Economics.
- Yeager, L. (1990) Why Subjectivism? *Review of Austrian Economics*. vol 1.
- Yeager, L. (1994) Mises and Hayek on Calculation and Knowledge. *Review of Austrian Economics*. vol 7 no 2.
- Yeager, L. (1996) Rejoinder: Salerno on Calculation, Knowledge and Appraisalment. *Review of Austrian Economics*, vol 9, no 1.
- Yeager, L. (1997) Calculation and Knowledge: Let's Write Finis. *Review of Austrian Economics* vol 10, no 1.
- Yeager, L. (1987) Why Subjectivism? *The Review of Austrian Economics*. Vol 1. Lexington: Lexington Books.